

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

SILVIA APARECIDA CAIXETA ISSA

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ (1978-1986):
a formação de mão de obra agrícola no Sudeste Goiano

UBERLÂNDIA – 2018

SILVIA APARECIDA CAIXETA ISSA

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ (1978-1986):
a formação de mão de obra agrícola no Sudeste Goiano

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: História e Historiografia
a Educação

Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

I86e Issa, Silvia Aparecida Caixeta, 1973-
Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (1978-1986) [recurso eletrônico]: a formação de mão de obra agrícola no Sudeste Goiano /
Silvia Aparecida Caixeta Issa.

Orientador: Geraldo Inácio Filho.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.1056>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Educação. 2. Instituições de ensino - História. 3. Ensino agrícola.
4. Ensino médio. 5. Escolas agrícolas. 6. Educação - Historiografia. I.
Inácio Filho, Geraldo (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

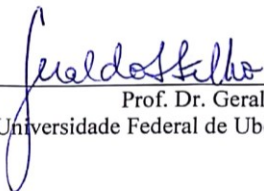
CDU: 37


ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ (1978-1986):
a formação de mão de obra agrícola no Sudeste Goiano

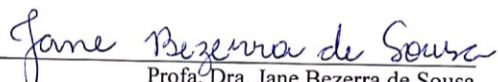
Dissertação aprovada para a obtenção do título de Mestre/Doutor(a) no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia pela banca examinadora formada por:

Data de Aprovação: Uberlândia, 06 de agosto de 2018

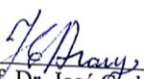
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho
Universidade Federal de Uberlândia – UFU


Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia – UFU


Profa. Dra. Jane Bezerra de Sousa
Universidade Federal do Piauí - UFPI


Profa. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros
Universidade Federal de Goiás – UFG


Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

**Àqueles que construíram a história da Escola Agrotécnica Federal
de Urutaí**

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre presente em minha vida, dando-me forças para alcançar êxito em todos os meus projetos pessoais e profissionais.

À minha família, em especial aos meus filhos Gúlyt Vinícius Caixeta, Carla Geovanna Caixeta Issa e Guilherme Antonio Caixeta Issa, por compreender minha ausência; aos meus pais e irmãos pelo estímulo, amparo e orações; e ao Rodrigo Silva Issa, meu esposo, pelo apoio.

Ao meu orientador, Geraldo Inácio Filho, pela confiança depositada e pelo incentivo constante e orientação durante a realização da pesquisa.

Aos professores doutores Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e José Carlos Souza Araújo, pelas sugestões e observações realizadas no exame de qualificação, que muito contribuíram para revisão e aprofundamento de pontos fundamentais desta tese, à Jane Bezerra de Sousa pela participação na banca de defesa e à Aparecida Maria Almeida Barros por ter me lançado ao desafio de historiar a educação brasileira.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação), pelas aprendizagens propiciadas.

À minha amiga Jussana Maria Tavares, pelas ponderações e sugestões durante o processo de elaboração do projeto de pesquisa.

Ao professor João Batista Izac, que vivenciou a EAFUR e esteve sempre disposto a colaborar com a interpretação dos documentos relacionados à pesquisa.

Às colegas de doutorado Maria Aparecida Alves Silva, Márcia Cristina Soares Cabrera de Souza, Márcia Campos Moraes Guimarães, Kamila Gusatti Dias e Kenia Guimarães Furquim Camargo, que tornaram mais leve esse percurso, pela preocupação, pelo interesse, pelo companheirismo nas viagens aos congressos, pela presença e escuta paciente, reveladoras de amizade solidária.

Aos funcionários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Urutaí, pelas informações, pelo incentivo e acolhimento da pesquisa, em especial aos servidores da Secretaria do Ensino Médio e Recursos Humanos, pela disponibilidade em colaborar com a escuta e acesso aos arquivos; em muitas ocasiões buscamos juntos os documentos necessários à pesquisa.

A Escola da Mestra Silvina

Minha escola primária...
Escola antiga de antiga mestra
Repartida em dois períodos
Para a mesma meninada,
Das 8 às 11, da 1 às 4,
Nem recreio, nem exames.
Nem notas, nem férias,
Sem cânticos, sem merenda...
Digo mal – sempre havia
distribuídos
alguns bolos de palmatória...
A granel?
Não, que a Mestra
era boa, velha, cansada, aposentada.
Tinha já ensinado a uma geração
antes da minha.
A gente chegava “Bença, Mestra”
Sentava em bancos compridos,
escorridos, sem encosto.
Lia alto lições de rotina:
o velho abecedário,
lição salteada.
Aprendia a soletrar.
Vinham depois:
Primeiro, segundo,
terceiro e quarto livros
do erudito pedagogo
Abílio César Borges-
Barão de Macaúbas.
E as máximas sapientes
Do Marquês de Maricá.

Não se usava quadro-negro.
As contas se faziam
Em pequenas lousas
individuais.

[...]

E a Mestra?...
Está no Céu.
Tem nas mãos um grande livro de ouro
E ensina a soletrar
aos anjos.

(CORA CORALINA, 2001, p.61-65).

RESUMO

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ (1978-1986): a formação de mão de obra agrícola no Sudeste Goiano

As escolas agrotécnicas sob a coordenação da COAGRI implantaram o Sistema Escola-Fazenda, metodologia que conjugava educação, trabalho e produção; com estrutura física específica munida de: salas de aula, unidades educativas de produção e cooperativa-escola. Verifica-se a inexistência de trabalhos sobre a história da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (EAFUR 1978-1986) permeada pela influência do desenvolvimento da agropecuária no Brasil e em Goiás, no período em que foi coordenada pela COAGRI. A hipótese inicial é que a COETAGRI cumpriu a sua função na formação de Técnicos em Agropecuária e na implantação de uma cultura escolar agrícola nas diferentes atividades pedagógicas e de trabalho desenvolvidas na instituição de ensino. A investigação buscou: analisar a estrutura institucional e as práticas formativas desenvolvidas na Escola, configuradas por relações econômicas e produtivas inseridas no contexto regional e na política de desenvolvimento da agricultura e da pecuária no país e em Goiás nos período compreendido entre os anos de 1978-1986; e discutir a cultura escolar produzida pela instituição que implantou o Sistema Escola-Fazenda e promoveu uma cultura escolar agrícola em seus diferentes espaços, por meio das suas ações pedagógicas e da comunidade escolar. O suporte teórico contou com as contribuições de Magalhães (2004), Escolano (2000, 2017), Viñao Frago (1995, 2006), Escolano e Viñao Frago (1998), Goodson (1997, 2013) e Chervel (1990). A metodologia utilizada para historiar a EAFUR foi construída através de análise de documentos escolares (atas, correspondências, diários, livros de matrículas e de registro de diplomas, mapas, plantas das construções, planos de trabalhos, regulamentos, regimentos, relatórios, ofícios, ordens de serviços) que foram localizados na instituição e confrontados com documentos da COAGRI (apostilas, boletins, diretrizes, encartes, regulamentos, regimentos) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O desenvolvimento da pesquisa contou com a participação de ex-funcionários que colaboraram na interpretação de alguns documentos localizados no período analisado. Após leitura e análise das fontes, confirmou-se a hipótese inicial, ou seja, que a EAFUR desenvolveu uma cultura escolar agrícola nas diferentes atividades pedagógicas, na promoção e desenvolvimento de projetos de produção, tanto na área agrícola quanto na criação de animais. A venda dessa produção favorecia sua manutenção: apesar de contar com subsídios, era necessário produzir para recebê-los e, com isso, desenvolveu uma cultura institucional configurada nas relações

econômicas e produtivas inseridas no contexto da política de desenvolvimento da agricultura e da pecuária no Brasil e em Goiás. Como resultado, buscou-se evidenciar a cultura escolar agrícola desenvolvida na EAFUR, instituição que tinha como propósito a formação de Técnicos em Agropecuária e que cumpriu sua atribuição através da interação entre ditames externos e projeções internas.

Palavras-chave: História de Instituições. Cultura Escolar. Educação Técnica Agrícola. Ensino Médio.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA/ABSTRACT

FEDERAL AGROTECHNICAL SCHOOL OF URUTAÍ (1978-1986): the formation of agricultural labor in the Southeast of Goiás

The agrotechnical schools, coordinated by the COAGRI, implemented the School-Farm System, a methodology that combined education, work and production; with specific physical structure equipped with: classrooms, educational units of production and cooperative-school. There is no work on the history of the Federal Agrotechnical School of Urutaí (EAFUR 1978-1986) permeated by the influence of agricultural development in Brazil and Goiás, in the period in which it was coordinated by the COAGRI. The initial hypothesis is that COETAGRI fulfilled its role in the training of Agricultural Technicians and the implementation of an agricultural school culture in the different pedagogical and work activities developed in the educational institution. The research sought to analyze the institutional structure and the training practices developed in the School, configured by economic and productive relations inserted in the regional context and in the development policy of agriculture and livestock in the country and Goiás in the period between the years 1978-1986, and to discuss the school culture produced by the institution that implemented the School-Farm System and promoted an agricultural school culture in its different spaces, through its pedagogical actions and the school community. The theoretical support included the contributions of Magalhães (2004), Escolano (2000, 2017), Viñao Frago (1995, 2006), Escolano and Viñao Frago (1998), Goodson (1997, 2013) and Chervel (1990). The methodology used to track EAFUR was built by analyzing school documents (minutes, letters, school diaries, tuition and diploma registration books, maps, building plans, work plans, regulations, regiments, reports, crafts, service orders, which were located in the institution and compared with COAGRI documents (handouts, report cards, guidelines, advertising inserts, regulations, regiments) and the Ministry of Education and Culture (MEC). It is also had the participation of former employees who contributed giving explanations to understand the period analyzed. After reading and analyzing the sources, it was concluded that the initial hypothesis was confirmed, in other words, that the EAFUR developed an agricultural school culture in the different pedagogical activities, in the promotion and development of projects both in the agricultural and animal husbandry sectors. Although it had subsidies, it needed to be produced to receive them, and with that, it developed an institutional culture shaped in the economic and productive relations inserted in the context of the policy of development of agriculture and cattle raising in Brazil and Goiás. The aim of this study was to

show the agricultural school culture developed at EAFUR, an institution that had as its purpose the training of Agricultural Technicians and who fulfilled its attribution through the interaction between external dictates and internal projections.

Keywords: History of Institutions. School Culture. Agrotechnical Education. High school.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa da Terra da EAFUR	63
FIGURA 2 – Resultado do Exame de Admissão	73
FIGURA 3 – Histórico Escolar do GAU	76
FIGURA 4 – Planta baixa das casas dos servidores administrativos da EAFUR	85
FIGURA 5 – Planta baixa das casas dos professores da EAFUR	85
FIGURA 6 – Planta baixa da casa do diretor da EAFUR	86
FIGURA 7 – Planta baixa do alojamento dos alunos internos	87
FIGURA 8 – Planta baixa do refeitório da EAFUR	91
FIGURA 9 – Planta baixa da Cooperativa	96
FIGURA 10 – Mapa do espaço físico das Ueps da EAFUR	98
FIGURA 11 – Sala-ambiente	99
FIGURA 12 – Gráfico do Sistema Escola-Fazenda	102
FIGURA 13 – Certificado de inscrição da Cooperativa	104
FIGURA 14 – Placa dos primeiros associados da COETAGRI	107
FIGURA 15 – Horário da 3ª Série nas UEPs nas atividades de monitoria	116
FIGURA 16 – Alunos trabalhando em projetos de olerícolas	123
FIGURA 17 – Alunos realizando levantamento topográfico	123
FIGURA 18 – Experimento com soja na EAFUR	134
FIGURA 19 – Grade curricular para habilitação em Técnico em Agropecuária Educação Geral	137
FIGURA 20 – Histórico escolar Técnico em Agropecuária da EAFUR	138
FIGURA 21 – Horário de aulas da EAFUR em 1981	142
FIGURA 22 – Horário de nivelamento e adaptação	144
FIGURA 23 – Calendário da EAFUR em 1986	146
FIGURA 24 – Primeira turma de formandos de Técnicos em Agropecuária da EAFUR	150
FIGURA 25 – Solenidade de formatura do Curso Técnico em Agropecuária	163
FIGURA 26 – Plantio de árvore na solenidade de formatura do Curso Técnico em Agropecuária	164
FIGURA 27 – Almoço na solenidade de formatura do Curso Técnico em Agropecuária	164

FIGURA 28 – Organograma da equipe diretiva de uma Escola Agrotécnica Federal	176
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Relação de ofertas/vagas na EAFUR	143
---	-----

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Localização do município de Urutaí	54
MAPA 2 – Origem dos alunos da EAFUR por Estado	151

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Escolas Agrotécnicas Federais Subordinadas à COAGRI	24
QUADRO 2 – Estratégias políticas de desenvolvimento para o setor agrícola – PND	42
QUADRO 3 – Professores do Ginásio Agrícola de Urutaí	66
QUADRO 4 – Horário das aulas de Educação Física	95
QUADRO 5 – Projetos necessários em uma Escola Agrotécnica Federal	122
QUADRO 6 – Plano de aplicação anual de projetos orientados de agricultura em 1986	125
QUADRO 7 – Plano de aplicação anual de projetos orientados de pecuária em 1986	126
QUADRO 8 – Demonstrativo de produção e de outras receitas	127
QUADRO 9 – Professores de formação geral da EAFUR	167
QUADRO 10 – Professores de formação especial da EAFUR	168
QUADRO 11 – Diretores da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí - COAGRI	177

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Área Colhida e Produção das Principais Culturas em Goiás (1000 ha e 1000 ton)	49
--	----

TABELA 2 – Dados da agropecuária em Goiás e no município de Urutaí em 1985	55
TABELA 3 – Número de formandos do GAU de 1970 a 1973	59
TABELA 4 – Salários dos Professores do GAU em janeiro e fevereiro de 1978	70
TABELA 5 – Salários dos Professores do GAU a partir de 1º de março de 1978	70
TABELA 6 – Matrículas no Ginásio Agrícola de Urutaí de 1974 a 1978	74
TABELA 7 – Desempenho dos alunos do GAU	75
TABELA 8 – Matrículas com a classificação de categorias dentro da EAFUR	88
TABELA 9 – Crescimento dos cooperados da COETAGRI	107
TABELA 10 – Procedência dos alunos da EAFUR	157
TABELA 11 – Nível de renda e acesso à escola no Brasil (distribuição dos estudantes por renda familiar 1982)	158
TABELA 12 – Nível de renda dos pais dos alunos da EAFUR	158
TABELA 13 – Profissões dos pais dos alunos da EAFUR	159
TABELA 14 – Profissão das mães dos alunos da EAFUR	159
TABELA 15 – Grau de instrução dos pais dos alunos da EAFUR	161
TABELA 16 – Média das matrículas dos alunos da EAFUR de 1980- 1986	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BASAGRO – Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

CAMPO – Companhia de Produção Agrícola

CCE – Centro Cívico Escolar

CD – Cargo de Direção

CEMOP – Centro de Formação de Mão de Obra em Pecuária

CENAFOR – Centro Nacional de aperfeiçoamento Pessoal para a Formação Profissional

CIF – Comissão de Incentivos Funcionais

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

COAGRI – Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário

COETAGRI – Cooperativa-Escola e de Trabalho dos Alunos do Colégio Agrícola de Urutaí

CONTAP – Conselho Técnico Administrativo da Aliança para o Progresso

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DAA – Divisão de Atividades Auxiliares

DAI – Direção e Assistência Intermediária

DAS – Direção e Assessoramento Superior

DAT – Divisão de Atividades Técnicas

DEA – Diretoria de Ensino Agrícola

DEM – Diretoria de Ensino Médio

DOU – Diário Oficial da União

DPAD – Diretores das Divisões de Pedagogia e Apoio Didático

EAFUR – Escola Agrotécnica Federal de Urutaí

EAF – Escola Agrotécnica Federal

EDUTEC – Educação Técnica

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMGOPA – Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária

GAU – Ginásio Agrícola de Urutaí

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEAC – Instituto de Pesquisa e Estudos do Congresso
JADECO – Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LPP – Laboratório de Prática de Educação
MEC – Ministério de Educação e Cultura
OCG – Organização das Cooperativas em Goiás
OSPB – Organização Social e Política do Brasil
PAEG – Programa da Ação Econômica do Governo
PCC – Plano de Classificação de Cargos
PERGEB – Programa de Desenvolvimento da Região Geoconômica de Brasília
PLADESCO – Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro Oeste
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agro-Minerais da Amazônia
POLOCENTRO – Programa para Desenvolvimento do Cerrado
PPGED – Programa de Pós-Graduação em Educação
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados
PROTEC – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
PSD – Partido Social Democrático
PSECD – Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto
RH – Recursos Humanos
SAP – Seção de Acompanhamento Pedagógico
SEF – Sistema Escola-Fazenda
SEAV – Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário
SSP – Seção de Supervisão Pedagógica
SOE – Seção de Orientação Educacional
SOF – Seção de Execução Orçamentária e Financeira
SPA – Seção de Projetos Agropecuários
SPO – Seção de Projetos Orientados
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste
TURAE – Turma Responsável pela Administração Escolar
UEP – Unidade Educativa de Produção

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. AS TRANSFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO FRENTE AO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA EM GOIÁS	33
1.1. O DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	33
1.2. PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA NOS ANOS DE 1960	37
1.3. PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	40
1.4. PROGRAMAS DESENVOLVIDOS DENTRO DOS PNDs QUE CONTRIBUÍRAM PARA O PROGRESSO DA AGROPECUÁRIA EM GOIÁS.....	45
1.5. COROLÁRIO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E EM GOIÁS	51
1.6. O MUNICÍPIO DE URUTAÍ DIANTE DO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	53
1.7. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	56
2. GINÁSIO AGRÍCOLA DE URUTAÍ SUBORDINADO À COAGRI (1976-1978).....	58
2.1. AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO GINÁSIO AGRÍCOLA DE URUTAÍ.....	58
2.2. A LEGALIZAÇÃO DAS TERRAS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	61
2.3. SISTEMA ESCOLA-FAZENDA NO GINÁSIO AGRÍCOLA DE URUTAÍ.....	64
2.4. OS PROFESSORES DO GINÁSIO AGRÍCOLA DE URUTAÍ	65
2.5. OS ALUNOS DO GINÁSIO AGRÍCOLA DE URUTAÍ.....	72
2.6. O CURRÍCULO DO GINÁSIO AGRÍCOLA DE URUTAÍ.....	76
2.7. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	80
3. O PAPEL DA ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ NA FORMAÇÃO DA CULTURA ESCOLAR AGRÍCOLA	83
3.1. RESIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS	85
3.2. INTERNATO	87
3.3. ESTRUTURA FÍSICA PARA ATIVIDADES DIDÁTICAS	96
3.3.1 <i>Cooperativa</i>	96
3.3.2 <i>Unidades Educativas de Produção</i>	97
3.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	100
4. A CULTURA ESCOLAR DESENVOLVIDA NA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ DIANTE DO SISTEMA ESCOLA FAZENDA	102
4.1. COOPERATIVISMO	103
4.1.1. <i>Centro Cívico Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon</i>	108
4.1.2. <i>Arrecadação da COETAGRI</i>	110
4.1.3. <i>Subsídios para a Cooperativa</i>	112
4.2. PROJETOS ORIENTADOS DE PRODUÇÃO.....	115
4.3. CURRÍCULO E A INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA	128
4.4. TEMPOS ESCOLARES	141
4.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	147
5. AS PESSOAS QUE CONSTRUÍRAM A HISTÓRIA DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ	149
5.1. ALUNOS DA EAFUR	149
5.1.1. <i>Formatura</i>	163

5.2. DOCENTES DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAIÁ.....	166
5.3. FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAIÁ	175
5.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
REFERÊNCIAS	184
ANEXO – DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA.....	192

INTRODUÇÃO

Preliminarmente, é importante informar que a instituição escolar objeto desta investigação, designada, desde 1920, Fazenda-Modelo de Criação, teve diversas denominações ao longo do tempo, a saber:

1. Escola Agrícola de Urutaí, entre 1953 e 1964, quando ofereceu o curso de Operário Agrícola;
2. Ginásio Agrícola de Urutaí, entre 1964 e 1979, período em que ofereceu o curso de Mestre Agrícola;
3. Escola Agrotécnica Federal de Urutaí, de 1979 a 2002, com o Curso de Técnico em Agropecuária (1978), Técnico em Informática (1995) e Curso de Tecnólogo em Irrigação e Drenagem (1999);
4. Centro Federal de Educação Tecnológica, 2002 a 2008, quando diversificou os cursos de tecnólogos (Informática, Alimentos e Gestão Ambiental) e iniciou cursos de bacharelado (Agronomia);
5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano Câmpus Urutaí, com foco em ensino, pesquisa e extensão, a partir de dezembro de 2008 (ISSA, 2014, p. 14).

As transformações que a instituição passou ao longo de sua história foram consequência das modificações ocorridas no país, pois “as instituições educativas constituem realidades em constante transformação interna no e pelo relacionamento com a realidade envolvente” (MAGALHÃES, 2004, p.69). A história da instituição foi construída a partir da observação de atores internos (alunos, funcionários, professores e diretores), mas também foram analisados: o currículo trabalhado, a estrutura física, a micropolítica, a cultura escolar desenvolvida, ou seja, a história vista de baixo¹. A história das instituições educativas possui vínculo estreito com os aportes oriundos da História Cultural.

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições escolares, enquanto totalidades em relação e em construção, é uma via de renovação da História da Educação, compreendendo o questionamento e o alargamento das problemáticas educacionais, maior sensibilidade aos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas, e uma interpretação do processo histórico como construção de uma identidade institucional (MAGALHÃES, 2004, p. 141-142).

Para historiar uma instituição educativa dentro de um quadro espaço-temporal, é necessário identificar sua cultura, materialidade e organização; “é preciso considerar os

¹ BURKE, Peter. A escrita da história. São Paulo 2011.

acontecimentos, ligá-los, descobrir os nexos, mesmo os menos visíveis” (MAGALHÃES, 2004, p. 169).

Sob o título “Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (1978-1986): a formação de mão de obra agrícola no sudeste goiano” encontram-se os resultados alcançados em investigação realizada ao longo dos últimos três anos na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), sob orientação do Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho.

No entanto, o contato da pesquisadora com o objeto de investigação, a Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (EAFUR), é anterior, ainda que com perspectivas de trabalhos diferentes. Inicialmente, foi realizado o levantamento de documentos da Fazenda-Modelo de Criação e da Escola Agrícola de Urutaí para o Curso de Mestrado na linha de pesquisa História e Culturas Educacionais do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação da Universidade Federal de Goiás/Câmpus Catalão, o qual culminou na pesquisa sob o título de *A Escola Agrícola de Urutaí (1953-1964): singularidades da cultura escolar agrícola*.

A proposta de investigação teve e tem interfaces e relações com minha experiência profissional. O interesse despertado deu-se particularmente a partir do ano de 2008, quando fui nomeada pedagoga no Instituto Federal Goiano – Câmpus Urutaí, após aprovação em concurso público. Ao inserir-me na referida função, tive oportunidade de conhecer internamente a instituição. As conversas informais com os colegas despertaram-me a curiosidade pela sua origem, pois as “versões”, quase sempre dispersas, indicavam-me várias perspectivas, como se não houvesse uma única fonte, registro ou documento que, de fato, demarcasse o seu início. Isso era um indicativo de uma lacuna e de que algo mais poderia ser explicitado, desvelado, conhecido. Tais suspeitas tornaram-se mais instigadoras em 2011, quando cursei a disciplina “O sistema escolar brasileiro: reformas e currículos”, na Universidade Federal de Goiás – Câmpus Catalão. Percebi, então, a relevância de se estudar a história das instituições escolares, um campo de pesquisa em construção, e que, no Sudeste Goiano, oferecia e oferece muitas possibilidades. Elaborei projeto de pesquisa tendo como objeto de estudo a Escola Agrícola de Urutaí.

Na busca por documentos sobre essa instituição, foi encontrada uma grande quantidade de documentos: manuais, instruções, divisão de assuntos pedagógicos, boletins de serviços, ementários, regulamentos, regimentos, diretrizes de funcionamento, diários e históricos de alunos; os quais separei e li minuciosamente. Chamaram minha atenção o funcionamento da Cooperativa-Escola e de Trabalho dos Alunos do Colégio Agrícola de Urutaí (COETAGRI) e a política desenvolvida pelo Ministério da Educação e pela coordenação da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI) na instituição de ensino, tendo a COETAGRI

como um dos componentes do processo de formação do Técnico em Agropecuária. Ao concluir a dissertação, sinalizei o desejo de dar continuidade à pesquisa sobre a história da instituição de ensino, tendo como objeto a Escola Agrotécnica Federal de Urutaí sob a coordenação da COAGRI.

A instituição revela as políticas educacionais voltadas para o ensino agrícola no país a partir dos anos de 1950. Essa modalidade de ensino passou quase um século por outras políticas; o marco inicial foi a carta régia de 23 de junho de 1883, que determinava a criação de um curso de agricultura na Bahia.

Posteriormente, encontra-se a informação de que, pelo Decreto nº 7.727 de 9 de dezembro de 1910, o ensino agrícola ficou subordinado ao Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Quase trinta anos depois, foi criada a Superintendência de Ensino Agrícola pelo Decreto nº 982 de 23 de dezembro de 1938, passando a denominar-se Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), em 4 de novembro de 1940, através do Decreto-lei nº 2.832, administrando o ensino agrícola no Brasil até 1967.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola, pelo Decreto-lei 9.613 de 20 de agosto de 1946, trouxe algumas inovações, dentre elas a classificação dos estabelecimentos de ensino agrícola em: escolas de iniciação agrícola, que ministravam as 1ª e 2ª séries do primeiro ciclo, concedendo ao concluinte o certificado de Operário Agrícola; as escolas agrícolas que ministravam as quatro séries do primeiro ciclo, fornecendo ao concluinte o certificado de Mestre Agrícola; e as escolas agrotécnicas, onde eram ministradas as três séries do segundo ciclo, atribuindo aos concluintes o certificado de Técnico em Agricultura, Horticultura, Zootecnia, Práticas Veterinárias, Indústrias Agrícolas, Laticínios e Mecânica Agrícola.

O Decreto-Lei 9.613 enfatizava, ainda, a importância da formação do docente e do administrador de estabelecimentos de ensino agrícola, através de cursos na área pedagógica sobre Magistério de Economia Doméstica Rural, Didática do Ensino Agrícola e Administração do Ensino Agrícola. Por esse Decreto-lei foi inserido o ensino de Economia Doméstica Rural, com o objetivo de atender às adolescentes do meio rural por meio dos estabelecimentos de ensino agrícola.

Em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, as antigas escolas de Iniciação Agrícola e Escolas Agrícolas foram agrupadas sob a denominação de Ginásios Agrícolas, ministrando as quatro séries do curso ginásial e expedindo aos concluintes o diploma de Mestres Agrícolas. As Escolas Agrotécnicas passaram a serem

denominadas Colégios Agrícolas e ministravam as três séries do segundo ciclo colegial, conferindo aos concluintes o diploma de Técnico em Agricultura.

A título de experiência, o referido sistema foi implantado em alguns ginásios e colégios agrícolas, procurando minimizar os problemas existentes na estrutura técnico-pedagógica e administrativa do ensino agrícola brasileiro. Os objetivos deste novo sistema eram: proporcionar condições para a efetividade do processo ensino/produção, bem como patrocinar a vivência da realidade social e econômica da comunidade rural, fazendo do trabalho um elemento integrante do processo ensino-aprendizagem, visando, assim, conciliar educação-trabalho e produção. (SOBRAL, 2015, p.85).

Pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, a SEAV foi transferida do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, com a denominação Diretoria de Ensino Agrícola (DEA). A DEA tinha como objetivo reformular a filosofia do ensino agrícola. O Sistema Escola-Fazenda (SEF) foi introduzido no Brasil em 1966 por um grupo de estudiosos como consequência da implantação do primeiro acordo internacional, o programa do Conselho Técnico Administrativo da Aliança para o Progresso – CONTAP II Convênio MEC/USAID para Suporte de Ensino Agrícola para Grau Médio. A preocupação fundamental foi a implantação de projetos agropecuários necessários ao funcionamento do SEF.

A atuação do DEA orientou-se no sentido de reformular a filosofia do ensino agrícola, sendo implantada a metodologia do Sistema Escola-Fazenda, baseado-se no princípio “aprender a fazer e fazer para aprender”.

Em 1970 foi criado o Departamento de Ensino Médio (DEM), que absorveu os departamentos de ensino agrícola, comercial, industrial, comercial e secundário. O DEM reconheceu a dificuldade em administrar as instituições de ensino agrícola, sugerindo a criação de um órgão específico para coordená-las. Pelo Decreto nº 72.434, em 9 de julho de 1973 foi criada a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI). Dois anos depois, em 14 de outubro de 1975, através do Decreto 76.436, a denominação foi alterada para Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI). A COAGRI tinha por finalidade, segundo o Decreto mencionado, “prestar assistência técnica e financeira a estabelecimentos de ensino agropecuário” na administração direta, a saber: os estabelecimentos de ensino agrícola e os Colégios de Economia Doméstica Rural do Ministério de Educação e Cultura. Ao implantar a COAGRI, sete escolas funcionavam como ginásios agrícolas, porém, a partir de 1978, tais instituições foram, gradativamente, extinguindo o 1º grau e implantando o 2º.

A preocupação inicial foi equipar, construir e/ou reconstruir as edificações e estruturar a administração das escolas agrotécnicas. “As escolas da rede COAGRI possuem especificidades

que as distinguem das demais, pois procuram conjugar educação, trabalho e produção, possibilitando o caminhar progressivo para sua auto-sustentação”. (MEC/COAGRI, 1985, p.7).

Segundo Francisco José Montório Sobral (2015, p.91), o cenário de profundas e polêmicas mudanças ocorridas nos anos de 1980, no período conhecido como globalização da economia, apontou para uma intensificação da aplicação da tecnologia numa nova configuração do processo produtivo. A linha de montagem, com a robotização e a automação, cede lugar à produção integrada. Ocorrem mudanças também nos processos produtivos, no que se referem aos métodos de gestão e de manutenção. Na época, o Brasil enfrentava uma disparada inflacionária, uma retração do crescimento e um grande descontrole da economia. As políticas de desenvolvimento nesse período são inteiramente condicionadas às exigências dos organismos financeiros internacionais.

Em resposta aos debates sobre o segmento específico de ensino técnico, foi implantado o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico — PROTEC —, neste ano, destinado, basicamente, à recuperação das escolas técnicas federais. Além disso, foram firmados convênios com municípios, visando a implantação de unidades de ensino agrícola de 1º grau, perfazendo, ao final, 72 escolas (MEC- AÇÕES 85/90, 1990, p.09). Sob a administração direta da COAGRI, porém, ficaram somente as escolas agrotécnicas federais. O QUADRO 1 mostra as referidas escolas agrotécnicas.

QUADRO 1 – Escolas Agrotécnicas Federais subordinadas à COAGRI

Fonte: Boletins da COAGRI de 1978-1986.

Org: A autora.

Nº	INSTITUIÇÕES	ANO CRIAÇÃO	ORIGEM
01	Escola Agrotécnica Federal de Alegre – ES	1953	Escola Agrícola
02	Escola Agrotécnica Federal de Alegrete – RS	1954	Escola Agrícola
03	Escola Agrotécnica Federal de Bambuí – MG	1950	Posto Agropecuário
04	Escola Agrotécnica Federal de Barbacena – MG	1910	Aprendizado Agrícola
05	Escola Agrotécnica Federal de Barreiros – PE	1923	Patronato Agrícola
06	Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim – PE	1958	Escola Agrícola
07	Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves / Presidente Juscelino Kubitschek - RS	1959/1985	Escola Agrícola
08	Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – MT	1980	Escola Agrotécnica
09	Escola Agrotécnica Federal de Castanhal – PA	1921	Patronato Agrícola
10	Escola Agrotécnica Federal de Catu – BA	1895	Fazenda-modelo de Criação
11	Escola Agrotécnica Federal de Colatina – ES	1956	Escola Agrícola
12	Escola Agrotécnica Federal de Concórdia – SC	1965	Ginásio Agrícola
13	Escola Agrotécnica Federal de Crato –CE	1954	Escola Agrícola
14	Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá –MT	1943	Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra
15	Escola Agrotécnica Federal de Iguatu – CE	1950	Economia Doméstica
16	Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes – MG	1918	Patronato Agrícola
17	Escola Agrotécnica Federal de Januária – MG	1960	Patronato Agrícola
18	Escola Agrotécnica Federal de Machado –MG	1957	Escola de Iniciação Agrícola
19	Escola Agrotécnica Federal de Manaus – AM	1941	Patronato Agrícola
20	Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho – MG	1953	Escola Agrícola
21	Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba –MG	1956	Escola Agrícola
22	Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde – GO	1967	Colégio Agrícola
23	Escola Agrotécnica Federal de Salinas – MG	1952	Iniciação Agrícola
24	Escola Agrotécnica Federal de Santa Tereza – ES	1940	Iniciação Agrícola
25	Escola Agrotécnica Federal de Santo Antônio – PE	1954	Economia Doméstica
26	Escola Agrotécnica Federal de São Cristovão – SE	1924	Patronato Agrícola
27	Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista - MG	1951	Escola de Iniciação Agrícola
28	Escola Agrotécnica Federal de São Luiz – MA	1947	Escola Agrícola
29	Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul - RS	1954	Escola de Iniciação Agrícola
30	Escola Agrotécnica Federal de Satuba – AL	1922	Aprendizado Agrícola
31	Escola Agrotécnica Federal de Sertão – RS	1957	Escola Agrícola de Passo Fundo
32	Escola Agrotécnica Federal de Sousa – PB	1955	Escola de Economia Doméstica
33	Escola Agrotécnica Federal de Uberaba – MG	1953	Escola de Economia Doméstica
34	Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia – MG	1957	Colégio Agrícola
35	Escola Agrotécnica Federal de Urutaí – GO	1918	Fazenda-modelo de Criação

Diante do quadro de escolas agrotécnicas, resolvemos realizar um levantamento da temática junto ao catálogo de teses e dissertações da Capes. O resultado dessa busca, entre teses

e dissertações, tendo como tema *história de escolas agrotécnicas*² foi de 735 trabalhos, mas, ao analisarmos cada trabalho, constatamos que dois analisaram o ensino para a formação de técnicos em agropecuária. São eles: *Educação Profissional: uma análise sobre a evasão e a permanência no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Rondônia – Câmpus Colorado do Oeste* (NOVAIS, 2014) e *A formação do técnico em agropecuária do Centro Interescolar de Agropecuária José Francisco Lippi* (FORTES, 2013). Constatamos, também, dois trabalhos sobre ensino profissional na área agrícola no Brasil: *Educação profissional na perspectiva da agricultura familiar no município de Confresa – Mato Grosso* (SANTOS, 2013); *Ensino Agrícola e as contribuições para agricultura familiar* (PINHO, 2013) e uma tese sobre a história de uma instituição agrícola: *Colégio Agrícola de Lavras da Mangabeira (1947-2008): elite rural, ingerência estrangeira e circulação de ideias pedagógicas para o progresso do Brasil e do Ceará* (ALMEIDA, 2016).

A delimitação da história da EAFUR na presente pesquisa é o período em que a instituição foi coordenada pela COAGRI³. Desse modo, consultamos pesquisa entre teses e dissertações e obtivemos como resposta oito pesquisas, das quais somente quatro versam sobre o assunto. São elas: *A educação profissional agrícola de nível médio: o Sistema Escola-Fazenda na gestão da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário - COAGRI* (ROGRIGUES, 1999), *Cooperativas e Cooperados em tempos de crise e reestruturação: o caso da cooperativa agropecuária e industrial Ltda- COAGRI* (CABRAL, 1998), *O ensino Técnico Profissional Agrícola de nível médio: do Sistema Escola-Fazenda da coordenação nacional do ensino agropecuário- COAGRI- (1973-1986) à lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB- 9394/96)* (FERREIRA, 2002), e *A implantação do Sistema Escola-Fazenda na Escola Agrotécnica Federal de Machado - MG (1973-1986)* (MORAIS, 2002).

Diante das respostas, decidimos investigar Urutaí⁴ no catálogo da Capes, que apresentou 78 trabalhos entre teses e dissertações. Sobre a história da instituição, encontramos um: *A Escola Agrícola de Urutaí (1953-1963): singularidades da cultura escolar agrícola* (ISSA, 2014). Assim sendo, não localizamos nenhum trabalho sobre a história da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí.

Os resultados obtidos no catálogo da Capes demonstram a relevância da pesquisa, tratando-se de um campo pouco explorado. Essa constatação reforça o entendimento de que a

² Os filtros aplicados foram: tipo dissertação e tese; ano de 2000-2018; grande área de conhecimento ciências humanas; área de conhecimento educação e educação profissionalizante; área de avaliação educação; área de concentração educação brasileira, educação agrícola, educação profissionalizante, história da educação.

³ Aplicamos apenas o filtro tipo: dissertação e tese

⁴ Aplicamos apenas o filtro tipo: dissertação e tese.

história da EAFUR precisa ser analisada para compreendermos a cultura escolar agrícola desenvolvida nos espaços e nos tempos, as ações pedagógicas junto à comunidade escolar, fortemente identificadas com diferentes práticas, interesses e motivações tanto no âmbito interno quanto externo, com evidente interlocução com a sociedade.

A EAFUR cumpria o seu papel de preparar quadros para a mão de obra agrícola, não se comprometendo com outra função diferente. Porém, a complexidade das relações e das articulações desse ofício singular que, ao mesmo tempo, forma e estimula um setor produtivo de elevada expressão regional, e o fato de que a circulação de sujeitos e profissionais requiere um olhar mais atento sobre diferentes variáveis reveladas por este estudo, confere singularidade ao que consideramos ser a cultura escolar agrícola.

A instituição principiou suas atividades nos anos de 1920 como Fazenda Modelo de Criação de Urutaí. Em 1953 foi transformada em Escola Agrícola de Urutaí, iniciando a formação técnica na área agrícola em 1957, com a matrícula da primeira turma do curso de Iniciação Agrícola. Em 1964 passou a funcionar como ginásio agrícola, com o curso de Mestre Agrícola. Enquanto funcionava como Ginásio Agrícola de Urutaí (GAU), a instituição já era coordenada pela COAGRI, a qual instituiu as primeiras mudanças de acordo com as suas determinações. Em 1978, teve início o Curso Técnico de Agropecuária, ano em que ainda funcionavam turmas do ginásio, extintas em 1979.

A transformação do GAU em EAFUR visava atender ao padrão produtivo que demandava a difusão de novas técnicas, de novas formas de relações de produção, de novas culturas, enfim, de novas formas de produção agropecuária. Dessa forma, o profissional técnico em agropecuária passou a ser requerido tanto no meio privado como no público como agente propagador de tecnologia agrícola, ao que a EAFUR se propunha. A instituição então implanta o SEF, cuja política, durante o período de atuação da COAGRI na EAFUR, foi sintonizada com os planos nacionais de desenvolvimento e com as diretrizes estabelecidas nos planos setoriais de educação.

Sinteticamente, a problemática que anima a presente investigação refere-se à história da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (1978-1986), permeada pela influência do desenvolvimento da agropecuária no Brasil e em Goiás e a instauração de uma cultura escolar agrícola na formação de técnicos em agropecuária no período em que a instituição foi coordenada pela COAGRI. Na direção dessa problemática, colocam-se as questões centrais da presente investigação, a saber:

- Quais os fundamentos teórico-metodológicos que permitem um melhor tratamento da problemática proposta?

- De que maneira o processo de modernização da agropecuária implicou as ações pedagógicas da EAFUR?
- Quais práticas escolares eram postas em ação por dirigentes, funcionários, professores e alunos que contribuíram para o desenvolvimento da cultura escolar agrícola no contexto da ditadura militar?
- Até que ponto as atividades da Cooperativa-Escola contribuíram para a implantação da cultura escolar agrícola?
- Como a arquitetura da EAFUR contribuiu para a construção de uma cultura escolar agrícola ao longo de sua história?

A busca de respostas para essas questões parte de uma hipótese geral de que a Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (1978-1986) desenvolveu uma cultura escolar agrícola nas ações pedagógicas desenvolvidas na COETAGRI e demais estrutura da instituição, ou seja, na formação de Técnicos em Agropecuária para atuar na agricultura e pecuária. O período compreendido pela investigação, 1978 a 1986, é justificado pelo período em que a instituição foi coordenada pela COAGRI. A gestão organizou um sistema de ensino que promoveu a formação de mão de obra agrícola. Nesse período competia ao MEC reformular metas, reorientar recursos e adequar o sistema educacional ao sistema ocupacional.

As duas ordens de prioridades específicas indicadas correspondem aos dois aspectos registrados da democratização do ensino. Mas constituem a via principal para alcançar outra prioridade: a de sustentação do processo de desenvolvimento econômico e social do país, tanto em termos globais, como setoriais e regionais. O ensino, enquanto preenchendo a sua função de formador de recursos humanos, de um lado, deve proporcionar aos indivíduos [...] uma oportunidade efetiva de exercerem as atividades para as quais foram preparados [...]; e, de outro lado, simultaneamente, oferecer ao sistema produtivo a mão-de-obra por essa via qualificada (II Plano Setorial de Educação Cultura, 1975, p.33).

Para o 2º grau, o plano previa a expansão quantitativa e qualitativa. Diante dessa política educacional, encontrava-se a EAFUR, objeto desta pesquisa. Com o objetivo de verificar a fertilidade da hipótese que anima a investigação, novas coletas e análises de bibliografia e evidências históricas foram realizadas, resultado do trabalho com fontes diversificadas, incluindo a bibliografia pertinente (teses, dissertações, livros, artigos) e a documentação da instituição preservada no seu arquivo, considerada primordial para a compreensão da história do estabelecimento que desenvolveu uma cultura escolar agrícola.

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p.295).

Os documentos utilizados são oficiais, sendo, portanto, prescrições, e foram encontrados nos diferentes arquivos da instituição (administrativo, ensino, museu, recursos humanos), possibilitando escrever a história da instituição. Do ponto de vista historiográfico, Justino Pereira de Magalhães (2004) assim se manifesta:

Assim, a história das instituições educativas desenvolve-se por aproximação e distanciamento do objeto, num criterioso ciclo epistêmico que culmina com uma síntese crítica, cujas fundamentações, no nível da hermenêutica e da heurística, tomam por referência as memórias, o arquivo, a historiografia, visando a uma narrativa coerente que confira uma identidade histórica articulando materialidade, representação, aproximação (MAGALHÃES, 2004, p.71).

A partir das ideias expostas por Justino Pereira de Magalhães (2004, p.120-121), pode-se depreender o elenco de categorias de análise que são mais comumente usadas em pesquisa que têm as instituições escolares como foco central. São elas:

- Espaço (local/lugar, edifício, topografia);
- Tempo (calendário, horário, agenda antropológica);
- Currículo (conjunto das matérias lecionadas, métodos, tempos etc, ou racionalidade da prática);
- Modelo Pedagógico (construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a constituem – tempo, lugar e ação);
- Professores (recrutamento, profissionalização, formação, organização, mobilização, história de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações);
- Manuais Escolares;
- Público (cultura, forma de estimulação e resistência);

- Dimensões (níveis de apropriação, transferência da cultura escolar, escolarização, alfabetização, destinos de vida).

A pesquisa sobre EAFUR, direcionada de acordo com os itens elencados acima e com o propósito de produzir um trabalho histórico sobre a instituição de ensino que formou, instruiu o sentido de sua existência na sociedade em que pertenceu e desenvolveu uma cultura escolar agrícola. Foram levadas em consideração as especificidades regionais e as singularidades locais e institucionais tidas como importantes para melhor apreensão da realidade educacional e institucional.

A metodologia utilizada para historiar a EAFUR foi construída através de análise de documentos escolares (atas, correspondências, diários, livros de matrículas e de registro de diplomas, mapas, plantas das construções, planos de trabalhos, regulamentos, regimentos, relatórios, ofícios, ordens de serviços), que foram localizados na instituição e confrontados com documentos da COAGRI (apostilas, boletins, diretrizes, encartes, regulamentos, regimentos) e do MEC. Também contou-se com a participação de ex-funcionários, que contribuíram com explicações para se compreender o período analisado. Assim, há a oportunidade de se realizar um trabalho de descrição, de análise e de reflexão buscando as razões e os efeitos da implantação da Educação Técnica Agrícola no Brasil. Conforme Gatti Júnior (2002, p.20):

[...], percebe-se que a história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer do tempo.

A EAFUR foi uma instituição instalada para atender à formação de mão de obra agrícola para Goiás e para o Brasil, com a sistematização de ações pedagógicas voltadas para práticas agrícolas. Acolheu alunos de diferentes municípios do estado e do Brasil, conferindo uma cultura escolar singular.

As imagens da instituição escolar constituem um testemunho e revelam a história da EAFUR através da arquitetura e como a cultura escolar agrícola foi concebida. De acordo com Marcus Levy Bencostta (2011), nas pesquisas é bastante comum o uso de fotografias meramente ilustrativas.

Para Mauad (1996, p.8), “[...] a fotografia é uma fonte histórica que demanda por parte do historiador um novo tipo de crítica. O testemunho é válido, não importando se o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida”. As imagens na pesquisa revelam a arquitetura da EAFUR e as atividades pedagógicas desenvolvidas na instituição, as quais revelam a cultura escolar agrícola desenvolvida na instituição de ensino.

Recorreremos a Agustín Escolano (2000a) para compreender como o espaço, o tempo e os usos didáticos contribuíram para formação de uma cultura escolar agrícola, pois, para o autor:

La arquitectura escolar, además de ser un programa en parte invisible y silencioso que cumple determinadas funciones culturales y pedagógicas, puede ser instrumentada también en el plano didáctico, toda vez que define y acota el espacio en que se lleva a cabo la educación formal y constituye un referente pragmático que es utilizado por los maestros y por los autores de manuales escolares como realidad o como símbolo en diversos aspectos del desarrollo curricular⁵ (ESCOLANO, 2000a, p.205).

Antonio Viñao Frago (1995) é outro autor que contribuirá em nossas reflexões, entendendo a cultura escolar como um conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como uma organização que tem várias modalidades ou níveis. Podemos, por exemplo, nos referir à cultura específica de um determinado estabelecimento educacional, um conjunto ou tipo de centros em contraste com os outros. Sendo assim, cada escola produz sua própria cultura. Para Viñao Frago (1995, p.68), existem culturas escolares no plural, o que justifica a EAFUR desenvolver a sua própria cultura, uma cultura escolar agrícola.

Seguimos com o objetivo de investigar, analisar e compreender a estrutura institucional e as práticas formativas desenvolvidas na Escola, caracterizada por relações econômicas e produtivas inseridas no contexto regional e na política de desenvolvimento na área agrícola no Brasil, nos anos de 1978-1986, onde se produziu uma cultura escolar agrícola. Entendemos que compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é integrá-la na realidade mais ampla, implicando-a no quadro de evolução da região na qual está inserida.

O aprofundamento da pesquisa e o desenvolvimento de uma cultura escolar agrícola demandou autores para sua fundamentação. Para melhor compreensão, este trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos. No primeiro, procuramos compreender a modernização da

⁵ Além de ser um programa parcialmente invisível e silencioso que cumpre certas funções culturais e pedagógicas, a arquitetura escolar também pode ser implementada no nível didático, uma vez que define o espaço em que a educação formal ocorre e constitui um referente pragmático que é usado por professores e autores de livros didáticos como realidade ou como símbolo em vários aspectos do desenvolvimento curricular.

agropecuária e sua influência na história da EAFUR. A Escola Agrotécnica Federal de Urutaí localizada na Região Centro-Oeste do Brasil, recebeu alunos de diferentes regiões do país e ofereceu a formação de Técnicos em Agropecuária, promovendo o desenvolvimento de uma cultura escolar agrícola. Os autores Barsanufó Gomides Borges (1990, 1995), Nasr Fayad Chaul (1995), Francisco Itami Campos (1987) e Luis Estevam (2004) contribuíram para a compreensão do desenvolvimento e modernização da agropecuária em Goiás.

O segundo capítulo está assentado no Ginásio Agrícola de Urutaí, no período em que esteve coordenado pela COAGRI, com o objetivo de apreender as ações dos dirigentes da instituição, os primeiros passos para a implantação do Sistema Escola-Fazenda por meio da construção e da adaptação da estrutura física e a atuação dos professores e dos funcionários para efetivação da metodologia. Justino Pereira de Magalhães (2004), Antonio Viñao Frago (1995; 1998; 2006), e Agustín Escolano & Antonio Viñao Frago (1998) serão os autores consultados para nos orientar.

A Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (1978-1986): estrutura física é o terceiro capítulo da pesquisa e tem a arquitetura como elemento significativo na formação dos jovens. A instituição possuía internato (dormitórios), refeitório, Unidades Educativas de Produção (UEPs), salas de aulas, salas-ambiente, cooperativa-escola e área esportiva. Escolano e Frago (1998), Escolano (2000) e Frago (1995) ajudam a compreender o “papel” da arquitetura como fonte de experiência cultural e aprendizagem, e José Willington Germano (2011), a perceber os problemas enfrentados pela educação no período em estudo.

André Chervel (1990), dentre outros estudiosos, colabora na investigação sobre o currículo da EAFUR, sobre a relação entre o que era estabelecido e o que realmente foi efetivado. No quarto capítulo, *A Cultura Escolar Desenvolvida na Escola Agrotécnica Federal de Urutaí diante do Sistema Escola-Fazenda (SEF)*, é possível interpretar as ações pedagógicas desenvolvidas nas diferentes dimensões da estrutura física da EAFUR, dentre elas a Cooperativa-Escola (vendas, taxas, sócios, monitorias, estágios), as UEPs (projetos de produção, salas de aulas (disciplinas), salas-ambiente (aulas práticas)), o Centro Cívico Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (ações de controle sobre os alunos), os horários e os calendários da instituição de ensino.

No último capítulo, a pesquisa busca conhecer as pessoas que construíram a história da escola, os alunos, os professores, os funcionários administrativos e as festividades nas formaturas dos Técnicos em Agropecuária.

Ao apresentar os resultados da presente investigação, fica a certeza da contribuição que o doutoramento trouxe para a formação da pesquisadora, e a esperança de que esta pesquisa

contribua para a melhor compreensão do processo histórico da EAFUR na formação de Técnicos em Agropecuária, constituindo-se como ponto de partida para futuros empreendimentos investigativos da própria pesquisadora e de outros que se interessem pela temática.

1. AS TRANSFORMAÇÕES DA INSTITUIÇÃO FRENTE AO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA EM GOIÁS

As instituições educativas constituem realidades em constante transformação interna no e pelo relacionamento com a realidade envolvente (MAGALHÃES, 2004, p.69)

Ao longo de sua história, a Escola Agrotécnica Federal de Urutaí passou por várias mudanças. As modificações ocorreram devido às transformações econômicas no setor primário da economia no século XX, que interferiram na escola “ideal” para a formação de técnicos na área agrícola. Neste capítulo apresentamos a análise do desenvolvimento da agropecuária em Goiás e as influências na instituição de ensino.

1.1. O desenvolvimento da agropecuária na primeira metade do século XX

Para compreender o desenvolvimento da agropecuária em Goiás, lançamos um olhar para os trabalhos de historiadores que estudaram o desenvolvimento deste estado, tais como Barsanufio Gomides Borges (1990, 1995), Nasr Fayad Chaul (1995), Francisco Itami Campos (1987) e Luis Estevam (2004).

Nasr Fayad Chaul (1995, p.11) relata que os caminhos do ouro goiano foram decodificados por bandeirantes, indígenas e por velhos auríferos. Os aventureiros das terras dos Goyazes penetraram regiões inóspitas e matas virgens e enfrentaram diferentes adversidades em busca de ouro, vivendo uma época de prosperidade até o esgotamento do metal. Com o fim do metal precioso, criou-se em Goiás o estigma de decadência aos olhos de viajantes, governadores, intelectuais e políticos. Goiás era, então, visto:

Carente de tudo, solitário e isolado do mundo civilizado e do progresso, fechado em si mesmo em redomas de ruralidade, Goiás era visto sob o aspecto de como não deveria ser uma Província, um exemplo a não ser seguido, exemplo típico de boa parte das regiões longínquas e interioranas do Brasil (CHAUL, 1995, p.12).

A imagem de atraso da sociedade goiana começou no período da mineração, em 1722, ano de descoberta do ouro, perdurando por cinquenta anos. A decadência do ouro afetou a sociedade goiana, sobretudo na forma de ruralização e regresso, a uma economia de subsistência. Nesse momento a pecuária foi fundamental para a economia do estado. Com a decadência da mineração, “a criação de gado se tornou a atividade econômica principal de Goiás” (CAMPOS, 1987, p.27). A situação geográfica do estado, localizado no interior do Brasil, distante dos mercados consumidores e carente de estradas, impulsionou a pecuária, uma

atividade possível diante das adversidades. “Goiás precisava de mão de obra produtiva, de trabalho livre, de substituição do ócio pelo negócio. Goiás carecia de povoamento, de gente para produzir, de capital e desenvolvimento” (CHAUL, 1995, p.15). Na lista de precariedades goianas, encontrava-se a falta de estradas em primeiro lugar; “assim, os acessos gerais a Goiás foram se tornando obstáculos cada vez mais intransponíveis à medida que passava a febre do ouro” (CHAUL, 1995, p.16).

A partir dos anos de 1950, a economia goiana já se mostrava organizada dentro da lógica do mercado nacional, subordinada à produção agrário-exportadora. Com o avanço da urbanização e da industrialização da Região Centro-Sul, advindas da acumulação do capital oriundo da produção cafeeira, houve a ampliação e a redefinição das bases da divisão regional do trabalho, na qual o estado de Goiás encontrava-se inserido como fornecedor de produtos primários. Com a marcha do café, paulistas e mineiros, depois de ocuparem o norte de Minas Gerais e o Triângulo Mineiro, partiram rumo à ocupação do território goiano à procura de terras a preço acessível. Porém, para que o capital expandisse sua frente pioneira em direção ao centro-oeste, segundo Borges (1990), era necessária a implantação de uma infraestrutura de transporte que permitisse a ligação dessa região ao centro-sul do país.

A possibilidade de ligação, agora com o Centro-Sul, vai surgir com a ferrovia. Contudo, somente no início da segunda década deste século é que os primeiros quilômetros de trilho chegam a Goiás: Em 1911, foi inaugurado o primeiro trecho: Araguari - Engenheiro Behout. Nos seguintes vinte anos, a estrada foi penetrando lentamente pelo sul de Goiás: Goiandira (1913), Ipameri (1913), Vianópolis (1924), Bonfim (hoje, Silvânia, 1930), Leopoldo de Bulhões (1931), 287 quilômetros ao todo [...] As estradas de rodagem, quando havia, eram de precária situação e, no mais das vezes, cabia a particulares construí-las e explorá-las, já que o poder público não dispunha de recursos para tal (CAMPOS, 1987, p.41).

De acordo com Barsanufio Gomides Borges (1995, p.28), os trilhos chegaram em 1914 na estação do Roncador, margem esquerda do rio Corumbá, onde ficaram paralisados até 1922 à espera da construção da ponte Epitácio Pessoa. Nesse período, grupos econômicos que controlavam o comércio importador e exportador no núcleo urbano mobilizaram-se contra a continuação das obras da estrada de ferro, pois o Sudeste Goiano despontava economicamente em relação a outras regiões do estado. Urutaí era distrito de Ipameri, a penúltima estação ferroviária inaugurada em 1914, onde foi desenvolvido um dinâmico centro comercial. Urutaí, localizada numa zona de terras férteis, contava com as maiores fazendas de gado do município de Ipameri e era a estação mais próxima das grandes fazendas da região, ressaltando o papel econômico do lugar. (BORGES, 1990, p.106).

Diante do desenvolvimento econômico do estado de Goiás, “a pecuária é, por excelência, a atividade caracterizadora da economia estadual” (CAMPOS, 1987, p.28). O então Presidente da República, Wenceslau Braz Pereira Gomes, promulgou o Decreto Lei nº 13.197, em 25 de setembro de 1918, que criou a Fazenda-Modelo de Criação de Urutaí. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil atendeu à conveniência de se estabelecer uma Fazenda-Modelo de Criação, em Goiás, a fim de proporcionar aos criadores ali existentes não só o ensino prático necessário ao melhoramento do gado pelos modernos processos de zootecnia, mas também um centro capaz de fornecer reprodutores de raça selecionados e apropriados às diversas regiões do estado.

A fazenda foi construída para promover o desenvolvimento de raças de gado no estado. O objetivo foi cumprido por meio de ações do veterinário Antonio Teixeira Viana, que trabalhou na fazenda com cruzamento de raças. Promovendo leilões de gado, possibilitou aos fazendeiros da região a aquisição de raças com melhor qualidade. A Fazenda cumpriu o objetivo para a qual fora criada nos anos de 1920 e 1930, juntamente com o desenvolvimento da região sudeste de Goiás. Consideramos que a Fazenda Modelo de Urutaí (1918) foi uma das primeiras ações políticas do governo para inserir Goiás no processo de desenvolvimento capitalista na área agrícola.

A Segunda Guerra Mundial apressou a decadência do setor ferroviário, dificultando as importações de equipamentos, de combustíveis e de trilhos, o que afetou o prolongamento da ferrovia. O sucateamento da via permanente e a queda da produção agrícola na zona cortada pelos trilhos, após 1940, contribuíram para o aprofundamento da crise da ferrovia. A redução das exportações regionais e das tarifas e a concorrência do transporte rodoviário agravaram o déficit operacional da estrada (BORGES, 1995, p.37-38).

O estado foi atingido em cheio pelo colapso no fornecimento de combustíveis e óleo lubrificante. Com o fim do conflito e o reestabelecimento das importações dos derivados do petróleo e de peças de reposição, Goiás retomou o desenvolvimento rodoviário. O “Governo Coimbra Bueno (1947-1950) destacou-se pela política de apoio ao desenvolvimento do transporte rodoviário no Estado” (BORGES, 1995, p.58). Goiás foi beneficiado pela Rodovia Federal Transbrasiliana, prevista no Plano Rodoviário Nacional do Governo Getúlio Vargas (1938), o que possibilitou o acesso ao oeste.

A construção da nova capital do estado, Goiânia (1933), assim como construção da nova capital do país, Brasília (1960), foram fatores que contribuíram para a construção de novas rodovias, entre elas a Belém-Brasília e, assim, para a expansão da fronteira agrícola do estado. O

sudeste goiano, no início do século XX, foi favorecido pela ferrovia e integrou-se à fronteira agrícola.

Após 1940, registrou-se uma acentuada queda na produção agrária da região. Cidades como Catalão, Ipameri e Pires do Rio, que cresceram com a chegada dos trilhos e com o desenvolvimento agropecuário, estagnaram-se com a queda na produção das lavouras (BORGES, 2000, p.99).

A parte do sudoeste goiano que não foi servido pela rede ferroviária foi contemplado pelas rodovias. A construção da ponte Afonso Pena, no rio Paranaíba (1909), possibilitou uma maior aproximação com o Triângulo Mineiro. Com isso, as relações comerciais do Sudoeste eram realizadas com Minas Gerais, e não com Goiás (BORGES, 1995, p.54). O Sudoeste, juntamente com o Mato Grosso Goiano, logo assumiu a liderança no processo de produção e especialização agrícola.

Nesse contexto, a Fazenda-Modelo de Criação de Urutaí já não desempenhava as atividades com a mesma relevância, fator que motivou o deputado Benedito Vaz da Costa⁶, representante do estado de Goiás e natural de Ipameri, a protocolar o Projeto 1.416, em 1951, no qual solicitava a transformação da Fazenda-Modelo de Criação em uma escola agrícola. Em 28 de julho de 1953 foi aprovada a mudança: “Art. 1º É criada, nos moldes das atuais, a Escola Agrícola de Urutaí, no estado de Goiás.” (BRASIL, 1953).

A instituição funcionou como Escola Agrícola nos anos de 1950 até meados dos anos de 1960, formando operários agrícolas. Em 1964, pelo Decreto nº. 53.558, foi alterada a denominação de Escola Agrícola para Ginásio Agrícola de Urutaí, conforme “Art. 1º As Escolas de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas e Agrotécnicas da rede (sic) federal, em regime de acordo (sic) entre o Ministério da Agricultura, estados e municípios, passam a denominarem-se as duas primeiras, Ginásios Agrícolas e as últimas, Colégios Agrícolas.” (BRASIL, 1964).

Na região sudeste de Goiás, nos anos de 1950, ocorreu a “pecuarização das lavouras” (BORGES, 2000, p.103), ou seja, a substituição das áreas antes ocupadas pelas lavouras pela pecuária. Essa atividade agropastoril favoreceu a formação de latifúndios e a expulsão dos pequenos agricultores para outras áreas de fronteiras agrícolas ou para a zona urbana, provocando, assim, o êxodo rural: “no município de Pires do Rio, por exemplo, a expansão da

⁶ Advogado e jornalista, em janeiro de 1947 elegeu-se deputado estadual por Goiás na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Em outubro de 1950 elegeu-se deputado federal por Goiás na legenda do PSD, e foi reeleito em 1954, 1958 e 1962. Em 1967 encerrou-se sua vida política, dedicou-se à advocacia, vindo a exercer o cargo de diretor do Instituto de Pesquisas e Estudos do Congresso (IPEAC). Faleceu em 3 de outubro de 1988. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

pecuária sobre a agricultura provocara um êxodo da população rural, forçado pela falta de terras de cultivo, açambarcadas pelos criadores de gado” (BORGES, 2000, p.103). O sudoeste goiano desenvolveu a pecuária concomitantemente com a expansão da fronteira agrícola e a mecanização das lavouras de exportação.

1.2. Projetos de desenvolvimento da agropecuária nos anos de 1960

A partir dos anos de 1960, o setor agrário brasileiro passaria por uma significativa transformação que possibilitou a modernização da agricultura através da criação de um novo padrão agrário no Brasil.

Wenceslau Gonçalves Neto (1997, p.126-127) evidencia que, ainda no governo do marechal Castelo Branco, o Ministério do Planejamento, sob a responsabilidade de Roberto de Oliveira Campos, propõe reformular a estrutura econômica nacional e retomar o crescimento através do Programa da Ação Econômica do Governo 1964-1966 (PAEG). O setor agrícola deveria, então, ser capaz de fornecer alimentos e matérias-primas ao mercado urbano-industrial e garantir parte substancial das divisas para o financiamento das crescentes importações necessárias à retomada desenvolvimentista. Ademais, era necessário iniciar um amplo programa de treinamento de mão de obra através extensão rural e de criação de áreas de demonstração, para absorver parte da mão de obra que chegava anualmente ao mercado de trabalho e que precisava ser treinada.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), em relação à agricultura, previa a obtenção de taxas de crescimento da ordem de 5% a 6% ao ano, além da formulação de um conjunto de programas e projetos governamentais para intensificar o aumento da produtividade. Esses projetos, referentes à expansão da área agrícola, à reforma agrária e à colonização, além de constituírem um “sistema de apoio ao desenvolvimento agrícola”, compreendiam: um sistema de incentivos gerais, notadamente creditícios (crédito agrícola, preços mínimos, seguro agrícola); uma infraestrutura de comercialização (estoques de segurança, armazenagem, mecanismos de comercialização e de distribuição); e a produção de matéria prima para a indústria e de produtos de qualidade para exportação.

Em termos de políticas locais para o período 1968 a 1970, elaborou-se o Plano de Ação do Governo na administração de Otávio Lage. Em síntese, esse plano objetivava acelerar o incipiente processo de industrialização do estado, elevar a arrecadação e ampliar a renda interna.

As estratégias utilizadas para atingir tais objetivos consolidavam-se na realização de investimentos em infraestrutura econômica e social, no fortalecimento do mercado consumidor interno, na melhoria do nível de emprego, na interferência do setor público no mercado de capitais, no aprimoramento do sistema administrativo estadual e na retenção da parcela ativa e qualificada da população.

O sudoeste goiano conseguiu maior integração capitalista na economia nacional a partir de 1950, com o aumento das áreas de pastagens e uso intensivo do solo. “O município de Rio Verde, por exemplo, onde crescia a especialização da produção agrícola e iniciava-se um processo de modernização no campo, em dez anos a área cultivada se elevou de 11.200 para 31.362ha” (BORGES, 2000, p.104). O declínio da região sudeste e a ascensão do Sudoeste interferiram no andamento do Ginásio Agrícola de Urutaí.

De acordo com o depoimento de Valdomiro Pereira Martins, em julho de 1966, o estado de Goiás havia concluído a construção de dois pavilhões (administrativo e pedagógico) em Rio Verde e os entregou ao Ministério da Agricultura para implementar cursos na área de agropecuária. Na época, o ensino agrícola no país era administrado pela SEAV, sendo superintendente a professora Wolga Peçanha. Júlio Brandão Albuquerque era amigo da superintendente e, já atuando como diretor do Ginásio Agrícola de Urutaí, foi por ela incumbido de receber os prédios de Rio Verde e de providenciar a implementação do curso ginásial.

O curso ginásial agrícola em Rio Verde teve início com a aula inaugural ministrada no dia 02 de maio de 1967 e contava com 45 alunos internos e 45 semi-internos. O diretor, usando de sua influência com a superintendente, pressionou-a a fechar o ginásio de Urutaí e a transferir os alunos para Rio Verde, alegando que o sudoeste goiano era uma região mais promissora na agricultura e pecuária.

O artigo 5º do Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968, assinado pelo Presidente da República Artur da Costa e Silva e pelo Ministro da Educação Tarso Dutra, dispõe que: “São autorizados a funcionar como colégios o Ginásio Agrícola de Rio Verde, em Goiás [...] e como Centro de Formação de mão-de-obra [sic] qualificada em pecuária, o Ginásio Agrícola de Urutaí em Goiás” (BRASIL, 1968). Imediatamente o Dr. Júlio começou a transferência dos alunos do Ginásio Agrícola em Urutaí para Rio Verde, alguns foram para Uberlândia, pela distância ser menor. No entanto muitos desistiram do curso e passaram a frequentar o ginásial apenas propedêutico.

Domingos Antônio da Silva assumiu a direção do Ginásio Agrícola de Urutaí em 1967 quando o Dr. Júlio foi para Rio Verde. O funcionário, de acordo com sua pasta localizada nos

Recursos Humanos (RH), prestava serviço à instituição desde os anos de 1940 como artífice de mecânica. Júlio Brandão de Albuquerque nomeou Domingos Antônio da Silva diretor: “O Diretor do Ginásio Agrícola de Urutaí, resolve designar o Mestre nível 13 Domingos Antônio da Silva, para substituí-lo nos seus impedimentos” (PORTARIA Nº 56, 03 de outubro de 1967). Ele ficou responsável por cuidar do patrimônio da instituição e, naquele ano, a instituição não funcionou como uma escola.

A comunidade procurou o deputado federal Benedito Ferreira⁷, natural de Ipameri, que comunicou a situação da instituição ao Ministério da Educação. Vicente de Paula Freitas Nascimento (1968-1970), dessa maneira, assumiu a direção da instituição, que estava funcionando como Centro de Formação de Mão de Obra em Pecuária (CEMOP). Nos anos de 1968 e 1969, a instituição ofereceu apenas curso técnico de curta duração. Ao sair da direção do Ginásio Agrícola de Urutaí, em 1970, o diretor Vicente de Paula Freitas Nascimento abriu a primeira turma do curso ginásial novamente e agradeceu a Domingos Antônio da Silva pelo apoio recebido.

Ao sairmos da Direção do Ginásio Agrícola de Urutaí, queremos agradecer a V. S^a, pelos bons serviços prestados.
Se essa diretoria conseguiu realizar algo de proveitoso para o engrandecimento deste Ginásio V.s^a tem parcela relevante.
A execução de nossos trabalhos não seria possível, se não contássemos com sua boa vontade e alto senso de responsabilidade (OFÍCIO DE AGRADECIMENTO, S/Nº, 24 de novembro de 1970).

Divino Ribeiro do Prado acentua que o Dr. Júlio Brandão de Albuquerque transferiu todos os alunos para Rio Verde e, junto com eles, toda a documentação da secretaria, daí a dificuldade em recuperar esse período da história. Esses documentos não voltaram de Rio Verde, e a instituição recuperou sua condição de Ginásio Agrícola, em 1970. José Leal de Fontes (1970-1971), farmacêutico com registro para trabalhar como professor de Biologia, dirigiu o Ginásio Agrícola de Urutaí até a chegada da professora Sônia Xavier de Carvalho (1972-1974), que ficou na instituição por dois anos. Assumiu a direção o professor licenciado em Ciências Agrárias e com formação em Direito Emanuel Medeiros Costa (1974-1975) e, a seguir, os professores Fausto Teixeira (1975) e Júlio Marcos de Araújo, do DEM/MEC.

⁷ Benedito Vicente Ferreira nasceu em Ipameri, 1932; foi eleito deputado federal na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena) em novembro de 1966 e senador por Goiás na mesma legenda em novembro de 1970. Em 1978 foi reeleito senador, deixando o Senado em janeiro de 1987. Presidente da indústria Boa Sorte, tornou-se também proprietário de um empreendimento agroindustrial e pastoril no norte de Goiás. Faleceu no dia 8 de dezembro de 1997. CPDOC.

Enquanto a instituição enfrentava essas dificuldades, foram elaborados os planos nacionais de desenvolvimento. O I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 1972-1974) deixa de tratar a agricultura como um obstáculo ao desenvolvimento do Brasil, ao passo que o II PND (1975-1979) reconhece o dinamismo do primeiro setor da economia, chamando-o a cumprir funções complementares na nova realidade de crise que se vislumbrava (GONÇALVES NETO, 1997, p.139). Nesse cenário, o cerrado é visto como o grande potencial agropecuário do país e à instituição localizada nesse panorama cabia a função de preparar mão de obra técnica para atuar no setor agrícola.

1.3. Planos Nacionais de Desenvolvimento

Entre os anos de 1970 e 1985 foi elaborado o Programa de Metas e Bases para Ação do Governo (1970-1973), e os 3 Planos Nacionais de Desenvolvimento: I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), e o III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985). Os referidos planos tinham por objetivo colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas através do fortalecimento da economia. Os PNDs apresentavam propostas para educação e, também, proposições ao avanço do setor agrícola no Brasil para atingir o crescimento econômico. A EAFUR foi organizada para formar mão de obra para o setor agrícola em franco desenvolvimento, o que possibilitou o desenvolvimento de uma cultura escolar agrícola.

O Programa de Metas e Bases para Ação do Governo (1970-1973), período auge do Milagre Econômico⁸, foi dirigido principalmente à área social, por meio de investimentos em educação, saúde, saneamento, agricultura e abastecimento e por meio de avanço no desenvolvimento científico e tecnológico. Na área educacional, foi implantada a reforma educacional Lei 5.692/71, que apresentou dois pontos fundamentais: “a extensão da escolaridade obrigatória, compreendendo agora todo o denominado ensino de 1º grau, junção do primário com o ginásio e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau” (GERMANO, 2011, p.164). A escolarização das crianças e jovens, apresentada com caráter social, objetivava formar pessoas para atuar como mão de obra no país em desenvolvimento. Nesse período, o Ginásio Agrícola funcionava formando mestres agrícolas.

⁸ O chamado “milagre econômico” brasileiro – período de excepcional crescimento da economia entre 1968 e 1973 – decorreu principalmente do efeito tardio das reformas associadas ao PAEG, durante o governo de Castello Branco (1964-1967) (ALCÂNTARA, 2009).

Assim preconizava o Programa de Metas e Bases para Ação do Governo:

Na década de 70, um movimento renovador, de profundidade, no Setor Agrícola. Isso significará, principalmente, dotar a Agricultura brasileira de um sistema de apoio, financeiro e fiscal, capaz de produzir a transformação tecnológica e o fortalecimento acelerado de uma agricultura de mercado, sensível aos estímulos de preços; realizar a expansão de áreas, principalmente através da ocupação de espaços vazios, no Centro-Oeste (zona dos Cerrados), no Norte e nos vales úmidos do Nordeste; converter em realidade a Reforma agrária, nas áreas em que o sistema de propriedade da terra constitui obstáculo ao aumento de produtividade e à melhoria de condições do trabalhador rural; transformar o Brasil em importante exportador de carne e outros produtos agrícolas não tradicionais; efetivar a modernização do sistema de comercialização de produtos agrícolas, notadamente nos grandes centros urbanos (LIVRO METAS E BASES PARA A AÇÃO DE GOVERNO, 1970, p.89).

Em resumo, quatro grandes prioridades eram destacadas no programa: a revolução na educação e a aceleração do programa de saúde e saneamento; a revolução na agricultura e no abastecimento; a aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico; e o fortalecimento do poder de competição da indústria nacional. A transformação exigida para o setor agrícola necessitava de pessoas que tivessem formação para empreender novas técnicas na agricultura e pecuária. A EAFUR apresentava condições para preparar jovens que atuariam nas empresas de extensão, no agronegócio e nas próprias propriedades e, portanto, introduziriam novos métodos no setor agrícola tais como: fertilizantes, mecanização, práticas conservacionistas, dinamização dos equipamentos, culturas de ciclos rápidos que possibilitem produzir para exportar.

Os pontos fundamentais dos PNDs (1972-1985) para o desenvolvimento da agricultura e pecuária podem ser observados no Quadro 2.

QUADRO 2 – Estratégias políticas de desenvolvimento para o setor agrícola – PND

Fonte: Planos Nacionais de Desenvolvimento 1972-1985.

Org: A autora.

I PND	II PND	III PND
<p>*disseminação do uso de insumos modernos, de forma diversificada para o Centro-Sul e Nordeste, atentos aos seus efeitos sobre a absorção de mão de obra;</p> <p>* pesquisa agrícola em grande dimensão, a fim de obter, para os produtos básicos do Centro-Sul e do Nordeste, os resultados alcançados, por exemplo, no caso do trigo.</p> <p>*desenvolvimento de uma agricultura moderna, de base empresarial, para alcançar o mercado internacional;</p> <p>*transformação da agricultura do Nordeste, na forma de programa de redistribuição de terras e estímulos à agroindústria;</p> <p>*modernização das estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas;</p> <p>*garantia de rentabilidade para a exploração agrícola dos principais produtos e da disponibilidade de mercado;</p> <p>*desenvolvimento da pecuária de corte e de leite, e de outros produtos de origem animal;</p> <p>*industrialização de produtos agrícolas;</p> <p>*aumento das exportações de produtos agrícolas.</p>	<p>*uso da terra, no Centro-Sul, com ênfase principalmente nos problemas da elevação de preços e no estímulo a certa especialização,</p> <p>* preocupação, nas áreas novas, em solucionar os assuntos de regularização fundiária, a fim de definir a propriedade das terras disponíveis para a expansão da agropecuária e colonização;</p> <p>* modernização do setor agropecuário, dotando-o de bases empresariais, principalmente no Centro-Sul.</p> <p>*expansão da utilização de insumos modernos,</p> <p>*crédito, nas diferentes modalidades, como instrumento de implantação da empresa rural;</p> <p>*disseminação de novas tecnologias;</p> <p>*expansão da agroindústria;</p> <p>*formação de um novo modelo operacional para o setor público no tocante aos programas de pesquisa e experimentação agrícola e extensão rural;</p> <p>*educação para o setor agropecuário e desenvolvimento da tecnologia de alimentos;</p> <p>*apoio às formas de organização de produtores: as cooperativas;</p> <p>*execução da Reforma Agrária e de Programas de Redistribuição de Terras;</p> <p>*estratégia de ocupação de novas áreas, principalmente no Centro-Oeste, Amazônia e vales úmidos do Nordeste;</p> <p>*fortalecimento da ação do setor público relativa a áreas indelegáveis;</p> <p>*formação de estoques reguladores;</p> <p>*concentração setorial de incentivos para a formação de pólos florestais e de produção agrícola intensiva, pelo uso racional da terra e dos recursos hídricos;</p> <p>*estratégia social para assegurar ao produtor maior participação na renda do setor, proteção ao pequeno produtor, elevação contínua da renda real dos trabalhadores e amparo das leis trabalhistas e da previdência e assistência social.</p>	<p>*descentralização máxima da execução da política de desenvolvimento do setor, de modo a ampliar a participação e as responsabilidades dos setores privados e dos governos estaduais e municipais;</p> <p>*aumento da disponibilidade de produtos agropecuários básicos para torná-los acessíveis, a menores preços, às famílias de menor renda;</p> <p>*ampliação e intensificação das pesquisas de solos, espécies e sementes e estímulo ao consumo de fertilizantes e outros insumos modernos, visando à adoção de tecnologias apropriadas;</p> <p>*criação de sistema integrado de produção, armazenagem, transporte e comercialização, de forma a tornar mínimos os desperdícios e perdas, e a assegurar o escoamento regular para o abastecimento interno e as exportações.</p> <p>*apoio ao desenvolvimento das agroindústrias;</p> <p>*estabilizar as margens de comercialização, evitando excessos que prejudiquem ou comprometam o abastecimento, a preços adequados para o consumidor e o produtor.</p>

Para atuarem nesse novo modelo de produtividade, foram elaborados planos para o setor educacional. O I Plano Setorial de Educação e Cultura previa para a educação técnica:

Construção, transformação e equipamentos de colégios industriais, agrícolas, comerciais [...] com verba prevista de CR\$ 37.677.800,00, com coordenação de Departamento do Ensino Médio (DEM), financiados através de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1973, p.24b)

Nesse período, o Ginásio Agrícola de Urutaí enfrentava dificuldades referentes à estrutura física: muitos prédios e as estruturas nas Unidades Educativas de Produção (UEPs), na época chamadas Laboratório de Práticas de Produção (LPP), encontravam-se em estado de deterioração, o que tornava necessário promover melhorias na instituição e investimentos na formação básica da população do estado.

De acordo com o II Plano Setorial de Educação e Cultura (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1976, p.19), em 1970 havia 8.100 alunos matriculados no ensino agrícola e, em 1973, esse número subiu para 14.800. Em três anos as matrículas aumentaram consideravelmente no ensino agrícola do país, porém isso não ocorreu na instituição em pauta, o que acreditamos ser resultado dos problemas administrativos enfrentados no período.

O II Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC) tinha como objetivo geral para a educação de 2º grau “assegurar a expansão quantitativa e qualitativa do ensino de 2º grau no quinquênio.” (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1976, p.36). Em 1978 foram realizadas as primeiras matrículas em nível de 2º grau no Curso Técnico em Agropecuária. Os objetivos específicos do II PSEC previam:

1. Melhorar os níveis de desempenho do ensino de 2º grau através da utilização de métodos e técnicas de ensino-aprendizagem adequados às exigências dos conteúdos programáticos.
2. Diversificar a oferta e o nível das habilitações profissionais, tendo em vista as possibilidades e necessidades sócio-econômicas de cada região.
3. Ampliar e racionalizar os serviços educativos.
4. Assegurar o contínuo ajustamento dos conteúdos e métodos de ensino às mudanças técnico-científicas, econômicas e sócio-culturais da sociedade.
5. Garantir a coerência entre os objetivos de formação deste nível com os objetivos dos níveis antecedentes e subsequentes (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1976, p.36).

Sustentar o processo de desenvolvimento econômico e social do país em termos globais, setoriais e regionais; formar recursos humanos oportunizando o exercício das atividades para as quais foram preparados; e oferecer ao sistema produtivo mão de obra qualificada formam a base do II PND (1975-1979). A EAFUR foi organizada de maneira a possibilitar o atendimento a esses anseios.

No decorrer do III PND (1980-1985), o Brasil sofria uma crise econômica e, durante o governo do presidente Figueiredo, passou a governar com medidas de curto prazo. A agricultura

foi reconhecida como setor prioritário da economia brasileira, juntamente com o desenvolvimento de novas energias. O setor energético, no período, estava:

sujeito à vulnerabilidade tanto maior quanto mais dependente do suprimento externo de energia. Atualmente, mais de 40% da energia consumida no Brasil provém de fontes externas, respondendo o petróleo importado pela quase totalidade. A escalada de seus preços - a que se associa crescente incerteza quanto ao próprio suprimento, tendo em vista o panorama internacional - prejudica a balança comercial brasileira não apenas pelo aumento da conta do petróleo: pressiona também a inflação internacional que induz retração dos mercados mundiais, assim encarecendo as importações e dificultando as exportações nacionais (BRASIL, III PND, 1980, p.62-63).

A plantação de cana para produção de álcool estava dentre as medidas para superar a racionalização de energias que contribuíram para continuar ampliando o desenvolvimento da agricultura.

No III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto - III PSECD (1980, p.13), a educação ganha sentido e consequência a partir de sua inserção no espaço social, determina prioridades e oferece os elementos de avaliação quanto a um rendimento que, no Brasil dos nossos dias, terá de ser medido pela educação das desigualdades sociais e dos desequilíbrios regionais.

Para o Centro-Oeste, o III PSECD destaca a preocupação voltada para a população de 7 a 14 anos, bem como a oferta de oportunidades a adolescentes e adultos, apelando para a utilização de tecnologia educacional acessível e para a assistência efetiva ao educando (III PSECD, p.30).

Na educação de 2º grau, visando enfrentar, decisivamente, o desafio de oferecer terminalidade concomitantemente à função propedêutica deste grau de ensino:

- estimular a diversificação dos tipos de estabelecimentos, de modo a, na medida das necessidades regionais, ampliar a gama de oferta de diferentes modalidades de educação geral e formação especial;
- **dar continuidade às medidas de consolidação e aperfeiçoamento das escolas técnicas e dos colégios agrícolas federais, articulando-os, cooperativamente, com as redes estaduais de ensino profissionalizante;**
- estabelecer programas conjuntos entre as Secretarias de Educação e Universidades visando ampliar as condições de desenvolvimento dos cursos de formação de docentes e pessoal técnico-administrativo;
- estabelecer mecanismos de articulação dos planos curriculares das unidades de ensino de 2º grau e das unidades de formação profissional, de modo a oferecer possibilidades de complementaridade de estudos (III Plano Setorial de Educação e Cultura e Desporto, 1980, p. 20-21, grifo da autora).

Francisco José Montório Sobral (2015, p.89) considera que, “durante boa parte de seu período de atuação, a contribuição da COAGRI na execução da política para a educação agrícola foi sintonizada com as prioridades econômicas e sociais estabelecidas pelo III PND e com as diretrizes do III PSECD (1980-1985)”. “Na esfera da educação, em termos gerais,

perseguem-se o objetivo de ampliar as oportunidades educacionais e reduzir as disparidades regionais, dentro do princípio da educação permanente e do desenvolvimento sócio-político-econômico” (BRASIL, 1980, p.19). Julgamos que a EAFUR foi organizada em sincronia com os três planos nacionais de desenvolvimento, pois implantou em seu currículo as inovações do setor agrícola de todos os três planos.

1.4. Programas desenvolvidos dentro dos PNDs que contribuíram para o progresso da agropecuária em Goiás

De acordo com Luís Estevam (2004), durante o I PND foram implantados 53 projetos de agropecuária no norte de Goiás⁹, com apoio e incentivos da Superintendência de Desenvolvimentos da Amazônia (SUDAM), a qual incorporou parte da área de responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro Oeste (PLADESCO), criado pela SUDECO em 1973, que vigorou nos anos de 1973 e 1974, procurava conciliar seu objetivo com o elenco nacional de prioridades referentes a migrações internas e exportações, ou seja, incorporar novas áreas de produção, fixar população e desenvolver o meio urbano e a agroindústria. Nesse sentido, urgia a necessidade de estabelecer ações em pontos estratégicos que oferecessem melhores condições e potencial para o atendimento dos objetivos traçados.

No campo social, o plano visava realizar investimentos direcionados à ampliação das ofertas de serviços que proporcionassem melhorias nas condições de vida da população. Foi verificada a expansão dos serviços básicos de saúde a todas as comunidades do território goiano e a melhoria dos baixos níveis sanitários do estado. Buscava-se, ainda, orientar o setor de educação tanto para a qualificação da mão de obra quanto para maior integração do homem à sociedade.

Segundo Carvalho (1996, p.106-108), o PLADESCO foi implantado em Goiás em Ceres, Anápolis, Rio Verde, Itumbiara e Paranã (atualmente TO). O plano visava construir redes de armazenamento, introduzir técnicas na agricultura (fertilizantes, mecanização, culturas de ciclo rápido), desenvolver a agroindústria, construir estradas e eletrificação rural, investir em habitação, e fixar a população nas atividades da agroindústria. Com exceção desses projetos, a intervenção federal no estado de Goiás ficou restrita à infraestrutura especialmente de rodovias, visando facilitar e apoiar a ocupação produtiva.

⁹Até 1985, foram aprovados 626 projetos, 215 no estado do Mato Grosso, 53 em Goiás, com tamanho médio das propriedades de cerca de 21 mil hectares, em alguns casos ultrapassando o exorbitante tamanho de 100 mil hectares (ESTEVAM, 2004, p.154).

A infraestrutura como rodovias, eletrificação rural e construção de armazéns chegou muito lentamente em Goiás, no governo de Iris Rezende (1983-1986), que foi o primeiro governador após a redemocratização, quando foi dada prioridade à integração (rodoviária) interna do estado.

Destinando aproximadamente 30% do orçamento para o setor de transporte, ampliou-se a rede viária estadual pavimentada de 1.512 km para mais de 4.500 km, ou seja, 200% a mais do que já existia. Isso se deu graças a financiamentos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (SILVA, 2002, p.102).

No II PND, o caráter de intervenção federal no estado de Goiás foi favorecido pelos programas: Programa para Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), Programa de Polos Agropecuários e Agro-Minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), e Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB).

O POLAMAZÔNIA destinou-se à Amazônia Legal. Na configuração atual do Centro-Oeste, representa parte do estado do Mato Grosso e o estado do Tocantins. Dos pólos de desenvolvimento do programa, apenas um estava localizado no (antigo) estado de Goiás, o Pólo Araguaia/Tocantins, e a este foram destinados US\$ 20,7 milhões. Os projetos do POLAMAZÔNIA geraram especulação e concentração fundiária. Contudo, as áreas beneficiadas são as mais promissoras em perspectivas de desenvolvimento (GONÇALVES; CLEPS JUNIOR, 2005, p.6397).

O POLOCENTRO visava a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e no oeste de Minas Gerais. O programa tinha objetivos bem definidos para o setor: infraestrutura, pesquisa agropecuária e concessão de linhas de crédito. Goiás recebeu mais investimentos do POLOCENTRO pois, dos 12 polos de desenvolvimento, quatro estavam em Goiás, especificamente nos municípios de Piranhas, Pirineus, Rio Verde e Paranã (atualmente em Tocantins).

Luis Estevam (2004, p.157) elucida as ações desenvolvidas para atingir cada objetivo do POLOCENTRO. Em matéria de infraestrutura, foram construídos armazéns para conservar a produção, estradas para escoamento e usinas para gerar energia. A capacidade de armazenamento obtida com recursos do programa não atingiu nem um terço do orçamento previsto, e quase metade do previsto foi executado no que se refere à pavimentação. Por outro lado, no setor de energia, as metas executadas conseguiram avançar além das estimativas iniciais.

O sistema de pesquisa montado pelo POLOCENTRO contou com a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Em 1974, foram criados os

primeiros centros nacionais por produtos: trigo ,em Passo Fundo – RS; arroz e feijão, em Goiânia – GO; gado de corte, em Campo Grande – MS; e seringueira, em Manaus – AM. A EMBRAPA Arroz e Feijão, unidade de pesquisa de referência dos referidos produtos, foi criada em 4 de outubro de 1974, iniciando suas atividades em novembro do mesmo ano com a incumbência inicial de desenvolver pesquisas com a cultura do arroz. A partir de 1975 passou a dedicar-se também à pesquisa da cultura do feijoeiro. O técnico em agropecuária era capacitado para “executar tarefas em campos experimentais e laboratórios, sob a orientação de agrônomos, zootecnistas, veterinários e engenheiros florestais” (CARACTERIZAÇÃO OCUPACIONAL DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, 1983, p.38).

A EMBRAPA concentrou esforços no desenvolvimento de tecnologias para lavoura e pecuária de corte. Paralelamente aos trabalhos de pesquisa, foram montadas unidades especializadas em assistência técnica gerenciadas por empresas privadas sob a coordenação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). O sistema completou-se, estendendo-se aos diversos estados com a criação, em cada um deles, da sua respectiva Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER. Em 1º de Janeiro de 1977, foi criada a EMATER-Goiás, que passou a contar com 112 escritórios regionais, espalhados por 192 municípios dos 223 existentes no estado em 1980 (ESTEVAM, 2004, p.157). A EMATER assumiu a responsabilidade pela execução do serviço de extensão rural no estado. O caráter, até então privado, de extensão é substituído pelo serviço público. Esse sistema visava o controle da articulação dos produtores rurais com a introdução de novas culturas, de técnicas de cultivo e manuseio do solo e, também, de orientação alimentar. Os rumos de sua orientação geral dependem da natureza do modelo econômico e agrícola e do tipo de suas relações com os centros internacionais de pesquisa. Os Técnicos em Agropecuária formados na instituição, dentre os diferentes anseios, almejavam a aprovação em concurso público para trabalhar com extensão agropecuária na EMATER. Dentre os empregadores, a “Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER emprega 19,38% dos Técnicos em Agropecuária” (CARACTERIZAÇÃO OCUPACIONAL DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, 1983, p.44). A propósito, para implantação dessa nova agricultura era necessário capital.

Luis Estevam (2004, p.158) analisa o crédito rural no período: para concessão desse financiamento, exigiu-se padrão tecnológico, elevada densidade de capital, motomecanização, aquisição de fertilizantes, entre outros insumos. O crédito rural contava com diferentes linhas de crédito e taxas de juros subsidiadas, o que atraiu produtores de outras regiões do país para as regiões beneficiadas pelo POLOCENTRO (Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais). Dentre as

habilidades do Técnico em Agropecuária, constava “orientar produtores rurais quanto à obtenção de crédito agrícola” (CARACTERIZAÇÃO OCUPACIONAL DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, 1983, p.40).

A agropecuária do cerrado tornou-se moderna e produtiva devido às novas técnicas, e os recursos governamentais facilitaram a geração de empresas-fazenda, porém,

O crédito, devido à exigência de padrão operacional e tecnológico, não contemplou significativamente pequenos produtores. Os projetos de viabilidade econômica e financeira, o volume de recursos necessários, as garantias demandadas, a formação de estoques de capital e os padrões técnicos requeridos não estavam ao alcance do pequeno agricultor, deste modo, o crédito rural esteve concentrado no âmbito da grande propriedade. (ESTEVAM, 2004, p.158).

A Escola Agrotécnica Federal de Urutaí, apesar de não estar localizada na região contemplada pelo POLOCENTRO, encontrava-se no cerrado, e recebeu alunos de diferentes regiões do estado de Goiás e do Brasil, inclusive das localidades onde estava localizado o POLOCENTRO. Diante do desenvolvimento no setor, a instituição tinha que promover ensino que possibilitasse a formação de técnicos para atuar nessa “nova” agropecuária.

O PERGEB definiu cinco zonas para investimento: o Eixo Ceres-Anápolis, a Área de Influência das BRs 040 e 050, o Vale do Paranã, as Áreas de Mineração e os Chapadões de Paracatu. Os recursos do programa foram aplicados em desenvolvimento industrial e rural, em transportes, em energia, em saneamento e em melhorias urbanas.

No desenvolvimento rural, o PERGEB priorizou o aumento da produtividade agrícola, ao contrário do POLOCENTRO, que priorizou o enfoque empresa-rural. Isso permitiu a multiplicação de diversos assentamentos na área de abrangência do PERGEB. Em relação ao desenvolvimento industrial, o programa concentrou-se na implantação do Distrito Agroindustrial de Anápolis. (ESTEVAM, 2004).

Diante das exigências de um padrão tecnológico na lavoura e de bens para conseguir o financiamento para o empreendimento, os pequenos agricultores não foram contemplados. Dessa forma, quem se beneficiou com essa política de crédito rural foram os grandes proprietários (ESTEVAM, 2004). Os alunos da EAFUR, muitos deles filhos de pequenos e médios agricultores, esbarravam na dificuldade financeira ao retornarem para suas propriedades no anseio de aplicar as novas tecnologias apreendidas na instituição de ensino. Porém, mesmo diante dos problemas, acreditamos que as novas técnicas desenvolvidas na EAFUR foram gradativamente implantadas por essa nova geração, também contando com os programas de extensão desenvolvidos pela EMATER junto a esses produtores.

Os grandes produtores desenvolveram novas culturas no cerrado, preferindo produtos com perspectivas de exportação ao longo dos anos. É possível notar o crescimento impetuoso de milho e soja, enquanto o arroz e o feijão não apresentaram um aumento galopante de produção, mesmo diante da tecnologia aplicada na agricultura goiana, conforme mostrado na Tabela 1.

TABELA 1 – Área Colhida e Produção das Principais Culturas em Goiás (1000 ha e 1000 ton)
Fonte: Luís Estevam. 2004, p.165.

Ano	Arroz		Feijão		Cana		Milho		Soja	
	(ha)	(ton)	(ha)	(ton)	(ha)	(ton)	(ha)	(ton)	(ha)	(ton)
1960	420	724	78	76	34	1453	192	321	0	0
1969	930	915	157	96	31	1.341	379	561	1	1
1975	947	869	223	112	15	614	640	1.228	55	73
1980	1.186	1.455	160	72	20	1.218	803	1.751	246	455
1985	1.071	1.358	180	51	103	7.024	926	2.464	621	1.127
1988	1.099	1.551	210	57	96	6.556	1.112	2.993	773	1.497

Com relação à área produtiva, houve mudanças na estrutura agrícola de Goiás. Em 1960, a área ocupada com lavoura de arroz era de 58,01% do valor total de terras plantadas no estado; a de feijão, 10,77%; cana, 4,69%; milho, 26,52%; e soja, 0%. Em 1988, os valores mudaram: arroz, 14%; feijão, 4,86%; cana, 2,91%; milho, 33,70%; e soja, 23,49% da área cultivada. Comparando a área plantada, a maior diferença entre 1960 e 1988 é verificada no caso de arroz e soja: em 1960, mais da metade da área cultivada em Goiás era de arroz, enquanto que, em relação à soja, não havia um único alqueire plantado; em 1988, quase um quarto da área cultivada em Goiás era lavoura de soja, ao passo que a área de cultivo de arroz correspondia a apenas 14%. Os números revelam que, com a aplicação de tecnologias no campo, a soja era o cultivo preterido dos grandes agricultores.

Outro projeto para o desenvolvimento da região foi o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), assinado pelo primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka e pelo então Presidente do Brasil, Ernesto Geisel, em setembro de 1974. O Programa estabelecia a relação entre ambos os países sobre o desenvolvimento agrícola. O PRODECER visava estimular o aumento da produção de alimentos, contribuir para o desenvolvimento regional do país, aumentar a oferta de alimentos no mundo e desenvolver a região do cerrado.

O PRODECER I e II abriu uma área de 270 mil hectares, em 19 projetos de colonização, dos quais onze projetos em Minas Gerais, três em Goiás, dois no Mato Grosso, dois na Bahia e um no Mato Grosso do Sul. E com o PRODECER III estão sendo incorporados mais 80 mil hectares de terra, no Maranhão e no Tocantins, com o assentamento de 80 famílias (PÉRET, 1997, p.356).

Em Goiás, o PRODECER foi implantado nos municípios de São João da Aliança, Niquelândia, Água Fria de Goiás, Cristalina, Ipameri, Campo Alegre de Goiás e Pedro Afonso (TO). Segundo Maria Erlan Inocência (2010), além dos produtores, beneficiários finais da PRODECER, duas estruturas foram fundamentais para a execução do programa: a Companhia de Produção Agrícola (CAMPO)¹⁰, como coordenadora da execução, e as 101 cooperativas, as quais atuaram como mecanismo de organização dos produtores, com responsabilidades executivas tanto na implantação quanto na consolidação dos projetos.

Os produtores goianos viram no cooperativismo uma alternativa para instituir a renovação produtiva e, assim, conseguir produzir em larga escala. Nos anos de 1970, houve nova fase de estruturação do cooperativismo goiano. Nesta década, as cooperativas agrícolas ressurgiram com um novo projeto econômico: organizar a produção de grãos nas terras férteis, principalmente no sudoeste do estado. O pensamento empresarial cooperativista nasceu nesse período, e o ramo que melhor soube utilizar essa relação foi o agropecuário, graças à especificidade dos seus produtos.

Cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem ao cooperado, caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento, industrialização, além de assistência técnica, educacional e social. A assistência técnica passou a ser levada pela EMATER-Goiás aos produtores. Em 1975, foram registradas seis cooperativas agropecuárias na Organização das Cooperativas em Goiás (OCG).

A expansão da agricultura em Goiás, que deixou a subsistência para níveis de produção em escala, também obrigou que a OCG cuidasse dos interesses econômicos dos filiados. A Organização buscou consultores em entidades parceiras para orientar as cooperativas sobre a industrialização, a comercialização da produção, a compra de insumo, a participação em sociedades não-cooperativas e a aplicação das poupanças dos cooperados por uma melhor remuneração. “As cooperativas agrícolas empregavam 6,8% dos técnicos em agropecuária” (CARACTERIZAÇÃO OCUPACIONAL DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, 1983, p.44). A Escola Agrotécnica Federal de Urutaí possuía a COETAGRI, onde os alunos puderam vivenciar o funcionamento de uma cooperativa agrícola

¹⁰ Órgão coordenador do PRODECER, a CAMPO foi criada em 1978, através da constituição de duas *holdings*: uma brasileira e outra japonesa. Do lado brasileiro, a holding é a BASAGRO (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial), que conta com 51% do capital da empresa [...], e a *holding* japonesa é a JADECO (Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola), com 49% do capital. (INOCÊNCIA, 2010, p.90).

1.5. Corolário da modernização da agricultura no Brasil e em Goiás

O processo de modernização da agricultura brasileira transforma a estrutura agrícola do país, na qual os processos operacionais de produção eram essencialmente braçais, em um modelo centrado na tecnificação agrícola, alicerçada na dependência financeira e na integração com a indústria de bens de produção agrícolas (tratores e insumos). Ao definir a modernização da agricultura brasileira, Paulo Sandroni propõe:

De modo geral, o processo de modernização [da agricultura] se desenvolve dentro de uma sistemática de equilíbrios e conflitos, variando conforme o ritmo que ela se realiza e os agentes sociais que mobiliza. Quanto mais veloz e extensa for essa mobilização, menores as possibilidades de serem canalizadas às reivindicações dos setores mobilizados – sobretudo quando há defasagem entre a crescente participação social e as limitações na capacidade de o sistema político-econômico responder às solicitações sociais (SANDRONI, 1994, p.204).

No contexto desse movimento de modernização agrícola, com alterações técnicas de produção, ocorreram modificações nas relações de trabalho em Goiás. Assim, a mão de obra utilizada foi a familiar, disponibilizada por pequenos proprietários e posseiros, e a mão de obra volante nas tarefas em regime de empreitada. Dessa forma, tratava-se de trabalhos eventuais e a legislação vigente do período isentava os empregadores de encargos sociais. Segundo pesquisa de campo realizada na região sudoeste de Goiás, 67,7% dos volantes não tinham sequer carteira profissional. Em 1980, um número maior de trabalhadores volantes prestava serviços na região sudoeste de Goiás, a maioria oriunda de Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Norte (ESTEVAM, 2004, p.174).

A mão de obra qualificada correspondia aos assalariados fixos, pois se tornaram imprescindíveis na utilização de máquinas e implementos agrícolas, na limpeza de terrenos, na correção e preparo de solos, na aplicação de adubações químicas e nos transportes. Os alunos da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí preenchiam os requisitos necessários para ocupar essas funções, pois a instituição preparava os técnicos agrícolas “dentro” das novas técnicas desenvolvidas na agricultura.

A modernização capitalista atingiu os fazendeiros diretamente: alguns dispunham de um patrimônio considerável. Para Bernardo Sorj, existiam, no Brasil, “[...] pequenos e médios produtores altamente capitalizados” (SORJ, 1980, p.145) que contribuíram para a constituição de uma agricultura familiar capitalista em Goiás, e que resistiram à modernidade: continuaram sendo negociantes, administradores e trabalhadores rurais na propriedade, temiam o crédito, os técnicos, o associativismo; para eles, a própria propriedade é capital. A expansão capitalista no campo encontrou em Goiás um número considerável de pequenos e médios produtores, porém as grandes propriedades abrangiam mais de dois terços do território goiano. Os médios

produtores procuraram adaptar-se às novas tecnologias e os pequenos, que não conseguiam produzir e gerar renda suficiente para manter-se, passaram a trabalhar em serviços temporários fora de suas propriedades.

A maioria dos alunos da EAFUR eram filhos de pequenos e médios produtores. No relatório de 1981, ficou registrada a profissão dos pais: 28,21% eram fazendeiros; 29,74%, agricultores; 7,18%, comerciantes; 0,51%, médicos; 10,77%, funcionários públicos; e 23,59%, outras ocupações. Em suma, 57,95% dos alunos eram filhos de pais que trabalhavam com a agropecuária. O livro *Caracterização Ocupacional Do Técnico Em Agropecuária* (1983, p.18), no que diz respeito à ocupação dos pais desses profissionais, traz a informação de que 47% são filhos de proprietários rurais; 5,5% são filhos de empregados de propriedades rurais; 2,5%, de meeiros, 3,2%, de arrendatários; 2% atuam na área secundária; 35%, na área terciária; e 5% não definiram a ocupação. Os alunos egressos assumiram diferentes funções no setor: alguns voltaram para as propriedades de seus pais; outros conseguiram empregos nas áreas públicas ou privadas; e um pequeno número continuou os estudos.

A implantação da agricultura industrializada no Brasil veio acompanhada também de obstáculos para as pessoas que trabalhavam no setor e que aqui já residiam, tendo em vista a dificuldade em adequar-se aos novos modos de produção. As terras na região foram valorizadas e, assim, intensificou-se o ritmo de concentração da propriedade das terras nas mãos dos grandes produtores. A grande agricultura, ao mesmo tempo em que trouxe progresso, contribuiu para devastar os recursos naturais, dentre eles o cerrado.

A expansão e a modernização conservadora¹¹ da agricultura, apoiada principalmente na plantação de soja, embora tenha gerado aumento da produtividade, teve efeitos ecológicos negativos. “Estes resultaram, principalmente, da mecanização, do controle químico de pragas e ervas invasoras, do intenso uso de fertilizantes inorgânicos e do uso de drogas diversas na pecuária” (MUELLER, 1992, p.19). O “modelo” agrícola adotado era voltado para o consumo de capital e tecnologia externa: grupos especializados passavam a fornecer insumos, como máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes. Essa inserção química que favoreceu o desenvolvimento da agropecuária no Brasil e em Goiás possibilitou mais lucros aos empresários do setor do que aos produtores rurais (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Essa reestruturação técnico-produtiva no estado caracterizou-se pelo emprego de maquinaria e de insumos industriais, acelerando o processo de modernização agrícola regional

¹¹ A transformação do modo de produção e empreendimento no Cerrado, a mudança do rural para o agrícola aliado ao processo de urbanização da contemporaneidade, dentre outros fatores, fizeram e/ou fazem com que o cerrado (população e paisagem – objetos e ações) seja um território em disputa, onde a aparência pode ser moderna e cosmopolita, mas a essência ainda é tradicional (OLIVEIRA, 2009)

realizado por empresas de capital nacional e internacional da agroindústria que se instalaram em Goiás. “Entre as mais importantes empresas regionais surgiram a Arisco e a Só Frangos Alimentos em Goiás” (ESTEVAM, 2004, p.167).

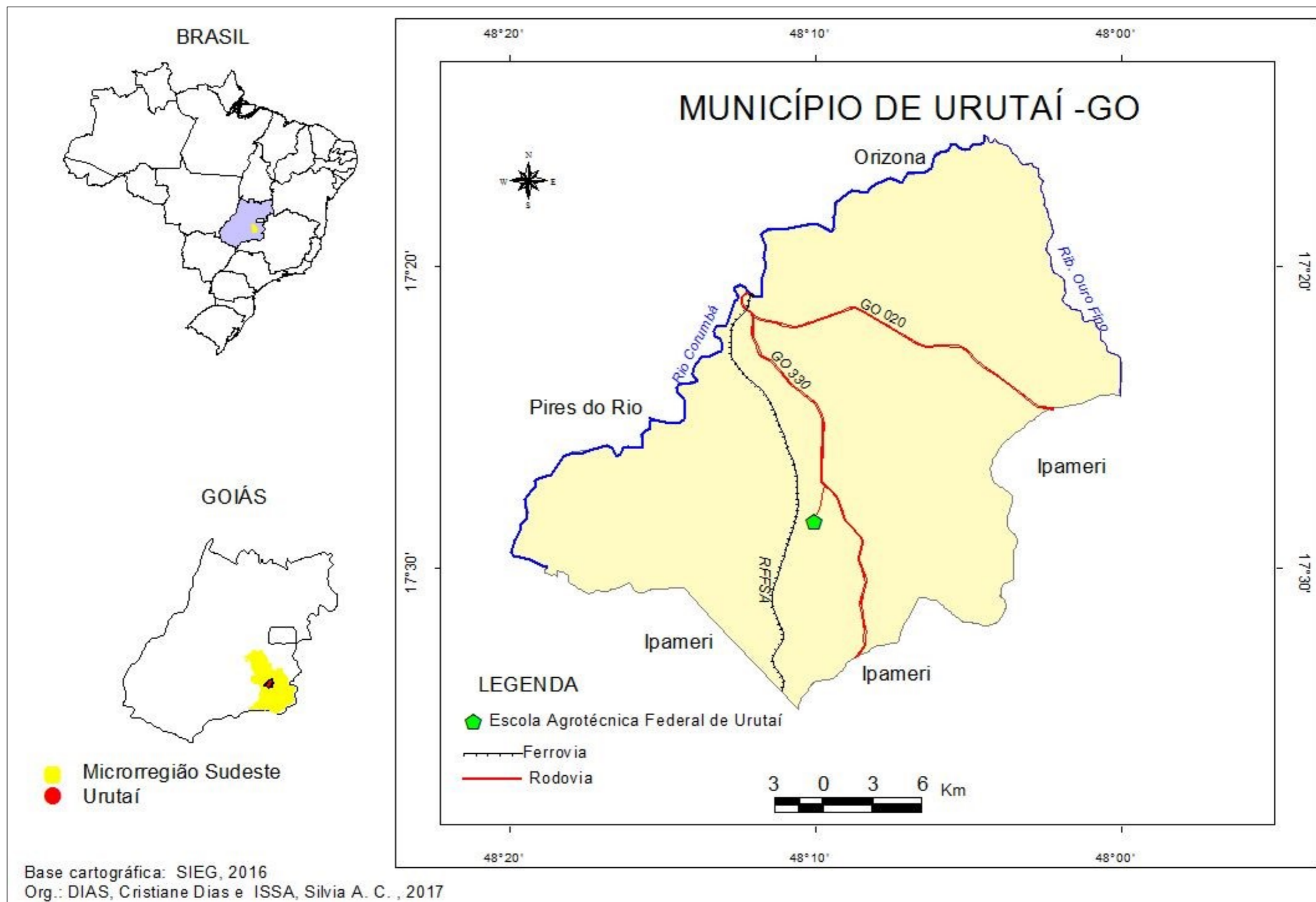
As inovações agrícolas desenvolvidas e implantadas no Brasil e em Goiás mudaram o modelo de apropriação do espaço e, por conseguinte, modificaram a dinâmica econômica e territorial de Goiás. “As migrações internas no sentido rural-urbano mudaram o padrão populacional estadual, de maioria rural, sertanejo, caipira, a majoritariamente urbano, “moderno”, interligado à dinâmica econômica do capitalismo globalizado-verticalizado” (OLIVEIRA, 2009, 229). Uma das implicações na EAFUR foi o atendimento a alunos vindos de diferentes localidades do Brasil, consequência da migração; outra foi a origem dos alunos, que antes eram majoritariamente oriundos da zona rural e passaram a ser provenientes da zona urbana.

O município de Urutaí, apesar de se encontrar na região de cerrado, não foi contemplado com os programas de desenvolvimento para a agropecuária assim como foram os outros municípios de Goiás. Não obstante, a EAFUR contribuiu para a formação de técnicos em agropecuária e desenvolveu pesquisa, juntamente com a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA), para adaptar novas culturas, como a soja, no cerrado goiano.

1.6. O município de Urutaí diante do desenvolvimento da agropecuária

O município de Urutaí localiza-se na microrregião de Pires do Rio, inserida na Mesorregião Sul Goiano, como parte do estado de Goiás. O município faz parte da região da Estrada de Ferro e limita-se com os municípios goianos de Pires do Rio, Orizona e Ipameri. Está situado nas coordenadas geográficas: Latitude: 17° 27' 49" S e Longitude: 48° 12' 06" W. O Mapa 1 apresenta a localização de Urutaí no Brasil e em Goiás.

MAPA 1 – Localização do município de Urutaí



Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1980 a população de Urutaí era de 3.138 habitantes, dos quais 1.667 residiam na zona urbana e 1.471 residiam na zona rural. O município não possuía zona industrial, e o comércio localizava-se nas imediações da Praça Manoel Benjamin Cotrim.

Nos anos de 1980, Urutaí continuava tendo a agropecuária como a principal atividade econômica, porém com pouca representatividade para o estado. Os dados da Tabela 2 mostram o número de estabelecimentos agrícolas, a área plantada, a pecuária (bovinos, suínos e aves) e o número de tratores, que não chegavam a 1% do valor geral do estado de Goiás.

TABELA 2 – Dados da agropecuária em Goiás e no município de Urutaí em 1985

Fonte: SINOPSE PRELIMIAR DO CENSO AGROPECUÁRIO IBGE, 1987

Org: A autora.

	Goiás	Urutaí	%
Estabelecimento Rural	179.376	303	0,16
Área estabelecimentos	47.586.826 (ha)	62.745	0,13
Área Lavouras	3.618.917 (ha)	3.492	0,09
Bovinos	18.038.388	37.789	0,20
Suínos	1.837.795	3.307	0,17
Aves	13.578.764	20.425	0,15
Número de Tratores	37.762	42	0,11

O cerrado é vegetação predominante no município. Os programas organizados pelo governo, como PLADESCO, POLOCENTRO e PRODECER, pouco influenciaram a expansão da agropecuária no município de Urutaí. Entretanto, a EAFUR recebeu influência dos planos e programas do governo para o desenvolvimento da agropecuária, e, desse modo, desenvolveu-se de modo a preparar técnicos em agropecuária capacitados para as novas tecnologias agrícolas.

A instituição recebeu alunos de diferentes municípios do Brasil. Os jovens buscavam a EAFUR para adquirir conhecimentos necessários “dentro” desse novo contexto na área agrícola. O diferencial que contribuiu para o desenvolvimento da agropecuária, no município de Urutaí, foi a EAFUR, que preparou mão de obra para lidar com as novas tecnologias utilizadas no setor agrícola.

Dos anos de 1920 aos anos de 1980, a instituição soube enfrentar a evolução da agropecuária no Brasil, especialmente em Goiás, realizando as adaptações necessárias de maneira a ir ao encontro dos anseios da comunidade. O desenvolvimento no setor agrícola exigia profissionais com formação. A instituição de ensino, sob a coordenação da COAGRI, sistematizou o ensino técnico agrícola de maneira a formar pessoas capacitadas para ocupar as vagas abertas na agricultura e pecuária no período e nos anos vindouros. Acreditamos que os filhos de produtores rurais que objetivavam voltar para suas propriedades para implantar as

novas tecnologias agrícolas encontraram como barreira os altos custos destas novas técnicas no setor agrícola.

1.7. Considerações Parciais

Os PNDs promoveram, na área agrícola, incentivos fiscais e financeiros e a disseminação do uso de insumos modernos, assim como também incentivaram a pesquisa agrícola e a ocupação de novas áreas, como processo importante de expansão da agricultura, dada a existência de terras relativamente férteis para deslocamento da fronteira agrícola. Deram ênfase aos alimentos básicos e aos produtos de exportação e descentralizaram ao máximo a execução da política de desenvolvimento do setor, de modo a ampliar a participação e as responsabilidades dos organismos privados e dos governos estaduais e municipais. Foi criado um sistema integrado de produção, armazenagem, transporte e comercialização, de forma a tornar mínimos o desperdício e as perdas e foi assegurado o escoamento regular para o abastecimento interno e exportações. As agroindústrias receberam amplo apoio e as margens de comercialização foram estabilizadas para evitar excessos que prejudicassem ou comprometessem o abastecimento a preços adequados para o consumidor e o produtor.

Diante dessas novas perspectivas para a agropecuária, fazia-se necessário contar com pessoas capacitadas para atuar no setor. As escolas agrotécnicas foram implantadas no Brasil para capacitar técnicos para ali atuarem.

Os técnicos em agropecuária eram capacitados para executar tarefas em campos experimentais e laboratórios, sob a orientação de agrônomos, zootecnistas, veterinários e engenheiros florestais. Em Goiás, no dia primeiro de janeiro de 1977, foi criada a EMATER, que assumiu a responsabilidade pela execução do serviço de extensão rural no estado; com os técnicos preparados para assumir serviço na pesquisa e extensão rural. Os projetos de desenvolvimento da agropecuária contavam com diferentes linhas de crédito e taxas de juros subsidiadas. Dentre as habilidades do técnico em agropecuária, constava orientar produtores rurais quanto à obtenção de crédito agrícola.

Os PNDs previam a organização dos produtores de forma cooperada, estratégia política aplicada no programa PRODECER. A EAFUR contava com a COETAGRI, para que os alunos pudessem vivenciar o funcionamento de uma cooperativa agrícola e assim estarem preparados para atuar nas cooperativas agrícolas.

A EAFUR estava localizada na região sudeste de Goiás, cuja vegetação predominante era o cerrado, um importante espaço para o processo de expansão da agricultura, e sofreu

influência e influenciou o desenvolvimento da agropecuária no Brasil, especificamente neste estado. A COAGRI coordenou as ações na Instituição que, nesse período, vivenciou duas configurações: Ginásio Agrícola de Urutaí e Escola Agrotécnica Federal de Urutaí. A organização administrativa, a legalização das terras, o currículo e a comunidade escolar do Ginásio Agrícola serão tratados no próximo capítulo.

2. GINÁSIO AGRÍCOLA DE URUTAÍ SUBORDINADO À COAGRI (1976-1978)

[...] as escolas apresentam-se como locais que portam um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira. A história das instituições educacionais integra uma tendência recente da historiografia, que confere relevância epistemológica e temática ao exame das singularidades sociais em detrimento das precipitadas análises de conjunto, que, sobretudo na área educacional, faziam-se presentes (GATTI JÚNIOR, 2002, p.4).

Neste capítulo, pesquisamos a história do Ginásio Agrícola de Urutaí sob a coordenação da COAGRI, os docentes que atuaram na instituição, os alunos que frequentaram o curso ginásial agrícola, o currículo e as práticas desenvolvidas na instituição configuradas pelo SEF. Temos como fontes: regulamento, diários, documento escola-fazenda elaborado pelo Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR), boletins da COAGRI, ofícios, correspondências, documentos estes localizados no arquivo do atual IF Goiano Câmpus Urutaí. A instituição foi designada Ginásio Agrícola pelo Decreto nº 53.558 de 13 de fevereiro de 1964.

2.1. As dificuldades enfrentadas pelo Ginásio Agrícola de Urutaí

O Ginásio Agrícola de Urutaí enfrentava sérias dificuldades em relação à sua manutenção. Os dirigentes que ali chegavam não conseguiam organizá-la e as pessoas enviadas pelo MEC para administrar o Ginásio não permaneciam na instituição. No biênio 1974/75, quatro diretores tomaram posse: Emanuel Medeiros Costa, professor licenciado em Ciências Agrárias e com formação em Direito; professor Fausto Teixeira (1975); Júlio Marcos de Araújo, do MEC; e Francisco Aldivino Gonçalves. Este, ao ser convidado para dirigir a instituição, ouviu as dificuldades enfrentadas pelo Ginásio Agrícola.

Por indicação do então Delegado do MEC em Goiás, Dr. Roberto Kafuri, apresentei-me ao Diretor Geral do Departamento do Ensino Médio (DEM), Coronel Sérgio Pasquali. O Coronel foi muito breve e perguntou-me se eu “toparia” dirigir um Ginásio Agrícola perto de Goiânia, em Urutaí, disse-me que em apenas um ano, já haviam dirigido o Ginásio, 04 diretores, mas que não deram certo, o Ginásio era problemático, com muito desvio de materiais e mesmo de gado, que a maioria dos servidores eram parentes, etc. Perguntou-me então se eu queria enfrentar o desafio, respondi que enfrentaria, desde que tivesse apoio do MEC, o Cel. confirmou que eu teria todo apoio (DEPOIMENTO DE FRANCISCO ALDIVINO GONÇALVES, 03 jun. 2015).

O diretor administrou a instituição com a missão de sanar os problemas ali existentes e promover a retomada da instituição. Caso Francisco Aldivino Gonçalves não promovesse essas mudanças, o Ginásio Agrícola de Urutaí seria fechado. O diretor conta que, ao chegar na

instituição, tomou as medidas necessárias. O MEC apoiou sua administração, financiando as obras indispensáveis para que a instituição tivesse condições viáveis para funcionar, segundo as exigências do SEF. O Ginásio já havia sido fechado em 1967 e, naquele momento, era necessária uma reestruturação para que o Ginásio continuasse funcionando.

A dificuldade da instituição advinha das dificuldades econômicas enfrentadas pela região Sudeste de Goiás, “hoje a região Sudeste de Goiás esforça-se por recuperar o antigo dinamismo econômico” (ESTEVAM, 2004, p.197), e, também, da estrutura física precária da instituição, somada à crise do ensino agrícola em todo o Brasil: “no período compreendido entre 1970 a 1974, o ensino agrícola federal atravessou séria crise, tendo sido reduzido a um Grupo de Trabalho de Dinamização do Ensino Agrícola (GT-DEA), composto de aproximadamente 13 (treze) membros” (RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO ENSINO AGRÍCOLA DE 2º GRAU – PAPEL DA COAGRI, 1985, p.5). Na instituição de ensino não foi diferente como é possível observar o número de formandos no período:

TABELA 3 – Número de formandos do GAU de 1970 a 1973.

Fonte: Arquivo do IF Goiano Câmpus Urutaí

Ano	1970	1971	1972	1973
Nº de formandos	23	22	03	14

A instituição passou pelo inconveniente em relação a transferência para Rio Verde e dificuldade com a administração, mas assim que Francisco Aldivino Gonçalves assumiu a direção, a instituição passou por reformas na estrutura física com o apoio do MEC. O diretor trabalhou a fim de reestruturar a instituição: “Lá cheguei e tomei todas as providências saneadoras, o MEC respondeu positivamente, com obras (alojamento e salas de aula novas, mobiliários novos, construção de UEPs novas etc)” (GONÇALVES, 3 de junho de 2015). Dentre as medidas saneadoras, o diretor decidiu antecipar ou prorrogar a carga horária de 11 funcionários, de acordo com as necessidades da instituição, através da Portaria nº 122, de 12/04/77.

O Diretor do Ginásio Agrícola de Urutaí, de acordo com a delegação contida na Portaria n. 122, de 12/04/77, da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário COAGRI, RESOLVE:

Nº 01 de 23/05/77- Antecipar, de acordo com o item II, do § 2º do artigo 150, da Lei 1.711 de 28/10/52, por 02 (duas) horas, durante 60 (sessenta) dias úteis consecutivos, no período de 01/06/77 a 23/08/77, o expediente do servidor abaixo indicado, arbitrando-lhe gratificação adiante indicada (MEC/COAGRI, BOLETIM 04, 1977, p.32-33).

Nos boletins da COAGRI, também eram publicadas as advertências a funcionários:

Diretor do Ginásio Agrícola de Urutaí-GO; usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria n. 248, de 17 de novembro de 1976, do Diretor Geral da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário, RESOLVE: N.09, de 18/01/78 – Advertir o funcionário Osvaldo Francisco Xavier, Agente de Atividades Agropecuárias, classe “B”, Código NM-1007.2 – referencial 16, por desídia no desempenho de suas funções, não cuidando dos equipamentos sob sua responsabilidade com o zelo que se faz necessário (MEC/COAGRI, BOLETIM 09, 1978, p.34).

Após a advertência, poderia ocorrer a suspensão:

O Diretor do Ginásio Agrícola de Urutaí-GO; usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria n. 248, de 17 de novembro de 1976, do Diretor Geral da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário, RESOLVE: N.10, de 26/04/78 – I – Suspender o servidor Osvaldo Francisco Xavier, Agente de Atividades Agropecuárias, Código LT – NM-1007.5, Classe “C”, Referência 16, da Tabela Permanente da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário, por 10 (dez) dias, a partir de 26/04/78, por desídia no desempenho de suas funções, falta de zelo pela coisa pública e desacato à autoridade. II- Os dias de suspensão serão descontados na folha de pagamento do mês de maio/78. Francisco Aldivino Gonçalves (MEC/COAGRI, BOLETIM 14, 1978, p.53).

Por outro lado, elogiava os funcionários que atuavam segundo suas exigências.

O Diretor do Ginásio Agrícola de Urutaí-GO, no uso de suas atribuições, RESOLVE: N.01, de 08/02/78 – Elogiar o servidor Nadir de Oliveira, Agente de Portaria, Classe “C”, Código TP – 1202.4, referência 16 Matrícula no IPASE n. 2.207.382, por sua atuação como responsável pelo manejo e trato dos bovinos e suínos deste Ginásio, tarefa que desempenha a (sic) vários anos com responsabilidade, lealdade, dedicação, eficiência, zelo, aliados à sua conduta ilibada. Francisco Aldivino Gonçalves (MEC/COAGRI, BOLETIM 07, 1978, p.38).

As ações do administrador revelam a política do governo militar “em certas circunstâncias, que a repressão foi temperada com estratégias de moderação” (MOTTA, 2014, p.55), reprimindo, punindo e elogiando. Ao ser escolhido para administrar a instituição, o diretor foi apresentado ao responsável pelo Departamento de Ensino Médio do MEC, coronel Sérgio Mário Pasquali. O departamento comprometeu-se a ajudá-lo na administração e disponibilizou verbas para a adequação da estrutura da instituição ao Sistema Escola-Fazenda, porém, exigiu que fossem tomadas medidas severas em relação aos funcionários. Para amenizar as regras rígidas e conquistar o apoio dos trabalhadores, procurava não apenas punir atitudes inadequadas, mas, também, enaltecer a dedicação dos servidores.

Além das dificuldades com os funcionários, em pequeno número e faltosos, o administrador tinha que organizar a estrutura física da instituição. A escrituração das terras foi uma das primeiras exigências da COAGRI ao diretor.

2.2. A legalização das terras da Instituição de ensino

A COAGRI registrou como patrimônio da União 307,40 ha¹² de terras referentes à Fazenda Palmital, onde está localizada a sede da instituição de ensino, e 204,60 ha da Fazenda Pedra Branca, propriedade utilizada para desenvolver os projetos de produção e que possui reserva de vegetação nativa. Sobre as terras, Silvia Aparecida Caixeta Issa (2014) explica que, ao longo de sua história, a instituição não havia regulamentado a documentação.

Origem das terras – para fundação da antiga fazenda, foram adquiridos o terreno de Antônio Gonçalves de Oliveira, 32 alqueires de terras, que se dividiam em 25 alqueires de campo e 7 de cultura, pelo preço de Cr\$ 11.000,00, conforme escritura pública passada, sendo representado o Governo pelo 1º Chefe da Fazenda Sr. Militinho P.de Carvalho, no local denominado “Fda. do Palmital”. Acrescidos a essa parcela inicial foram anexados os quinhões seguintes:

- Terras de Zacarias Góes - consistindo em 12 alqueires ou 50 ha de terras de campo e que deviam ser doadas ao Govêrno para acréscimo da Fda. Modelo.
- Terras que pertenciam a Afonso Ferreira Marques com a área de 20 alqueires de campo, aproximadamente, na “Fazenda Palmital”.
- Terras que pertenciam a Francisco Saturnino da Silva, com a área de 5 alqueires de campo, aproximadamente.
- Terras que pertenciam a Saturnino Antônio Francisco, com área de 15 alqueires de campo aproximadamente.

As terras que figuram nos itens “a”, “b”, “c” e “d”, constituem a gleba conhecida como sendo a Sede da Escola, juntamente com a parte adquirida pelo governo.

Além da gleba da sede, esta Repartição ocupa desde 1920 outra gleba de terras chamada “Pedra Branca”, distante da sede cerca de 6 Kms., constituindo uma área à parte, inteiramente separada da sede. A gleba de “Pedra Branca”, também originalmente pertencente à “Fazenda Palmital”, pertencia a Sebastião Louzada que pretendia doar 500 ha neste local, para a construção da “Fazenda-modelo”.

Por conveniência da então Fazenda de Urutaí, autorizado pelo Sr. Ministro da Agricultura da época, o Sr. Militinho P.de Carvalho, antes de efetivadas as ações que pretendiam fazer Zacharias Góes (item a) e Sebastião Louzada (terras de Pedra Branca), os terrenos de Afonso Marques, Saturnino Antônio Francisco e Francisco Saturnino da Silva foram permutadas por áreas equivalentes na gleba “Pedra Branca”, permuta esta efetivada em 1920, entrando imediatamente a então Fazenda de Criação de Urutaí na posse pacífica dos quinhões “b”, “c”, e “d”, e os donos passando para a “Pedra Branca”, embora não fossem preenchidas as formalidades legais para efetivadas das permutas, bem como para a realização das doações: todas essas transações foram feitas verbalmente (ISSA, 2014, p.25-26).

Neste documento, o diretor explica a procedência das terras da instituição, porém, até os anos de 1970, as terras não haviam sido registradas em cartório como propriedades da União. Assim, o Presidente da República Ernesto Geisel, através do Decreto nº 81.491, de 29 de março de 1978, autorizou o registro do imóvel situado no município de Urutaí, estado de Goiás, em nome da União Federal.

[...] II – Propriedades (terras) – O Patrimônio do Colégio Agrícola de Urutaí - GO, é constituído de três propriedades distintas, com denominação separadas, sendo: Fazenda Palmital com 152,52 hectares; Fazenda Pedra Branca com 204,60, doadas

¹² ha: hectares

à União Federal pelo Coronel Francisco Louzada. Uma terceira propriedade denominada Fazenda Palmital II, com 154,80 hectares, totalizando 511,92 hectares.

III – Benfeitorias (obras) – No que concernem às benfeitorias, o trabalho remetido pelo Diretor do Estabelecimento atendeu plenamente, permitindo que todos os registros fossem efetuados satisfatoriamente.

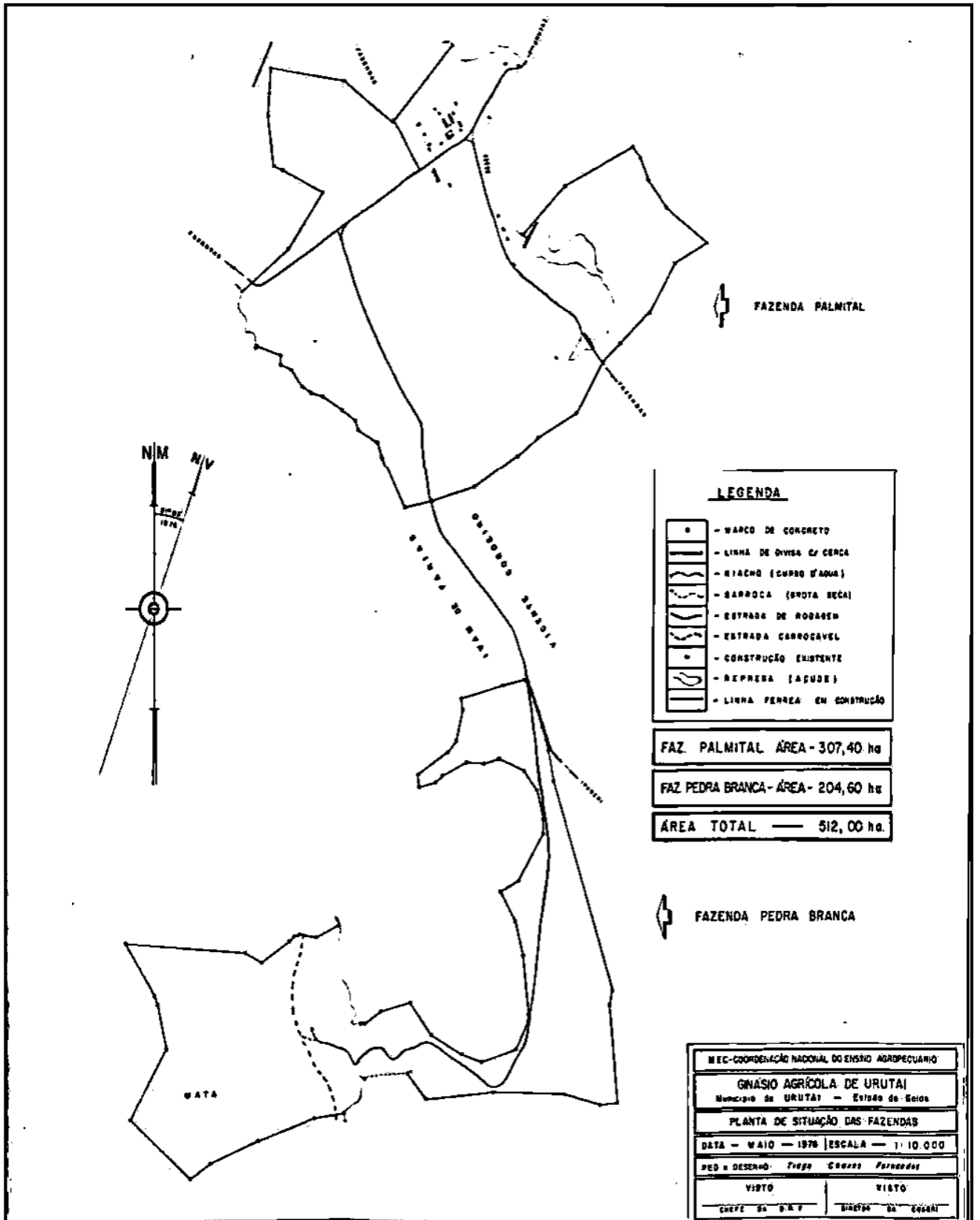
IV – Regularização final junto ao SPU – para finalização da regularização das propriedades junto ao Serviço de Patrimônio da União, Delegação de Goiás, sugerimos encaminhar OF/CIRC. Nº 0121/78, fazendo o indispensável acompanhamento para facilidade dos trabalhos que, de certo modo, apresenta suas peculiaridades e até complexidade.

Concluindo, sugerimos seja encaminhado expediente ao Diretor da Unidade. Agradecemos pela presteza, atenção e solicitude no atendimento as nossas solicitações, juntando uma cópia deste documento para conhecimento e providências (MEC/COAGRI, OFÍCIO Nº 247, 1978).

No ofício, há um erro em relação ao doador da fazenda Pedra Branca: onde se lê Francisco, deveria ter sido escrito Sebastião, o que é compreensível diante do longo período existente entre a doação e a legalização das terras. “A COAGRI [...] regularizou as terras, num total de 13.345 hectares” (SOBRAL, 2015, p.89). Esse número representa as terras de todas as escolas agrotécnicas federais do país. A Figura 1, de 1976, retrata as terras da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí.

FIGURA 1 – Mapa da Terra da EAFUR

Fonte: Arquivo do IF Goiano CâmpusUrutai



Com todas as terras somadas, a instituição possuía 1.023.44 hectares de terras, o que representa 7,67% das terras da união destinadas às escolas agrotécnicas no país. As dimensões eram suficientes para implantar o Sistema Escola-Fazenda, local em que se conjugavam educação, trabalho e produção.

2.3. Sistema escola-fazenda no Ginásio Agrícola de Urutaí

O Ginásio Agrícola de Urutaí, no início da coordenação da COAGRI, foi estruturado aos poucos, até a implantação da Seção de Projetos Agropecuários (SPA). Francisco Aldivino Gonçalves acumulava as funções de diretor e de coordenador da instituição, porém, em 1978, nomeou o professor José de Oliveira Campos para responder pela SPA.

Ordem de serviço

O Diretor do Ginásio Agrícola de Urutaí, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

N. 41, de 15/08/78 – I- Designar José de Oliveira Campos, professor de ensino de 1º e 2º Graus, Classe “C” Código LT-M-402.3, para responder pela chefia da Seção de Projetos Agropecuários – SPA, deste Ginásio, até ulterior deliberação.

II Esta Ordem de Serviço entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Francisco Aldivino Gonçalves (MEC/COAGRI, BOLETIM 19, 1978, p.80).

Com a inserção da SPA, a produção do Ginásio Agrícola de Urutaí aumentou. Anteriormente, quase toda produção era consumida na própria instituição, sendo mínima a parte que sobrava para comercialização. No entanto,

Em 1978, com a implantação da Seção de Projetos Agropecuários, superamos a receita prevista, conforme discriminação: receitas diversas – CR\$ 36.870,00 (trinta e seis mil oitocentos e setenta cruzeiros); total geral – CR\$ 531.467,52 (quinhentos e trinta e um mil trezentos e sessenta e sete cruzeiros e dois centavos) (OFÍCIO DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DO GINÁSIO AGRÍCOLA DE URUTAÍ AO MEC, s/p, 1978).

Nesse período, a produção era disponibilizada no posto de venda. A Cooperativa Sebastião Louzada já existia, mas não funcionava efetivamente, segundo o direcionamento da COAGRI. Todo o capital gerado com as vendas era depositado para a União, o que dificultava a implantação de novos projetos de produção, pois era necessário esperar que a verba fosse redirecionada para instituição. Os professores eram os responsáveis pela produção, mas todos os projetos eram inspecionados pela direção da instituição e pela COAGRI.

Quanto mais elevado o nível educativo, mais afastada se encontra a direção, que está próxima, porém distante, suficiente para não interferir diretamente na sala de aula onde se trabalha (ESCOLANO; VIÑAO FRAGO, 1998). Na instituição, os professores possuíam

“autonomia”, porém seus trabalhos de produção e de ensino deveriam apresentar resultados positivos, isto é, os projetos desenvolvidos junto à Seção de Projetos Agropecuários deveriam promover o ensino, a produção e o lucro.

2.4. Os professores do Ginásio Agrícola de Urutaí

Ello significa hacer del maestro o profesor un arquitecto, es decir, un pedagogo, y de la educación un proceso de configuración de espacios. De espacios personales y sociales, y de lugares. Al fin y al cabo el espacio, como la energía, en cuanto energía, ni se crea ni se destruye, sólo se transforma. La cuestión final es si se transforma en un espacio frío, mecánico, o en un espacio caliente y vivo. En un espacio dominado por la necesidad del orden implacable y el punto de vista fijo, o en un espacio que, teniendo en cuenta lo aleatorio y el punto de vista móvil, sea antes posibilidad que limite¹³. (VIÑAO FRAGO, 1995, p.71-72).

Os professores passavam o dia todo no Ginásio Agrícola de Urutaí. As experiências e relações vivenciadas na instituição possibilitavam relações permanentes referentes a aspectos relacionados com o cumprimento de normas, com as aulas teóricas e as aulas práticas, com o ensino e o trabalho e também com situações da vida cotidiana, pois “os professores, [...] desejam assegurar o futuro dos seus alunos e alcançar boas carreiras e estatutos profissionais para eles próprios” (GOODSON, 1997, p.28). Os docentes trabalhavam de maneira a alcançar êxito dos seus alunos, pois o sucesso deles representava o sucesso dos seus trabalhos.

Os professores gerenciavam suas atividades pedagógicas utilizando o espaço da instituição de ensino. A prática da profissão docente e o espaço educacional, seu *design* e seus usos são setores essenciais da cultura da escola. O espaço escolar e os professores produziram uma cultura escolar agrícola de acordo com as novas características da agropecuária do Brasil e da área do cerrado.

O Quadro 3 elenca os docentes que atuaram no Ginásio Agrícola de Urutaí no período em estudo.

¹³ Isso significa fazer do professor um arquiteto, ou seja, um pedagogo, e da educação, um processo de configuração de espaços: de espaços pessoais e sociais, e de lugares. Afinal, o espaço, como a energia, nem se cria nem se destrói, apenas se transforma. A questão final é se ele se transforma em um espaço frio e mecânico, ou em um espaço quente e vivo. Ou seja, num espaço dominado pela necessidade da ordem implacável e do ponto de vista fixo, ou num espaço onde, levando em conta o aleatório e o ponto de vista móvel, seja mais uma possibilidade do que um limite.

QUADRO 3 – Professores do Ginásio Agrícola de Urutaí

Fonte: Ofício S/N Departamento Pedagógico do Ginásio Agrícola de Urutaí ao MEC, s/p, 12 de janeiro de 1978 - Arquivo IF Goiano Câmpus Urutaí

Nomes	Disciplinas	Carga horária	Situação funcional	Grau de instrução	Observações
Anátalia Mesquita Vaz Eduardo	-	20	CLT	Superior	À disposição na Supervisão Escolar
Ana Cardoso da Silva Campos	OSPB ^e Educ.Artística	20	CLT	2º Grau	Biblioteca
Divino Ribeiro do Prado	-	20	CLT	Lic. curta	Encarregado da SEC
Geraldo Silva Nascimento	-	40	CLT	Téc. em Agrop.	SPA (fará esquema II em 1978).
José Bernadino da Costa	Port/Liter/Ens. Religioso	20	CLT	Superior	SOE
José de Oliveira Campos	-	40	CLT	Téc. Agrop	Encarregado Zootecnia e SPA
Nelson Marra de Oliveira	-	20	CLT	2º grau	Encarregado DAT
Maria José de Mesquita	-	20	CLT	2º Grau	SEC (auxiliar escolar)
Renato Borgmann	Horticultura	40	CLT	Téc. Agrop	Encarregado da Horticultura e cursando Esquema II
José Nivaldo de Rezende	Biologia e Química	21	CLT	Superior	
Benildo Masetti	Física e Matemática	20	CLT	Superior	
Vitória Espíndola Vieira	Hist. Geografia ^e	20	CLT	Superior	
Tarcízio Antônio Perlim	Criações, Zoot, Agricultura	20	CLT	Superior	Veterinário e cursando Esquema I
João Batista Izac	Educação Física	20	CLT	Superior	
Vilma Conceição M. Veiga	Inglês	12	CLT	Superior	
Vicente Firmino Combota	Desenho e Topografia, Agricultura, Cultura	20	CLT	Superior	Engenheiro Agrônomo
Maria das Mercês Queiróz Oliveira	-	20	CLT	Superior	Orientadora Educacional
Francisco Aldivino Gonçalves	-		CLT	Superior	Diretor

Os professores das disciplinas técnicas eram cinco, dos quais dois possuíam curso superior, e três eram técnicos em Agropecuária (dois destes possuíam cargos administrativos). Os professores da área propedêutica eram 12 e, dentre estes, 25% possuíam o 2º grau e 75% tinham formação superior, sendo que 50% acumulavam cargo de professor e da área administrativa. A formação dos docentes revela, assim, a excepcionalidade da instituição.

Na coluna referente à observação, é possível constatar que o professor Renato Borgmann, técnico em Agropecuária, cursava o Esquema II, e Tarcízio Antônio Perlim, veterinário, cursava Esquema I. Não era fácil, na região, encontrar professores habilitados para atuar na área técnica e na área propedêutica do 2º grau. A Portaria nº 432, de 19 de julho de 1971, estabeleceu normas para a organização curricular do Esquema I e do Esquema II. Essa política possibilitava a formação dos professores que atuavam nas instituições agrícolas. O Artigo I estabelece:

Artigo 1. - O currículo dos cursos de grau superior para a formação de professores de disciplinas especializadas do ensino médio, relativas às atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias, dividir-se-á em dois esquemas:

a) Esquema I, para portadores de diplomas de grau superior relacionados à habilitação pretendida, sujeitos à complementação pedagógica, com a duração de 600 (seiscentas) horas;

b) Esquema II, para portadores de diplomas de técnico de nível médio, nas referidas áreas com a duração de 1.080 (mil e oitenta), 1.280 (um mil duzentos e oitenta) ou 1.480 (um mil quatrocentos e oitenta) horas.

§ 1.º - No Esquema II, além das disciplinas constantes do Esquema I, haverá disciplinas de conteúdo correlativas à área de habilitação.

(PORTARIA Nº 432, 19 jul.1971).

Os professores que já tinham curso superior faziam apenas a complementação pedagógica, por isso tinham uma carga horária menor. Os agrônomos e veterinários cursavam a parte pedagógica e se habilitavam para o magistério, podendo, dessa forma, exercer a função de professor de ensino agrícola. Considera-se uma exigência viável, pois a formação de bacharel não capacita o profissional a atuar como professor. Para Agustín Escolano (2017), os professores, em suas atividades diárias, desenvolvem a arte e o ofício de ensinar.

Chama atenção o fato de que a esse acervo experiencial, que é, em parte, a tradição sedimentada de todo um processo construído no trato com a realidade educativa, se tenha negado, quase sempre, não apenas o estatuto de ciência, mas inclusive o de saber. Essa exclusão da prática como conhecimento com valor acumulado se acentua, sobretudo, a partir do momento em que o positivismo, na segunda metade do século XIX, buscou legitimar as novas regras de verdade da pretensa ciência da educação, cultivando e defendendo corporativamente seus aliados acadêmicos nos centros superiores de formação de docentes e de pesquisa (ESCOLANO, 2017, p.46).

Para o autor, as atividades pedagógicas diárias desenvolviam habilidades técnico-pedagógicas aos professores. Todavia, a legislação exigia que professores tivessem essa formação. No caso de não a terem, a COAGRI viabilizava essa formação. Os professores da

instituição estudavam na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e, enquanto frequentavam o curso, recebiam seus salários.

Para os professores que necessitavam frequentar os cursos exigidos (Esquema I e Esquema II) a COAGRI determinou, em ofício circular nº 03, de 28 de agosto de 1978, encaminhado ao Ginásio Agrícola de Urutaí, que:

- f) os professores já incluídos no PCC, que se recusarem a participar dos Esquemas I e II, quando, para isto forem indicados, não poderão ser propostos para o regime de 40(quarenta) horas. Caso já estejam neste regime, serão desligados do mesmo, retornando ao regime normal de 20 (vinte) horas semanais.
- g) os professores-colaboradores indicados para participar dos Esquemas I e II, ficam no regime normal de 20 (vinte) horas semanais, enquanto durar o curso (COAGRI/MEC, OFÍCIO CIRCULAR Nº 03, 28 ago. 1978).

A redução da carga horária era a penalidade imposta pela COAGRI aos professores que não desejavam dirigir ao Rio de Janeiro pra realizar os Esquemas I e Esquema II. Acreditamos que a distância entre Urutaí-Go e a cidade do Rio de Janeiro era o maior empecilho.

Os professores do Ginásio Agrícola trabalhavam seguindo as normas da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e as determinações da COAGRI. Dos 18 professores, quatro recebiam por 40 horas semanais, e os demais tinham carga horária máxima de 20 horas, seguindo as novas definições do Plano de Classificação de Cargos (PCC), que: “assim sendo, a partir daquela data (07/04/78), os professores que estavam sob o RETIDE¹⁴ passavam automaticamente para o regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais” (OFÍCIO/CIRCULAR/COAGRI/DIP Nº 57, 24 abr.1978).

Mesmo diante das determinações, a Comissão de Incentivos Funcionais encaminhou ofício ao diretor do Ginásio Agrícola de Urutaí e solicitou providências para em regime de 40 horas semanais, a partir de 1º de setembro de 1978, os professores abaixo relacionados:

Nelson Marra de Oliveira – Responsável pelo DAT; Maria das Mercês Queiroz de Oliveira – Responsável pela SOE; Divino Ribeiro do Prado – Responsável pela DAA; Anátalia Mesquita Vaz Eduardo – Responsável pela SEE; Ana Cardoso da Silva Campos – Responsável pela SEE; Tarcízio Antonio Perlin – Veterinário, ministrando aulas e assistente do setor de Zootecnia; Vicente Firmino Cambota – Engenheiro Agrônomo, ministrando aulas e assistente do Setor de Agricultura (OFÍCIO DA COMISSÃO DE INCENTIVOS FUNCIONAIS AO DIRETOR DO GINÁSIO AGRÍCOLA DE URUTAÍ, 1978).

A comissão, composta por José de Oliveira Campos, Nelson Marra de Oliveira e Anátalia Mesquita Vaz Eduardo, procurava meios para resolver a situação dos docentes que ocupavam cargos administrativos em relação ao incentivo funcional nº 1, de 40 horas semanais.

¹⁴ O Decreto-lei nº 1.341, de 22/08/1974, que dispôs sobre a implantação do Plano de Classificação de Cargos, estabeleceu que, a partir do ato de inclusão dos cargos no referido plano, cessaria o pagamento das vantagens Retide e Resex.

Com a passagem do Ginásio Agrícola de Urutaí para Escola Agrotécnica Federal de Urutaí, houve aumento da carga horária dos professores, e a comissão, preocupada com a situação desses profissionais, observou que o incentivo de 40 horas era necessário para os seguintes docentes:

O professor de Português, Educação Artística e Ensino Religioso, José Bernardino da Costa, passará ministrar 30 horas aulas semanais e ficará responsável pelo Centro Cívico Escolar (CCE) com 10 horas semanais.

O professor de Matemática e Física, Benildo Macetti, dará 35 horas aulas semanais e dedicará 5 horas na formação de regência do coral.

A professora de História, Geografia e O.S.P.B, Victória Espíndula Vieira ministrará 22 horas semanais e disporá de 18 horas aulas para o Centro Cívico Escolar e para preparação das experiências nos laboratórios de Física e Química

O professor de Química, Biologia e Programa de Saúde dará 42 horas semanais, sendo duas sem remuneração.

O professor de Educação Física dará 30 horas aulas semanais e ficará com 10 horas para organização e treinamento dos discentes para jogos e competição internas e externas (ATA Nº 1 COMISSÃO DE INCENTIVOS FUNCIONAIS, 15 dez. 1978).

Normalmente os professores ministravam duas ou três disciplinas. No entanto a COAGRI, nesse momento, dava preferência aos professores que se dispusessem a ministrar mais disciplinas, pois era uma maneira de aproveitar ao máximo o serviço desse profissional. Além disso, considerava duas vantagens ao contratar esse professor:

- a) Aproveitamento de potencial de conhecimento do professor, que às vezes está sendo subutilizado;
- b) Evita decisões apressadas e desnecessárias, referente a inclusão dos docentes no regime de 40 (quarenta) horas semanais, sem a análise detalhada de cada caso, conforme determina a legislação específica (OFÍCIO/CIRCULAR/COAGRI/DIP Nº 57, 24 abr.1978, p.04)

O professor aceitava trabalhar com mais disciplinas por necessidade, porém nenhum deles possuía mais de um curso de graduação, como é possível ver no Quadro 3.

A instituição contava com docentes em situações funcionais diferentes: os estatutários e os colaboradores. O colaborador era remunerado por hora-aula, “conforme estipulava o artigo 11 do Decreto nº 75.841 de 10 de junho de 1975” (OFÍCIO/CIRCULAR/COAGRI/DIP Nº 57 de 24 de abril de 1978, p.05). A professora Anátalia Mesquita Vaz Eduardo respondia pela supervisão escolar do Ginásio Agrícola de Urutaí, cargo previsto na legislação como referente à área técnica da instituição, mas podia ser exercido por uma professora, o que evitava novas admissões.

Sempre que possível tais professores, estatutários ou regidos pela CLT, já incluídos no PCC, deverão ser portadores da habilitação em Supervisão Escolar ou em Orientação Educacional, conforme a função que irá desempenhar. Só depois de comprovar a impossibilidade de atribuir os encargos de Supervisão Escolar e Orientação Educacional a professores desses Estabelecimentos, já incluídos no PCC, é que será admitida a hipótese de contratação, por prazo determinado, de Professor

Colaborador para exercer aquelas atividades (OFÍCIO/CIRCULAR/COAGRI/DIP Nº 57, 24 d abr. 1978, p.8-9).

A COAGRI procurava as mais variadas maneiras de diminuir os gastos com os funcionários administrativos e os professores. O Ofício Circular COAGRI nº 57 de 24, de abril de 1978, previa aumento aos professores estatutários e aos regidos pela CLT que se enquadravam no PCC, conforme Tabelas 4 e 5.

TABELA 4 – Salários dos Professores do GAU em janeiro e fevereiro de 1978

Fonte: (ofício/circular/COAGRI/DIP nº 57 de 24 de abril de 1978, p.9-10)

Nível	Salário
3	CR\$5.590,00
11	CR\$ 1.495,00
13	CR\$ 1.743,00
15	CR\$ 2.051,00
16	CR\$ 2.208,00
19 equiparado ao nível 22	CR\$ 3.853,00

TABELA 5 – Salários dos Professores do GAU a partir de 1º de março de 1978

Fonte: Ofício/circular/COAGRI/DIP nº 57 de 24 de abril de 1978, p.9-10)

Nível	Salário
3	CR\$ 7.714,00
11	CR\$ 2.063,00
13	CR\$ 2.405,00
15	CR\$ 2.830,00
16	CR\$ 3.047,00
19 equiparado ao nível 22	CR\$ 3.990,00

Segundo o Decreto nº 80.557, de 11 de outubro de 1977, o professor colaborador deveria ter habilitação para o magistério, ou seja, licenciatura adequada e registrada no MEC. Poderia, ainda, exercer as mesmas atividades atribuídas ao professor incluído no PCC, exceto a investidura, em função na Direção e Assistência Intermediária (DAI).

A retribuição era por hora-aula, “o qual será calculado dividindo-se o valor do salário mensal do professor classe C (nível 3), já incluído no PCC por 90, desprezadas as frações inferiores a Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro)” (OFÍCIO/CIRCULAR/COAGRI/DIP Nº 57, 24 de abril

de 1978, p.12). Dessa forma, o professor colaborador que antes recebia Cr\$ 62,00 por hora-aula, passou a receber Cr\$ 85,00 por hora-aula; o professor que ministrava 20 horas semanais que tinha um salário de Cr\$ 4.960,00, passou a receber Cr\$ 6.800,00. O salário do professor colaborador era menor do que o dos professores já incluídos no regime de CLT e PCC. Em 1978, o salário mínimo era Cr\$ 1.560,00. Antes do aumento, o professor com 20 horas semanais recebia 3,17 salários mínimos e, após o aumento, passou a receber 4,35 salários mínimos. Os professores que atuavam em outras instituições educativas no Brasil enfrentavam dificuldades no período militar; “salários e condições de trabalho dos professores sofreram um agudo processo de deteriorização” (GERMANO, 2011, p.169).

Em 1978, o Ginásio Agrícola de Urutaí contava com “18 professores, 37 funcionários administrativos e 3 técnicos, dentre os quais dois eram professores, um atuando como Supervisor Pedagógico e outro, como Orientador Educacional” (OFÍCIO S/N, DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DO GINÁSIO AGRÍCOLA DE URUTAÍ – GO, 1978).

A instituição possuía, em seu quadro de funcionários, 3 técnicos em agropecuária. O número de professores era suficiente para atender à instituição naquele momento. A administração do GAU, antes da coordenação da COAGRI, era simples, fundamentada na figura do diretor e em turmas responsáveis, uma pela Turma Responsável pela Administração Escolar (TURAE) e outra pela administração de pessoal e da produção. A maioria dos funcionários era contratada pelo regime da CLT. A COAGRI criou um sistema administrativo que possibilitou maior organização e controle das instituições agrícolas.

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)¹⁵ financiou no Brasil dois projetos de educação técnica para o Ministério da Educação, em 1971 e em 1984. De acordo com Marília Fonseca (1995, p 181-184), o primeiro projeto resultou de uma missão integrada pelo BIRD/FAO/UNESCO/FORD, com vistas à identificação de prioridades para o investimento do Banco no país, executado entre 1971 a 1978. O segundo¹⁶ financiamento era destinado a 37 escolas industriais e 49 escolas agrícolas pertencentes à rede federal e estadual

¹⁵Banco “que surgiu da Conferência de Bretton Woods (1944) para atender às necessidades de financiamento da reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. O nome oficial da instituição criada em Bretton Woods era “Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento” (BIRD). A instituição, que se capitalizou a partir da venda de títulos ao mercado garantidos pelos países membros mudou gradualmente seu foco para os países em desenvolvimento, muitos dos quais se tornaram nações independentes no pós-guerra”. (<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comerciale-financieira/120-banco-mundial>).

¹⁶ O segundo projeto para o ensino técnico é, na verdade, o quarto na ordem cronológica dos financiamentos do BIRD ao Ministério da Educação: o primeiro acordo destinou-se ao financiamento do ensino técnico; o segundo ao desenvolvimento de sistemas estaduais de planejamento em reforço à implantação da Lei nº 5692 de 1971; o terceiro ao desenvolvimento do ensino primário (quatro primeiras séries do 1º grau) no Nordeste; o quadro corresponde ao EDUTEC; o quinto voltou-se também para o ensino primário, nas regiões Norte e Centro-Oeste (FONSECA, 1995, p.185).

de ensino, ou seja, prioritariamente o ensino técnico. O primeiro projeto definiu como objetivos: a expansão das matrículas através da ampliação e reforma das instalações escolares; a aquisição de equipamentos e formação de professores para melhoria do ensino prático; e a adição do quarto ano complementar ao curso técnico.

Quanto aos resultados dos projetos de financiamento com o BIRD para o ensino agrícola, a meta alcançou 74% da previsão em relação à expansão de vagas previstas para essa modalidade de ensino. A distância entre o planejamento e a realidade das escolas agrícolas, situadas em diferentes regiões do país, resultou em inadequação das instalações físicas, que tiveram que ser corrigidas com recursos próprios da COAGRI, órgão executor. O segundo projeto, a Educação Técnica (EDUTECH), contou com maior participação das equipes locais, porém sofreu pressões administrativas, como diferentes ministros da educação nos anos de 1980 e a extinção de órgãos, dentre eles, a COAGRI, provenientes da situação econômica e política do Brasil nos anos de 1980, o que fez o projeto se estender até 1990 (FONSECA, 1995, p. 182-186).

A instituição recebeu verbas para as reformas necessárias na estrutura física. Reformas estas que foram postergadas devido ao número insuficiente de recursos financeiros. Em relação à ofertas de vagas e à formação de professores, a instituição foi beneficiada em ambas as partes.

2.5. Os alunos do Ginásio Agrícola de Urutaí

Segundo o Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, como parte da Reforma Francisco Campos, os exames de admissão tornaram-se obrigatórios nas escolas públicas de todo o Brasil até o ano de 1971 e marcaram um período histórico de restrição ao acesso ao ginásio. O Ginásio Agrícola de Urutaí, porém, continuou a aplicar o exame de admissão mesmo depois desse ano.

FIGURA 2 – Resultado do Exame de Admissão

Fonte: Arquivo IF Goiano Câmpus Urutaí

Observações: Exame de Admissão :
- Ginásio Agrícola de Urutaí
Urutaí - Goiás . Em 28/01/74
Resultado:
Português :50
Matemática :50
Conh.Gerais:50
Média:50 .

VISTO
Francisco A. J.

Urutaí , 09 de dezembro de 1977.

No ato da matrícula, exigia-se a seguinte documentação: comprovante de conclusão do ensino primário, comprovante de residência, declaração dos pais comprometendo-se a indenizar a instituição caso o aluno causasse danos ao patrimônio e um atestado de bom comportamento expedido por uma instituição de ensino. Para ingressar no internato, o aluno tinha que adquirir todas as peças do enxoval e seguir as normas vigentes pela instituição.

Atestado de Conduta

Atesto, a pedido de pessoa interessada, que Zulmar Gonçalves de Oliveira filho de Dionísio Gonçalves de Oliveira e de Anísia Alves de Oliveira natural do Estado de Goiás, nascido em Cavalheiro, município de Ipameri aos 16 de abril de 1957, quando aluno deste estabelecimento revelou-se sempre de bom comportamento, nada constando que possa desaboná-lo.

Cesídio José Cirino Ginásio Brasil Central Ipameri. (ATESTADO DE CONDUTA PRA MATRÍCULA GAU, 12 jan. 1974)

O certificado de conduta era uma forma de verificar o comportamento prévio dos alunos na busca de conhecê-los e, assim, evitar possíveis problemas disciplinares, já que a instituição assumia os discentes em regime de internato.

TABELA 6 – Matrículas no Ginásio Agrícola de Urutaí de 1974 a 1978

Fonte: Ofício s/n, Departamento Pedagógico do Ginásio Agrícola de Urutaí ao MEC, SSP, de 12 de janeiro de 1978 – Arquivo IF Goiano CâmpusUrutaí.

Habilitação	1974		1975		1976		1977		1978	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Nível 1º Grau	130	-	128	-	120	-	86	-	41	-
Nível 2º Grau	-	-	-	-	-	-	-	-	104	-

Os números revelam que o número de matrículas no curso ginásial caiu ano após ano, sendo que a última turma matriculada no curso ginásial foi no ano de 1978. Isso significa que, em 1975, houve matrículas nas seguintes séries: 5ª, 6ª, 7ª e 8ª; em 1976, nas 6ª, 7ª e 8ª séries; em 1977, 7ª e 8ª séries; e, por fim, em 1978, apenas na 8ª série e as primeiras matrículas referentes ao 2º grau no Curso Técnico em Agropecuária. “De 1974 a 1977, era ministrado aqui, no Ginásio Agrícola, apenas o Ensino de 1º Grau Agrícola” (Ofício s/n Departamento Pedagógico do Ginásio Agrícola de Urutaí ao MEC, 12 de jan.1978). O Ginásio passou a não oferecer mais matrículas para os alunos que estavam iniciando o curso ginásial a partir de 1976, fato que revela a intenção de fechar o curso ginásial agrícola e implantar o Curso Técnico em Agropecuária, transformando, assim, a instituição em um colégio agrícola. Os alunos do Ginásio Agrícola de Urutaí eram todos do sexo masculino.

Os alunos da instituição eram, em sua maioria, procedentes da zona rural. Em 1978, dos 145 discentes matriculados, “87 eram oriundos da zona rural e 58 da zona urbana (Ofício s/n Departamento Pedagógico do Ginásio Agrícola de Urutaí ao MEC, 12 de jan.1978).

No primeiro mês do ano letivo, o aluno recebia orientações sobre o funcionamento do Ginásio, que seguia o SEF, e também sobre as atividades a serem executadas e os trabalhos programados para os meses subsequentes: “no período das aulas teóricas e para os alunos recém-matriculados, a primeira atividade será um esclarecimento sobre o Sistema Escola-Fazenda, para que os mesmos o conheçam bem e sejam motivados” (DOCUMENTO ESCOLA-FAZENDA, CENAFOR, p.227, s/d). O desempenho dos alunos era avaliado e tabulado pelo departamento pedagógico, como mostra a tabela a seguir:

TABELA 7 – Desempenho dos alunos do GAU

Fonte: Ofício s/n, Departamento Pedagógico do Ginásio Agrícola de Urutaí ao MEC, s/p, 12 jan. 1979 – Arquivo IF Goiano CâmpusUrutaí.

Desempenho/ano	1974	1975	1976	1977	1978
Alunos aprovados	92,2%	88,48%	94%	97,36%	100%
Alunos reprovados	7,8%	11,52%	6%	2,64%	-
Alunos evadidos	10,4%	17,92%	4,8%	9,56%	31,14%
Alunos transferidos	-	-	-	-	29,12%
Alunos repetentes	-	-	-	-	-
Trancaram matrícula	-	-	-	-	-
Outros					

Consideramos elevados os números referentes à evasão e a creditamos à dificuldade de adaptação ao regime de semi-internato e internato devido à disciplina rígida do Ginásio Agrícola, como revela o documento do Conselho de Professores do Ginásio em 22 de agosto de 1978.

Aos 22 de agosto de 1978, reuniu-se o Conselho de Professores para definir a situação dos alunos: VICENTI DE PAULO AMÉRICO, JOÃO CLÁUDIO DA SILVA, JONAS CLAUDIUES DE OLIVEIRA ANDRADE e EDUARDO JOSÉ GONÇALVES, os quais já constam com registros de gravidade em suas fichas disciplinares. Os alunos em tela, não se adaptaram ao regime de internato previsto no código disciplinar, aprovado em 27.07.78, pelo Conselho de Professores e pela Direção. Assim sendo, o Conselho de Professores, considerando a salvaguarda do Código Disciplinar, RESOLVE:

- Que sejam tomadas medidas urgentes para que os alunos citados permaneçam no Estabelecimento de Ensino na qualidade de alunos semi-internos, com direito e dever de participarem das aulas teóricas e práticas e almoçarem e lancharem. Os referidos alunos deverão jantarem e pernoitarem (sic) fora do Estabelecimento de Ensino, sem a responsabilidade do Colégio.
- Que os senhores pais dos referidos alunos tomem ciência desta situação.
- Que cientifiquem-se também que seus filhos não poderão ser matriculados neste Ginásio, no próximo ano letivo.
- Que cientifiquem-se que qualquer outro problema disciplinar que porventura surgir com os referidos alunos, este Conselho de Professores decidirá, com a aprovação da Direção, o desligamento ou a expulsão dos alunos (CONSELHO DE PROFESSORES, 1978).

Segundo o artigo 7º do regulamento do Ginásio, “O Conselho de Professores é o órgão máximo do Ginásio em assuntos atinentes às atividades didático-pedagógicas, visando o melhor rendimento do ensino e das atividades escolares, nos limites da legislação específica em vigor”. O corpo discente da instituição tinha regras claras a serem seguidas para a sua permanência na instituição, e, caso não as cumprisse, o aluno não poderiam permanecer em regime de internato ou, até mesmo, era convidado a procurar outra escola.

2.6. O Currículo do Ginásio Agrícola de Urutaí

Estima-se ordinariamente, de fato, que os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual ela se banha. Na opinião comum, a escola ensina as ciências, as quais fizeram suas comprovações em outro local (CHERVEL, 1990, p.180).

O Ginásio Agrícola de Urutaí ministrava conteúdo de acordo com as determinações do MEC, expressas no Art. 20 do regulamento da instituição (1977).

O currículo pleno é composto de uma parte de Educação Geral e outra de Formação Especial. A **educação geral** compreende: Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira e Educação Artística), Estudos Sociais (História, Geografia, Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica), Ciências (Matemática, Química, Biologia, Física e Programa de Saúde). A **Formação Especial** compreende: Comunicação e Expressão (Redação e Expressão), Estudos Sociais (Estudos Regionais, Administração e Economia Rural), Ciências (Desenho e Topografia, Construções e Instalações, Agricultura, Cultura, Zootecnia, Criações e Irrigação e Drenagem). Integrará a Formação Especial as horas destinadas à execução do programa agropecuário. (REGULAMENTO DO GINÁSIO AGRÍCOLA DE URUTAÍ, 1977, p. 11-12, grifo da autora).

FIGURA 3 – Histórico Escolar do GAU

Fonte: Arquivo do IF Goiano Câmpus Urutaí

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Coordenação Nacional do Ensino Agropecuario
Ginásio Agrícola de Urutaí-Goias
Autorização: Processo DEA n.º 171/70
Aprovado em 06-03-70

ENSINO DE 1º GRAU

HISTÓRICO ESCOLAR

Nome: ZULMAR GONÇALVES DE OLIVEIRA
Filho(a) de: Dionísio Gonçalves de Oliveira e Anísia Alves de Oliveira
Natural de: Ipameri - Goiás nascido aos 26 de abril de 1957

O aluno tem direito a matrícula na Primeira série do 2º grau. Habilitação:

DISCIPLINAS	Resultados																			Média	Exame médico biométr.	Seras	Faltas	
	Lingua Portuguesa	Inglês	Educação Artística	História	Geografia	O. S. P. B.	Educação Moral e Cívica	Ensino Religioso	Matemática	Ciências	Programa de Saúde	Técnicas Comerciais	Agricultura	Zootecnia	Horticultura	Técnica de Indústrias Rurais	Mecânica Agrícola	Vocacional Agrícola	Desenho					
Resultados	82	84	90	71	89	x	83	x	89	86	x	x	x	x	x	x	x	x	54	x	80			
Totais h/aula																							
Nome do Estab. <u>Ginásio Brasil Central de Ipameri</u>		Local <u>Ipameri</u>			Est. <u>Goiás</u>			Ano <u>1973</u>			5a. Série		Apto <u>92,5</u>											
Resultados	70	x	75	70	73	x	72	x	70	55	x	x	x	x	x	x	x	x	70	x	69			
Totais h/aula																							
Nome do Estab. <u>Ginásio Agrícola de Urutaí</u>		Local <u>Urutaí</u>			Est. <u>Goiás</u>			Ano <u>1974</u>			6a. Série		Apto <u>56,1</u>											
Resultados	70	x	75	x	x	x	84	x	74	80	x	x	81	76	x	x	70	x	80		76			
Totais h/aula																							
Nome do Estab. <u>Ginásio Agrícola de Urutaí</u>		Local <u>Urutaí</u>			Est. <u>Goiás</u>			Ano <u>1975</u>			7a. Série		Apto <u>58,9</u>											
Resultados	77	71	90	81	x	x	x	x	79	79	x	79	70	84	71	91	78	x	x		78			
Totais h/aula																							
Nome do Estab. <u>Ginásio Agrícola de Urutaí</u>		Local <u>Urutaí</u>			Est. <u>Goiás</u>			Ano <u>1976</u>			8a. Série		Apto <u>88,0</u>											

Prof. Francisco Aldino Gonçalves
DIRETOR - A 1 - 4 - COAGRI

Marta José de Mesquita
Secretária

O currículo era formado de disciplinas da área geral, como Língua Portuguesa, Inglês, Educação Artística, História, Geografia, OSPB, Educação Moral e Cívica, Ensino Religioso, Ciências; e disciplinas da área especial, como Vocacional Agrícola, Mecânica Agrícola e Zootecnia, Indústrias Rurais, Horticultura, Agricultura e Técnicas Comerciais. As disciplinas da área técnica atendem à formação para agricultura e pecuária (mecânica agrícola, zootecnia, horticultura, agricultura) e a preocupação com uma formação para administrar e integrar a agropecuária com a indústria e o comércio (indústrias rurais e técnicas comerciais). As disciplinas para “pedagogos, os didáticos e os historiadores, não deixa nenhum espaço à existência autônoma das “disciplinas”: elas não são mais do que combinações de saberes e de métodos pedagógicos” (CHERVEL, 1990, p.181). Na instituição, as disciplinas foram ajustadas para a formação no contexto da cultura agrícola.

No ano de 1976, na disciplina Agricultura, da 7ª série, foram abordadas a agricultura extensiva e intensiva, seus benefícios para o desenvolvimento da agropecuária e todo o conteúdo referente ao tema, de maneira a possibilitar ao educando a aplicação de recursos adequados que permitam a introdução de tecnologias na exploração e rentabilidade do solo agrícola. No mesmo ano, Zootecnia foi ministrada na 6ª série pelo professor José de Oliveira Campos e incluía: noções sobre zootecnia (definições, conceitos e classificação) e orientações sobre as criações de bovinos, suínos, aves, peixes, abelhas, bicho-da-seda e equinos.

Renato Borgmann trabalhou na 8ª série, no ano de 1977, com a disciplina Indústrias Rurais, na qual ensinava os alunos a processar, conservar, acondicionar e armazenar os produtos, ou seja, a industrializar os alimentos agrícolas. No mesmo ano, esse professor ministrou a disciplina Horticultura na 7ª série, na qual orientou os alunos a cultivar verduras, legumes e a beneficiá-los.

Em Técnicas Comerciais, ministrada pelo professor Nelson Marra de Oliveira, os alunos tiveram contato com documentos comerciais (formas, cheque cruzado, nota promissória, duplicatas, protestos de títulos, ordem de pagamento), com o objetivo de desenvolver habilidades administrativas.

As disciplinas Agricultura, Zootecnia, Indústrias Rurais, Horticultura e Técnicas Comerciais versavam sobre conteúdos que contribuíam para a formação de pessoas que atendessem às novas perspectivas da agropecuária, pois “o currículo não é constituído de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos considerados socialmente válidos” (GOODSON, 2013, p.08).

No Ofício do Departamento Pedagógico do Ginásio Agrícola de Urutaí à COAGRI, foram mencionadas as atividades desenvolvidas nas disciplinas de Educação Física, Ensino

Religioso, Educação Artística e Educação Moral e Cívica. As atividades desenvolvidas nas aulas de Educação Física eram: corridas, futebol de campo e de salão, queimada, treinos para competição interna e externa, salto em altura, natação, exercícios de coordenação, flexibilidade, extensão, contração, relaxamento, alongamento muscular, handebol, basquete e voleibol. Nessas aulas, os alunos eram treinados para participar de desfiles e aprendiam a marchar. A ideia dos militares nas aulas de Educação Física era a seguinte: “o estudante, cansado e enquadrado nas regras de um esporte, não teria disponibilidade para entrar na política” (CUNHA, 1989, p.80).

Nas aulas de Educação Moral e Cívica, os alunos estudavam o folclore nacional, os símbolos nacionais, as forças armadas, as virtudes morais e cívicas, o valor da igreja, da escola e da família, os direitos e deveres do cidadão, o valor do Exército Brasileiro, a Revolução de 31 de março e a segurança nacional. O currículo ministrado no Ginásio atendia ao Decreto-lei nº 869, conforme analisa Luiz Antônio Cunha:

No curso médio (ginásio e colégio) o conteúdo da disciplina já era mais explicitamente ideológico: o trabalho como um direito do homem e um dever social (pelo qual cada um dá a contribuição de que é capaz para fazer funcionar o conjunto da sociedade, sendo a exploração apenas um caso lamentável e excepcional); as principais características do sistema de governo brasileiro (apresentado como democrático, posto a salvo dos “comunistas” pela “revolução redentora”); a defesa das instituições, da propriedade privada e das tradições cristãs [...]; a responsabilidade do cidadão para com a segurança dos militares, que deteriam o monopólio do patriotismo e da clarividência das aspirações do povo brasileiro e dos objetivos nacionais (CUNHA, 1989, p.78).

As aulas de Educação Artística apresentavam um currículo diferenciado. Os alunos aprendiam carpintaria, mecânica, oficina rural, trabalho com argila, buriti, madeira e couro, projeções de objetos, uso da régua graduada, execução de enxertia, cuidados com as plantas enxertadas, proteção para as mudas, formação de árvores frutíferas, modalidade e tipos de podas, enxertia de borbulhos em laranjeiras, classificação dos ramos, formação de pomar de citrus, polígonos, colagem e uso do transferidor e construção de faixas decorativas. Os conteúdos ministrados na disciplina de Educação Artística não correspondem à referida disciplina, porém, “com efeito, há o momento em que o docente ensina e aí está a preparar os sujeitos para desempenharem determinadas tarefas [...] o docente responde à exigência do sistema social e não à exigência do aluno” (LOBROT, 1992, p.38).

As disciplinas Educação Moral e Cívica, Educação Física e Religião trabalharam conteúdos de forma a disciplinar e doutrinar os alunos, tornando-os obedientes. O artigo 7º, letra d, exige essa conexão entre as disciplinas.

Educação Moral e Cívica deverá constituir preocupação geral da escola, merecendo o cuidado dos professores em geral e, especialmente, daqueles cujas áreas de ensino tenham com ela conexão, como: Religião, Filosofia, Português e Literatura, Geografia, Música, Educação Física e Desportos, Artes Plásticas, Artes Industriais, Teatro Escolar, Recreação e Jornalismo (BRASIL, 1969).

Segundo Luiz Antônio Cunha (1989), a disciplina de Educação Moral e Cívica no currículo existia para preencher o vácuo ideológico deixado na mente dos jovens, para que não fosse preenchido pelas insinuações materialistas e esquerdistas. A disciplina não deveria ser mais uma prática educativa visando formar, nos educandos e na população em geral, o sentimento de apreço à Pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à Lei, de fidelidade ao trabalho e de integração na comunidade, de forma que todos sejam, em clima de liberdade, de responsabilidade, de cooperação e de solidariedade humana, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres. No entanto o GAU na disciplina Educação Moral e Cívica ministrou conteúdos que atendia à ideologia dominante.

Essa orientação conservadora também ocorreu com a disciplina Ensino Religioso. O parecer nº 94/1971 presumia que essa disciplina deveria ser aconfessional, porém proclamava que a religião era a base da moral a ser ensinada, o que explica a relação do conteúdo de Ensino Religioso e Educação Moral e Cívica no Ginásio Agrícola. A religião considerada “aceitável” era aquela que explica a presença de Deus pela razão.

Para Luiz Antônio Cunha (1989), ficavam afastadas todas as religiões afro-brasileiras, apesar de efetivamente praticadas por dezenas de milhões de pessoas, relegadas, pelos moralistas e civilistas, à condição de resíduos de ignorância ou de curiosidades folclóricas. O mesmo acontecia com as crenças indígenas.

Já Chervel salienta que:

Se é verdade que a sociedade impõe à escola suas finalidades, estando a cargo dessa última buscar naquela apoio para criar suas próprias disciplinas, há toda razão em se pensar que é ao redor dessas finalidades que se elaboram as políticas educacionais, os programas e os planos de estudo, e que se realizam a construção e a transformação histórica da escola (CHERVEL, 1990, p.219).

A instituição ministrava os conteúdos conforme exigia a legislação vigente. Aos alunos cabiam aprender, pois eram avaliados pelos professores nas referidas disciplinas e no conselho de classe, na qual todos os docentes se reuniam para analisar a aprendizagem dos alunos de forma conjunta. O objetivo era aprimorar o processo ensino-aprendizagem, conforme artigo 12 do Regimento Interno da Instituição. Ao conselho de classe competia:

a) indicar medidas para retificação da aprendizagem e recuperação de conteúdos e comportamento;

- b) planejar situações estimuladoras, fixando os princípios gerais de unidade da ação docente;
- c) colher e analisar informações, permitindo identificar a situação real do processo educacional e os problemas de aprendizagem ou de ajustamento dos alunos, a fim de proceder ao encaminhamento necessário (REGULAMENTO INTERNO DO GINÁSIO AGRÍCOLA DE URUTAÍ, dez. 1977).

Pelo Conselho de Classe de 21 de agosto de 1978, foi possível compreender dificuldades de professores e alunos na instituição. Os discentes reclamaram da falta de tempo para estudar, pois tinham que frequentar as aulas e realizar as atividades práticas da instituição. Os professores Benildo e José Bernardino expuseram que tinham um programa a seguir e as disciplinas de formação geral possuíam carga horária reduzida. A falta de materiais didáticos foi levantada pelos docentes, os quais reivindicaram livros-textos, mapas, globos e diários de classe. O Serviço de Orientação Educacional desenvolvia trabalhos em parceria com a Supervisão Pedagógica na busca de melhores condições de ensino. A COAGRI, ao assumir a coordenação e administração da instituição, iniciou a implantação das novas políticas para o ensino agrícola, mas as mudanças necessárias aconteceram gradativamente.

Em 1978, matricularam-se 81 alunos no Curso Técnico em Agropecuária. Porém a instituição continuou funcionando como Ginásio até 1979 (ano de conclusão da última turma do GAU), quando o presidente da república João Figueiredo alterou a denominação de 32 estabelecimentos de ensino agrícola subordinados à COAGRI no Brasil, dentre eles o Ginásio Agrícola de Urutaí.

Art.1º - Os estabelecimentos de ensino subordinados à Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário – COAGRI, órgão vinculado à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura, terão a denominação uniforme de ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL, seguida do nome da cidade em que se localiza o estabelecimento (DECRETO Nº 83.935, DE 04 DE SETEMBRO DE 1979 – MEC/COAGRI, BOLETIM 17, 1979, p.37).

Em suma, o Ginásio Agrícola de Urutaí passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (EAFUR) e a oferecer o Curso Técnico em Agropecuária referente à formação técnica de 2º grau, objetivando formar Técnicos em Agropecuária, pois as inovações na área agrícola exigiam o profissional para atuar em diferentes setores, dentre eles, a extensão agrícola.

2.7. Considerações Parciais

Ao longo de sua história, o Ginásio Agrícola de Urutaí passou por grandes dificuldades. Houve fechamento e transferência de seus alunos para outra instituição, lutas e busca para retomar as atividades pedagógicas e, novamente, novas ameaças de fechamento. Entretanto,

sob a coordenação da COAGRI e de diretores que souberam organizar o Ginásio, a instituição se fortaleceu e continuou sua trajetória. Nesse período as terras foram legalizadas, professores capacitados foram contratados, o número de matrículas aumentou e o currículo foi instituído de acordo com a legislação educacional vigente no país no período.

Foi desenvolvida a cultura escolar agrícola para atender ao setor em desenvolvimento. O Ginásio Agrícola de Urutaí e a Escola Agrotécnica Federal de Urutaí são a mesma instituição de ensino, porém com configurações diferentes em relação ao nível de ensino. Tanto em uma quanto em outra modalidade, seu objetivo era formar mão de obra agrícola. Em ambos os formatos, a instituição desenvolveu culturas escolares agrícolas. Antonio Viñao Frago (1995) esclarece:

Afirmar que a escola, entendido este termo no seu sentido amplo, é uma instituição, eis algo óbvio. Igualmente é óbvio dizer que existe uma cultura escolar. Precisamente porque a escola é uma instituição, podemos falar de cultura escolar, e vice-versa. Mais difícil é se pôr de acordo sobre o que implica a escola ser uma instituição e sobre o que seja a tal cultura escolar – ou se não seria preferível falar, no plural, de culturas escolares (VIÑAO FRAGO, 1995, p.68).

As instituições de ensino produziram diferentes culturas escolares, pois cada uma tem suas singularidades. A comunidade escolar, a administração e a estrutura de cada instituição possuem unicidade. Desse modo, os primeiros anos de coordenação da COAGRI na instituição, quando ainda funcionava como GAU, foram importantes para o ordenamento do espaço físico e a organização administrativa. O GAU e a EAFUR compartilharam cultura escolar agrícola específica, pois cada um estava impregnado de valores e ideias educacionais próprias, deixando suas marcas em cada configuração de acordo com o geral e o específico dentro do contexto histórico e do espaço característico no qual estiveram inseridas.

A instituição inicia as reformas e as construções do espaço físico necessárias para implantar o Sistema Escola-Fazenda nos anos de 1970 e perdura até os anos de 1990, quando a COAGRI já estava extinta. Os projetos de construção e reconstrução da estrutura física contavam com o financiamento do BIRD e “os resultados obtidos quanto aos componentes físicos mostram que o projeto não alcançou o desempenho esperado. Considerando-se as taxas médias para o ensino industrial e agrícola, o componente construção atingiu 76% de suas metas” (FONSECA, 1995, p.187).

Os diretores, muitas vezes, buscaram verbas junto ao governo do estado de Goiás para realizar as construções necessárias e contavam, também, com a mão de obra dos alunos para executar as obras necessárias. O espaço da EAFUR refletiu as determinações da sociedade para

a construção civilizadora e as forças educativas desempenhadas no prédio da escola deixaram seus efeitos para construção da cultura escolar agrícola em favor de uma formação agrícola.

3. O PAPEL DA ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ NA FORMAÇÃO DA CULTURA ESCOLAR AGRÍCOLA

Os espaços educativos, como lugares que abrigam a liturgia acadêmica, estão dotados de significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares (ESCOLANO, 1998, p.27).

A estrutura física da EAFUR foi organizada de maneira a favorecer a construção de uma cultura escolar agrícola, ou seja, que possibilitasse experiências de aprendizagem significativas para compreender as atividades agrícolas em afazeres práticos nas Unidades Educativas de Produção (UEPs), por meio do contato direto com os animais e com as tarefas práticas nas lavouras. O conteúdo deste capítulo traz essa estrutura física construída ao longo do período da gestão da COAGRI na instituição de ensino do Ginásio Agrícola, a EAFUR. Para as reformas e novas construções na instituição, eram necessárias verbas, a qual foi adquirida pelo MEC através de acordos com bancos internacionais.

Para realizar a estrutura necessária, as verbas eram disponibilizadas à Instituição, mas a administração da EAFUR tinha que prestar conta da aplicação do dinheiro. O diretor Pedro Hiromasa Osawa prestou contas das despesas necessárias para a construção de uma sala ambiente.

Temos a satisfação de encaminhar a V. S^a. o resumo das despesas realizadas com as obras do IV Acordo MEC/BIRD executadas nesta Escola por administração direta, no período 1984/85. Informamos que a obra correspondente a Ação n. 002, referente a construção de uma sala ambiente com dormitório na AG II, não foi executada, sendo adquirida no ano de 1984 aproximadamente 80% dos materiais básicos, por insuficiência de recursos para mão de obra. As demais obras constantes do quadro, foram totalmente concluídas em 16/08/85. Posteriormente estaremos encaminhando as respectivas fotografias das obras concluídas (OFÍCIO N. 307, 1985).

O documento revela que a verba enviada não foi suficiente para concluir todas as obras necessárias, fator que indica que, mesmo estando em situação privilegiada em relação às outras escolas públicas no Brasil no período, a instituição também enfrentava dificuldades na construção e manutenção da estrutura física necessária a uma instituição técnica na área agrícola.

Conforme José Willington Germano (2011, p.169), os gastos do Estado com a educação foram insuficientes e declinaram dez pontos percentuais entre 1981 e 1985. Assim, o próprio MEC revelou que, em 1985, apenas 27% dos prédios escolares estavam em condições satisfatórias de uso. “As dependências constituem requisitos necessários ao funcionamento de uma escola agrotécnica com habilitação em técnico em agropecuária que atenda, aproximadamente, a 460 alunos e adote como metodologia de ensino o Sistema Escola-Fazenda” (DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO DE UMA ESCOLA AGROTÉCNICA

FEDERAL, 1985, p.45). O espaço escolar do SEF é um elemento significativo do currículo, uma fonte de experiência e aprendizagem, o que vem ao encontro do argumento do pesquisador Agustín Escolano (1998):

O espaço escolar tem de ser analisado como um constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos. No quadro das modernas teorias da percepção, o espaço-escola é, além disso, um mediador cultural em relação à gênese e formação dos primeiros esquemas cognitivos e motores, ou seja, um elemento significativo do currículo, uma fonte de experiência e aprendizagem (ESCOLANO, 1998, p.26).

A estrutura física da EAFUR fazia parte do currículo da instituição de ensino. Nela os alunos desenvolviam atividades práticas e habilidades específicas em locais construídos para determinados fins de aprendizagem, dentre eles as UEPs, as salas de aulas e a COETAGRI.

De acordo com Antonio Viñao Frago (1998, p.107), quanto à referida disposição, parece claro o predomínio geral do retilíneo sobre o redondo ou curvilíneo, assim como dos retângulos e quadrados sobre os círculos, espirais ou elipses. Uma primeira razão para isso, também óbvia, é que tais disposições, adotadas, favorecem a visibilidade e, portanto, o controle e a vigilância.

Os aspectos relacionados com as práticas sedimentadas, a arquitetura, o tempo e o espaço no qual a instituição estava inserida, direcionaram o olhar para o interior da escola, sem perder de vista o exterior, ou seja, a sociedade à qual a EAFUR pertencia. O Técnico em Agropecuária necessitava conhecer e saber trabalhar com diferentes equipamentos e instrumentos no cenário agrícola, dentre eles: pulverizadores; tratores; arados; trenea; grades niveladoras; plantadeiras; ordenhadeiras; instrumentos veterinários mais simples, como bisturi, pipetes, agulhas, pinças, luvas; balança; cultivador; defensivos agrícolas; e calculadoras (CARACTERIZAÇÃO OCUPACIONAL DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, 1983). Todas essas máquinas e equipamentos existentes na estrutura física da EAFUR eram utilizados por professores e por alunos em atividades pedagógicas, o que possibilitou a formação de Técnicos em Agropecuária de acordo com as modernas técnicas agrícolas desenvolvidas na agricultura e pecuária da região, favorecendo a formação da cultura escolar agrícola na EAFUR.

Os alunos eram internos e os professores, especialmente os da área especial, residiam na instituição de ensino para, assim, manter a estrutura da fazenda em funcionamento. Dentre as exigências da estrutura física de uma Escola Agrotécnica, estavam as residências de funcionários, professores, diretor e a casa de hóspede.

3.1. Residência dos funcionários

As Figuras 4, 5 e 6 apresentam as plantas baixas das residências dos funcionários da instituição. As casas revelam o *status* nas diferentes funções.

FIGURA 4 – Planta baixa das casas dos servidores administrativos da EAFUR
Fonte: Arquivo IF Goiano Câmpus Urutaí

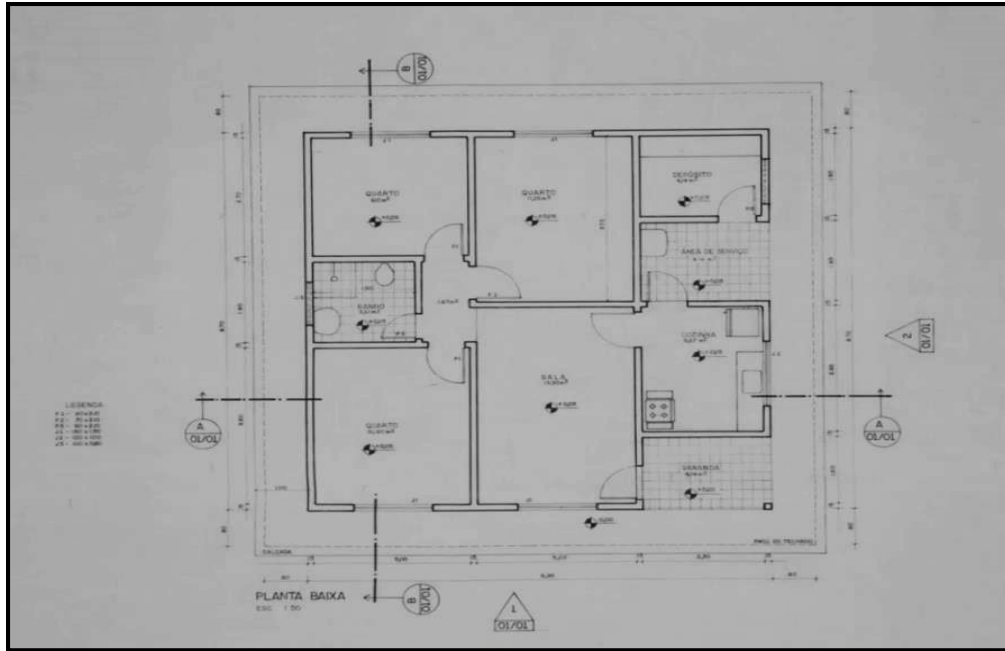


FIGURA 5 – Planta baixa das casas dos professores da EAFUR

Fonte: Arquivo IF Goiano Câmpus Urutaí

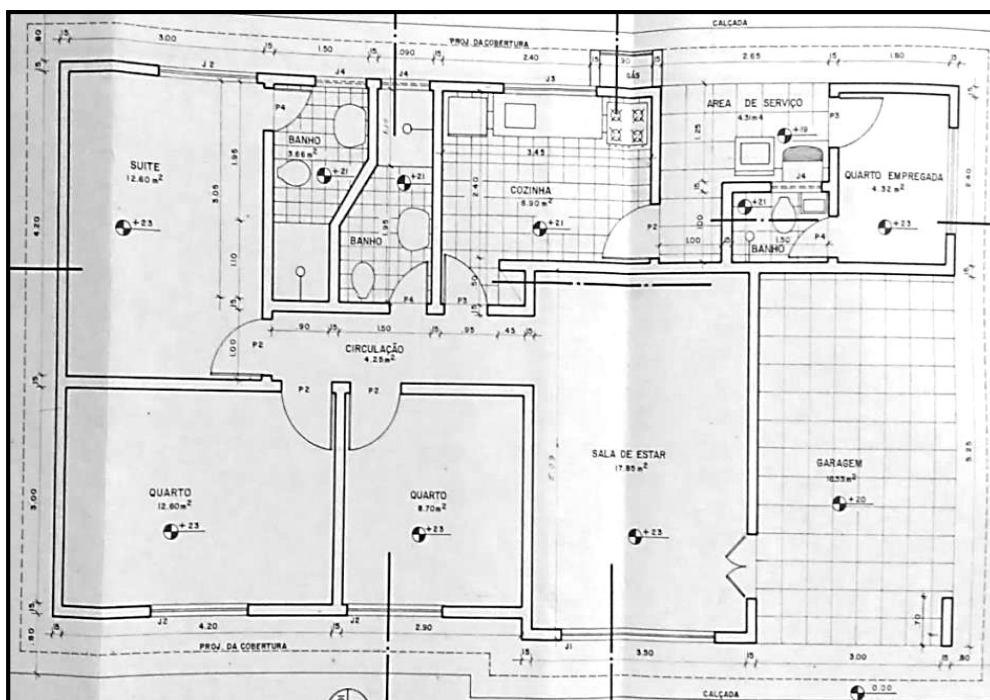
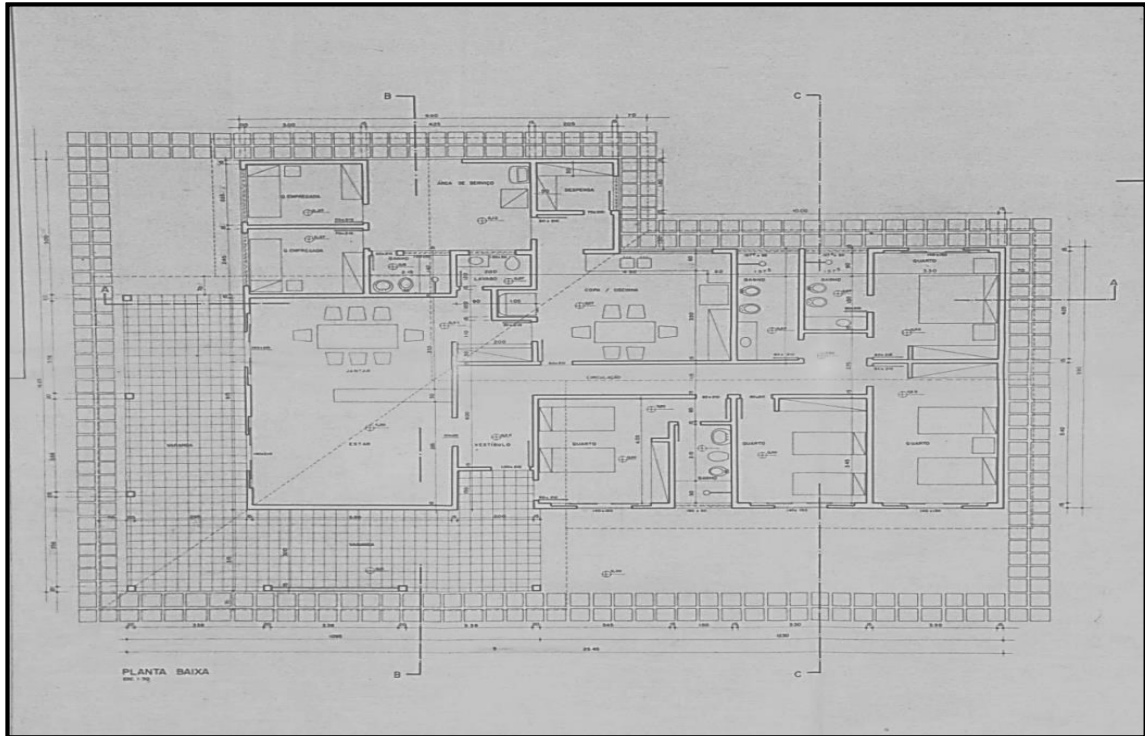


FIGURA 6 – Planta baixa da casa do diretor da EAFUR

Fonte: Arquivo IF Goiano Câmpus Urutaí



Essa diferença mostra como os funcionários eram tratados de maneira desigual, o que pode ser verificado na seguinte afirmação: “distinguir os membros da comunidade escolar entre sábios e ignorantes, privilegiados e oprimidos, os que mandam e os que cumprem ordens” (Perspectivas para o Ensino Agrícola de 2º Grau, 1985, p.05)¹⁷. Assim, o formato de trabalho das escolas agrotécnicas propiciou a acumulação de capital, o que estimulou o egoísmo e as ambições, gerando posse e poder, estabelecendo a divisão entre os que mandavam e os que obedeciam.

O autoritarismo dos dirigentes da instituição dificultou o fortalecimento da comunidade educativa e impossibilitou aos membros a busca de crescimento profissional na instituição, especialmente os técnicos administrativos, que não contavam com política de aprimoramento profissional e eram, muitas vezes, vistos como ignorantes. Os alunos, membros da EAFUR como pessoas em formação e como trabalhadores, conviviam com essa política institucional

¹⁷Análise feita sobre os interesses desiguais, conflitivos e antagonicos existentes na educação no Brasil, que levaram os educadores a atuarem de forma isolada, competitiva e fragmentada. A análise foi realizada pelos profissionais que atuavam na COAGRI e elaboraram o documento *Perspectivas para o Ensino Agrícola de 2º Grau, 1985*; e essas práticas aconteciam na EAFUR.

implementada e desenvolvida no interior da mesma. Antonio Viñao Frago (1998, p.13) chama essa política interna de micropolítica.

3.2. Internato

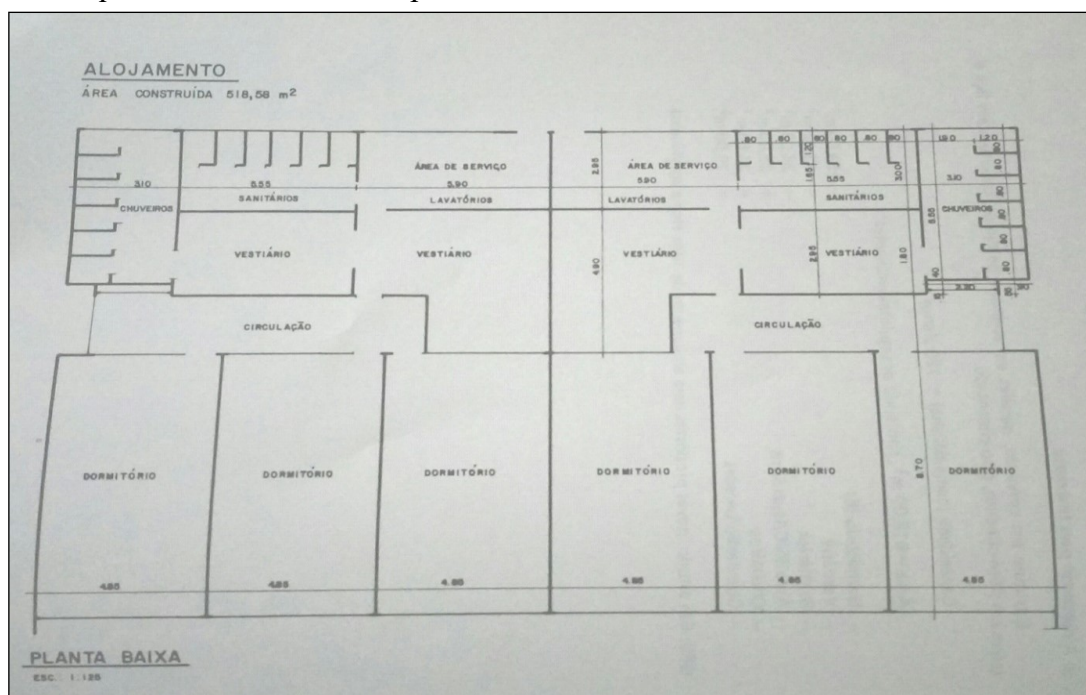
Desde sua criação em 1953, a instituição recebia os alunos em regime de internato, pois os discentes estudavam e prestavam serviço à escola, mantendo a estrutura e as atividades agrícolas da escola-fazenda. O regulamento existente na instituição determinava as práticas a serem seguidas pelos discentes.

Conjunto de normas que definem saberes a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas que são subordinadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (DOMINIQUE JULIA, 1995, p.9).

As regras eram necessárias para manter a ordem e a disciplina dos alunos em regime de internato, uma vez que eles eram oriundos de diferentes localidades e pertencentes a diferentes classes sociais. Era necessário haver disciplina e, assim, estruturar a aprendizagem não apenas intelectual, mas a formação integral dos discentes. Os alunos dormiam, alimentavam-se, recreavam, estudavam e trabalhavam em espaços coletivos, fator que exigia compreensão e respeito um ao outro.

FIGURA 7 – Planta baixa do alojamento dos alunos internos

Fonte: Diretrizes de Funcionamento de uma Escola Agrotécnica Federal – COAGRI, 1985, p. 94 – Arquivo do IF Goiano Câmpus Urutaí



Na tabela 8 é possível verificar o aumento de alunos internos na instituição, por isso a necessidade de uma estrutura física para recebê-los e acomodá-los.

TABELA 8 – Matrículas com a classificação de categorias dentro da EAFUR

Fonte: Arquivo do IF Goiano CâmpusUrutaí- Relatório de 1981-1986.

Org: A autora

Idade	Internos			Semi-internos			Externos	Total
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	1 ^a /2 ^a /3 ^a	
1981	122	86	59	18	19	5	0	309
1882	125	101	81	05	05	05	14	336
1983	138	88	96	06	10	10	11	359
1984	116	100	80	9	9	6	-	320
1985	165	74	90	11	8	12	13-	373
1986	141	139	73	8	6	5	17	389

Em 1977, a EAFUR, com o apoio da COAGRI, estabeleceu contrato com uma empresa para a construção de um novo alojamento.

O Ginásio Agrícola de Urutaí –GO, vinculado à Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário – COAGRI- órgão autônomo do Ministério da Educação e Cultura – MEC, cumprindo o que determina o artigo 54, I, do Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1972, faz saber que foi lavrado o Contrato para construção de um alojamento para alunos, uma lavanderia, uma esterqueira para estábulo de bovinocultura e pavimentação na área externa do estábulo de bovinocultura a ser erigida, na cidade de Urutaí, Estado de Goiás (DOU, 14 nov.1977, p.15451).

Além do alojamento, o contrato previa a construção da UEP de bovinocultura e uma lavanderia. A lavanderia era um espaço utilizado pelos alunos para cuidar de suas roupas, pois a maioria voltava em suas residências apenas nas férias escolares. O espaço físico referente ao internato era cuidado pelos próprios alunos. Como alguns resistiam à organização, a Seção de Orientação Educacional (SOE) e a Divisão das Atividades Técnicas (DAT) da EAFUR comunicaram aos alunos sobre a limpeza do alojamento.

A partir de hoje o asseio e organização do alojamento será observado rigorosamente, em virtude de se ter notado a desorganização do mesmo. As Seções competentes (DAT, SOE, SSP) tomarão as medidas que julgarem necessárias para que seja mantida a ordem e limpeza no referido local.

Avisamos ainda que ninguém está isento da determinação acima, inclusive estagiários nossos e de outras Escolas. A todos serão aplicadas as penalidades devidas (MEMORANDO DO SOE/DAT DA EAFUR Nº 21, 1980).

Apesar das dificuldades encontradas na convivência, o alojamento da EAFUR foi avaliado de maneira positiva pelos técnicos da COAGRI: “os alojamentos com três blocos com capacidade para 120 alunos cada; são supervisionados por um professor de Educação Física, responsável pelo

internato; são organizados, limpos e funcionais” (RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO TÉCNICO PEDAGÓGICO – COAGRI, s/d, p.01). Uma instituição de ensino deve um lugar adequadamente arejado, agradável e bem conectado a todos os lugares de onde eles tiveram que frequentar. Os alojamentos eram locais construídos e organizados de maneira a abrigar os alunos e estes deveriam manter a disciplina. “En este sentido, el espacio escolar sería un lugar que tende a ser acotado como tal y a fragmentarse internamente en una variedad de usos y funciones de índole a la vez productiva, simbólica y disciplinaria”¹⁸ (VIÑAO FRAGO, 1995, p.70).

A Portaria nº 11, de 1979, determinou que os alunos deveriam que trabalhar nas UEPs durante a semana. Quanto aos alunos que ficavam na instituição nos finais de semana, feriados, recessos e no rodízio de férias, era obrigatório o trabalho para ter direito à alimentação e à hospedagem.

Muitas vezes, os internos precisavam de cuidados referentes à saúde. Segundo a COAGRI, o atendimento aos alunos da instituição tinha que ser promovido pela Coordenação de Integração Escola-Comunidade, a quem cabia “realizar levantamento em postos de saúde, clínicas, hospitais e outras entidades de assistência à saúde, que possam firmar convênios com a escola, para atendimento aos alunos” (MEC/COAGRI, BOLETIM 17, 1986, p.136).

No arquivo foram localizadas correspondências nas quais a orientadora educacional Maria das Mercês Queiroz de Oliveira encaminhava alunos para casa para tratamento médico, ou solicitava ajuda junto às prefeituras e aos órgãos competentes para atender aos alunos que viessem a apresentar problemas de saúde. A montagem de uma enfermaria foi uma das providências empreendidas por ela, com a ajuda de doadores dos municípios vizinhos. Ao tomar conhecimento de pessoas dispostas a ajudar, ela encaminhava ofícios solicitando ajuda, como neste exemplo:

Outrossim informamos que, em conversa com a Prof^ª. Victória Espíndola Vieira, esta nos informou da possibilidade de conseguirmos com V. S^a, medicamentos para a enfermaria de nosso Educandário.

Informamos ainda que os medicamentos e materiais de que estamos necessitando no momento no momento são: álcool, esparadrapo, algodão, remédio para micose e “pano branco”, pomada para massagem, gaze (ataduras), mercúrio cromo, mertiolate, remédio para gripe, dor de ouvido, dor de garganta e dor de dente, pomada para cicatrização, analgésico e antitérmico, água oxigenada, pinça (para uso em curativo), materiais para aplicação de injeção.

Acrescentamos ainda que temos um total de 200 (duzentos) alunos e que, qualquer material ou medicamento de utilidade numa enfermaria, mesmo dos não relacionados enviados por V.S^a , nos servirá sobremaneira, uma vez que nos falta praticamente tudo que se faz necessário.

Certos de podermos contar com o apoio e colaboração de V. S^a, nosso particular, agradecimento (CORRESPONDÊNCIAS, 05 mai. 1979).

¹⁸ Nesse sentido, o espaço escolar seria um lugar que tende a ser limitado como tal e a ser fragmentado internamente em uma variedade de usos e funções de natureza produtiva, simbólica e disciplinar. (tradução livre)

Maria das Mercês Queiróz de Oliveira era responsável pela Supervisão Pedagógica e pelo Serviço de Orientação Educacional, cargos ligados diretamente aos alunos, e, portanto, acompanhava de perto as dificuldades enfrentadas por eles.

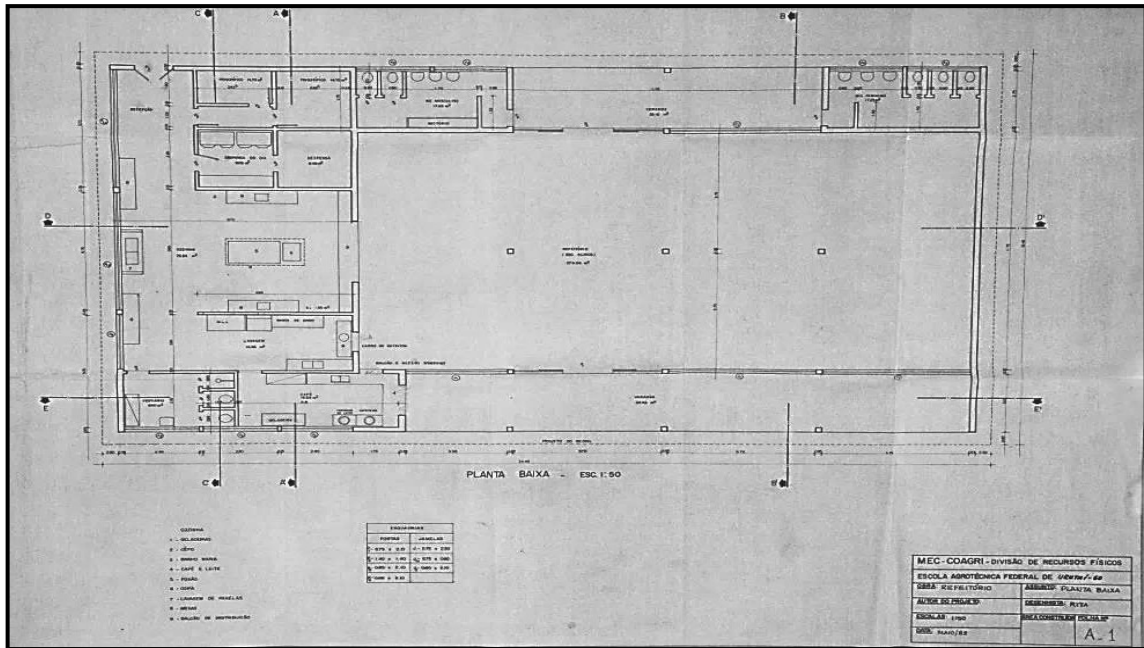
Nos anos de 1950, a EAFUR já se preocupava com o atendimento médico e odontológico de seus alunos, porém ainda nos anos de 1980 não contava com estrutura de atendimento à saúde mesmo tendo a maioria dos alunos em regime de internato. No período militar, “apesar das reformas, o Estado, se descomprometeu gradativamente de financiar a educação pública; os recursos estavam comprometidos com o capital privado, repassando, ainda assim, verbas para as escolas particulares” (GERMANO, 2011, p.93). No período em que a instituição funcionou como GAU, ela enfrentou diversas dificuldades relacionadas a problemas de saúde dos alunos, como revela a documentação. Porém, ao implantar a COETAGRI, os problemas foram amenizados porque 20% da renda líquida anual da cooperativa-escola passou a ser destinada à assistência médica-odontológica dos associados.

Dentre as estruturas para abrigar os alunos no internato estava o refeitório, que possuía salão com capacidade para 240 alunos, cozinha, frigorífico, despensa, recepção, sala para lavagem das vasilhas, salão menor e varanda. “Os diretores deveriam se esforçar para que as comidas fossem bem-feitas, já que a arte culinária era entendida como uma poderosa auxiliar da higiene” (GONDRA, 2004, p.199).

As refeições eram realizadas em horários pré-determinados. Os internos recebiam café da manhã, almoço e jantar; os semi-internos recebiam apenas o almoço.

José Gonçalves Gondra (2004, p.192), exterioriza que os colégios deviam ser espaços “privilegiados para o desenvolvimento físico, moral e intelectual dos infantes e adolescentes, deveriam, portanto, funcionar como um espaço/tempo de reordenamento da cultura alimentar, à época ainda imperfeita entre nós, segundo os critérios da ciência médica”.

FIGURA 8 – Planta baixa do refeitório da EAFUR
 Fonte: Arquivo do IF Goiano CâmpusUrutaí



Oscar Lamounier Godofredo Júnior, diretor da COAGRI, em palestra proferida por ocasião da visita da então Ministra de Educação, Esther de Figueiredo Ferraz¹⁹, em 4 de setembro de 1984, expôs que os alunos das Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) ganharam alojamentos, refeitórios e cozinhas, todos dotados de aparelhamento moderno necessário ao preparo e fornecimento de alimentação saudável.

Houve melhoria na estrutura física, porém os alunos recebiam apenas três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar). Os lanches nos intervalos entre as refeições eram adquiridos no bazar da cooperativa-escola, e, assim, muitos alunos sentiam fome nesses longos intervalos entre uma refeição e outra.

Os discentes eram proibidos de pegar alimentos produzidos na instituição para se alimentar, o que é confirmado pela Ordem de Serviço número 5 (cinco), item IX, do ano de 1979: “IX - Anotar os nomes dos alunos que forem encontrados no pomar ou em atitudes suspeitas junto a algum prédio” (ORDEM DE SERVIÇO 03 de dezembro de 1979). As mangas existentes no pátio da instituição poderiam ser utilizadas como alimento, mas necessitavam de cuidado ao serem apanhadas. O diretor Francisco Aldivino Gonçalves, no dia 3 de dezembro de 1979, resolveu “proibir a partir desta data, que alunos, funcionários da Escola, e da HEMA-Engenharia Ltda., joguem pedras, paus ou outros objetos para o fim de apanhar mangas” (ORDEM DE SERVIÇO, 03 de dezembro de 1979). Além do pagamento dos vidros quebrados, determinaram-

¹⁹Ministra da Educação no período de 24 de agosto de 1982 a 15 de março de 1985.

se sanções para aqueles que desobedecessem à portaria, com punições diferenciadas para alunos e funcionários,

- a) Alunos: cumprimento de mais 15 (quinze) dias além do normal e pagamento dos vidros quebrados.
- b) Funcionários da Escola: suspensão por 05 (cinco) dias por descumprir ato oficial e pagamento dos vidros quebrados.
- c) Funcionário da HEMA-Engenharia Ltda: Desligamento da firma, conforme reza o contrato entre Firma e Escola Agrotécnica Federal de Urutaí-GO., e pagamento dos vidros quebrados . (ORDEM DE SERVIÇO 03 dez. 1979).

As frutas eram utilizadas na alimentação no refeitório, e o excesso da produção era vendido na Cooperativa. Para evitar que os alunos apanhassem as frutas nos pomares, foi determinado que “conforme o disposto no Código Disciplinar é expressamente proibida a entrada no Pomar, sem a devida permissão de responsável, o aluno que desobedecer a esta determinação terá a penalidade devida, aplicada pelo DAT” (MEMORANDO DO SOE/DAT DA EAFUR Nº 21, 1980). De acordo com o memorando do SOE/DAT da EAFUR, de 30 de junho de 1980, as refeições tinham horários definidos: de segunda a sexta-feira, café da manhã era servido das 6h às 6h50 min., o almoço das 11h às 12:30min. e o jantar das 17h às 18h; nos sábados e domingos, alterava-se o horário do café da manhã, que era entre 7h e 7:50min. Os alunos que não pudessem se alimentar nos horários ficavam sem refeição, como mostra a ordem de serviço nº 06, de 1979, no ítem: “II- Proibir que sejam servidas café da manhã, almoço, lanche e jantar, fora dos horários estipulados” (ORDEM DE SERVIÇO, 03 dezembro 1979). O espaço e o tempo, orientavam, a cultura da escola da EAFUR.

De otro, el ingreso del niño en la escuela también suele ir asociado a la asignación de un lugar en el marco espacial en que se introduce y a la sujeción a los cronosistemas que ordenan de la vida de la institución. En estos dos referentes están implícitas las relaciones del niño con los demás sujetos de la nueva situación, las reglas metódicas de la actividad escolar y hasta los contenidos de la experiencia²⁰ (ESCOLANO, 2000a , p.21).

Os alunos, ao entrarem no refeitório, deveriam estar vestidos adequadamente. A Portaria nº 5, de 13 de março de 1979, resolveu “proibir o uso de calções e bermudas no recinto do refeitório até a ala de Ensino” (ORDEM DE SERVIÇO, 1979). O diretor Francisco Aldivino Gonçalves baixou a portaria de acordo com as atribuições legais e com a legalidade conferida pela Portaria nº 785 - MEC/COAGRI, de 22 de setembro de 1975.

²⁰ Por outro lado, o rendimento da criança na escola costuma estar associado à atribuição de um lugar no quadro espacial em que é introduzida e sujeita aos cronossistemas que ordenam a vida da instituição. Nessas duas referências estão implícitos os relacionamentos da criança com os demais sujeitos da nova situação, as regras metódicas da atividade escolar e, até mesmo, os conteúdos da experiência.

As filas no refeitório deveriam seguir as orientações da Ordem de Serviço nº 41, de 6 de junho de 1979, na qual o diretor Francisco Aldivino Gonçalves proibiu “que as filas para o café, almoço e jantar sejam feitas ao longo das paredes do refeitório. As filas serão feitas em linha reta com a porta do refeitório, em direção ao posto de vendas” (ORDEM DE SERVIÇO, 1979).

O diretor Francisco Aldivino Gonçalves determinava e todos cumpriam. Ele incorporou a política do período militar, através “do controle político e ideológico do ensino, visando à eliminação do exercício da crítica social e política” (GERMANO, 2011, p.105). Além disso, como muitos alunos tinham dificuldade para usar os talheres à mesa, foi solicitado o serviço voluntário de nove alunos em prol da melhoria desse comportamento. Eram eles:

Lenivaldo Rodrigues de Miranda -3º Ano A

Paulino Andrade – 3º ano B

Nicodemos Lúcio da Costa Filho – 3º B

Gleber Túllio Pimenta – 2º B

Marcus José Torres Pereira – 3º B

Marcos Alves Cunha – 3º B

Adriano Mesak – 2º Ano B

Divino Donizete dos Passos – 2º B

José Antonio Torres 2º Ano B

Os referidos alunos se revestrarão nos períodos matutino e vespertino, ficando 04 em cada um, sob coordenação de Lenivaldo Rodrigues de Miranda em ambos os períodos.

Solicitamos a todos os alunos que tenham o máximo de respeito e acatamento pelos alunos acima relacionados, para que possamos conseguir a ordem e boa educação na EAF de URUTAÍ (MEMORANDO SOE/DAT/EAF DE URUTAÍ 12 Nº 12, 1980).

A maioria dos alunos eram oriundos da zona rural, onde bons hábitos à mesa, como o uso correto de talheres, tinham pouca importância. Os alunos, diante de uma nova ordem social, precisavam adequar-se ao ambiente no quais estavam inseridos, o qual exigia novos hábitos subjacentes ao processo civilizador.

O estudo desses mecanismos de integração, porém, também é relevante, de modo mais geral, para a compreensão do processo civilizador. Só se percebermos a força irresistível com a qual uma estrutura social determinada, uma forma particular de entrelaçamento social, orienta-se, impelida por suas tensões, para uma mudança específica e, assim, para outras formas de entrelaçamento, é que poderemos compreender como essas mudanças surgem na mentalidade humana, na modelação do maleável aparato psicológico, como se pode observar repetidas vezes na história humana, desde os tempos mais remotos até o presente (ELIAS, 1993, p.195).

Os discentes viram-se obrigados, diante de uma nova rede de relacionamentos, a mudar seus hábitos para, assim, serem aceitos na instituição pelos próprios colegas nos diferentes ambientes da EAFUR, dentre os quais a área esportiva, que contribuía para o lazer e a ocupação dos discentes nas horas vagas.

As escolas agrotécnicas federais, de acordo com o SEF, deveriam possuir quadra coberta, com 1.000 m², pista de atletismo, quadra poliesportiva, campo de futebol, vestiários e sanitários masculino e feminino. Contudo, a construção se “arrastou” ao longo do período da coordenação da COAGRI e, no período subsequente, as instalações da instituição exigidas pelo SEF não estavam todas concluídas. O diretor, diante da estrutura precária da área esportiva, recorreu às autoridades políticas do estado de Goiás.

Em 1988, o deputado federal Roberto Balestra enviou pedido ao ministro da educação Hugo Napoleão do Rego Neto²¹, solicitando autorização para liberar verba para a conclusão da quadra poliesportiva na EAFUR.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar a gentileza de autorizar a liberação de recurso no montante de Cz\$ 19.954.000,00 (dezenove milhões novecentos e cinquenta e quatro mil cruzados), destinado à conclusão de uma quadra poliesportiva na Escola Agrotécnica Federal de Urutaí-GO (CORRESPONDÊNCIA, 1988).

O espaço físico era utilizado pelos alunos durante toda a semana. Havia um rodízio para a permanência de alguns deles nos finais de semana, nas férias e no período de recesso, estabelecido pela instituição para que fossem prestados serviços na manutenção junto às UEPs e demais departamentos da instituição. Aqueles que não tinham condições de voltar para casa devido à distância de suas residências e/ou por falta de condições financeiras, também permaneciam na EAFUR. Todos os ambientes contribuíram para a formação integral dos discentes, pois além da estrutura direcionada para agricultura e pecuária, a escola estava também voltada para a prática de esportes.

La arquitectura escolar también por sí misma un programa, una especie de discurso que instituye en su materialidad un sistema de valores, como los de orden, disciplina y racionalidad, unos marcos para el aprendizaje sensorial y motórico y toda una semiología que cubre diferentes símbolos estéticos, culturales y aun ideológicos²² (ESCOLANO, 2000a, p.183).

A arquitetura da EAFUR cumpriu seu “papel” formador: as aulas de Educação Física aconteciam no período noturno para não atrapalhar o andamento das atividades diárias da instituição. Nos finais de semana podia ser utilizado o espaço da área de esportes assim que os alunos cumprissem as tarefas previamente determinadas nos rodízios.

Los elementos estructurantes de la realidad escolar - el tiempo y espacio, por supuesto, pero también los modos de organización pedagógica, los medios técnicos

²¹ Ministro da Educação no período de 03 de novembro de 1987 a 16 de janeiro de 1989.

²² A arquitetura escolar também se apresenta como um programa, uma espécie de discurso que institui em sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e racionalidade, estruturas para o aprendizado sensorial e motor e toda uma semiologia que abrange diferentes símbolos estéticos, culturais e até ideológicos. (tradução nossa)

y los sistemas de disciplina y control - expresan las características más relevantes de la educación formal en los discursos - no siempre explícitos - que instituyen y en las prácticas - más visibles - que generan. En ellos se materializan las teorías y los métodos de enseñanza, que se articulan como formas de la cultura escolar ²³ (ESCOLANO, 2000a, p.39).

O espaço construído para atividades esportivas era utilizado na instituição em tempo marcado, determinado, “*toda vez que los patrones prácticos de regulación de la acción educativa reflejan*²⁴” (ESCOLANO, 2000a, p.83), conforme o quadro a seguir:

QUADRO 4 – Horário das aulas de Educação Física

Fonte: Plano Técnico Pedagógico da EAFUR, 1986).

Horário	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Segunda-feira			
19:30 às 20:30	Turma B e D Turma A e C		
20:30 às 22:00	Esporte		
Terça-feira			
19:30 às 20:30		Turma A e C Turma B e D	
20:30 às 22:00		Esporte	
Quarta-feira			
19:30 às 20:30			Turma A e ½ C
20:30 às 22:00			Turma B e ½ C
Quinta-feira			
19:30 às 22:00	Esporte- Treinamento Geral		
Sexta-feira			
19:30 às 22:00	Prática Livre		

No que diz respeito às questões aqui analisadas, Agustín Escolano (2000a) afirma que as decisões que estão relacionadas com o *design* de espaços e tempos educacionais não são operações mecânicas ou neutras em termos de sua significância. A Educação Física, além de formação para o esporte, proporcionava um momento para que os alunos descarregassem suas energias, evitando, assim, saídas e problemas disciplinares. A estrutura física para o desenvolvimento das atividades teóricas e práticas desenvolvidas pela EAFUR possuía finalidades definidas.

²³ Os elementos estruturantes da realidade escolar — o tempo e o espaço, é claro, mas também os modos de organização pedagógica, os meios técnicos e os sistemas de disciplina e controle — expressam as características mais relevantes da educação formal nos discursos — nem sempre explícitos — que eles instituem e nas práticas — mais visíveis — que geram. Neles materializam-se as teorias e os métodos de ensino, que se articulan como formas da cultura escolar. (tradução nossa)

²⁴ Já que os padrões práticos de regulação da ação educacional refletem (tradução nossa)

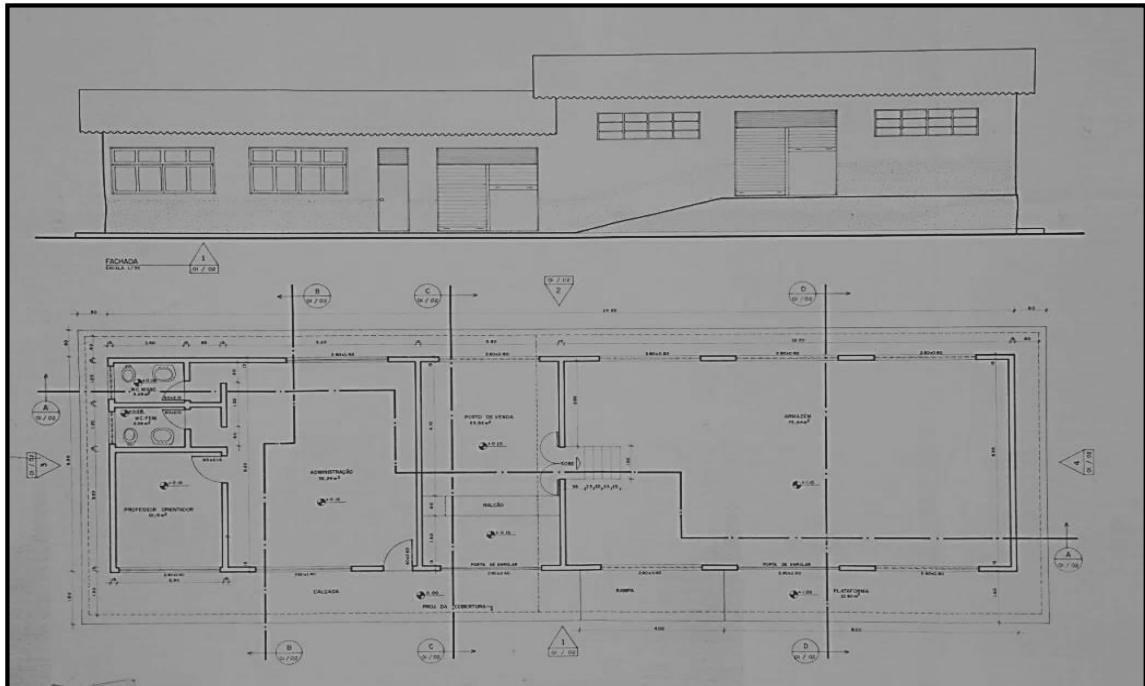
3.3. Estrutura Física para Atividades Didáticas

No Sistema Escola-Fazenda implementado na EAFUR, o trabalho era elemento integrante do processo ensino-aprendizagem e a integração entre trabalho, ensino e produção exigia uma estrutura adequada. Na EAFUR, a instauração da estrutura física estendeu-se por alguns anos.

3.3.1 Cooperativa

O trabalho da Cooperativa-Escola e de Trabalho dos Alunos do Colégio Agrícola de Urutaí Ltda (COETAGRI) teve início em 14 de maio de 1979, com 20 membros. Antes dessa data, foi criada a Cooperativa-Escola Sebastião Louzada, que não atuou como parte integrada ao currículo da instituição. A primeira reunião da COETAGRI aconteceu na sala de Desenho e Topografia e continuou em prédios improvisados até o final da gestão da COAGRI, em 1986. A construção da COETAGRI foi concluída dentro das especificações “Diretrizes de Funcionamento de uma Escola Agrotécnica” (1985).

FIGURA 9 – Planta baixa da Cooperativa
Fonte: Arquivo IF Goiano Câmpus Urutaí



A Cooperativa, onde os alunos trabalhavam em atividades técnicas em seus diferentes departamentos, foi construída com os cômodos necessários para funcionar de maneira eficiente: sala de administração, posto de venda e armazém.

Esta cultura escolar, condicionada en muchos aspectos, por la general de la sociedad, aunque autónoma en otros, no sólo es un campo de interés para el mundo de la educación y su entorno, sino que, por afectar a diversos ámbitos de la cotidianidad, comporta proyecciones más amplias.²⁵ (ESCOLANO, 2000a, p.228).

Para compreender e interpretar o que ocorreu entre seus muros e a cultura que nela foi criada, é necessário inserir-se, obrigatoriamente, na vida cotidiana das instituições, mergulhar na observação sistemática do que passa realmente nos espaços internos e externos da instituição.

3.3.2 Unidades Educativas de Produção

Nas UEPs eram ministradas as aulas de formação especial, ou seja, as aulas práticas e os projetos de produção, de acordo com a agropecuária desenvolvida na região.

Dentro de este conjunto de consideraciones, hay que convenir así mismo que la arquitectura escolar es un elemento cultural y pedagógico no sólo por los condicionamientos que inducen sus estructuras, aspecto que ya hemos subrayado anteriormente, sino por el papel de simbolización que desempeña en la vida social. El edificio-escuela ha sido a estos efectos, desde que se definió como materialidad especializada, una construcción diferenciada de los contenedores exclusivamente prácticos²⁶ (ESCOLANO, 2000a, p.191).

As diretrizes para as escolas agrotécnicas previam que as UEPs fossem assim distribuídas:

Agricultura:
 *horticultura
 *culturas regionais temporárias
 *culturas perenes
 Zootecnia
 *animais de pequeno porte
 *animais de médio porte
 *animais de grande porte (DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO DE UMA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL, 1985, p.3).

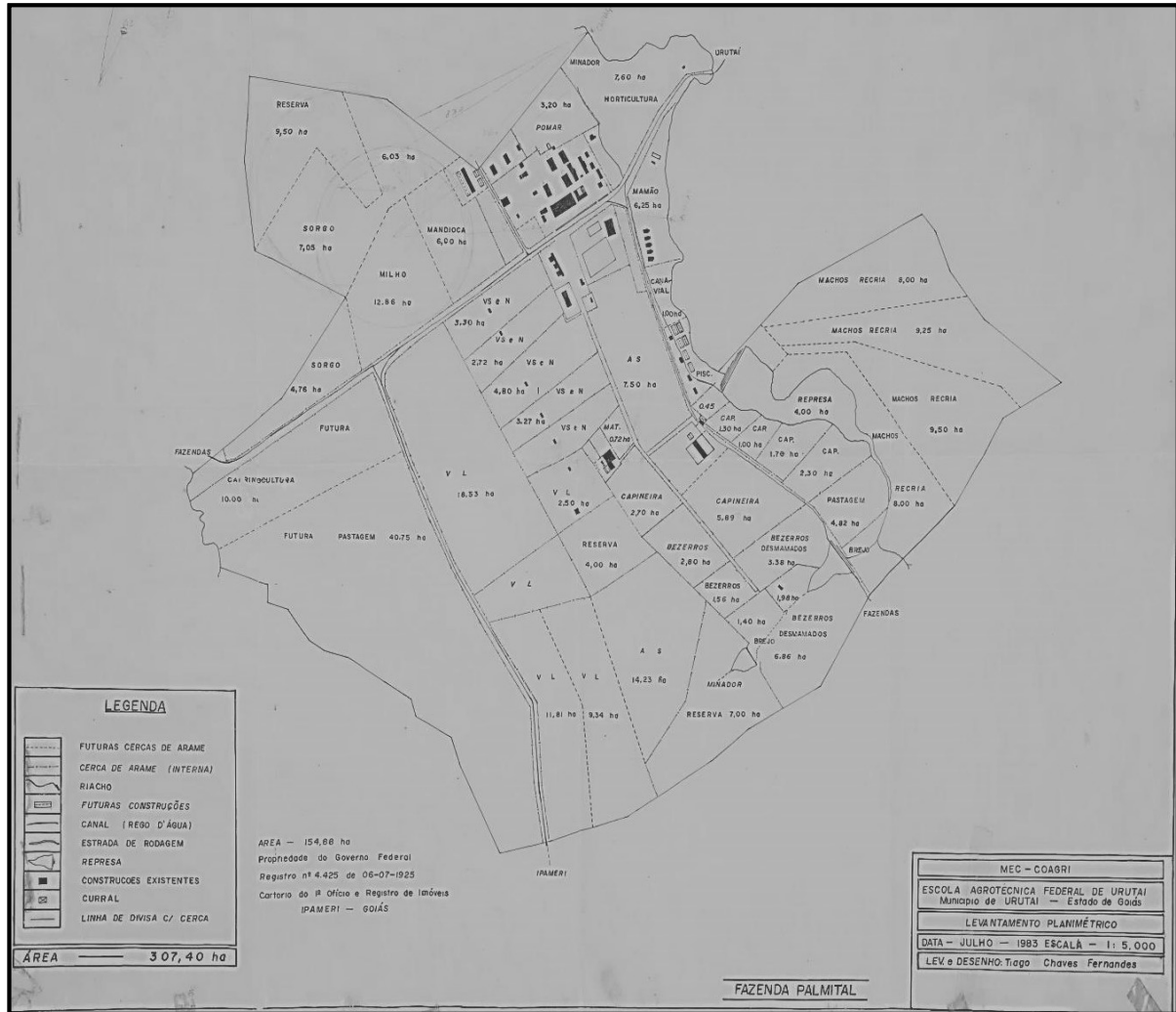
²⁵ Essa cultura escolar, condicionada em muitos aspectos, pelo geral da sociedade, embora autônoma em outros, não é apenas um campo de interesse para o mundo da educação e seu ambiente, mas porque afeta diversas áreas do cotidiano, envolve projeções mais amplas. (tradução nossa)

²⁶ Dentro deste conjunto de considerações, também devemos concordar que a arquitetura escolar é um elemento cultural e pedagógico não só por causa das restrições que suas estruturas produzem, aspecto que já enfatizamos, mas por causa do papel simbólico que desempenha na vida social. A construção-escola foi, para este fim, desde que foi definida como materialidade especializada, uma construção diferenciada dos “recipientes” exclusivamente práticos. (tradução nossa)

As UEPs da EAFUR, que estão representadas na Figura 10, referem-se tanto os projetos de agricultura como os de pecuária. Nessas unidades de produção, os alunos aprendiam as atividades relacionadas à agropecuária em atividades práticas.

FIGURA 10 – Mapa do espaço físico das UEPs da EAFUR

Fonte: Arquivo do IF Goiano Câmpus Urutaí



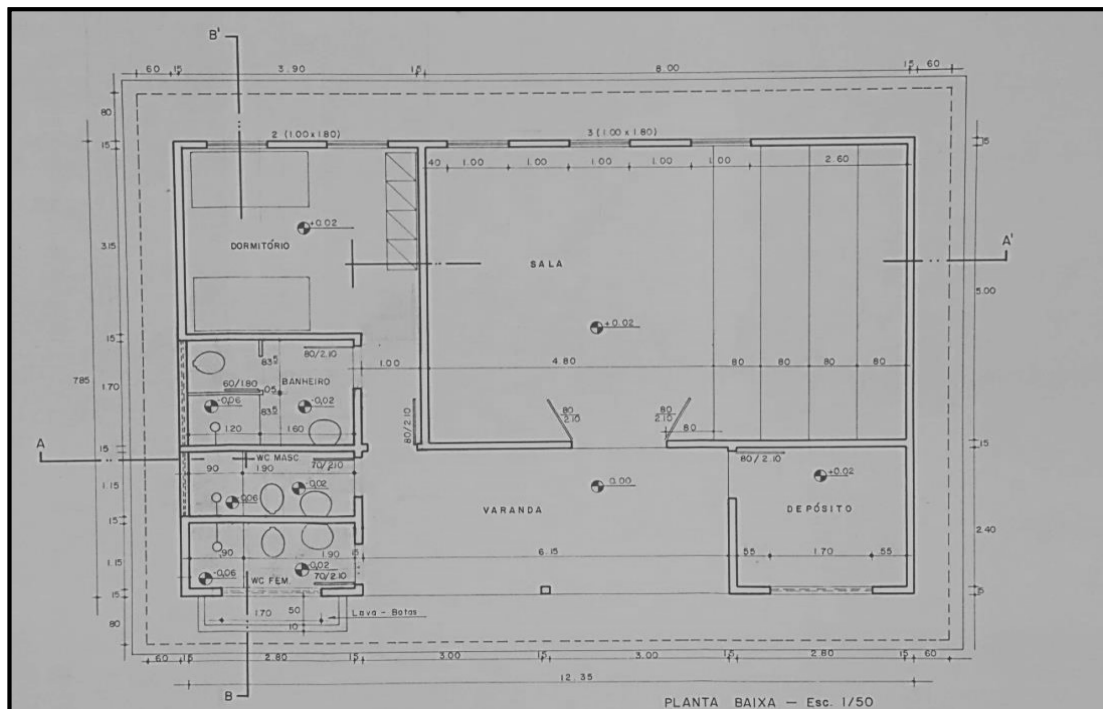
Agustín Escolano (2017, p.29) argumenta que os professores aprendem pela experiência em suas atividades diárias em sala de aula. Da mesma maneira, os técnicos em agropecuária desenvolviam aprendizagens voltadas para a área agrícola nas UEPs que proporcionavam as “artes de fazer”²⁷, isto é, as regras operatórias que nascem da experiência, no trato com as pessoas, animais e plantas.

²⁷ Michel de Certeau, p.135, 1994.

Em todas as UEPs foram construídas salas-ambiente com a seguinte estrutura: sala de aula, dormitório, depósito, banheiros (masculino e feminino) e varanda. Nesses ambientes, eram ministradas as aulas das disciplinas de formação especial (disciplinas técnicas), tanto na área relacionada com a teoria quanto no que diz respeito à prática. O depósito servia para o professor da disciplina referente à UEPs guardar as ferramentas e os produtos utilizados nas aulas práticas, ficando sempre à disposição. O dormitório servia de alojamento para os alunos internos que residiam nas UEPs para cuidar da unidade de produção.

FIGURA 11 – Sala-ambiente

Fonte: Arquivo do IF Goiano Câmpus Urutaí



As salas-ambiente foram construídas para unificar aprendizagem teórica e prática, pois o professor poderia, durante as explicações de determinado conteúdo, convidar os alunos para que se dirigissem ao espaço onde se encontravam os animais/plantas, para lhes demonstrar as técnicas necessárias referentes ao conteúdo.

Em suma, a arquitetura da EAFUR, em seus diferentes ambientes, juntamente com as ações dos alunos e dos professores cumpriram o objetivo de preparar os jovens para atuar na agropecuária.

En resumen, la arquitectura escolar puede ser contemplada como un programa educador, es decir, como un elemento del curriculum invisible y silencioso, aunque ella sea por sí misma bien explícita o manifiesta. El emplazamiento de las escuelas y sus relaciones con el orden urbanístico de las poblaciones, la traza arquitectónica del edificio, sus

elementos simbólicos propios o incorporados y la decoración exterior e interior responden a patrones culturales y pedagógicos que el niño internaliza y aprende. La arquitectura crea así mismo el escenario o taller en el que los enseñantes representan o gestionan su oficio. Desde ambas perspectivas, el espacio educativo, su diseño y sus usos, es un sector esencial de la cultura de la escuela, esto es, de los patrones que contextualizan la práctica de la profesión docente y la vida cotidiana reglada de los alumnos (ESCOLANO, 2000a, p.201-202)²⁸.

De acordo com Antonio Viñao Frago Frago (1998), a instituição escolar e o ensino só merecem esse nome quando se localizam ou se realizam em um lugar específico, um lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente para esse fim. “O espaço escolar comunica, portanto educa.” (VIÑAO FRAGO, 1995, p.69). A estrutura física da EAFUR foi configurada, de maneira definida e própria, para favorecer o desenvolvimento de ações pedagógicas que possibilitassem o desenvolvimento de uma cultura escolar agrícola para a formação integral de Técnicos em Agropecuária.

3.4. Considerações Parciais

Para implantar o ensino agrícola que promovesse o desenvolvimento, de acordo com o SEF, o governo estabeleceu acordos entre os técnicos norte-americanos e o MEC, com o objetivo de construir espaços e adquirir equipamentos e materiais necessários às Instituições dessa modalidade de ensino no Brasil.

A estrutura da EAFUR revelou aspectos políticos, por exemplo, nas plantas baixas das residências dos funcionários. Fica evidente a importância dada a cada cargo dentro da instituição, na qual a melhor residência era a do diretor, seguida pela residência dos professores e, em última posição, a dos funcionários administrativos.

Muitos alunos que ali chegavam passavam pelo processo civilizador, pois a maioria dos discentes, oriundos da zona rural, não estavam acostumados a usar talheres como garfo e faca. Desse modo, a instituição oportunizou o refinamento de hábitos de seus alunos.

A compostura era um dos aspectos exigidos pelos discentes nos alojamentos e em todos os ambientes que frequentavam na EAFUR. A limpeza realizada pelos alunos do sexo masculino era algo peculiar no período, pois homens oriundos da zona rural não estavam

²⁸Em suma, a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível e silencioso, mesmo que ela seja, por si só, bem explícita ou manifesta. A localização das escolas e suas relações com a ordem urbana das populações, o *design* arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem aos padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende. A arquitetura também cria o palco ou oficina onde os professores representam ou gerenciam seu ofício. De ambas as perspectivas, o espaço educacional, seu *design* e seus usos, é um setor essencial da cultura da escola, isto é, dos padrões que contextualizam a prática da profissão docente e a vida cotidiana regulada dos alunos. (tradução nossa)

acostumados com essas incumbências. Nas fazendas eram as mulheres que realizavam as tarefas domésticas, como a limpeza da casa. Porém, na instituição, os alunos tinham que assumir as tarefas “femininas”.

A área de esportes da instituição era utilizada nas aulas de Educação Física, nos treinos para disputas internas e externas. Ademais, o espaço era usado para controle dos alunos nas horas de folga. Dessa forma, a prática de esportes evitava que os alunos cometessem atos indisciplinados, pois os mantinham ocupados.

A partir de sua localização, a EAFUR projetou sua influência em toda a sociedade, com um edifício estrategicamente localizado e dotado de uma inteligência visível e invisível, formando culturalmente os alunos que a frequentavam. Os espaços educativos da EAFUR abrigaram os rituais acadêmicos, dotados de significados que transmitiram estímulos, conteúdos e valores, o chamado currículo oculto, ao mesmo tempo em que impôs suas leis com organizações disciplinares. Dessa forma, a arquitetura contribuiu para a formação de técnicos em agropecuária de acordo com as novas exigências do setor e respaldou a construção da cultura escolar agrícola na instituição de ensino.

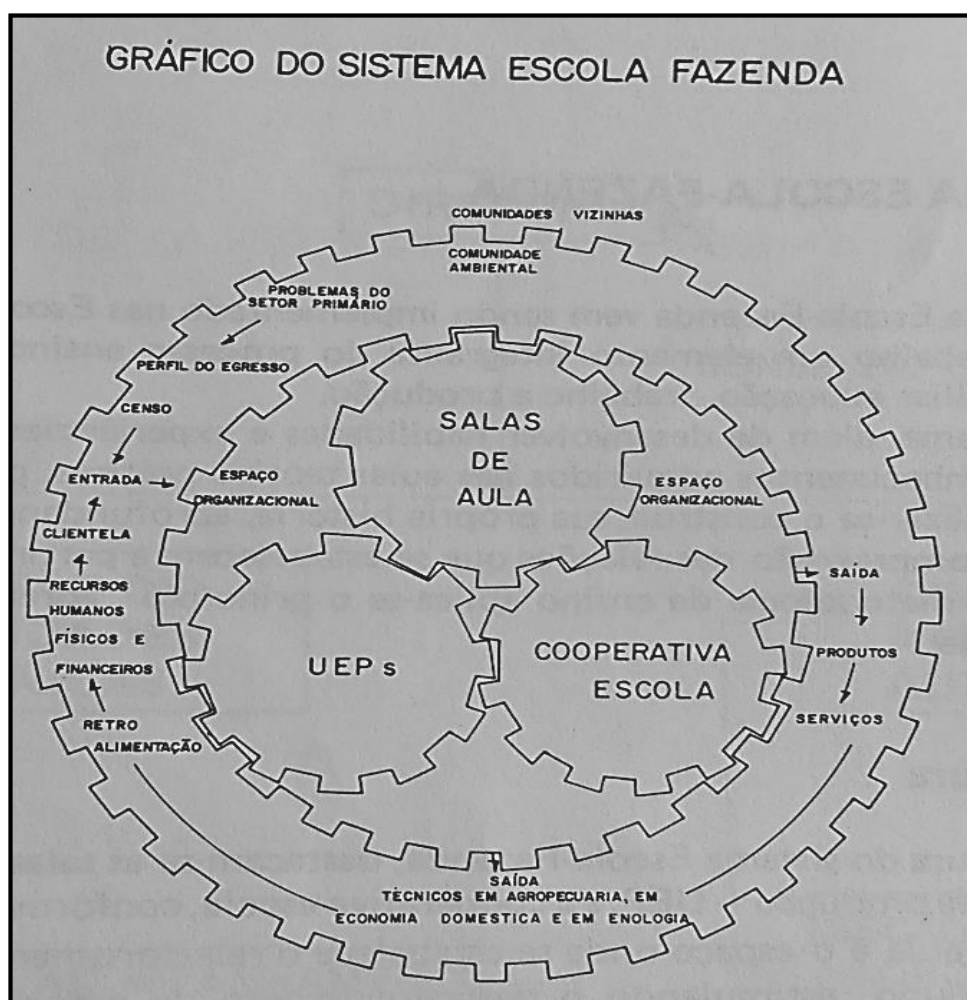
4. A CULTURA ESCOLAR DESENVOLVIDA NA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ DIANTE DO SISTEMA ESCOLA FAZENDA

A história das disciplinas escolares, colocando os conteúdos de ensino no centro de suas preocupações, renova as problemáticas tradicionais. Se é verdade que a sociedade impõe à escola suas finalidades, estando a cargo dessa última buscar naquela apoio para criar suas próprias disciplinas, há toda razão em se pensar que é ao redor dessas finalidades que se elaboram as políticas educacionais, os programas e os planos de estudo, e que se realizam a construção e a transformação históricas da escola (CHERVEL, 1990, p.219).

FIGURA 12 – Gráfico do Sistema Escola-Fazenda

Fonte: Diretrizes de Funcionamento de uma Escola Agrotécnica

Federal, 1982, p.12 – Arquivo IF Goiano CâmpusUrutaí



Para representar o Sistema Escola-Fazenda, foi utilizada a figura de um conjunto de engrenagens de uma máquina que se encaixam em perfeita harmonia. Elucidamos que a intenção, ao criar essa representação do sistema, era mostrar que as três estruturas do sistema deveriam estar em constante sintonia. “Além dos três componentes estruturais do Sistema

Escola-Fazenda, tinha ainda a monitoria, o estágio supervisionado e os órgãos colegiados” (DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO DE UMA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL, 1985, p.11)

Em relação à Cooperativa-Escola, o Sistema Escola-Fazenda sugeria que fossem oferecidas aos alunos oportunidades de vivência e de participação nas atividades: eles poderiam fazer parte da diretoria e, assim, adquirir conhecimentos sobre o cooperativismo e a parte técnico-administrativa do funcionamento da Cooperativa-Escola.

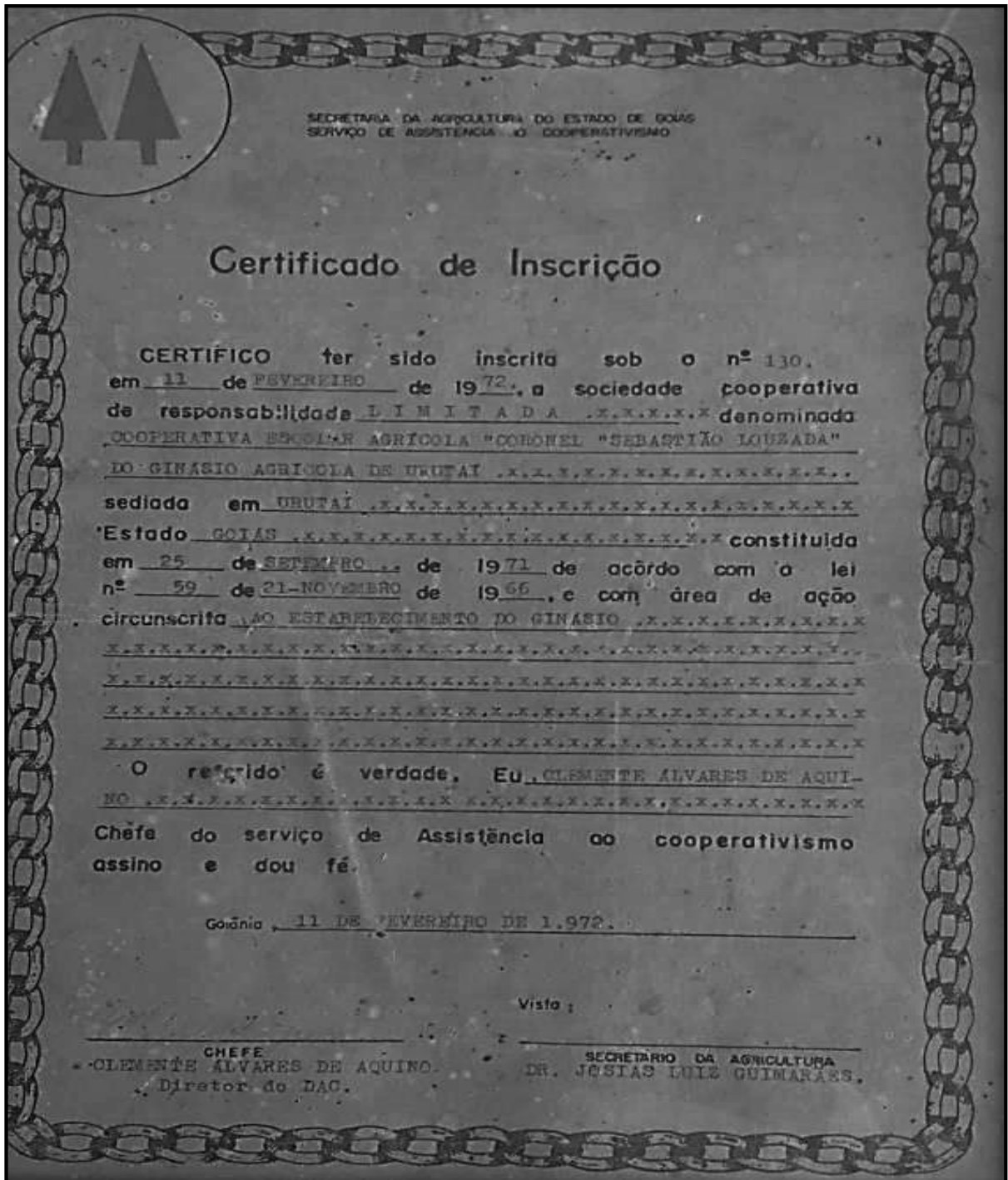
4.1. Cooperativismo

No Brasil, o primeiro dispositivo legal referente ao cooperativismo surgiu no governo Affonso Penna, com o Decreto nº 1.637, de 05 de janeiro de 1907. Outras legislações se sucederam até o Decreto nº 60.597/67, que reconheceu a Cooperativa-Escola como instituição capaz de congregar alunos de um determinado estabelecimento de ensino e educá-los dentro dos princípios que norteiam o cooperativismo. Todavia, os alunos não estavam sujeitos às exigências legais das cooperativas, conforme o artigo 21: “A Cooperativa-escola para funcionar não está sujeita à exigência de arquivamento dos documentos de constituição, bastando remetê-los devidamente autenticados pelo diretor do estabelecimento de ensino” (DECRETO Nº 60.597, 1967).

As cooperativas escolares funcionavam com o objetivo de fornecer material escolar, e a primeira cooperativa-escola surgiu no Brasil em 1932. A implantação da primeira cooperativa na instituição pesquisada ocorreu no GAU em 1971, antes da criação da COAGRI, conforme mostra o registro da Cooperativa Escolar Agrícola Coronel Sebastião Louzada do Ginásio Agrícola de Urutaí. Ou seja, nesse período, a Cooperativa ainda não funcionava como fomento de recursos. Com a implantação do SEF nos colégios técnicos agrícolas, a cooperativa passou a ter como objetivo integrar-se à estrutura pedagógica da habilitação profissional do Técnico Agrícola e, assim, servir como órgão catalizador de recursos.

A Cooperativa Escolar Agrícola Sebastião Louzada atuou de forma tímida no período de sua vigência: existia somente o posto de venda, como mostra o certificado de inscrição (Figura 13). A partir do momento em que a instituição de ensino é transformada em Escola Agrotécnica Federal de Urutaí, com a proposta de integração das salas de aulas e das UEPs, além da cooperativa-escola, instaurou-se a COETAGRI, ela passou a ter atuação em todos os setores da instituição de ensino.

FIGURA 13 – Certificado de inscrição da Cooperativa
Fonte: Arquivo do IF Goiano Câmpus Urutaí



As cooperativas escolares eram impedidas de exercer o “ato comercial” e o produto de sua comercialização era recolhido pelo Tesouro Nacional. A metodologia adotada pelo SEF nos colégios agrícolas recomendava que a cooperativa, além de atender aos princípios doutrinários do cooperativismo, tivesse outras finalidades, dentre elas: catalisar as práticas educativas na

execução dos projetos agropecuários, promover a defesa dos interesses econômicos e realizar a comercialização dos produtos decorrentes do processo ensino-aprendizagem.

Entretanto, uma das dificuldades constatadas pelos técnicos nas escolas-fazendas atuais diz respeito ao regime de subordinação administrativa e financeira dos estabelecimentos de ensino, que não lhes permite vender os excedentes da produção e reaplicar a renda em novos projetos agropecuários tendo de recolher os recursos produzidos ao Tesouro Nacional e, paradoxalmente, pleitear recursos orçamentários, anualmente, para a continuação de suas atividades.

Corrigida essa pequena falha e naturalmente, atualizada e ampliada as escolas-fazendas, assim como criadas outras tantas por todo o território nacional, tudo indica que teremos, daqui para frente, uma verdadeira revolução educacional no campo, com reais proveitos para a Nação e seu processo de desenvolvimento. (PORTARIA nº 610 - PLANETAGRI, de 22 de ag. 1973).

Com a Portaria nº 610 de 1973, a arrecadação obtida por meio da comercialização de sua produção não precisava mais ser depositada em contas da União, mas em contas próprias da Cooperativa-Escola. Na EAFUR essa portaria entra em funcionamento após a inauguração da COETAGRI.

Ivor F. Goodson (1997) afirma a disciplina escolar é construída social e politicamente, e os atores envolvidos empregam uma gama de recursos ideológicos e materiais para levarem a cabo as suas missões individuais e coletivas. A organização dos produtores por meio de cooperativas era uma estratégia adotada para atingir o desenvolvimento do setor agrícola (III PND, 1980, p.61).

Por ocasião do VIII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em outubro de 1975, foi aprovada a proposição formulada pela COAGRI, a qual solicitava a regulamentação de cooperativas constituídas por alunos e egressos das escolas agrícolas. Essa proposição tinha por finalidade promover a educação cooperativista e a comercialização dos produtos agropecuários resultantes das práticas de ensino, e, assim, “percebe-se que o currículo escolar está longe de ser um fator neutro” (GOODSON, 1997, p.17).

No III Encontro de Diretores de Escolas Agrícolas realizado em julho de 1978, chefes de SPAs, juntamente com representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da I e com técnicos do CENAFOR, decidiram elaborar um documento conjunto, a COAGRI/INCRA, para viabilizar os trâmites legais visando fundar e legalizar as cooperativas nos colégios agrícolas. Com a nova legislação, a COAGRI fundou cooperativas nos colégios agrícolas ou, então, reativou as já existentes. Na EAFUR, o diretor Francisco Aldivino Gonçalves “baixou” portaria, por meio da qual resolveu:

Designar a comissão composta pelos professores José de Oliveira Campo, Nelson Marra de Oliveira LT- M- 462, professores de 1º e 2º graus Maria das Mercês Queiroz de Oliveira, professora colaboradora, para, sob a presidência do primeiro tomem as

providências cabíveis para a fundação e legalização da Cooperativa-escola e de Trabalho dos alunos deste Ginásio,

II- A referida comissão deverá seguir todas as instruções contidas no documento “Instruções para fundação e legalização de Cooperativas nos Colégios Agrícolas, mantidos pela COAGRI, emitido em novembro de 1978 pela COAGRI, INCRA, e IGF/MEC.

III- A referida Comissão deverá apresentar à Direção deste Ginásio, quinzenalmente, a partir de presente data, os resultados das providências tomadas.

IV A comissão tem prazo até 31/05/79, para a conclusão das tomadas de providências e como consequência a Fundação e Legalização da Cooperativa-escola e de Trabalho dos Alunos deste Ginásio (PORTARIA Nº 13, 03 mai. 1979).

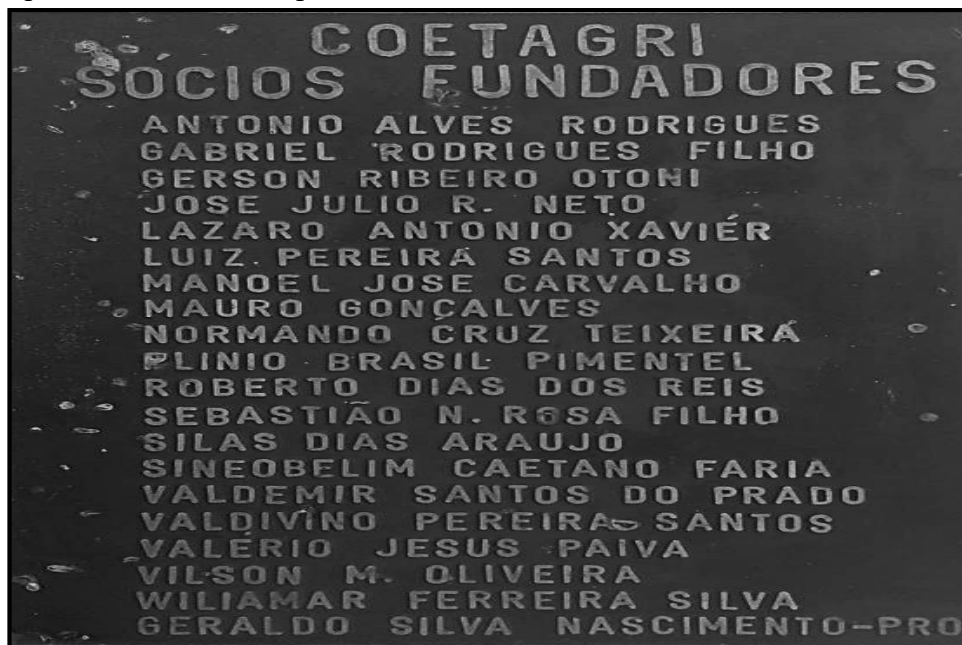
A comissão tomou as providências necessárias e, em 14 de maio de 1979, em assembleia geral presidida pelo aluno Lázaro Antonio Xavier e pelos professores Anátalia Mesquita Vaz Eduardo, José de Oliveira Campos, Nelson Marra de Oliveira e Maria das Mercês Queirós de Oliveira, acompanhados dos alunos da instituição, reativou a antiga Cooperativa-Escola Agrícola Coronel Sebastião Louzada do Ginásio Agrícola de Urutaí. O presidente, ao abrir a sessão, declarou que os objetivos da cooperativa-escola eram:

Educar os alunos dentro dos princípios do cooperativismo, formando-os para exercer a função de agente de produção no setor primário da economia; promover a defesa econômica de seus associados através da seção de compras em comum, vendas em comum e trabalho; servir de órgão catalizador de todas as atividades práticas de ensino dentro do Sistema Escola-Fazenda; promover as condições necessárias para que o Sistema Escola-Fazenda atinja a auto-suficiência e de discutir os estatutos que deveriam reger a vida da sociedade e as relações dos associados entre si (LIVRO ATA ASSEMBLÉIAS GERAIS DA COOPERATIVA , p.1 A-1B).

Nesta reunião, 20 alunos se tornaram sócios da COETAGRI. Cada um pagou duas quotas-partes no valor de Cr\$ 50,00 cada. No final da reunião, verificou-se a subscrição de 40 delas no valor total de Cr\$ 2.000,00. A adesão à COETAGRI era espontânea e os primeiros associados tiveram seus nomes registrados em uma placa, como exhibe a Figura 14. Estes mesmos alunos foram os primeiros alunos do curso Técnico em Agropecuária da EAFUR.

FIGURA 14 – Placa dos primeiros associados da COETAGRI

Fonte: Arquivo IF Goiano CâmpusUrutaí



O professor orientador da COETAGRI era responsável pela viabilização da cooperativa, coordenação das atividades entre a escola e a cooperativa-escola, orientação dos alunos, projetos produtivos e escalas nos finais de semana. Os primeiros membros eleitos na COETAGRI foram:

Gabriel Rodrigues Filho presidente; Normando da Cruz Teixeira vice-presidente; Sinoebelin Caetano de Faria, 1º secretário; Abrante Gonçalves Pacheco, 2º secretário; Ari Abadio Rodrigues, 1º tesoureiro; Silvan Alves Pacheco, 2º secretário; José Júlio Ribeiro, 1º gerente; Alexandre Gonçalves Caixeta, 2º gerente; conselho fiscal: Edvalnio Pereira dos Santos, Márcio Borges, Salvio André Cardoso; suplentes: Gerson Ribeiro Otoni, James Fernandes Pires, Mauro Gonçalves (LIVRO ATA ASSEMBLEIAS GERAIS DA COOPERATIVA, 1979, p.2).

Em 1981, houve uma nova eleição, pois os membros eleitos em 1979 concluíram o curso em 1980. dessa forma, novos membros foram eleitos para dirigir a cooperativa. O número de cooperados crescia de acordo com o aumento do número de matrículas na instituição, como revela a Tabela 09.

TABELA 9 – Crescimento dos cooperados da COETAGRI

Fonte: Ata de assembleias gerais - Arquivo IF Goiano CâmpusUrutaí

Org: A autora

Ano	1980	1982	1983	1985
Nº de cooperados	261	318	330	377

Nos quatro primeiros anos da COETAGRI, os alunos tinham uma participação mais ativa. O professor orientador Geraldo Silva Nascimento geria a Cooperativa-Escola e orientava

os alunos que assumiam funções de direção. No entanto, mesmo nesse período de maior participação dos alunos, a maioria deles assumia funções técnicas dentro da instituição, como limpeza da área física, recebimento de mercadorias dos setores e controle de materiais de consumo entregues às UEPs.

No dia 28 de abril de 1983, ao participar de uma reunião da diretoria da cooperativa, o diretor da EAFUR reforçou: “agropecuária não tem feriado nem dia santo” (LIVRO DE ATA DIRETORIA DA COETAGRI, 1980-2002, p.22b). Em outra reunião, em 28 de maio de 1985, a diretoria repetiu a mesma frase.

A instituição criou uma certificação para os membros da cooperativa, a qual representava um incentivo para os discentes se empenharem nas atividades exigidas pela COETAGRI: “decidiu-se também que todo membro da diretoria que empenhar a contento suas obrigações sairá no final do curso, com um certificado de participação como diretor da cooperativa” (LIVRO DE ATA DIRETORIA DA COETAGRI, 1980-2002, p.20).

O objetivo da cooperativa era “apoiar a Escola em sua ação educativa, integrando suas atividades ao currículo, fornecendo a prática e a fixação de conhecimentos necessários à formação integral do técnico” (ESTATUTO DA COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ DE 09 DE NOVEMBRO DE 1982, s/p), por meio da vivência em cooperação, com vistas ao desenvolvimento coletivo. A Cooperativa era dividida em seções: Seção de Trabalho, Seção Cultural, Seção de Ecologia e Educação Sanitária, Seção de Produção e Seção de Consumo e Comercialização.

A COETAGRI foi criada para fazer parte do currículo da Instituição, e buscou formas para atingir esse propósito. Entretanto, a COETAGRI sobressaiu-se como órgão catalizador de verbas. “A instituição escolar é, em cada época, tributária de um complexo de objetivos que se entrelaçam e se combinam numa delicada arquitetura da qual alguns tentaram fazer um modelo” (CHERVEL, 1990, p.188). A Cooperativa-Escola promoveu as atividades pedagógicas necessárias à EAFUR de acordo com o SEF ao mesmo tempo em que direcionou a COETAGRI para o viés econômico. A seção cultural da Cooperativa-Escola na EAFUR foi outorgada ao Centro Cívico da instituição.

4.1.1. Centro Cívico Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon

As ações do centro cívico eram financiadas pela COETAGRI, embora a política educacional da ditadura militar tivesse promovido “o fechamento dos diretórios e grêmios estudantis e sua respectiva substituição pelos denominados “centros cívicos escolares”,

devidamente tutelados e submetidos às autoridades oficiais” (GERMANO, 2011, p.168). Na instituição pesquisada, entretanto, o centro cívico era dirigido por funcionários da escola e não pelos discentes, trabalhando em parceria com a cooperativa. A cooperativa tinha, assim, alunos e um professor orientador responsáveis pelo desenvolvimento das atividades. Dentre as atividades, destacam-se:

IV item da ordem do dia: exposição das diversas atividades a serem desenvolvidas em colaboração ou por convênio com o Centro Cívico Escolar Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, após discutirem sobre o assunto, ficou decidido que a cooperativa deixará a responsabilidade da confecção das carteiras de estudante (ATA REUNIÕES DA COETAGRI, p.3b).

O professor orientador apresentou as partes do plano de ação da seção de divulgação e cultura da cooperativa junto a seção social do centro cívico escolar Marechal Rondon. As referidas seções em trabalho conjunto estão desenvolvendo as seguintes atividades: comemoração de aniversários dos alunos com variadas programações; compra de material esportivo, como também troféus de gincanas e torneios (ATA REUNIÕES DA COETAGRI, p.7b- 8a).

O aluno Clarimundo dos Passos vice-presidente falou da necessidade de maior integração entre as seções da Escola com a Cooperativa e o Centro Cívico Escolar (ATA REUNIÕES DA COETAGRI, p.21b).

O objetivo geral do Centro Cívico Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon era “proporcionar ao educando a formação de caráter, tendo por base Deus, amar a Pátria e suas tradições, ação intensa e permanente em prol do Brasil” (PLANO DE TRABALHO DO CENTRO CÍVICO MAL. CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON, 1981). Segundo o Plano de Trabalho do Centro Cívico (1981), as atividades promovidas foram: palestras sobre alimentação e direitos humanos, jogos, jornal mural, organização de lazer para crianças filhos dos funcionários, explanação de símbolos nacionais, conferência sobre os grandes vultos republicanos no Brasil, festas folclóricas, horas cívicas (hasteamento de bandeira) e participação nas festas de Urutaí.

Anatália M. V. Eduardo era a responsável pelo Centro Cívico. Licenciada em Pedagogia, era ela quem elaborava o plano de trabalho e coordenava todas as atividades do Centro em parceria com a cooperativa na seção cultural. As atividades desenvolvidas vinham ao encontro da determinação da legislação vigente.

Os Centros Cívicos deverão:

- a) considerar o civismo, nos três aspectos fundamentais: caráter, com base na moral, tendo como fonte Deus nos termos do Preâmbulo da Constituição do Brasil; amor à Pátria e às suas tradições, com capacidade de renúncia; ação intensa e permanente em benefício do Brasil;
- b) projetar-se sobre as atividades de classe e extraclasse enumeradas no Art. 31 e seu parágrafo único;
- c) elaborar o Código de Honra do Aluno, nos níveis primário e médio, e o Código de Honra do Universitário, no nível superior.
- d) Empregar modernos processos didáticos de comunicação e explorar o desejo natural do educando de realizar novas experiências (DECRETO Nº 68.065, Art. 32).

O Decreto ainda previa que o diretor deveria nomear um professor orientador para o centro cívico, ao que a EAFUR obedeceu. Seu papel era “estimular a comemoração das datas patrióticas e a observação de rituais cívicos, entre outras iniciativas do gênero” (MOTTA, 2014, p.187). “A luta para definir um currículo envolve prioridade sociopolíticas e discurso de ordem intelectual” (GOODSON, 2013, p.28). O centro cívico era organizado de maneira que os alunos fossem comandados pela instituição, dificultando, assim, qualquer ato político dentro da EAFUR.

4.1.2. Arrecadação da COETAGRI

A cooperativa era responsável por receber todas as taxas da EAFUR, entre elas a taxa de adesão à cooperativa, de exame de seleção, de matrícula e de internato, além da renda obtida pela venda de uniformes, de apostilas, de lanches e da comercialização da produção da instituição. A cooperativa recebia também depósitos bancários de contas particulares dos alunos.

[...] mudou também manejo das fichas de depósito de dinheiro de alunos, as entradas de dinheiro serão efetuadas, com o fornecimento de recibo da cooperativa ao depositante, as retiradas serão feitas através de vale de retirada, sendo obrigado ao depositante a assinatura por extenso no referido vale (ATA DIRETORIA DA COETAGRI, 1982 p.20-20b).

A movimentação do dinheiro dos alunos era uma forma de manter o capital deles estável, pois eles o traziam de casa e não contavam com um lugar seguro para guardá-lo. Por outro lado, para a instituição, tratava-se de mais um capital de giro barato, pois a Cooperativa não pagava juros pelo dinheiro depositado pelos alunos em um período de hiperinflação.

A taxa de internato era uma verba a mais: a Cooperativa iniciou a cobrança no dia 22 de agosto de 1980, ano em que a COAGRI determinou que os alunos em débito não poderiam pegar nenhum documento na secretaria. As taxas de inscrição para exame de seleção e de matrícula também passaram a ser movimentadas pela Cooperativa, fato que foi esclarecido pela secretária de registros escolares em reunião com a diretoria do dia 05 de novembro de 1980.

A taxa de inscrição de que trata o item VI da Portaria nº 253, de 13.12.77, a partir do ano letivo de 1981, será cobrada na base de 1/20 (um vinte avos) sobre o valor de referência regional.

O recebimento da taxa de inscrição, a partir de janeiro de 1981, ficará a cargo da Cooperativa-escola e de Trabalho dos Alunos que a depositará em conta específica, preferencialmente nas agências da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil S/A.

Esta Portaria entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1981, revogadas as disposições em contrário (MEC/COAGRI, BOLETIM 19, 1980, p.5).

Além das taxas, a cooperativa comercializava o excedente de produtos, obtido após o abastecimento do economato da instituição. No ano de 1981, o então diretor da instituição de ensino, Pedro Hiromasa Osawa, mostrou, em reunião da diretoria da cooperativa, o total investido nos projetos de produção: “(Cr\$3.474.081,40) três milhões quatrocentos e setenta e quatro mil oitenta e um cruzeiros e quarenta centavos” (LIVRO DE ATA DIRETORIA DA COETAGRI, p.15b). Ao final de cada ano, geralmente no dia 31 de dezembro, era realizado um balanço para verificar os lucros ou perdas do período. Deduzidas todas as despesas, a renda eram distribuídas entre os associados, sendo:

10% (dez por cento) para o fundo de reserva destinado a reparar as perdas e prejuízos da cooperativa e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
 20% (vinte por cento) para o fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) destinado à prestação de assistência médico-odontológica aos associados e desenvolvimento de atividades sociais, educacionais, desportivas, culturais e recreativas;
 70% (setenta por cento) para o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Agrícola destinado a apoiar a execução dos Projetos Agropecuários de finalidade didática e de atendimento ao economato e eventuais prejuízos da Cooperativa. (ESTATUTO DA COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ DE 09 DE NOVEMBRO DE 1982, s/p)

Os projetos de produção exigiam trabalho, que era realizado pelos alunos sob a coordenação e supervisão dos professores. O diretor da EAFUR afirmou que: “os membros da COETAGRI têm que sentir a necessidade de ajudar na realização destes projetos” (LIVRO DE ATA DIRETORIA DA COETAGRI, p.16) e, novamente, incentivou os alunos, explicando a importância da experiência que eles obtinham ao participar da diretoria da cooperativa: “os membros da COETAGRI são privilegiados porque têm maior experiência do que os simples membros” (LIVRO DE ATA DIRETORIA DA COETAGRI, p.16).

Além de produzir, recolher taxas e gerar lucro, a cooperativa tinha que abastecer o economato. No ano de 1981, o diretor da EAFUR solicitou ao então diretor da COAGRI, Oscar Lamounier Godofredo Junior, e alterou o valor do consumo no economato para Cr\$ 3.429.800,00. No ano anterior, “o aluno José Domingos agrediu verbalmente com palavras de baixo calão o professor João Batista Izac e fez severas críticas à refeição da Escola” (OFÍCIO Nº 01/80/GAB/EAFUR). As críticas do aluno sobre as refeições tiveram repercussão: no ano seguinte, o diretor solicitou o aumento da verba para o economato, “Muito raramente, tratou de analisar a micropolítica escolar ou acadêmica, isso é, a consideração das instituições educacionais como centros de decisão e poder e, portanto, de conflitos pessoais e intergrupais” (ESCOLANO; VIÑAO FRAGO, 1998, p.12).

A instituição produzia alimentos, ensinava a produzi-los e, mesmo assim, não os fornecia a contento aos alunos, que também contribuíam para essa produção por meio dos trabalhos prestados. Além disso, era agravante o pagamento para frequentar uma instituição pública de ensino.

4.1.3. Subsídios para a Cooperativa

No ano de 1982, a cooperativa passou a financiar todos os projetos de produção da instituição. O então diretor da EAFUR, em reunião com a diretoria da cooperativa, esclareceu que “a Cooperativa dentro em breve estará com um capital de giro ao redor de dez milhões de cruzeiros para financiar todos os projetos da Escola, pois atualmente só é financiado cinquenta por cento dos mesmos pela COETAGRI” (LIVRO DE ATA DIRETORIA DA COETAGRI, p.18). Em reunião no mês de agosto desse mesmo ano, foram apresentados dados sobre a produção de alguns produtos agrícolas da EAFUR: “arroz 461 sacos de 60 kg/30ha; milho 366 sacos de 60kg/22 ha, feijão/10ha, soja 3075 kg, sorgo 1962 kg” (LIVRO DE ATA DIRETORIA DA COETAGRI, p.19). A Portaria nº 15, de 14 de março de 1983, possibilitou o repasse de verba direto para a COETAGRI, que passou a financiar os projetos de produção, recolhimento de taxas e depósito do dinheiro dos alunos. A COAGRI, portanto, passou a alocar recursos para apoiar os projetos orientados. Com esse documento, a COAGRI regulamentou a transferência direta de seus recursos para as cooperativas-escolas.

Além dos projetos de produção, a cooperativa passou a financiar as viagens técnicas, a cultura (centro cívico) e o consumo da instituição. No ano de 1980, a instituição organizou uma viagem para levar os alunos da EAFUR ao Projeto Rio Formoso, implantado por Ary Valadão, em um governo que teve forte preocupação com o desenvolvimento da agricultura regional e que tinha como objetivo irrigar 62.292 ha ao norte de Goiás, hoje Tocantins. O custo para tal empreitada era alto, mas a EAFUR não desistiu da viagem: recorreu ao Estado de Goiás, solicitou apoio financeiro e a viagem foi realizada. O orçamento abaixo revela os gastos pertinentes:

Despesas:	
Óleo diesel para um ônibus: 520 (quinhentos e vinte) litros	
Consumo médio: 3,5 (três e meio) km por litro	
Preço unitário	Cr\$ 12,00
Preço total	Cr\$ 6.240,00
Refeições (P.F) para 40 pessoas Preço unitário ..	Cr\$ 60,00
Total.....	Cr\$6.400,00
Café da manhã	
Preço Unitário.....	Cr\$15,00
Preço Total.....	Cr\$ 1200,00
Sub Total Geral.....	Cr\$ 13.840,00

OBS: Considerando que serão fornecidos refeições e alojamentos durante os três (3) dias lá no projeto, não foram computadas tais despesas.
 Imprevistos: 10% (dez por cento) do totalCr\$ 1.384,00
 Total Geral.....Cr\$ 15.224,00
 (ORÇAMENTO EXCURSÃO DOS ALUNOS DA EAFUR PARA PROJETO RIO FORMOSO,1980).

O Projeto Rio Formoso utilizava um moderno e eficiente sistema de produção agrícola, usufruindo da bacia hidrográfica existente na região e dos solos hidromórficos das várzeas. O Projeto é considerado o maior sistema de agricultura irrigada por inundação existente no mundo, destinado à produção de grãos, principalmente arroz e soja.

Buscando dar um novo alento a economia da região do médio Araguaia, especialmente junto ao município de Formoso do Araguaia, o governo do Estado de Goiás decidiu implantar no ano de 1979 o “Projeto Rio Formoso” de agricultura irrigada, que marcaria sem precedentes o processo de expansão da fronteira agrária capitalista na região (RODRIGUES, 2013, p.56).

Tratava-se de um exemplo ideal sobre modernização da agricultura, o que representava uma experiência singular para os primeiros formandos em Técnico em Agropecuária. Ademais, a experiência auxiliaria no desenvolvimento da cultura escolar agrícola na instituição. Em pedido enviado ao secretário de agricultura do estado de Goiás, é ressaltada a importância da viagem técnica para os alunos e para a instituição.

O nosso intento é conseguir de sua Ex^a, o governador, uma excursão para os alunos do 3º ano desta Escola conhecer de perto o “Projeto Rio Formoso”. A referida excursão visa os seguintes objetivos:
 -Inteirar-se “in loco”, do maior projeto orizicultura do mundo;
 -Reconhecer o valor de um projeto como este para o técnico em Agropecuária, onde se salientam a Cultura do arroz e o processo de irrigação e Drenagem, que inclusive são matérias oficiais constantes de nosso currículo profissionalizante. A mencionada excursão enriquecerá o currículo de nossos alunos, reforçará a aprendizagem e ainda fornecerá base para os professores acompanhante, que são agrônomos (OFÍCIO N. 01, 14 de mar. 1980).

As viagens técnicas constituíram uma metodologia utilizada pela instituição para manter professores e alunos atualizados no setor agrícola, em constante evolução, direcionando as ações didáticas para a formação de uma cultura escolar agrícola. A COETAGRI, juntamente com a direção da instituição, organizava diferentes viagens, dentre elas, às exposições agropecuárias para que os alunos conhecessem as novidades do setor.

A DAT coordenava as atividades pertinentes à cooperativa: orientava a elaboração do programa orientador da escola-fazenda; coordenava a execução dos projetos da seção de projetos orientados da escola-fazenda sob a responsabilidade da cooperativa, assim como o destino da produção; prestava colaboração técnica e pedagógica junto aos professores das UEPs; comunicava à direção da EAFUR o desempenho dos projetos; reprogramava, com a

cooperativa, os recursos oriundos da produção comercializada; e controlava e encaminhava o relatório à COAGRI. O diretor do DAT à época era Nelson Marra de Oliveira, que possuía formação técnica em contabilidade.

Junto ao chefe da SPA, a Seção de Supervisão Pedagógica (SSP) deveria articular a elaboração e execução do plano de trabalho da cooperativa, integrando suas ações às do currículo pleno do estabelecimento. No plano de trabalho da cooperativa do ano de 1985, foi expresso o objetivo pedagógico: “despertar no educando o espírito de Cooperação mútua e a formação adequada ao desenvolvimento de suas potencialidades em função do ensino aprendizagem, visando prepará-lo integralmente para se estabelecer e atuar ativamente na agropecuária” (PLANO DE TRABALHO DA COOPERATIVA, 1985, p.01).

A Seção de Execução Orçamentária e Financeira (SOF) deveria assessorar, acompanhar e arquivar toda a documentação contábil da cooperativa, a saber: balanço geral, demonstrativo da conta de sobras e perdas, inventário de bens patrimoniais, inventário de projetos em andamento, estoque existente em 31 de dezembro das mercadorias do bazar, cantina e material escolar, insumos dos projetos, produção a comercializar. Mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente, a SOF deveria enviar ao Departamento de Administração da COAGRI os seguintes documentos contábeis:

Balancete de verificação mensal
Conciliação bancária e Extrato Bancário
Demonstrativo das Receitas Diversas
Relatório Mensal da taxa de Internato
Demonstrativo de despesas e receitas dos projetos
Mapa de produção Mensal (PORTARIA Nº 15,1983, p.05).

O plano de trabalho da cooperativa, elaborado necessariamente todos os anos, contemplava as metas, previstas mensalmente, dos departamentos da EAFUR envolvidos no processo de desenvolvimento. Os insumos necessários à execução dos projetos orientados eram financiados pela cooperativa. Dessa forma, o professor orientador deveria estar em constante comunicação com o professor responsável pela SPA para acompanhar os projetos de produção. Os produtos vindos dos projetos eram comercializados pela cooperativa, que controlava toda a produção depositada no armazém. A cooperativa deveria, também, fornecer as notas para controle da produção e contabilidade da COETAGRI: “nota de fornecimento, para os produtos entregues às UEPs, destinados a outros projetos. Nota de entrega, para os produtos fornecidos ao refeitório. Nota fiscal de venda, para os produtos comercializados” (PORTARIA Nº 15, 1983, p. 06).

A Cooperativa-escola da EAFUR acabou distanciando os alunos do real objetivo de sua criação, deixando-os distantes das decisões e lideranças e apenas com as tarefas de produção. É “fundamental [...] a distinção entre o currículo escrito e o currículo como atividade em sala de aula” (GOODSON, 2013, p.22). “O elo entre teoria e política raramente é perfeito ou direto” (GOODSON, 2013, p.47).

4.2. Projetos Orientados de Produção

La cuestión final es si se transforma en un espacio frío, mecánico, o en un espacio caliente y vivo. En un espacio dominado por la necesidad del orden implacable y el punto de vista fijo, o en un espacio que, teniendo en cuenta lo aleatorio y el punto de vista móvil, sea antes posibilidad que limite (VIÑAO FRAGO, 1993, p.72)²⁹

De acordo com as Diretrizes de Funcionamento de uma EAF (1985), para melhor organização das atividades curriculares, as disciplinas de Agricultura e Culturas foram agrupadas, assim como as de Zootecnia e Criações:

Agricultura I compreende as disciplinas de Agricultura de 1ª série, ministradas na Unidade de Produção-Horticultura.

Zootecnia I compreende as disciplinas de Zootecnia e Criações de 1ª série ministradas na UEP – Animais de Pequeno Porte.

Agricultura II compreende as disciplinas Agricultura e Culturas de 2ª série, ministradas na UEP – Culturas Regionais Temporárias.

Zootecnia II compreende as disciplinas Zootecnia e Criações de 2ª série, ministradas na UEP – Animais de Médio Porte.

Agricultura III compreende a disciplina Culturas de 3ª série, ministrada na UEP – Animais de Grande Porte (DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO DE UMA EAF, 1985, p.15).

Cada turma de 1ª série era dividida em três grupos, para que se tornasse possível a realização das atividades programadas na cooperativa-escola, tanto nas unidades educativas de horticultura e quanto nas de criação de animais de pequeno porte. As turmas da 1ª série faziam, semanalmente, revezamento entre as UEPs de horticultura, jardinagem, animais de pequeno porte e cooperativa.

As turmas da 2ª série eram divididas em dois grupos em função das atividades programadas nas unidades educativas, tanto nas de culturas regionais temporárias e quanto nas criação de animais de médio porte. Na disciplina Culturas Regionais Temporárias, os alunos eram assim divididos: Grupo 1 - culturas anuais, e Grupo 2 - mecanização agrícola. Na disciplina Animais de Médio Porte, os discentes também eram desmembrados em dois grupos: o primeiro

²⁹ A questão final é se ela se transforma em um espaço frio, mecânico ou em um espaço quente e vivo. Em um espaço dominado pela necessidade da ordem implacável e do ponto de vista fixo, ou em um espaço que, levando em conta o ponto de vista aleatório e o móvel, é antes da possibilidade de limites. (tradução nossa)

responsável pela suinocultura e o segundo responsável por outras atividades. As atividades programadas nas disciplinas Culturas Perenes e Animais de Grande Porte, com turmas divididas em dois grupos, eram desenvolvidas na 3ª série.

Segundo as Diretrizes de Funcionamento de uma EAF (1985), a atividade de monitoria era realizada nas UEPs e na cooperativa, incluindo os finais de semana, por meio de plantões, contabilizando uma carga horária de 160 horas-aulas, somadas à carga horária do estágio. Para melhor operacionalização das atividades desenvolvidas nas UEPs, a COAGRI sugeriu que “o período de permanência dos alunos escalados em monitoria será de 15 (quinze) dias, oportunizando-lhes vivenciar as atividades em 4 (quatro) UEPs diferentes” (DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO DE UMA EAF, 1985, p.28). O Regimento Interno da EAFUR previa: “Art.58. As atividades de Monitoria adotadas pela Escola serão desenvolvidas segundo normas estabelecidas pela mesma e sob orientação do professor” (REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ, s/d, p.20).

FIGURA 15 – Horário da 3ª Série nas UEPs nas atividades de monitoria

Fonte: Arquivo IF Goiano – Câmpus Urutaí

1º. SEMESTRE ANO : _____

3. 4. 4 – DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS/ATIVIDADES NA U. E. P DA 3ª SÉRIE

U. E. P	TURMA	HORÁRIO	PROGRAMA	QUINZENA B CH = 16 H				
				SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
ANIMAIS DE GRANDE PORTE	A TARDE	1º.	AULA	ZOO III	ZOO III	ZOO III	ZOO III	ZOO III
		2º.	ATIVIDADES	BOVINOCULTURA (BO)				
	3º.	PROJETOS/ATIVIDADES COMPLEMENTARES (PA)						
	C MANHÃ	4º.						
CULTURAS PERENES	B TARDE	1º.	AULA	AG III	AG III	AG III	AG III	AG III
		2º.	ATIVIDADES	FRUTICULTURA, SILVICULTURA E PRODUÇÃO DE MATIAS (FSM)				
	D MANHÃ	3º.		MONITORIA (MO)				
		4º.						

AG III = AGRICULTURA III
 CONTEÚDOS DE AGRICULTURA GERAL E ESPECIAL A SEREM MINISTRADOS NA U. E. P

ZOO III = ZOOTECNIA III
 CONTEÚDOS DE ZOOTECNIA GERAL E ESPECIAL A SEREM MINISTRADOS NA U. E. P.

A organização e a distribuição dos alunos nas UEPs e na cooperativa ofereciam à instituição a mão de obra necessária para manter e desenvolver os projetos de produção e o funcionamento da cooperativa. As escalas eram organizadas de maneira que todos os alunos passavam por todos os setores da instituição, dentre eles: Zootecnia I, II, III; Agricultura II, III; Centro Cívico; Mecânica Agrícola; Cooperativa; Agrostologia; Construção e Instalação; e Atividades Complementares, como cozinha, limpeza, alojamento, pavilhão pedagógico e limpeza externa (ESCALA DE PLANTÕES, 1985). Os horários e as práticas desenvolvidas na EAFUR formavam um conjunto de aspectos institucionalizados:

Por una parte están los programas oficiales, explícitos, aquello que se há encargado a la escuela que enseñe; por outra, el conjunto de efectos culturales, no previsibles, engendrados por el sistema escolar de modo en buena parte independiente. Éstos serían los que compondrían la cultura escolar: aquella parte de la cultura adquirida en la escuela, que encuentra en esta institución su modo de difusión y su origen (VIÑAO FRAGO, 2006, p.72)³⁰.

A EAFUR seguia as *Diretrizes de Funcionamento de uma Escola Agrotécnica* (1985), porém a instituição implementou atividades que não estavam previstas nas diretrizes, especificamente, as atividades complementares. Durante a semana, e também nos finais de semana, eram realizadas atividades na área de esporte e lazer, jardinagem e instalações:

Essas atividades complementares, instalações isso aí era para fazer conserto dos alojamentos, consertos em geral, casa de professores, funcionários [...] Fazer silo, fazer cercas furar buracos, etc., punha um funcionário, um tanto de alunos e um monitor (aluno mais velho 3º ano). (DEPOIMENTO DO PROFESSOR JOÃO BATISTA IZAC, 15 de nov. 2017).

O regulamento da escola previa, no artigo 45, em relação aos plantões, “comparecer pontualmente às convocações para rodízio de férias de conformidade com escalas estabelecidas pelo DAT” (REGULAMENTO EAFUR, s/d). Os alunos que não cumprissem as escalas determinadas recebiam como sanção “retenção de dois finais de semana” (REGULAMENTO EAFUR s/d).

Além dos alunos para trabalharem, havia professores plantonistas e, em cada setor, um monitor para orientar, coordenar e fiscalizar o serviço, além de garantir a presença de todos os alunos escalados nos devidos setores onde foram convocados. Nas fichas preenchidas pelos monitores, era possível certificar os serviços realizados pelos alunos monitores (3ª série) e pelos

³⁰ De um lado estão os programas oficiais, explícitos, aquilo que foi confiado à escola ensinar; de outro, o conjunto de efeitos culturais, não previsíveis, engendrados pelo sistema escolar de forma amplamente independente. Estes seriam os que comporiam a cultura escolar: aquela parte da cultura adquirida na escola, que encontra nesta instituição o seu modo de difusão e sua origem. (tradução nossa)

demais alunos (1ª e 2ª séries). Dessa forma, as atividades eram desenvolvidas na instituição, nas UEPs e na Cooperativa. As fichas de monitoria de uma aluna foram localizadas nas diferentes UEPs:

Animais de Pequeno Porte: capinas, coletas de ovos, retirada da cama, aceiro da UEP, emissão de nota de produção, manejo diário dos frangos de corte e poedeiras, tocas dos bebedouros, limpeza e desinfecção dos galpões de frangos de corte, coleta e classificação dos ovos.

Animais de Médio Porte: suinocultura carne: arrojamento, limpeza das baias, curativos, poda da grama, bateção de pasto, fornecimento de água; banho nas matrizes gestantes, suinocultura banha: limpeza das baias, fornecimento de água; caprinocultura: amamentação dos caprinos, fornecimento de capim e água para rufião, aceiro.

Animais de Grande Porte: arrojamento, ordenha, limpeza do estábulo, limpeza externa, bater pasto.

Culturas Perenes: capinas nas ruas de pé de café, coroamento nas mudas silviculturais. Culturas Regionais e temporais: colheita de milho com máquina e coleta de milho pelos alunos.

Horticultura: irrigação (sementeira, alfaces, pepino e quiabo), colher e trançar cebola e alho, transplante de alface, plantio de abóbora, preparação de covas para plantio.

Mecânica Agrícola: limpeza do galpão das máquinas, manutenção de máquinas agrícolas, colheita de soja e transporte para cooperativa, vulcanização do pneu dianteiro do Valmet, transporte de café do setor de agricultura III.

Central de Armazenamento: classificação de ovos, controle do abate de frangos, recebimento de produtos das UEPs, entrega de produtos para cooperativa e refeitório.

Atividades Complementares: limpeza cozinha, refeitório, pavilhão pedagógico, limpeza externa, pátio, alojamento, quartos, banheiros, calçadas, prédio administrativo, corte de grama (FICHAS DE MONITORIA, 1986).

Os técnicos do departamento pedagógico da COAGRI, em visita à EAFUR, fizeram uma observação: “a monitoria não funciona de acordo com as orientações específicas da COAGRI” (RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO TÉCNICO PEDAGÓGICO – COAGRI, s/d, p.4). Segundo o Documento de Diretrizes de Funcionamento de uma EAF, a monitoria deveria ser:

um dos elementos do processo de descentralização das decisões, e de democratização do saber, já que trata de componente curricular que oportuniza ao educando o desenvolvimento de habilidades sócio-afetivas, exercita a coparticipação no planejamento e execução dos projetos educativos (DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO DE UMA EAF, 1985, p.11).

No relatório de visita dos técnicos do Departamento Técnico Pedagógico da COAGRI, os professores solicitaram que fossem contratados técnicos em Agropecuária para ajudar os coordenadores nos trabalhos das UEPs, já que os monitores não atendiam às necessidades de coordenação.

Por meio das fichas de monitoria de uma aluna, foi possível perceber que as alunas tinham que realizar todas as atividades propostas pela instituição de ensino, mas não podiam residir na instituição: “para as moças que desejam ingressar, há a possibilidade de residirem em hotel ou em casa de família na cidade, podendo tomar as refeições no Colégio” (CORRESPONDÊNCIA, 29

jun. 1979). Elas eram semi-internas, passavam o dia na escola e dormiam na cidade de Urutaí. Consideramos, portanto, que o gênero feminino recebeu menos benefícios que o gênero masculino.

Mesmo após findar a COAGRI, a atividade de monitoria continuou na instituição. No ano de 1990, reuniu-se em Urutaí a equipe de Diretores das Divisões de Pedagogia e Apoio Didático (DPAD) das EAFs do Norte e Centro-Oeste para analisar a educação agrícola, visando “os mais altos interesses da Educação Tecnológica” (RELATÓRIO DO DPAD, 1990, p.1). A equipe do DPAD chegou à seguinte conclusão sobre a monitoria:

- a) O Acompanhamento do desempenho dos monitores é comprometido porque os envolvidos no processo, às vezes, acumulam outras funções na Escola. Sugestão: Admissão de pessoal, quando for o caso.
- b) Não há unidade de procedimento entre as Escolas na condução da monitoria. Sugestão: Criar linha gerais de procedimento, através de uma comissão de DPADs que receberia subsídios de todas as Escolas e publicaria um documento, passível de adaptação em seus detalhes, conforme a realidade de cada Escola. Entre linhas gerais constaria: obrigatoriedade/opcionalidade de participação do aluno na monitoria; órgãos ou pessoas responsáveis pela monitoria; critérios de avaliação (RELATÓRIO DPAD, 1990, p.2).

A documentação revela que a monitoria na EAFUR apresentou dificuldades. A atividade era realizada pelos alunos da 3ª série e, como nem todos possuíam habilidades de liderança e comando, muitas vezes as atividades das UEPs eram comprometidas.

Além da monitoria na escola, os discentes tinham que realizar o estágio, que podia “ser realizado em colaboração com empresas, instituições, propriedades rurais, de acordo com o número de horas previsto na grade curricular” (REGIMENTO INTERNO DA EAFUR, [s/d], p.19). O estágio realizado em outras instituições deveria seguir as normas vigentes estabelecidas no Regulamento da EAFUR.

O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação, devendo o aluno, para esse fim, estar em condições de estagiar.

O estágio, independentemente do aspecto profissionalizante, direto e específico, poderá assumir a forma de atividades de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social.

A realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente, com interveniência obrigatória da instituição de ensino.

O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário poderá receber bolsa, ou outra forma de contra-prestação que venha a ser acordada, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária, devendo o estudante, em qualquer hipótese, estar segurado contra acidentes pessoais.

A jornada de atividades em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá compatibilizar-se com o calendário escolar.

Nos períodos de férias e recessos escolares, jornada de estágio será estabelecida de comum acordo entre o estagiário e a instituição concedente do Estágio, sempre com interveniência da Escola.

A Escola, poderá oferecer vagas para estágio, seus alunos e/ou alunos de estabelecimentos congêneres (REGIMENTO INTERNO DA EAFUR, s/d, p.19-20).

Para a realização dos estágios, a EAFUR estabelecia parceria com empresas e com a comunidade, promovendo estágios em órgãos municipais e de extensão rural, em sindicatos e em fazendas, promovendo integração entre as mesmas. A EAFUR enviava e recebia alunos de outras escolas agrotécnicas para a realização dos estágios. Nos estágios, os alunos conheciam novas realidades práticas, diferentes profissionais que colaboravam para promoção de novas aprendizagens. As empresas pontuavam as falhas no currículo com a finalidade de promover o aprimoramento do currículo.

No meu ponto de vista o aluno deverá ter maior conhecimento prático para que possa enfrentar com maior firmeza a vida profissional que lhe é futura. (Oton Filho Pereira Machado Engenheiro Agrônomo, ENGOPA, Araguaína- GO, 17 out. 1986).

Falta no currículo da instituição maior atenção para a cultura de feijão, milho, arroz, soja; estudo sobre conservação do solo e adubação de grandes culturas. (LUIZ ANTÔNIO PAZZE, ENGENHEIRO AGRÔNOMO, PLANTAR – PLANEJAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA S/C LTDA, UNAÍ- MG, 31 jul. 1986).

Na visão da COAGRI,

O estágio oportuniza ao aluno aprofundar seus conhecimentos técnicos, bem como as relações sociais que se estabelece no mercado de trabalho, possibilitando-lhe o desenvolvimento da visão crítica sobre o sentido social que permeia o exercício de uma profissão. Pode ser realizado e/ou complementado em empresas ou órgãos da área de serviços e de produção e em propriedades rurais (DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO DE UMA EAF, 1985, p.12).

O estágio propiciava a complementação da aprendizagem, constituindo-se em instrumentos de integração, de aperfeiçoamento, técnico cultural, científico e de relacionamento humano. Os diferentes espaços físicos e as novas relações sociais viabilizavam “cambio en su disposición, como lugar o territorio, modifica su naturaleza cultural y educativa”³¹ (VIÑAO FRAGO, 1995, p.69).

Na EAFUR, além do aprofundamento dos conhecimentos técnicos, os alunos contavam com outros espaços e ações nos projetos orientados, os quais eram elaborados e acompanhados por professores da formação especial nas UEPs. Os professores responsáveis organizavam os projetos de produção, sob coordenação da SPA. O responsável pela seção era o professor José de Oliveira Campos: “o professor designado Coordenador fica sujeito ao regime de tempo integral, conforme estabelece o parágrafo único, do Artigo 3º “O docente de 1º e 2º graus ocupante da função de administração escolar poderá optar entre a remuneração de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e DAI correspondente ao vencimento ou salário de professor com a gratificação prevista no Anexo II, deste decreto-lei”, do Decreto-lei nº 1.858”

³¹ mudança de disposição, como lugar ou território, modifica sua natureza cultural e educacional (tradução nossa)

(MEC/COAGRI-BOLETIM Nº 18, 1984, p.10). Os projetos deveriam ser encaminhados à COAGRI para análise da viabilidade técnica e econômica “no máximo até o dia 15 de novembro do ano em curso” (INSTRUÇÃO BÁSICA, 1981, p.05).

A Instrução Normativa nº 01, de 1986, dispõe a SPA. Segundo a normativa, o professor coordenador “é o responsável pela orientação, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas nas UEPs, pela Cooperativa-Escola, e pela integração do trabalho da Seção dos Projetos Orientados com as demais seções da Escola” (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 1986, p.01). Em relação aos projetos orientados, a EAFUR deveria adotar os seguintes procedimentos determinados pela COAGRI:

Apresentar o modelo de projetos orientados, encaminhado pela COAGRI, e orientar os professores quanto ao preenchimento; realizar o levantamento dos projetos prioritários a serem executados, considerando as necessidades de ensino, do refeitório, outros projetos e comercialização; orientar os professores para elaborarem os projetos com a participação dos alunos durante as aulas, orientar os professores para que elaborem os projetos segundo princípios técnicos, pedagógicos e econômicos, os projetos visam obter índices de produtividade igual ou superior aos da região e adaptados à região; orientar os professores das UEPs no sentido de serem incluídos, em pequenas extensões, os projetos devem envolver os professores de Mecanização Agrícola, Irrigação e Drenagem, Desenho e Topografia, Construções e Instalações e Administração e Economia Rural, os professores deveriam ser orientados quanto à disponibilidade de recursos financeiros para os projetos agropecuários e épocas de liberação (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, 1986, p.02).

Na Instrução Básica para Elaboração do Programa Agropecuário das Escolas Agrotécnicas Federais (1981), não se exigia aprovação do programa orientado, o programa agropecuário, pela cooperativa. Nesta normativa, os projetos eram divididos em projetos de formação: “deve atender prioritariamente às necessidades de material didático para as práticas profissionalizantes do curso e às necessidades de suprimento do economato (refeitório e plantéis da Escola)” (INSTRUÇÃO BÁSICA, 1981, p.01); e projetos de manutenção: “taxas de internato, inscrição, refeições, taxas de luz, telefone, lavagem de carros, serviços agropecuários (aração, gradagem) e de projetos não programados” (INSTRUÇÃO BÁSICA, 1981, p.2). Nessa instrução básica, exigia-se que os projetos criados pelas EAFs deveriam “programar os projetos considerados necessários ao cumprimento do currículo, de acordo com as metas mínimas”. As metas mínimas representam, obviamente, as extensões mínimas dos projetos a serem desenvolvidas em culturas e/ou criações e que pudessem atender, de maneira satisfatória, as necessidades do processo ensino-aprendizagem e do economato (INSTRUÇÃO BÁSICA, 1981, p.2). As metas mínimas propostas estão registradas no Quadro 5.

QUADRO 5 – Projetos necessários em uma Escola Agrotécnica Federal

Fonte: Instrução Básica, 1981, p.3.

Área	Projetos	Unidades básicas	Meta mínima
Bovinocultura	Leite	10	10 matrizes
Suinocultura	Cria	10 matrizes	10 matrizes
	Engorda	20 capados	20 capados
Avicultura	Aves de corte	1000 aves	1000 frangos
	Aves de Postura	1000 aves	1000 aves de postura
Olericultura	Olericultura	1 Ha	Cultivar 1 ha de 5 variedades olerícolas
Culturas temporárias	Cultura I	1 Ha	Cultivar três culturas que sejam representativas na região
	Cultura II	1 Ha	
	Cultura III	1 Ha	
Culturas permanentes	Variedade I	1Ha	Cultivar cinco variedades em pelo menos 2,5 ha, sendo 0,5 ha por variedade
	Variedade I	1 Ha	
	Variedade I	1 Ha	
	Variedade I	1 Ha	
	Variedade I	1 Ha	

A Instrução Básica (1981) previa que, para elaborar o custo de produção de cada projeto, as unidades básicas deveriam ser consideradas como parâmetros do cálculo do projeto de culturas e de criações. Os projetos agropecuários precisavam ser elaborados, o máximo possível, de acordo com a realidade de cada escola, necessitando cautela com os cálculos referentes à quantidade e aos preços de insumos, à produtividade, à mão de obra necessária e à receita. Os projetos de olericultura devem ser calculados separadamente para cada olerícola e apresentar os recursos na totalidade. Os projetos agropecuários deveriam ter participação dos alunos em todas as fases da elaboração.

FIGURA 16³² – Alunos trabalhando em projetos de olerícolas

Fonte: Arquivo do IF Goiano CâmpusUrutaí, s/d



FIGURA 17 – Alunos realizando levantamento topográfico

Fonte: Arquivo do IF Goiano CâmpusUrutaí, s/d



As imagens 16 e 17 revelam não apenas as atividades práticas realizadas pelos alunos da instituição de ensino nas aulas práticas, mas, também, mostram seus uniforme nessas atividades. Nas imagens, todos estão vestidos com macacões marrons claros e nos pés, as

³² As figuras foram localizadas no Museu Agropastoril do IF Goiano Câmpus Urutaí (Castelinho), mas pelas características, padrões do uniforme, local, ambiente confirmam o período, embora não esteja registro de datas.

botinas exigidas. Alguns alunos vestem bonés, item não obrigatório, mas que acreditamos serem usados para a proteção contra o Sol, já que essas tarefas eram realizadas no campo. Em suma, o traje foi definido “no sentido de minimizar adversidades do meio ambiente” (GONDRA, 2004, p.183). Os alunos participavam de diferentes atividades teóricas e práticas, dentre elas os projetos de produção, da elaboração, de execução, de colheita e de venda dos produtos na Cooperativa-Escola. No ano de 1986, a EAFUR desenvolveu os projetos de produção expostos no Quadro 6, realizados pelos alunos e professores tanto na área agrícola como na pecuária.

QUADRO 6 – Plano de aplicação anual de projetos orientados de produção de agricultura em 1986

Fonte: Arquivo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1986 Plano de Aplicação dos Projetos

Agropecuários.

	Extensão	Prod. prevista	Recursos totais	Fontes de recursos Cr\$	
				Subvenção econômica	Recursos próprios cooperativa
I Agricultura I	-	-	-	-	-
Olericultura	4,11 ha	87.810	13.871	5.000	8.871
Agricultura II	-	-	-	-	-
Arroz F	50 ha	75.000 kg	99.804	25.586	74.218
Arroz M	40 ha	0.000 kg	20.503	5.256	15.247
Feijão F	20 ha	10.800	32.412	8.309	24.103
Feijão M	6 ha	10.800	6.865	1.759	5.106
Mandioca F	10ha	120ton	9.553	2.449	7.104
Mandioca M	6ha	72 ton1.195	1.195	306	889
Milho F	50 ha	150.000 kg	89.219	22.872	66.347
Milho M	36 ha	108.000	17.770	4.555	13.215
Soja F	10ha	16.800 kg	14.368	4.555	13.215
Soja M	10 ha	16.800 kg	3.649	935	2.714
Sorgo Forrageiro F	10 ha	200 ton	16153	4.141	12012
Sorgo Forrageiro M	10 ha	200 ton	3.903	1.000	2.903
Sorgo Granífero F	10ha	33.000kg	15.097	3.875	11.222
Sorgo Granífero M	10ha	33.000kg	4.971	1.274	3.697
Total Agricultura II	-	-	335.462	86.000	249.462
Agricultura III	-	-	-	-	-
Abacaxi M	0,25 ha	-	493	166	327
Banana M	1 ha	-	3.006	1.015	1.991
Café F	2 ha	-	6.308	2.130	4.178
Café M	7 ha	2.800	16.778	5.666	11.112
Laranja M	3 ha	1000 cx	7.499	2.534	4.965
Mamão F	0,40 ha	-	2.152	726	1.426
Maracujá M	0,10 ha	-	153	51	102
Mudas de Laranjas F	250 uni.	250	301	101	200
Mudas de Roseiras	500 uni	500	301	101	200
Mudas Silviculturais F	500 uni	500	490	165	325
Mudas Silviculturais M	1.500 uni	1.500	945	323	622
Total de Agricultura III	-	-	38.492	13.000	25.492

QUADRO 7 – Plano de aplicação anual de projetos orientados de produção de pecuária em 1986

Fonte: Arquivo IF Goiano Câmpus Urutaí, 1986 Plano de Aplicação dos Projetos Agropecuários.

	Extensão	Prod. prevista	Recursos totais	Fontes de recursos Cr\$	
				Subvenção econômica	Recursos próprios cooperativa
4 Zootecnia I	-	-	-	-	-
Avicultura de Corte M	48.000 cab.	63.600 Kg	454.754	53.858	400.896
Avicultura de Postura F	2000 cab	22.800 dz	149.252	17.675	131.607
Avicultura de Postura M	1000 cab	15000 dz	43.282	6.467	36.815
Cunicultura M	40 cab	360 kg	11.270	-	11.270
Total Zoo I	-	-	658.588	78.000	580.588
Zootecnia II	-	-	-	-	-
Caprinocultura M	20 mat	20 cab	2.168	-	2.168
Suinocultura Carne M	20 mat	320 cab	30.101	12.076	18.025
Suinocultura Carne Eng. M	320 cab	25.408	78.620	29.425	49.195
Suinocultura Banha cria M	10 mat	120 cab	9.053	3.388	5.665
Suinocultura Carne Eng. M	120 cab	650 kg	18.994	7.111	11.883
Total Zoo II			135.936	52.000	86.936
Zootecnia III	-	-	-	-	-
Bovinocultura de corte M	60 cab	10.800 kg	13.435	4.677	8.758
Bovinocultura de Leite M	50	100.000 l	61.241	21.323	39.918
Total Zoo III	-	-	74.676	26.000	48.676

Os quadros revelam a quantidade de projetos implementados pela EAFUR em 1986, mantidos com mais de 50% dos recursos da cooperativa. Os valores recebidos de subvenção econômica variavam: na suinocultura, 38%; na avicultura, em média 12%; e na cunicultura e caprinocultura, todas as despesas de custeio foram assumidas com os recursos próprios da cooperativa. Esses animais eram utilizados para fins didáticos e, posteriormente, no refeitório da instituição. O crescimento dos projetos, na prática, visava ao aumento dos rendimentos da instituição.

QUADRO 8 – Demonstrativo de produção e de outras receitas

Fonte: Plano de Aplicação dos Projetos Agropecuários, 1986

Consumo	Cr\$
Consumo refeitório	388.931
Consumo em outros projetos	239.723
Total	628.654
Recursos próprios cooperativa	
Comercializado	1.078.911
Taxa de internato	165.232
Receitas diversas	1.760
Total	1.245.903
Fonte de recursos	
Subvenção econômica	260.000
Recursos próprios cooperativa	1.245.903
Total	1.505.903

Pelos dados do Quadro 8, acima, referentes à produção e a outras receitas, a fonte de recursos do Estado não chegava a 20% (vinte por cento), enquanto que mais de 80% (oitenta por cento) eram recursos próprios referentes à produção da EAFUR.

Com efeito, apesar da constante valorização da educação escolar, no nível do discurso, o Estado esbarra, em primeiro lugar, num limite de ordem material: a escassez de verbas para a educação pública. Isso acontece porque, como vimos, o Estado emprega o montante de recursos sob a sua responsabilidade em setores diretamente vinculados à acumulação de capital. Esta é a sua prioridade real, a qual, por sua vez, aponta no sentido da privatização do ensino (GERMANO, 2011, p.104).

Na EAFUR, os alunos deveriam pagar o exame de seleção, a taxa de matrícula, o uniforme, a taxa de internato e todo o material didático necessário no curso. Aqueles com dificuldade financeira propunham-se a trabalhar na instituição além do que já era exigido pelas normas e, assim, adquirir isenção das referidas taxas.

Itapuranga, 11-01-79

Mercês, eu gostaria de saber se eu posso cumprir um rodízio (3º) para poder pagar matrícula, sabe eu tenho três irmãos que o meu pai tem de pagar os estudos deles também e as condições financeiras não estão muito boas. Eu já havia falado com o professor Tarcízio sobre isto e ele disse que só poderia resolver com sua colaboração e fico-lhe muito grato. (Gleber T. Pimenta).

Senhora Mª das Mercês, Felicidades a você e a todos.

M^a, queria de você um grande favor. Você sabe como está difícil a vida. E nós viemos fazendo tudo para trazer em dia as prestações, mas acontece que nós não estamos em condições de pagá-la. Então queríamos que você desse um jeito: perdoá-la (ou) dividi-la ou adia-la. Se perdoasse seria o melhor. Veja o que você pode fazer e escreva-me.

Agradeço-lhe atentamente.

Lia

Goiandira, 11-02-80

Mercês

Estou lhe escrevendo para dizer que não sei o dia que irei matricular, eu e meu irmão no qual levarei uma declaração de imposto de renda de que meu pai, não tem condições de pagar as duas matrículas, e que teremos condições de pagar só uma.

Obs: O dia que conseguir o dinheiro irei matricular-nos, peço que mande os papéis para o meu pai assinar, porque meu irmão é de menor. Ainda quero saber o dia de reinício das aulas (CORRESPONDÊNCIAS, 1980).

Diante das dificuldades financeiras, os alunos que comprovassem pertencer a famílias carentes podiam frequentar a instituição liberados das taxas; os que não conseguissem tal comprovação deveriam que efetuar o pagamento. Em 1986 a cooperativa relacionou os alunos em débito³³, constatando 104 alunos devedores: a taxa de internato em atraso era Cr\$ 14.641,56 e a referente ao uniforme e ao material, Cr\$ 2.737,10.

4.3. Currículo e a Integração entre Teoria e Prática

A sala de aula “é o espaço onde se estabelece o relacionamento dialógico e afetivo professor/aluno, estimulando o desenvolvimento da capacidade da análise e reflexão fundamentais ao processo ensino-aprendizagem e à formação do educando” (DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO DE UMA EAF, 1985, p.11). “Toda arquitetura es, en definitiva, necesaria, pero también arbitraria; funcional, pero también retórica. Sus signos indiciarios dejan, en su visión cotidiana, huellas que guían la conducta”³⁴ (ESCOLANO, 2000a, 196).

“Na sala de aula os conteúdos desenvolvidos nas disciplinas de Formação Especial e de Educação Geral, inter-relacionados, tendo sempre presentes os objetivos da Escola, concorrem para o aprimoramento do currículo e a dimensão comunitária da educação” (DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO DE UMA EAF, 1985, p.11).

A Educação Geral visava preparar os alunos para se expressarem com clareza, coesão e raciocínio lógico. A comunicação verbal era requisito básico para a formação humanístico-cultural e preparo para o exercício da profissão, portanto “as disciplinas de educação geral se fazem necessária para servir de base à educação profissional, não somente pelos conhecimentos

³³ Dados localizados em documento do Arquivo do IF Goiano Câmpus Urutaí.

³⁴ Toda arquitetura é, em suma, necessária, mas também arbitrária; funcional, mas também retórica. Seus sinais indiciais deixam, em sua visão cotidiana, traços que orientam o comportamento. (tradução nossa)

que oferecem, mas também pelas qualidades intelectuais que desenvolvem” (CARACTERIZAÇÃO OCUPACIONAL DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, 1983, p.53).

As disciplinas para formação do Técnico em Agropecuária eram desenvolvidas em todos os ambientes da escola, porém as aulas teóricas eram ministradas somente nas salas de aulas, comportando, assim, a compreensão da amplitude das disciplinas e o reconhecimento de que “uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição” (CHERVEL, 1990, p.184). As disciplinas de formação técnica não reduziam a educação a um ensino técnico próximo da habilidade manual, mas, sim, pressupunham a exigência de conhecimentos científicos necessários à utilização das técnicas mais modernas de produção e possibilitavam conhecimentos científicos e políticos das condições de produção e suas variáveis econômicas e sociais (CARACTERIZAÇÃO OCUPACIONAL DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, 1983).

De acordo com André Chervel (1990, p. 184), “o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui; é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem, por sua vez, penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global”. Chervel (1990) afirma, assim, que a escola constrói os saberes escolares, e, concordando com o autor, a EAFUR desenvolveu os conteúdos disciplinares ao encontro do desenvolvimento da agropecuária no Brasil e em Goiás. Esses saberes desenvolviam-se em diferentes espaços na EAFUR, e fora dela também, e em díspar relação nas quais os alunos tiveram oportunidade de conhecer e vivenciar.

A EAFUR possuía seis salas com capacidade para 40 alunos, sendo que a conservação do mobiliário e a organização da sala eram consideradas de responsabilidade dos alunos (RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO TÉCNICO PEDAGÓGICO – COAGRI, s/d). Os laboratórios eram utilizados para as aulas de Biologia, Física e Química, enquanto que as salas-ambientes eram utilizadas para as atividades nas UEPs. A sala de Desenho tinha mesas maiores e inclinadas para maior comodidade aos alunos. Várias aulas das disciplinas de formação especial aconteciam no campo, nas lavouras e em setores de criação de animais.

Os professores desenvolviam o conteúdo de suas disciplinas de maneira a colaborar com a formação de Técnicos em Agropecuária que pudessem atuar de maneira dinâmica no desenvolvimento da agropecuária brasileira, o que é possível constatar nos diários de classe. Os diários possibilitaram adentrar a “caixa preta” (JULIA, 2001, p.13) da escola, possibilitando reconhecer vestígios, padrões de seleção e tratamento dos conteúdos que foram ensinados, assim como as relações entre normas e práticas desenvolvidas pela escola na formação do

cidadão. Enfim, os diários dos professores possibilitam compreender a cultura escolar no tempo e no espaço.

Na disciplina “Desenho e Topografia”, os alunos desenvolviam habilidades de representação e expressão gráfica de esquemas que serviriam de instrumentos para organização, execução e controle de projetos agropecuários. O estudo da topografia faz parte da formação do técnico em agropecuária, tornando possível analisar a superfície do solo nos aspectos planimétricos e de relevo, bem como a adequada utilização do solo e sua conservação. O professor Renato Borgmann, em 1981, descreveu o que era trabalhado com os alunos.

Importância da conservação do solo, erosão, visita no campo, classificação do desgaste, práticas de conservação do solo de caráter vegetativo e edáfico, práticas de caráter mecânico, aulas práticas em campo utilização do nível óptico na determinação de declividades dos solos, aulas práticas em campo usando o trapézio e nível de borrachas locando curvas de nível, aulas práticas para fixação de aprendizagem individual, locação de curvas de nível mestras com nível óptico, planimetria, traçado de alinhamento, traçado de áreas, uso de instrumentos de precisão, uso de trenas, réguas, altimetria, nivelamento (DIÁRIO DESENHO E TOPOGRAFIA, 2ª SÉRIE, 1981).

Eliseu Alves e Geraldo da Silva e Souza (2007) fazem uma explanação sobre o solo do cerrado.

Contudo, quando se restringe à pesquisa que visou a entender os solos do Cerrado, em si mesmos, aí está o exagero. Se tivéssemos congelado os conhecimentos sobre os solos do Cerrado no nível em que estavam no final da década de 1960, e deixado variar as demais condições, especialmente a de criação de cultivares, a revolução da agricultura desse bioma teria ocorrido assim mesmo, pois a base de conhecimentos sobre solos já era suficiente. Dito isso, apressamo-nos em salientar que as pesquisas específicas sobre solos são muito importantes para a moderna agricultura do Cerrado, bem como para a preservação do meio ambiente (ALVES; SOUZA, 2007, p.63).

À proposição dos autores, acrescentamos que as propriedades rurais necessitam de estruturas físicas. A disciplina “Construções e Instalações Rurais” trabalhou noções de construções civis, e o professor Edival Milhomem Borba utilizou as edificações da instituição de ensino como modelo para trabalhar o conteúdo.

Planta baixa de uma residência, cortes de uma planta baixa, fachada frontal da planta baixa, fachada lateral, construções e instalações para aves, meios para controlar temperatura, ventilação dentro de um aviário, planta baixa de um aviário de postura, instalações para suínos, planta baixa da pocilga da EAFUR, discussão das instalações para suínos, prática abertura de valeta para fundação da quadra de esporte, instalação de bovinos leiteiro, visita ao estábulo da EAFUR, características das instalações para gado leiteiro, estudo planta baixa do estábulo da EAFUR, construção de biodigestor, visita à obra em construção na Escola, construção de cerca de arame (DIÁRIO CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES, 2ª SÉRIE, 1982).

A disciplina “Construções e Instalações” capacitava o Técnico em Agropecuária para acompanhar a execução de obras e serviços adequados às atividades agropecuárias junto às propriedades agrícolas, bem como o capacitava a manter e a conservar as instalações. O professor, ao utilizar as instalações da EAFUR como material didático, possibilitou aos alunos noções das estruturas básicas em uma propriedade rural. A disciplina possui inter-relação direta com Matemática, Desenho e Topografia, Física, Irrigação e Drenagem, Culturas, Criações e Administração.

Segundo André Chervel (1990), no âmbito de uma finalidade bem definida, a liberdade teórica de criação disciplinar do mestre se exerce em um lugar e sobre um público igualmente bem determinado: a sala de aula e o grupo de alunos, respectivamente. As condições materiais nas quais se dá o ensino estão estreitamente ligadas aos conteúdos disciplinares.

A disciplina “Irrigação e Drenagem” proporcionava aos alunos conhecimentos importantes para o processo de modernização na agropecuária, a qual necessitava da “produção e difusão de novas tecnologias, sem o que não se consegue alterar os índices de produção e produtividade” (GONÇALVES NETO, 1997, p.192).

Wenceslau Gonçalves Neto (1997) afirma que as inovações que acompanham o progresso tecnológico na agricultura podem ser classificadas em três tipos: mecânicas, poupadoras de trabalho; físico-químicas, poupadoras de terra; e biológicas, poupadoras do tempo de produção e potenciadoras das outras inovações. A disciplina “Irrigação e Drenagem” pode ser encaixada no progresso tecnológico poupador de terra, pois a irrigação possibilita aproveitar a terra na estação da seca. Isso é de relevância pois na região em que a instituição está localizada existem duas estações bem definidas: a seca e a chuvosa. Renato Borgmann ministrou os seguintes conteúdos:

Histórico e difusão da irrigação, irrigação na antiguidade, países que irrigam em grande escala, os principais problemas da irrigação, vantagens da irrigação, quantidade de água necessária para irrigação, natureza do solo, fatores que reduzem a eficiência da irrigação, processos para determinar a água necessária à irrigação, classificação de água no solo, aula prática, determinação da umidade do solo, profundidade do sistema radicular de água necessária, valores de coeficiente de evapotranspiração, método de determinação de vazão, aula prática (determinação de vazão), método do flutuador (cálculo), aula prática (manejo de água), irrigação da cultura do tomate, abertura de sulcos de irrigação, cálculo de volume de água no solo, aula prática (irrigação por aspersão), acessórios para sistema de irrigação, tipos de sistema por aspersão, pivô central, canhão hidráulico, vantagens e desvantagens dos sistemas, irrigação por sulcos, instalação de um sistema de irrigação na UEP, gotejo, tipos de bomba, vazão da bomba, sistema de irrigação por inundação, drenagem de área, tipos de drenos, etapas de drenagem, marcação de canais adutores, aula prática (DIÁRIO IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, 3ª SÉRIE, 1982).

De acordo com Ivor F. Goodson (1997), a disciplina escolar tomada como sistema e prática institucionalizada proporciona uma estrutura para a ação. Entretanto, a disciplina em si faz parte de uma estrutura mais ampla, que incorpora e define os objetivos e possibilidades sociais do ensino. A definição da disciplina escolar como discurso retórico, conteúdo, forma organizacional e prática institucionalizada faz parte das práticas de distribuição e de reprodução social.

Na disciplina “Mecanização Agrícola”, como todas de formação especial, “são ministradas aulas teórico-práticas sobre tração animal e moto-mecanização e praticadas atividades referentes a máquinas e implementos agrícolas, com ênfase na manutenção, conservação, regulagem, pequenos consertos e operação” (DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO DE UMA EAF, 1985, p.23). A disciplina contribuiu para o planejamento das aulas de maneira interdisciplinar com os projetos agropecuários. “Administração e Economia Rural participa de todos os programas de produção estudados e desenvolvidos pelas demais disciplinas profissionalizantes, mantendo um estreito inter-relacionamento” (CARACTERIZAÇÃO OCUPACIONAL DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, 1983, p.55). Os conhecimentos econômicos e administrativos vão desde o planejamento das atividades de produção agropecuária até a comercialização dos produtos. “A gênese da teoria curricular como receita está naturalmente relacionada com o contexto social e econômico mais amplo dentro do qual se situa a escolarização” (GOODSON, 2013, p.48).

Pelo diário da 3ª série A de 1982, a professora Victória Espíndula Vieira ministrou a disciplina “Estudos Regionais”, referente à formação especial, através da qual foram iniciados os estudos sobre o continente americano, o Brasil e suas regiões e o estado de Goiás, especificamente sua história e suas características físicas, políticas e econômicas. A disciplina tinha como foco o estado de Goiás, que ocupava 50% da carga horária. O técnico em agropecuária necessitava compreender toda a estrutura do Estado para implantar e desenvolver projetos agropecuários. “A partir dessa localização nuclear, a escola projetaria seu exemplo e influência geral sobre toda a sociedade, como um edifício estrategicamente situado e dotado de uma inteligência invisível que informaria culturalmente o meio humano-social que o rodeia” (ESCOLANO, 1998, p.33).

A disciplina “Culturas” era ministrada nas três séries. Ficou sob responsabilidade do professor Leacir Braz da Fonseca na 1ª série B de 1981; e do professor Edival Milhomem Borba na 2ª série de 1981 e na 3ª série de 1982. Na primeira série, eram abordadas as hortaliças; na segunda série, as culturas regionais e temporárias; e, na terceira série, as culturas perenes.. Em Culturas I (1ª série), os alunos aprendiam diferentes cultivos, como o pepino, o tomate, a alface,

a berinjela, a batata, o nabo, o rabanete, a couve, o quiabo, a melancia e o melão, tomando como ponto de partida a colheita das sementes. A soja ocupa a carga horária da disciplina Culturas II de março até setembro, e, em outubro, o professor iniciava a cultura de cana-de-açúcar. “A soja sobressaía entre os novos grãos no processo de modernização agrícola. Seu cultivo, introduzido no final da década de 1950, já alcançava nível de produção de 15 milhões de toneladas em 1980, quando apenas o milho a superava” (LUNA; KLEIN, 2014, p.104). O currículo escolar é um artefato social, concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos, e, para Goodson (1997), o currículo escolar ainda pode ser considerado um fator neutro na educação. A soja era cultura agroexportadora em expansão na região central do país, razão pela qual ocupava quase todo o conteúdo do ano.

O professor produziu uma apostila com explicações sobre as características do solo nas regiões sul e norte de Goiás e as melhores variedades a serem cultivadas nas referidas regiões. A apostila era o resultado de pesquisas recentes desenvolvidas pela Universidade Federal de Viçosa, pelo Instituto Agrônomo de Campinas e pela EMGOPA. “As matérias não constituem entidades monolíticas, mas amálgamas mutáveis de subgrupos e tradições que, mediante controvérsia e compromisso, influenciam a direção da mudança” (GOODSON, 2013, p.120).

Os professores buscavam inovações, fazendo novas pesquisas no setor agrícola, mantendo-se atualizados e possibilitando conhecimentos recentes aos alunos. “O processo de se tornar uma matéria escolar caracteriza a evolução da comunidade, que passa de uma comunidade que promove objetivos pedagógicos e utilitários para uma comunidade que define a matéria como uma disciplina acadêmica ligada com estudiosos de universidades” (GOODSON, 2013, p.120). Nesse caso, especificamente, não se trata de apenas uma disciplina, mas, sim, do conteúdo de uma determinada disciplina que teve mudanças devido aos avanços que a pesquisa de grandes centros proporcionaram à cultura da soja. Uma instituição que formava técnicos na área agrícola precisava estar em constante atualização e avanços nos conteúdos agrícolas. A Figura 18 mostra pesquisa com a cultura da soja, onde eram analisadas as espécies que melhor se adaptavam ao solo goiano.

FIGURA 18³⁵ – Experimento com soja na EAFUR

Fonte: Arquivo do IF Goiano CâmpusUrutá s/d



A disciplina Culturas III, na 3ª série, versava sobre as frutas banana, mamão e maracujá além dos cuidados necessários para as referidas plantações, enxertia, estaquias, viveiros e polinização. Nesse período histórico, as frutíferas não tinham grande representação comercial em Goiás. Para Ivor F. Goodson (1997, p.27), “a disciplina escolar é construída social e politicamente e os atores envolvidos empregam uma gama de recursos ideológicos e materiais para levarem a cabo as suas missões individuais e coletivas”.

A disciplina de Zootecnia I, disciplina referente aos cuidados com os animais, foi ministrada pelo professor José de Oliveira Campos na 1ª série de 1981 e obedeceu à seguinte ementa:

Classificação zoológica das espécies domésticas, classificação zoológica (mamíferos, aves, peixes, insetos), taxionomia zootécnica, linhagem rebanho e indivíduo, genótipo, fenótipo, origem dos animais (bovinos, cavalos, cão, cabra, carneiro\0, pelagem, injeções, aula prática de injeções: intramuscular, hipodérmica ou subcutânea e endovenosa, cuidados com os leitões recém-nascidos, corte e curativo do umbigo, corte dos dentes, pesagem e marcação, cronograma do porco carne, mochação de bezerras (importância, métodos e cuidados), castração (importância, métodos e cuidados) (DIÁRIO ZOOTECNIA - CRIAÇÕES I, 1ª SÉRIE, 1981).

³⁵ ³⁵A figura foi localizada no Museu Agropastoril do IF Goiano CâmpusUrutá (Castelinho), mas pelos documentos localizados relativos a experimentos com a cultura da soja, é referente ao período da pesquisa.

Ipojuacan de Goiás Brasil, professor de Zootecnia II na 2ª série no ano de 1981, trabalhou até 21 de setembro com suinocultura.

Anatomia suína (interna e externa), fisiologia suína, prática de castração, reprodução suína, gestação (fases), parição, assistência ao parto, manejo dos leitões, sanidade animal, política sanitária, fiscalização de fronteiras, fechamento de fronteiras, medicamentos, prática de vermifugação, calendário profilático, verminoses, caprinocultura (anatomia, fisiologia, reprodução, acasalamento, sanidade animal (DIÁRIO CRIAÇÕES II, 2ª SÉRIE, 1981).

No ano de 1982, Carlos Guilherme Trombeta ministrou a disciplina de Zootecnia III na 3ª série, direcionada para animais de grande porte. O professor iniciou sua matéria com a elaboração de projetos.

Projeto de bovinocultura de leite, cuidados na ordenha, profilaxia da ordenha mecânica, cólicas equinas - tratamento prático, manuseio da ordenhadeira, projeto de bovino de corte, mochação prática, raças bovinas, cruzamento de raças bovinas, vacinação contra aftosa, raças bovinas fruto de cruzamento, distribuição geográfica dos bovinos, utilização dos bovinos, confinamento, necessidades para crescimento de bezerros, anatomia dos bovinos, metabolismo dos bovinos, contenção de equinos, contenção de bovinos, criação de bezerros (vermifugação, alimentação, alimentação com grãos) vermifugação prática, cuidados com os recém-nascidos, alimentação, curativos em cascos de bovinos, combate ao timpanismo de uma vaca (prática) (DIÁRIO CRIAÇÕES III, 3ª SÉRIE, 1981)³⁶.

As três disciplinas de Zootecnia e Criações (I, II e III) são referentes à criação de animais, especificamente: a avicultura, a suinocultura e a bovinocultura, respectivamente. Criações tinha carga horária de 180 horas/aula, sendo que 170 horas eram dedicadas às atividades regulares e 10 horas eram dedicadas às atividades de plantão e rodízio nas UEPs. Essa disciplina abordava aprendizagens de natureza prática e Zootecnia, com carga horária de 60 horas anuais, tinha caráter teórico. Ambas eram compostas com conteúdos semelhantes. Essa mesma divisão de carga horária acontecia com as disciplinas Agricultura e Culturas (I, II, III). Agricultura tinha cunho teórico e Culturas, prático. A estrutura curricular da Instituição seguia as orientações da COAGRI, mas eram conduzidas de acordo com a pecuária e agricultura da região. Sobre as características e desenvolvimento da agropecuária em Goiás,

[...] da década de 1960 e início da de 1970, a pecuária inicia um processo de transformação importante como resultado, especialmente, da combinação de três fatores, quais sejam: Introdução da Brachiaria, Criação do Programa POLOCENTRO, Trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (Condepe). Ainda merece destaque a criação da EMBRAPA nesse período que, com esses três fatores, construíram a alavanca que contribuiu para o desenvolvimento do bioma Cerrado (KEPLER FILHO, 2007, p.123).

³⁶ A matéria foi registrada até o dia 16 de setembro de 1982; depois dessa data, tem-se apenas registro da presença dos alunos.

A avicultura e suinocultura ocorreram em paralelo ao desenvolvimento do agronegócio brasileiro com a produção de grãos, especificamente a soja e o milho. Para Carlos Nayro Coelho (2001),

[...] a disponibilidade de grande quantidade de farelo de soja e milho permitiu o desenvolvimento de uma moderna e sofisticada estrutura para a produção de suínos, aves e leite, bem como a instalação de grandes frigoríficos fábricas para a sua industrialização (COELHO, 2001, p.52).

Nos anos de 1980, a pecuária possuía maior destaque na região e os professores, agora, deveriam preocupar-se em orientar os alunos com as mais novas técnicas empregadas na pecuária, elaborando os planos de ensino de acordo com anseios da agropecuária da localidade. Diante disso, os professores produziram uma cultura específica, singular e original, direcionada para a formação de técnicos em agropecuária, setor que agregava as novas tecnologias, e desenvolveram uma cultura escolar agrícola na EAFUR.

As disciplinas de formação especial foram organizadas de maneira a atender o desenvolvimento da agropecuária no Brasil, mais especificamente em Goiás, pois existiam tipificações sociais identificáveis e padronizáveis: para os alunos, porque estão construindo carreiras escolares ligadas a certos objetivos profissionais e sociais; e para os professores, porque desejam assegurar o futuro dos seus alunos e alcançar boas carreiras e estatutos profissionais para eles próprios (GOODSON, 1997, p.28).

As matérias de “Formação Geral” ocupavam 41,21 % da carga horária do Curso Técnico em Agropecuária. O técnico precisava ter uma boa formação básica, “em outras palavras, o que se denomina de qualificação, [...] a chamada ‘qualificação básica’, diz respeito à capacidade de: ler, escrever, qualificação linguística, conhecimentos básicos sobre tecnologia e instituições, operações matemáticas fundamentais” (GERMANO, 2011, p.186). “Falar, escrever, ler, escutar e compreender contribuem para que o indivíduo pense racionalmente e trabalhe com responsabilidade” (CARACTERIZAÇÃO OCUPACIONAL DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, 1983, p.53).

FIGURA 19 – Grade curricular para habilitação em Técnico em Agropecuária Educação Geral

Fonte: Diretrizes de Funcionamento de uma Escola Agrotécnica Federal, 1985, p.14

Arquivo IF Goiano Câmpus Urutaí

14

QUADRO I – GRADE CURRICULAR DA HABILITAÇÃO DE TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL				FORMAÇÃO ESPECIAL					
	DISCIPLINAS	SÉRIES			TOTAL DE HORAS	DISCIPLINAS	SÉRIES			TOTAL DE HORAS
		1ª	2ª	3ª			1ª	2ª	3ª	
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua Port. e Lit. Bras.	3	3	2	240	Redação e Expressão	—	—	2	60
	Língua Estrangeira	2	—	—	60					
	Educação Artística	—	2	—	60					
ESTUDOS SOCIAIS	História	2	—	—	60	Estudos Regionais	—	—	2	60
	Geografia	2	—	—	60		Administração e Econ. Rural	—	—	3
	OSPB	—	2	—	60					
	Educação Moral e Cívica	2	—	—	60					
CIÊNCIAS	Matemática	3	3	2	240	Desenho e Topografia	—	4	—	120
	Física	—	2	2	120	Agricultura I	8	—	—	240
	Química	2	2	—	120	Agricultura II	—	8	—	240
	Biologia	2	2	—	120	Agricultura III	—	—	8	240
	Programa de Saúde	2	—	—	60	Zootecnia I	8	—	—	240
						Zootecnia II	—	8	—	240
						Zootecnia III	—	—	8	240
					Irrigação e Drenagem	—	—	3	90	
					Construções e Instalações	—	—	3	90	
OUTROS COMPONENTES DO ARTIGO 7º DA LEI Nº 5.692/71	Educação Física	3	3	3	270	Estágio Supervisionado	—	—	—	360
	Ensino Religioso	1	—	—	30					
EDUCAÇÃO GERAL:		24	19	09	1.560		16	20	29	2.310
TOTAL GERAL: 3.870										

Assim, cada estabelecimento de ensino tem sua cultura definida de acordo com o sistema educacional ao qual pertence. Isto é, também tem uma cultura institucionalizada, que se expressa por meio da compreensão de que “as normas de comportamento escolar não foram geradas como algo autônomo, ainda que a escola elabore seus próprios ritos, têm relação com os valores sociais [...] dos indivíduos nos processos sociais” (GIMENO SACRISTÁN, 1998, p.132).

Para André Chervel (1990, p.184), a problemática difere-se de todas as que foram levantadas na história do ensino até o presente. “Longe de ligar a história da escola ou sistema escolar às categorias externas, ela se dedica a encontrar na própria escola o princípio de uma investigação e de uma descrição histórica específica”.

A Escola Agrotécnica Federal de Urutaí seguia a carga horária por disciplina, porém “os conteúdos programáticos devem adequar-se aos interesses dos alunos, à realidade local, respeitados os padrões, valores culturais e aspirações da comunidade” (Diretrizes de Funcionamento de uma Escola Agrotécnica, 1985, p.13).

A esse respeito, André Chervel (1990, p.188) expõe que essa instrução está “inteiramente integrada ao esquema educacional que governa o sistema escolar, ou ramo estudado. As disciplinas escolares estão no centro desse dispositivo. Sua função consiste em

cada caso, em colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa". A Figura 20 lista as disciplinas ministradas pela EAFUR para a formação de Técnicos em Agropecuária.

FIGURA 20 – Histórico escolar Técnico em Agropecuária da EAFUR

Fonte: Arquivo do IF Goiano Câmpus Urutaí

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE ENSINO DE 1º 2º GRAUS
 COORDENAÇÃO NACIONAL DO ENSINO AGROPECUÁRIO
 ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE: Urutaí

HISTÓRICO ESCOLAR

Aluno(a): Adriano Sousa Colares
 Nascido(a): em 02 / 04 / 65 Cidade: Beaufé Estado: Pernambuco
 Filiação: Walter Colares e Sônia de Sousa Colares
 Curso Anterior Concluído: Ginásio - 1º Grau
 Estabelecimento: Centro Educacional de Tequatinga
 Cidade: Tequatinga Estado: DF
 Curso: Técnico em Agropecuária N.º de Horas: 4.144

DISCIPLINAS			Carga Horária	N.º de Faltas	SÉRIES			
					1º 199.4	2º 199.5	3º 199.6	
EDUCAÇÃO GERAL	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira		265	30	50	55	60	
	Língua Estrangeira ()		74	02	
	Educação Artística		64	05	70	85	..	
	História		69	02	
	Geografia		72	01	
	Organização Social e P. do Brasil		64	00	
	Educação Moral e Cívica		67	04	
	Matemática		246	22	..	65	75	
	Física		120	03	
	Química		132	06	
	Biologia		141	13	..	68	..	
	Programas de Saúde		63	04	75	
	Educação Física		301	13	
	Ensino Religioso		30	-	
	SUB-TOTAL			1.708				
FORMAÇÃO ESPECIAL	Redação e Expressão		65	10	28	
	Estudos Regionais		62	05	88	
	Administração e Economia Rural		205	11	
	Desenho e Topografia		120	16	..	70	50	
	AGRICULTURA	Agricult. I	Agric. Geral Olericultura Jardinagem	250	08	55
		Agricult. I I	Agric. Geral Culturas Regionais Temporárias	260	16	..	70	..
		Agricult. I I I	Culturas Perenes	264	44	50
	ZOOTECNIA	Zootec. I	Zootec. Geral Animais de P. Porte	248	05	50
		Zootec. I I	Zootec. Geral Animais de M. Porte	264	36	..	50	..
		Zootec. I I I	Animais de G Porte	248	28	60
Irrigação e Drenagem		100	03	80		
Construções e Instalações		20	08	70		
Estágio			360					
Sub-Total			2.436					
Total Geral			4.144					

RESULTADO Aprovado

O histórico mostra 41,21% da carga horária para a Formação Geral e 58,79% para a Formação Especial, o que contemplava as exigências da legislação. As disciplinas de formação especial foram divididas em Agricultura, Zootecnia, Estudos Regionais, Administração e Economia Rural, Desenho e Topografia, todas direcionadas para a formação de uma cultura escolar agrícola. As disciplinas Física, Química e Biologia eram voltadas para a formação do Técnico em Agropecuária. “A área de Ciência serve de instrumento imprescindível às atividades práticas, científicas e tecnológicas em que vive imerso o homem atual. [...] Espera-se que, através das disciplinas que a compõem, os alunos tenham oportunidades reais para exercitar e desenvolver habilidades de observar, medir e experimentar” (CARACTERIZAÇÃO OCUPACIONAL DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, 1983, p.53).

Na visão de André Chervel (1990), as coisas se passam de forma diferente quando à escola são confiadas finalidades novas, ou quando a evolução das finalidades desarranja o curso das disciplinas antigas. Dessa forma, as disciplinas de formação geral adaptavam a EAFUR e “assim, novos ensinamentos às vezes se introduzem nas classes sem serem explicitamente formulados. Além disso, pode-se perguntar se todas as finalidades inscritas nos textos são de fato finalidades “reais” (CHERVEL, 1990, p.189). Os professores adaptavam as disciplinas de formação geral para a formação técnica em agropecuária, como nesta análise realizada no laboratório de química.

Análise

Produto: milho com teor de umidade igual a16,4%
 Umidade inicial.....16,4%
 Umidade após 12 horas de aquecimento a 30°.....15,5%
 Variação.....0,9 ou 5,49%
 Massa inicial140g
 Massa após 12 horas de aquecimento a 30°.....132,32g
 Variação.....7,68g.

Os 5,49% deverão ser descontados na pesagem total do produto em caso de compra ou venda do mesmo, caso 15,5% seja o teor ideal de umidade para a comercialização do milho, caso contrário, um novo cálculo poderá ser efetuado, baseando-se nos resultados da presente análise (ANÁLISE DE UMIDADE DO MILHO NO LABORATÓRIO DE QUÍMICA s/d).

De acordo com Agustín Escolano (2017), a cultura acadêmica acerca da escola é o produto da reflexão discursiva e da investigação sobre o universo escolar. “Está vinculada ao desenvolvimento do chamado conhecimento especializado e legitimado [...], fortaleceu a partir da institucionalização dos saberes pedagógicos como disciplinas acadêmicas, nas escolas normais, faculdades, e institutos das universidades, no contexto histórico da época contemporânea” (ESCOLANO, 2017, p. 122). Diante do ensino de 2º grau no Brasil, a EAFUR cumpria os objetivos do III Plano Setorial de Educação e Cultura (1975-79) “com ênfase

voltada para os objetivos de universalidade do ensino básico e qualificação de recursos humanos para o desenvolvimento nos diversos níveis e áreas” (III PND, 1980, p.67).

No ano de 1981, formaram-se 66 alunos, dentre os quais 27 saíram empregados em empresas ligadas à Agropecuária, como INCRA, EMPA, ORPECA, EMGOPA, EAFUR; e 10 deles em outras áreas, como bancário e contabilista. Em 1982, formaram-se 89 alunos e, destes, 49 saíram empregados, 22 deles com o cargo de assistente técnico de avicultura na Só-Frango. Nesses dois anos, 55,5% dos alunos saíram empregados; já em 1984, apenas 16,27% conseguiram colocação ao concluírem o curso. Analisando a vida profissional dos Técnicos em Agropecuária na Região Centro-Oeste, estes arrumaram emprego “10% antes de se formar, 55% imediatamente após a formatura e 35% até um ano após a formatura”. “A remuneração desse profissional varia de 01 a 07 salários mínimos, sendo que a maior incidência é de 05 salários mínimos” (CARACTERIZAÇÃO OCUPACIONAL DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, 1983, p.21).

André Chervel (1990, p.220), ao tratar da temática disciplina escolar, confirma que as disciplinas escolares interferem na sociedade. “As disciplinas escolares intervêm igualmente na história cultural da sociedade. Seu aspecto funcional é o de preparar a aculturação dos alunos em conformidade com certas finalidades: é isso que explica sua gênese e constitui sua razão social” (CHERVEL, 1990, p.220). Ao concluírem o Curso Técnico em Agropecuária, tiveram oportunidade de fazer com que os conhecimentos se tornassem “entidades culturais como outras, que transpõem os muros da escola, penetram na sociedade, e se inscrevem então na dinâmica de uma outra natureza” (CHERVEL, 1990, p.220). Tratavam-se, assim, de jovens privilegiados diante do quadro educacional no Brasil para o ensino de 2º grau.

José Wellington Germano (2011) afirma que, em 1986, o Brasil possuía apenas 37% dos jovens entre 16 e 18 anos matriculados na escola secundária, ou seja, mais da metade dos jovens, àquela época, não tinham oportunidade de frequentar uma instituição de ensino. Na Região Centro-Oeste, 6,7% dos jovens frequentavam uma instituição de ensino. Os jovens pertencentes às famílias mais carentes representavam 58,6% da população, e apenas 11,6% deles frequentavam o 2º grau. “É esse contingente da mais alta renda que estuda na rede particular ou nas escolas técnicas federais que terá acesso às universidades públicas” (GERMANO, 2011, p.190).

A instituição conseguiu aprovar seus alunos em vestibulares, porém seu foco era a preparação destes alunos para atuarem como técnicos em agropecuária, possuindo, assim, uma carga horária direcionada para esse fim. O acesso ao ensino superior para os alunos da EAFUR era difícil devido à localização: a universidade mais próxima era a Universidade

Federal de Goiás, em Goiânia. A EAFUR estabeleceu convênio com a UFRRJ, por meio do qual a universidade enviava uma comissão para aplicar o vestibular na EAFUR. Entretanto, devido a dificuldades, principalmente financeiras, nem todos os candidatos aprovados prosseguiram seus estudos na UFRRJ.

4.4. Tempos Escolares

Segundo Antonio Viñao Frago (1995), do ponto de vista institucional, o tempo escolar mostra-se, pelo menos formalmente, como um tempo prescrito e uniforme. No entanto, do ponto de vista individual, é um tempo plural e diversificado: não há apenas uma vez, mas várias vezes, em termos de tempo cultural. Além disso, o tempo escolar é uma construção social historicamente mutável, um produto cultural que implica uma certa experiência ou experiência temporária. É um tempo organizado e construído social e culturalmente como tempo específico, vivido não só por professores e alunos, mas, também, pelas famílias e a comunidade como um todo, através de sua inserção e relacionamento com o resto dos ritmos e tempos sociais.

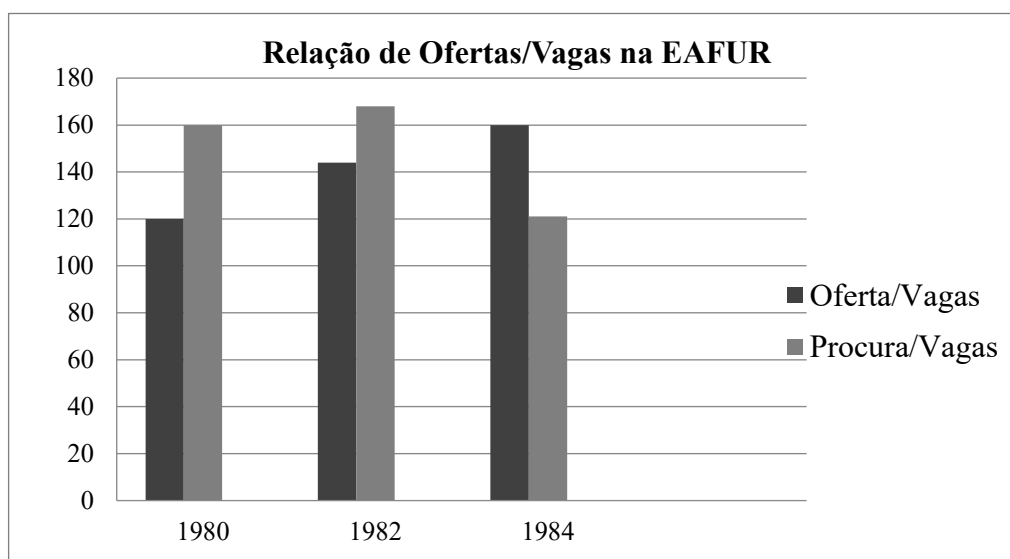
O tempo escolar — como espaço escolar e discurso — não é, portanto, um esquema formal simples ou uma estrutura neutra em que a educação é esvaziada, mas, sim, uma sequência, um curso ou uma sucessão contínua de momentos em que processos educativos e ações são distribuídos. O trabalho escolar é um tempo que reflete certos pressupostos psicopedagógicos, valores e formas de gestão, um tempo para internalizar e aprender. (VIÑAO FRAGO, 1995).

os alunos da 1ª série. Nivelar, nas instituições, significava trabalhar conteúdo do ensino fundamental para facilitar o estudo das matérias do 2º grau. A COAGRI trouxe a Instrução Normativa para o Exame de Seleção e Matrícula nas EAFs. No Artigo 17, afirma-se: “A Escola deverá aceitar matrículas de estudantes beneficiados por meio de convênios e/ou acordos culturais, na forma da lei” (MEC/COAGRI, BOLETIM 19, 1983, p.10).

Todas as vagas eram preenchidas, porém o referido relatório expõe: “o baixo nível da clientela recebida, dificultando o desenvolvimento dos programas de ensino” (MEC/COAGRI, BOLETIM 19, 1983, p. 05). Nos relatórios anuais da EAFUR, foram localizados dados de três anos referentes ao número de procura de alunos à instituição.

GRÁFICO 1 – Relação de ofertas/vagas na EAFUR

Fonte: Relatórios da EAFUR 1980-1986 – Arquivo IF Goiano Câmpus Urutaí



Os relatórios dos anos de 1980 e 1982 mostram que houve concorrência e que alguns alunos foram reprovados e não tiveram a oportunidade de frequentar a instituição. Já no ano de 1984, ficaram 39 (trinta e nove) vagas ociosas. Os alunos da primeira série iniciavam as aulas com uma semana de antecedência para se adaptarem à escola. Também, nesse período, eram ministradas aulas de conhecimentos básicos para que os referidos alunos tivessem a oportunidade de acompanhar as aulas sem grandes dificuldades. A Figura 22 apresenta o horário de aula dos alunos iniciantes na EAFUR.

FIGURA 22 – Horário de nivelamento e adaptação

Fonte: Arquivo do IF Goiano Câmpus Urutaí, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO NACIONAL DO ENSINO AGRICOLA
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE URUTAÍ - GO.

HORÁRIO DE AULA

PERÍODO DE NIVELAMENTO E ADAPTAÇÃO

	1ª SÉRIE A	1ª SÉRIE B	1ª SÉRIE C	1ª SÉRIE D
2ª FEIRA - MANTINO				
07:00 às 07:50	ZOO I	Português	Matemática	AG I
07:50 às 08:40	ZOO I	Matemática	Português	AG I
I N T E R V A L O				
08:40 às 09:00				
09:00 às 09:50	ZOO I	Biologia	Química	AG I
09:50 às 10:40	ZOO I	Química	Biologia	AG I
2ª FEIRA VESPERTINO				
13:00 às 13:50	Biologia	ZOO I	AG I	Química
13:50 às 14:40	Química	ZOO I	AG I	Biologia
14:40 às 15:00				
15:00 às 15:50	Português	ZOO I	AG I	Matemática
15:50 às 16:40	Matemática	ZOO I	AG I	Português
3ª FEIRA MANTINO				
07:00 às 07:50	AG I	Português	Matemática	ZOO I
07:50 às 08:40	AG I	Matemática	Português	ZOO I
08:40 às 09:00				
09:00 às 09:50	AG I	Biologia	Química	ZOO I
09:50 às 10:40	AG I	Química	Biologia	ZOO I
3ª FEIRA - VESPERTINO				
13:00 às 13:50	Português	AG I	ZOO I	Matemática
13:50 às 14:40	Matemática	AG I	ZOO I	PORTUGUÊS
14:40 às 15:00				
15:00 às 15:50	Biologia	AG I	ZOO I	Química
15:50 às 16:40	Química	AG I	ZOO I	Biologia
4ª FEIRA - MANTINO				
07:00 às 07:50	ZOO I	Português	Matemática	AG I
07:50 às 08:40	ZOO I	Matemática	Português	AG I
08:40 às 09:00				
09:00 às 09:50	ZOO I	Biologia	Química	AG I
09:50 às 10:40	ZOO I	Química	Biologia	AG I
4ª FEIRA - VESPERTINO				
13:00 às 13:50	Biologia	ZOO I	AG I	Química
13:50 às 14:40	Química	ZOO I	AG I	Biologia
14:40 às 15:00				
15:00 às 15:50	Português	ZOO I	AG I	Matemática
15:50 às 16:40	Matemática	ZOO I	AG I	Português
5ª FEIRA - MANTINO				
07:00 às 07:50	Português	AG I	ZOO I	Matemática
07:50 às 08:40	Matemática	AG I	ZOO I	Português
08:40 às 09:00				
09:00 às 09:50	Biologia	AG I	ZOO I	Química
09:50 às 10:40	Química	AG I	ZOO I	Biologia

= C O N T I N U A =

Jaup

HORÁRIO DE AULA/CONTINUAÇÃO

	1ª SÉRIE A	1ª SÉRIE B	1ª SÉRIE C	1ª SÉRIE D
5ª FEIRA - VESPERTINO				
13:00 às 13:50	ZOO I	Biologia	Química	AG I
13:50 às 14:40	ZOO I	Química	Biologia	AG I
14:40 às 15:00				
15:00 às 15:50	ZOO I	Português	Matemática	AG I
15:50 às 16:40	ZOO I	Matemática	Português	AG I
6ª FEIRA - MANTINO				
07:00 às 07:50	<i>Matemática</i>	ZOO I	AG I	Matemática
07:50 às 08:40	Matemática	ZOO I	AG I	<i>Biologia</i>
08:40 às 09:00				
09:00 às 09:50	Química	ZOO I	AG I	Biologia
09:50 às 10:50	Biologia	ZOO I	AG I	Química
6ª FEIRA - VESPERTINO				
13:00 às 13:50	AG I	Português	Matemática	ZOO I
13:50 às 14:40	AG I	Matemática	Português	ZOO I
14:40 às 15:00				
15:00 às 15:50	AG I	Biologia	Química	ZOO I
15:50 às 16:40	AG I	Química	Biologia	ZOO I

EAP/URUTAÍ-GO., 31 DE JANEIRO DE 1986

Jaup

O período de adaptação e nivelamento ocorria na primeira semana do mês de fevereiro. Esta era uma iniciativa para tornar possível que todos pudessem se desenvolver de maneira exitosa, além de ser uma oportunidade para os alunos conhecerem e compreenderem como funcionava a instituição.

Agustín Escolano (2000a, p.140) defende que “Dos son, a nuestro entender, los tipos de condicionamientos que han incidido en la puesta en cuestión del orden del tiempo escolar establecido”³⁸; interno e externo. Os horários de aulas da escola foram organizados seguindo determinações externas, provindas da COAGRI, e internas, de modo a se adequar à sua singularidade.

³⁸ Dois são, em nossa opinião, os tipos de condições que influenciaram o questionamento da ordem do horário escolar estabelecido. (tradução nossa)

Otros condicionantes se asocian a los cambios que se están produciendo en el interior mismo del sistema educativo: en las nuevas expectativas y roles de la infancia, en las cambiantes teorías y prácticas del currículum, en los ritmos didácticos derivados de los modernos métodos de enseñanza, en las funciones atribuidas a los maestros y en los sistemas organizativos y disciplinarios de las instituciones docentes³⁹(ESCOLANO, 2000a, p.140).

Os horários são elaborados para atender aos diferentes objetivos nos diferentes espaços da instituição de ensino. A modalidade tempo, para Viñao Frago (1995, p.72-73), é diversa e plural, individual e institucional, condicionante e condicionada por outros tempos sociais. O tempo escolar não é único, apresentando diferentes configurações: sendo institucional, é sempre regulado. Outra configuração temporária encontrada é a estabelecida por calendários escolares.

El tiempo escolar institucional ofrece, a su vez, diversas configuraciones o niveles. Constituye toda una arquitectura temporal. En este sentido no deberíamos hablar del tiempo escolar, en singular, sino de los tiempos escolares. Una primera red de relaciones temporales, de larga duración, tiene su origen en la misma estructura del sistema educativo con sus ciclos, niveles, cursos y ritos de paso o exámenes⁴⁰ (VIÑAO FRAGO, 1995, p.72-73).

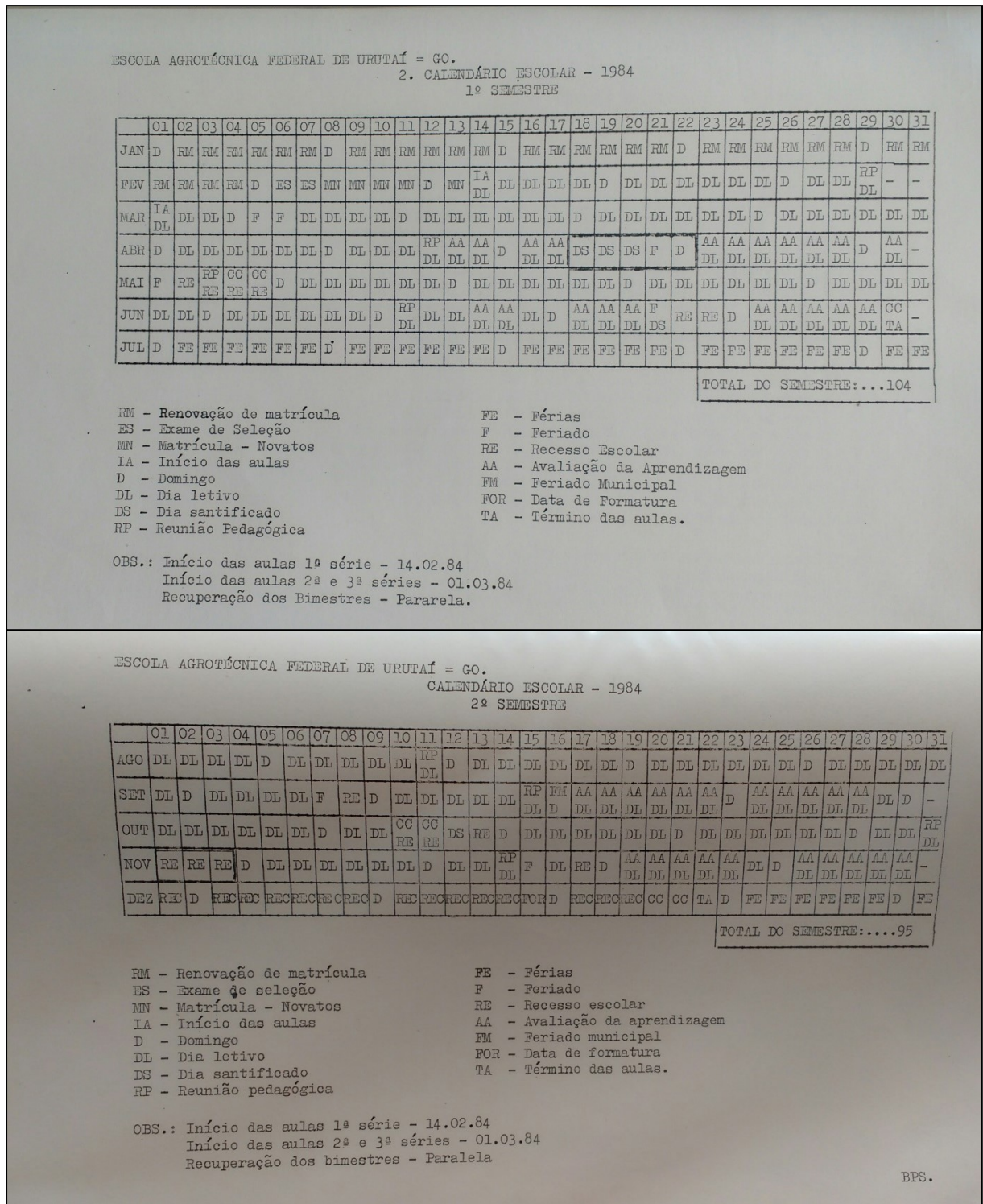
Na EAFUR, haviam diferentes horários para diferentes atividades, todas marcadas para que a instituição pudesse cumprir as diversas responsabilidades assumidas na e pela comunidade escolar. O espaço e o tempo não são, portanto, simples esquemas abstratos ou estruturas neutras nos quais a educação institucionalizada é esvaziada. Além disso, o tempo e o espaço podem ser percebidos como duas dimensões da cultura escolar intimamente envolvidas. A Figura 23 mostra o calendário da EAFUR com suas referidas atividades demarcadas.

³⁹ Outros fatores estão associados às mudanças que estão ocorrendo dentro do próprio sistema educacional: nas novas expectativas e papéis da infância, nas mudanças de teorias e práticas do currículo, nos ritmos didáticos derivados de modernos métodos de ensino, nas funções atribuídas aos professores e nos sistemas organizacionais e disciplinares das instituições de ensino. (tradução nossa)

⁴⁰ O horário escolar institucional oferece, por sua vez, diferentes configurações ou níveis. Constitui uma arquitetura temporal inteira. Nesse sentido, não deveríamos falar sobre o horário escolar, no singular, mas de horários escolares. Uma primeira rede de relações temporais, de longa duração, tem sua origem na mesma estrutura do sistema educacional, com seus ciclos, níveis, cursos e ritos de passagem ou exames. (tradução nossa)

FIGURA 23 – Calendário da EAFUR em 1986

Fonte: Arquivo IF Goiano CâmpusUrutaí



O calendário foi um documento institucional que solidificou a organização do tempo na EAFUR.

Esta "conciencia omnipresente del tiempo", de un tiempo siempre regulado y ocupado, es una de las características de la institución escolar. Y no una características

auxiliar o advenediza, sino consustancial a la misma. La escuela no es un lugar al cual uno pueda acudir cuando desee realizar una actividad formativa determinada. Tiene establecidos sus días y horas de apertura y distribuidas en un cuadro-horario mensual, semanal y diario, para cada curso académico, las actividades y tareas que en ella pueden llevarse a cabo. Esa es su características temporal básica (VIÑAO FRAGO, 1995, p.73).⁴¹

De acordo com o Regulamento Interno da EAFUR, Art. 66, o calendário da Escola deve conter os seguintes elementos: períodos de inscrição e do exame de seleção; período de matrícula; período de início e de término do ano letivo; os dias destinados a reuniões pedagógicas e administrativas; as datas das provas finais; o período de recuperação; os dias letivos e os feriados; as comemorações cívicas, culturais e sociais; as atividades agropecuárias; o rodízio de férias; a época de estágio; entre outros.

As atividades pedagógicas nas salas de aulas, nas UEPs, na monitoria e na cooperativa, eram organizadas e determinadas para que tudo funcionasse “orquestradamente” e as aulas pudessem ocorrer no tempo determinado.

El tiempo no es una estructura independiente que pauta la educación formal, ni tampoco una especie de categoría apriorística, sino una construcción social que interacciona con otras construcciones culturales. Además de las interdependencias con los tiempos sociales que condicionan la realidad de la educación, desde su perspectiva intrasistémica, el tiempo de enseñanza, y por lo tanto su duración y su gestión, afecta a varios aspectos esenciales que conforman la llamada cultura de la escuela y el ejercicio de la profesión enseñante⁴²(ESCOLANO, 2000a, p.145).

Os tempos organizados e determinados pela EAFUR eram estruturados de forma a construir uma cultura escolar agrícola.

4.5. Considerações Parciais

Ao analisar a cooperativa-escola, é possível perceber que o número de associados cresceu à medida que aumentaram as matrículas na instituição. Por outro lado, as atas da Cooperativa-Escola revelam que, ao longo dos anos, as reuniões foram diminuindo. As assembleias gerais

⁴¹ Esta "consciência onipresente do tempo", de um tempo sempre regulamentado e ocupado, é uma das características da instituição escolar. E não uma característica auxiliar ou inicial, mas consubstancial a ela mesma. A escola não é um lugar onde você pode ir quando quiser fazer uma atividade de treinamento específica. Ela tem estabelecidos seus dias e horas de abertura e distribuídas em um horário mensal, semanal e diário, para cada curso acadêmico, as atividades e tarefas que podem ser realizadas nela. Essa é sua característica temporal básica. (tradução nossa)

⁴² O tempo não é uma estrutura independente que orienta a educação formal, nem uma espécie de categoria apriorística, mas uma construção social que interage com outras construções culturais. Além das interdependências com os horários sociais que condicionam a realidade da educação, desde sua perspectiva intra-sistêmica, o horário de ensino e, portanto, sua duração e seu gerenciamento, afeta vários aspectos essenciais que compõem a chamada cultura escolar e o exercício da profissão docente. (tradução nossa)

aconteciam apenas uma vez por ano, para as eleições de uma nova diretoria. As reuniões da diretoria aconteceram, praticamente, todos os meses nos três primeiros anos de sua fundação. O mesmo ocorreu com as reuniões do conselho fiscal da COETAGRI. Após os três primeiros anos, as reuniões da diretoria e do conselho fiscal passaram a ser anuais e, muitas vezes, não aconteciam durante o ano.

Acreditamos que, com aumento da produção da instituição, a representação dos alunos passou a ser meramente figurativa: o professor era o responsável pela Cooperativa-Escola, juntamente com a equipe diretiva da EAFUR, que tomava as decisões. Os alunos apenas vivenciaram a Cooperativa-Escola, o que também favoreceu a aprendizagem sobre cooperativismo. Entendemos que, diante do crescimento da cooperativa, era necessário contar com pessoas com formação de conhecimentos e experiência na área de administração, finanças, veterinária, agronomia para administrar e elaborar os projetos.

Os projetos de produção foram elaborados de acordo com as prioridades das ações pedagógicas da EAFUR, do economato, e de acordo com a agropecuária de Goiás. Os projetos promoveram uma produção satisfatória de maneira que a Cooperativa-Escola passou a auto-financiar a produção da instituição.

O currículo da instituição das áreas geral e específica inter-relacionadas visava a formação de técnicos em agropecuária; o que promoveu o desenvolvimento de uma cultura escolar agrícola na EAFUR. Os conteúdos trabalhados visavam atender aos anseios da sociedade, que precisava de técnicos com conhecimentos das novas tecnologias aplicadas no setor agrícola. O experimento com a cultura de soja é um exemplo de que o currículo era organizado de acordo com os PNDs para a região Centro-Oeste.

A aprendizagem transcendia a sala de aula. Nas atividades de monitoria, ao elaborar e desenvolver os projetos de produção, juntamente com os professores, o aluno tinha a oportunidade de desenvolver liderança ao comandar os próprios colegas na execução das atividades na escola-fazenda. Fora da EAFUR, no estágio, ele tomava ciência das diferentes atividades direcionadas para a agropecuária em ações demarcadas e em tempo determinado.

5. AS PESSOAS QUE CONSTRUÍRAM A HISTÓRIA DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ

Los actores, es decir, los profesores, los padres, los alumnos y el personal de administración y servicios. A los primeros les corresponde, por su especial posición, el papel más relevante en la conformación de la cultura escolar. De ahí la importancia de conocer su formación, modos de selección, carrera académica, categorías, estatus, asociacionismo, composición social, por edades o sexo, ideas y representaciones mentales, entre otros aspectos, así como su grado de profesionalización en relación con unas materias o disciplinas dadas (VIÑAO FRAGO, 2006, p.74)⁴³.

Este capítulo tem como objetivo compreender a comunidade escolar da EAFUR: os alunos, os pais, os professores e os funcionários da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí. Esse entendimento foi possibilitado pelos relatórios, livros de matrículas e correspondências da EAFUR localizados no Arquivo IF Goiano CâmpusUrutaí Como afirma Justino Pereira de Magalhães,

Uma abordagem que, não raro, se inicia a partir da base, construindo um arquivo, como informante e referente, pelo que a informação se organiza, sob uma lógica orgânico-funcional, de maneira a obter o mais elevado índice de fidelidade, pragmatismo e significância na representação da instituição referida. (MAGALHÃES, 2004, p.72).

Os documentos também permitiram compreender a origem dos discentes da instituição, a formação dos professores e funcionários e as relações e ações estabelecidas e construídas na Escola Agrotécnica Federal de Urutaí.

5.1. Alunos da EAFUR

⁴³ Os atores, isto é, os professores, os pais, os alunos e a equipe de administração e serviços. Aos primeiros, devido à sua posição especial, corresponde o papel mais relevante na formação da cultura escolar. Daí a importância de conhecer sua formação, modos de seleção, carreira acadêmica, categorias, status, associação, composição social, por idade ou sexo, ideias e representações mentais, entre outros aspectos, bem como seu grau profissional em relação a alguns assuntos ou disciplinas dadas. (tradução nossa)

FIGURA 24⁴⁴ – Primeira turma de formandos de Técnicos em Agropecuária da EAFUR em 1980

Fonte: Arquivo do IF Goiano CâmpusUrutaí



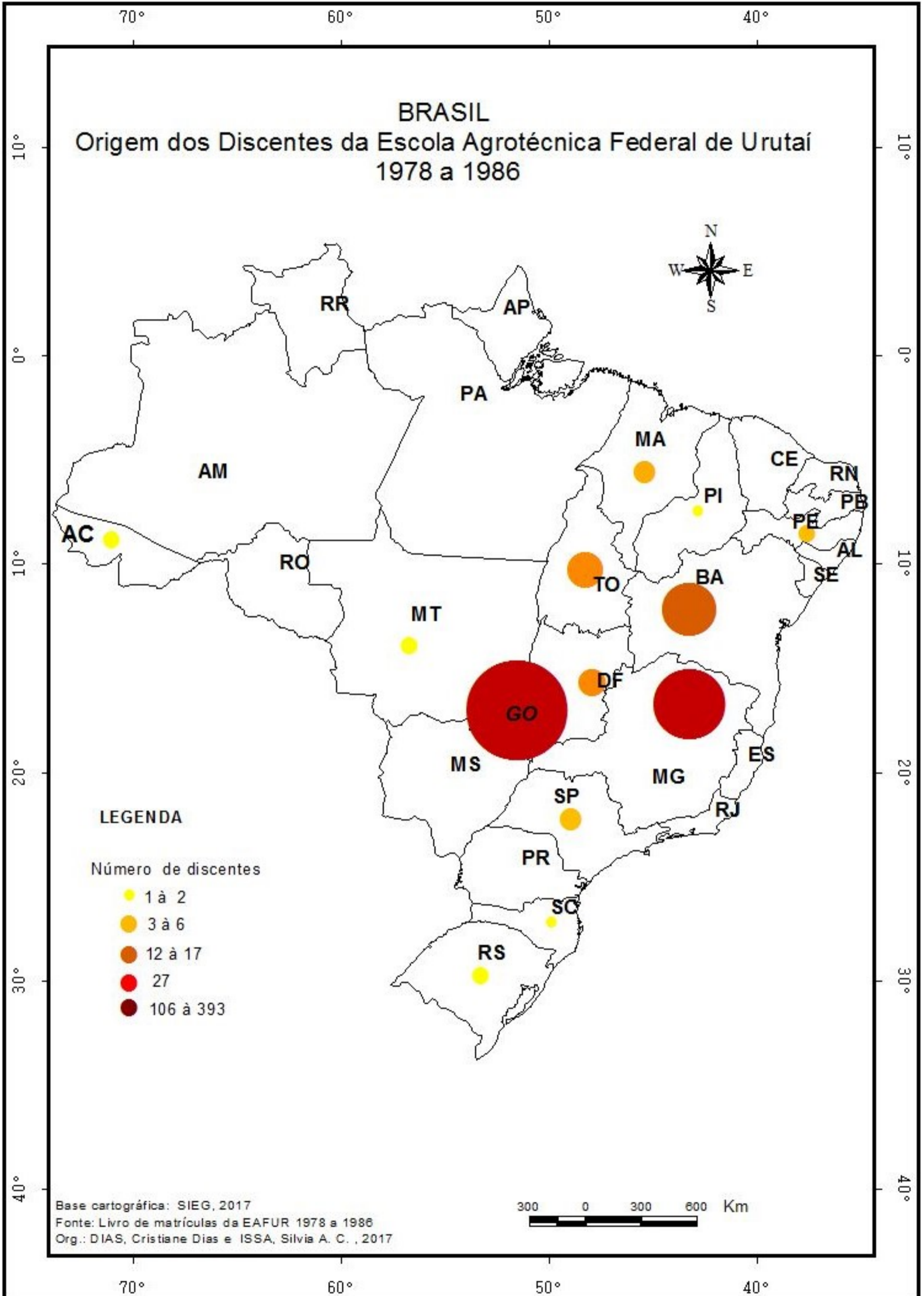
Em 21 de dezembro de 1980, a EAFUR concedeu o título de Técnico em Agropecuária aos primeiros alunos matriculados na instituição no ano de 1978. Nesse dia, 63 alunos (Figura 23) comemoraram a conquista em cerimônia de formatura organizada pela instituição, junto com os familiares dos formandos e representantes da EMATER. O patrono da turma foi o prefeito de Urutaí, Olegário Pires Sobrinho.

Os Técnicos em Agropecuária eram habilitados para executar tarefas ligadas à formação de lavouras e à criação e ao manejo de animais, além de serem capazes de orientar tecnicamente agricultores e pecuaristas. Eles podem atuar sozinhos ou como auxiliares do engenheiro agrônomo, médico veterinário, zootecnista e engenheiro florestal.

O desenvolvimento agropecuário no Brasil apontava para perspectivas no mercado de trabalho. A EAFUR recebeu alunos de diferentes regiões do Brasil, especialmente daquelas onde havia sido implantados grandes projetos de desenvolvimento agropecuário, como mostra o Mapa 02 a seguir.

⁴⁴ A fotografia original foi submetida a tratamentos referentes à correção de luz, contraste e aumento da definição para melhorar a visualização.

MAPA 2 – Origem dos alunos da EAFUR por Estado



No mapa é possível notar que a maior parte dos alunos são goianos, oriundos de diversos municípios. No período, Goiás contava com apenas duas escolas agrotécnicas mantidas pelo governo federal: a EAFUR e a Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde.

O estado de Minas Gerais apresenta um número considerável de discentes. Fato que chama atenção, pois era o estado com o maior número de escolas agrotécnicas na época. Acreditamos que esse número relevante de mineiros é devido à alta concorrência nos exames de seleção das escolas agrotécnicas mineiras e, também, pela proximidade da instituição com Minas Gerais.

Bahia fica em terceiro lugar. Esse número expressivo de baianos é devido ao convênio entre a COAGRI e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), segundo o qual a instituição deveria receber alunos de origem indígena, muitos deles vindo da Bahia. Outro fator são os projetos de agricultura desenvolvidos no vale do Rio São Francisco, que abrangia os estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Em Tocantins, que no período pertencia ao território de Goiás, foi desenvolvido o projeto Rio Formoso, do governo goiano de Ary Valadão, para o plantio de arroz irrigado, com uma área de 69.130,12 hectares. O plano ficou em perfeita sintonia com os PNDs, produzindo para a exportar e para diminuir as importações de produtos agrícolas.

Acreditamos que a presença de alunos de estados diferentes se deve ao fluxo de migrações, especialmente referente ao cultivo da soja. A expansão da soja seguiu movimentos migratórios de agricultores do Sul para o Centro-Oeste e, posteriormente, para o Centro-Norte do país. Efetivamente, a origem dos alunos da EAFUR está diretamente relacionada com as áreas de desenvolvimento da agropecuária no período. A escolha pela instituição era vista como oportunidade de ensino de qualidade, o que apontava novas possibilidades.

Além dos alunos brasileiros, a instituição recebeu o aluno Tsutomu Kamiya Shibuiya do Japão, no ano de 1983, que veio estudar na instituição pois era parente do diretor Pedro Hiromasa Osawa. Já em 1986, foi matriculado um aluno de origem angolana, Mário Jorge Figueiredo Alves, do município de Silva Porto, Província de Bié, em Angola. Não foi localizado no arquivo convênio entre a COAGRI e esse país. Há, entretanto, documentos que comprovam uma visita de representantes de Guiné Bissau na EAFUR no ano de 1985: eles desejavam conhecer a instituição visando enviar jovens para frequentar o curso técnico em agropecuária, como mostra o ofício do Departamento Técnico Pedagógico da COAGRI ao diretor da instituição de ensino.

Senhor Diretor

Atendendo à solicitação do Sr. Secretário de Assuntos Educacionais do MEC, sobre o interesse do Governo de Guiné Bissau enviar alunos ao Brasil para realizarem cursos nas Escolas Agrotécnicas Federais, comunicamos a V. As. que a COAGRI recomendou, dentre outras a EAF de Urutaí, que devido à região onde está situada vem ao encontro dos interesses dos candidatos, no desenvolvimento de projetos em rizicultura.

Para tanto, solicitamos a V. As. prestar-nos as informações solicitadas pela Secretaria de Assuntos Educacionais e outras que a Escola julgar necessárias.

Recomendamos que ao prestar-nos as informações detalhem-nas minuciosamente, incluindo os preços previstos para 1986 e as formas de pagamento, exemplo: taxa de matrícula, cota-parte da Cooperativa-Escola, relação do enxoval com preço por unidade, uniformes adotados na Escola (aulas teóricas e prática, educação física e onde poderão ser adquirida, bolsa de manutenção para cada candidato para fins de tratamento médico e odontológico de emergência, material escolar, livros, transporte e outros gastos pessoais, início das aulas e quando o candidato deverá apresentar à escola.

Solicitamos ainda a V. Sa. que nos envie as informações o mais breve possível, para que possamos transmiti-las à Secretaria de Assuntos Educacionais (OFÍCIO DO DEPARTAMENTO TÉCNICO PEDAGÓGICO DA COAGRI AO DIRETOR DA EAFUR, 30 de setembro, 1985).

No Ofício da COAGRI, ao diretor da EAFUR, é recomendado que o representante da Guiné Bissau seja recebido e informado sobre o funcionamento da instituição e as taxas cobradas pela escola. A instituição foi recomendada pela localização e, também, pelo desenvolvimento do projeto de rizicultura.

No documento reforça-se a referência às taxas cobradas pela instituição, porém não é mencionado o regimento no qual consta a exigência do exame de seleção a que os estrangeiros teriam que se submeter. Ou seja, os alunos recebidos de outros países não passavam pelo exame de seleção, como os brasileiros.

A correspondência abaixo, em que a orientadora educacional notifica um aluno da sua reprovação, ilustra a necessidade de os alunos brasileiros passarem pelo exame de seleção:

Luiz Mário,

Lamentamos informar-lhe que você não conseguiu média em Estudos Sociais no Exame de Seleção, prestado na Escola Federal de Urutaí.

Por engano (pelo qual pedimos escusas) seu nome constou na lista dos aprovados que foi afixada no mural desta Escola. Entretanto, como você tirou nota zero na Disciplina cita acima, automaticamente você foi desclassificado, conforme normas estipuladas pela comissão responsável pelo Exame de Seleção.

Desejamos sinceramente que você consiga vaga em outro Colégio e que se enquadre bem no curso que você escolher.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemos.

Atenciosamente

Maria das Mercês Queiróz de Oliveira (CORRESPONDÊNCIAS, s/d).

O aluno acima mencionado foi reprovado em Estudos Sociais, disciplina que abrangia conteúdo de Geografia e História e tinha como intenção formar cidadãos esvaziados do senso crítico, portanto, “a serviço do regime ditatorial que propugnava a formação de cidadãos dóceis,

obediente e ordeiros” (NADAL, 1992, p.52). A reprovação em disciplina não-específica não impediria o aluno de ter um bom desempenho no curso de agropecuária. Além do mais, um brasileiro foi impedido de continuar o processo de seleção enquanto que alunos estrangeiros não eram obrigados a passar por tal procedimento.

Outra fase do exame de seleção era o exame médico. “O exame de saúde tem por objetivo identificar as condições físicas dos candidatos para adequado desenvolvimento das atividades do currículo” (REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ Art. 72, s/d). Para realizar os exames de saúde a “Escola poderá contratar serviços ou celebrar convênios com órgãos de assistência médica” (REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ, Art. 75, s/d). As provas escritas eram classificatórias, entretanto o exame de saúde poderia ser, em casos especiais, eliminatório.

Além disso, a escola realizava sondagem vocacional, que iniciava por ocasião do exame de seleção e prosseguia durante o primeiro ano letivo, sob a forma de acompanhamento que permita sondar o interesse e a aplicação do aluno para a realização das atividades curriculares do curso oferecido. (REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ, Art. 74, s/d).

Para ingresso na escola, os candidatos deviam comprovar não terem atingidos, até 31 de dezembro do ano da inscrição, as seguintes idades limites: para regime de internato 21 anos de idade e semi-internato 25 anos (REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE URUTAÍ, Art. 83, s/d). A EAFUR matriculou 575 alunos e apenas 15 alunas no curso técnico em agropecuária de 1978 a 1986, período em que a instituição foi coordenada pela COAGRI. A primeira aluna a matricular-se na instituição foi Nilza Vaz Duarte, em 1981. O Regulamento da EAFUR não traz nenhuma referência à matrícula de discentes mulheres, mas foi localizada na pasta de correspondências da instituição a resposta do Serviço de Orientação Educacional (SOE) a uma senhora que solicitou informações sobre os serviços da escola. O SOE respondeu a Srt^a Joana Lúcia Martins.

O presente ofício visa responder a carta de V. Srt^a, datada de 21 de junho de 1979. O Colégio Agrícola de Urutaí possui apenas habilitação: Técnico em Agropecuária, o estudante para ser admitido aqui deverá possuir o 1º grau completo e o ingresso é através do exame de seleção.

O colégio possui os regimes: internos e semi-internos, no segundo o aluno passa o dia no Colégio, uma vez que as atividades prendem todo o seu dia.

Quanto ao pagamento, o estudante paga apenas a matrícula, correspondente a um salário mínimo regional, que pode ser feito parcelado ou com serviços prestados nos setores da Escola. Com esse pagamento, ele tem direito à moradia e alimentação, com exceção do sexo feminino que só aceitamos em regime semi-internato, pois não temos as acomodações necessárias.

Para as moças que desejam ingressar, há a possibilidade de residirem em hotel ou casa de família na cidade, podendo tomar as refeições no Colégio (OFÍCIO 22 DO

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL DA EAFUR A SRTª JOANA LÚCIA MARTINS, 22 de junho 1979).

A primeira aluna da EAFUR residia em Urutaí, portanto, a falta do internato não foi um empecilho. Depois dela, outras alunas se matricularam, participando de todas as atividades práticas referentes ao ensino técnico em agropecuária. Em uma sociedade em que a mulher é considerada “sexo frágil”, o trabalho direcionado para a lavoura e pecuária era tido mais adequado para homens. Segundo Geraldo Inácio Filho (2002, p.56), “o senso comum social afirma tal dualidade caracterizando a mulher como um ser frágil, sensitivo, intuitivo, feito para as doçuras do lar e da maternidade e que, por isso, foi destinado à vida doméstica, aos cuidados do marido e da família”. As mulheres matriculadas na instituição tinham que realizar todas as tarefas referentes ao curso.

Os índios tiveram acesso à instituição por meio do Convênio nº 008/1982, estabelecido entre a COAGRI e a FUNAI, pelo qual esta era beneficiada por um acordo que tinha como objetivo a formação profissional da população indígena brasileira.

A cláusula primeira estabelecia:

A finalidade do presente Convênio é a participação dos órgãos convenientes, para em colaboração conjunta, propiciarem aprendizagem e qualificação profissional, em nível de 1º grau às comunidades indígenas em vias de integração, localizadas no seu “habitat”, bem como, habilitação profissional e afins em nível de 2º graus nas escolas da rede COAGRI, tendo em vista os preceitos constantes nos artigos nºs 47 e 51 da Lei nº 6.001/73 – Estatuto do Índio. (MEC/COAGRI, BOLETIM 5, 15 de março 1982, p.64).

Nesse mesmo ano, a instituição recebeu a matrícula de um aluno indígena, Isarire Lukukui Karajá, natural da cidade de Formoso do Araguaia, na época pertencente ao estado de Goiás, atualmente ao estado do Tocantins. Os livros de matrículas não trazem referência sobre a etnia dos alunos, mas o professor João Batista Izac relatou que a EAFUR era “obrigada a receber entre trinta e quarenta alunos enviados pela FUNAI” (IZAC, 28 de abril de 2017). Com isso vieram muitos índios baianos, o que explica a taxa de 4,69% de alunos de procedência baiana. No arquivo consultado não foi localizado nenhum documento que comprove as ações direcionadas para os indígenas, ou seja, os alunos deveriam que se adaptar às normas da instituição. O convênio nº 008/1982 previa ações para preparar os professores para receber os alunos.

Orientar, treinar e reciclar, o corpo docente e supervisionar, em conjunto com a FUNAI, todas as atividades educacionais objeto deste Convênio, através das suas Divisões, visando seu aprimoramento, de acordo com as orientações pedagógicas emanadas a FUNAI. (MEC/COAGRI, BOLETIM 5 15 de março 1982, p.66)

No arquivo não foi localizado nenhuma ação didática-pedagógica direcionada para atender os alunos indígenas, porém, o professor João Batista Izac relatou, em depoimento

concedido, que a instituição recebeu do Ministério da Educação mais de 50 instrumentos para montar uma fanfarra e os discentes indígenas tiveram uma grande facilidade para aprender a tocar os instrumentos musicais, principalmente os baianos. Os índios eram também “bons jogadores de bola, futebol e basquete” (Izac, 28 de abril de 2017). O professor soube explorar as habilidades musicais dos índios, fruto de suas manifestações culturais.

Jean Claude Forquin (1993), na introdução do livro *Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*, mostra a relação recíproca e complexa existente entre escola e cultura. Recíproca porque “a cultura é o conteúdo substancial da educação [...], a educação não é dada fora da cultura e sem ela. Mas reciprocamente, dir-se-á que é pela e na educação [...] que a cultura se transmite e se perpetua” (FORQUIN, 1993, p.14).

O acordo entre COAGRI e FUNAI possibilitou a inclusão dos povos indígenas na educação técnica agrícola⁴⁵, pois, afinal, “os excluídos do sistema educacional são os pobres e, entre estes, os pretos e os pardos (mulatos, índios, mamelucos e cafuzos)” (GERMANO, 2011, p.170).

Como é possível observar, a instituição recebeu alunos de diferentes localidades do país e do mundo; a clientela não era originária de uma determinada região, o que pode ter contribuído para relações de diferentes culturas dentro do espaço físico e temporal da EAFUR, naquele período. Justino Pereira de Magalhães (2004, p.164) ratifica: “a instituição afeta a comunidade envolvente, pela relação com os públicos, muito particularmente com o público-alvo, mas também é afetada pelas culturas, expectativas e influências do meio local”.

O grupo predominante dentro da instituição era de alunos pertencentes a famílias de agricultores. O Regimento interno previa: “A escola determinará o percentual de vagas destinados a filhos de agricultores, residentes ou não na zona rural, em cumprimento a dispositivo legal” (Art.64 § 1º, p.22). No ato da matrícula, os alunos levavam documentos que comprovavam que os pais trabalhavam na agropecuária como proprietários ou como trabalhadores do setor, como comprovam as declarações a seguir.

1ª Declaramos para devidos fins que o Sr. Antonio Targino Nunes, lavrador na fazenda Genipapo de propriedade Sr. Waldemar Balbino da Silva, situada neste município de Mara Rosa, é nosso associado portador inscrição nº 0497/81 neste sindicato, INCRA nº 926 060 007 269.

2ª Declaro para fins legais que José Wilson Rocha, é irmão do produtor rural, Sr. Diogo José da Rocha, brasileiro, casado, CPF nº 149 755 136 68, residente à fazenda Santa Rita (198 ha), inscrita no INCRA sob nº 404.101.018.821, localizada no município de Unai - MG. (DECLARAÇÕES DE ALUNOS DA EAFUR).

⁴⁵ Considero um viés para uma pesquisa mais aprofundada para constatar as reais intenções da COAGRI e FUNAI com esse convênio.

O regulamento priorizava os alunos oriundos da área agrícola. Nos primeiros anos, a maioria dos alunos era procedente da zona rural, mas esse número caiu por três anos consecutivos: de 1982 a 1983.

TABELA 10 – Procedência dos alunos da EAFUR

Fonte: Relatórios da EAFUR de 1981-1986.

Org: A autora

Anos 1980-1986	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Zona Rural	-	60,39%	53,20%	26,67%	48,12%	39%	58,36%
Zona Urbana	-	39,61%	11,21%	73,33%	51,87%	61%	33,68%
Zona Urbana (periferia)	-	-	35,57%	-	-	-	7,95%

Luís Estevam (2004, p.185) afirma que “o êxodo rural em Goiás foi espantoso na década de 1980, mesmo com relação ao fenômeno a nível nacional e sua urbanização, embora em ritmo mais acelerado, refletiu tendência constatada no país”. A saída das pessoas da zona rural pode ter influência no aumento de alunos oriundos da zona urbana. A primeira declaração vem a comprovar que o aluno é filho de trabalhador rural e a segunda, que o aluno é irmão de um produtor rural. Muitos dos alunos que chegavam ao 2º grau nos anos de 1980 não podiam continuar residindo na zona rural para dar continuidade aos estudos, pois lá existiam as escolas isoladas que ofereciam apenas as quatro primeiras séries do 1º grau. Apesar da Lei nº 5.692/71 estender a escolaridade obrigatória a todo o denominado ensino de 1º grau (junção do primário com o ginásio), isso não se efetivou na zona rural. As famílias dos alunos oriundos da zona rural registrados na documentação da EAFUR possuíam atividades econômicas na agropecuária seja como produtores, seja como empregados, mas possibilitaram aos filhos concluir o 1º grau na zona urbana.

Assim, os adolescentes que concluíam o curso ginásial já residiam na cidade, o que viabilizou o acesso a esse grau de instrução. Os proprietários rurais geralmente compravam ou alugavam casas nas cidades mais próximas de suas propriedades e enviavam os filhos para estudar. No caso dos trabalhadores rurais, ou os filhos residiam com parentes, ou a própria família passava a residir na cidade e a se dirigir ao campo para trabalhar. José Willington Germano (2011, p.169) legitima: “cabe ressaltar que, apesar do crescimento econômico alcançado pelo país durante os governos militares, a universalização do ensino elementar

permaneceu como meta a ser atingida”. Entretanto, a população rural não foi contemplada pela legislação. No ano de 1980, havia 7.443 estabelecimentos de ensino fundamental no Brasil, dos quais 97,9% estavam localizados na zona urbana e 2,1% na zona rural (MEC/SEDIAE/SEEC).

De acordo com o contexto histórico educacional, os alunos que conseguiam ter acesso à EAFUR eram pessoas que haviam vencido barreiras existentes no sistema educacional brasileiro. Segundo Germano (2011, p.171), o acesso à escola é ligado ao perfil da distribuição de renda e da desigualdade social, como é possível constatar no quadro abaixo.

TABELA 11 – Nível de renda e acesso à escola no Brasil (distribuição dos estudantes por renda familiar 1982)

Fonte: GERMANO, 2011, p.171.

Nível de renda	População Geral	1º Grau	2º Grau	Superior
Menos de 1 SM	30,8 %	14,2%	2,7%	1,0%
1-2 SM	27,8%	23,1%	8,9%	3,5%
2 -5 SM	26,5%	37,4%	33,9%	20,6%
5 – 10 SM	9,0%	16,2%	30,3%	31,1%
Mais de 10 SM	5,8%	7,7%	23,1%	46,8%

É possível notar que a população brasileira com menor renda encontra mais dificuldade de acesso ao ensino no país, enquanto a população que possui melhores condições financeiras tem acesso facilitado à educação. A EAFUR recebeu alunos de diferentes classes sociais, o que é possível confirmar pelo quadro abaixo.

TABELA 12 – Nível de renda dos pais dos alunos da EAFUR

Fonte: Relatórios da EAFUR de 1981-1986

Org: A autora

Salários	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Menos de 1 salário mínimo	-	5,44	7,69	5,76	7,16	8
1 salário mínimo	13,85%	15,70	16,78	30,50	22,54	17
De 2 a 4 salários mínimos	38,97%	46,47	43,35	36,27	32,89	42
De 5 a 7 salários mínimos	47,18%	19,23	18,18	12,54	19,62	17
De 8 a 10 salários mínimos	-	10,89	13,98	6,77	9,01	8
Mais de 10 salários mínimos	-	2,24	-	8,13	8,75	8

Ao avaliar a tabela acima (nível de renda dos pais dos alunos da EAFUR), nota-se que 62,28% dos discentes pertencem a famílias com renda mensal entre dois e sete salários mínimos; 12,62% eram advindos de famílias com renda de 8 a 10 salários mínimos; 4,52% com renda superior a 10 salários mínimos; e 25,07% com renda de um salário mínimo ou menos.

TABELA 13 – Profissões dos pais dos alunos da EAFUR

Fonte: Relatórios da EAFUR de 1981-1986

Org: A autora

Profissão	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Agropecuária	57,95%	54,48%	57,33%	34%	65%	58,33%
Comerciantes	7,18%	1,92%	19,33%	13,69%	2,31%	35,41%
Trabalhadores da indústria	-	43,58%	8%	0,82%	31,79%	6,25%
Médicos	0,51%	-	-	-	-	-
Funcionários Públicos	10,77%	-	15,33%	17,42%	-	-
Outros	23,59%	-	-	33,60%	-	-

TABELA 14 – Profissão das mães dos alunos da EAFUR

Fonte: Relatórios da EAFUR de 1981-1986

Org: A autora

Profissão	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Agropecuária	-	52,88%	-	14,67%	72,39%	7,82%
Comércio	-	0,96%	10%	6,14%	3,3%	19,13%
Doméstica	52,15%	-	70%	-	-	71,01%
Indústria	-	46,15%	3,33%	0,34%	24,22%	2,02%
Funcionárias Públicas	9,68%	-	16,66%	17,40%	-	-
Outras	38,17%	-	-	61,43%	-	-

Os dados revelam que 54,51% dos pais dos alunos trabalhavam na agropecuária, ou seja, a maioria dos alunos que estudou na instituição tinha como procedência o setor

agrícola, fato que comprova que o artigo 64, parágrafo 1º do Regimento Interno da EAFUR foi ponderado. Consideramos que a preferência por esses alunos tinha dois intuitos. O primeiro era promover a implantação de novas técnicas na agropecuária, tendo em vista que a maioria dos alunos vinha de famílias do setor agrícola e, ao concluírem o curso, retornariam para as propriedades, onde poderiam empregar as novas técnicas. O segundo era ter o maior número de alunos com conhecimentos práticos no setor agrícola para trabalhar na escola, já que a instituição era uma escola que visava a produção, com os alunos constituindo parte dessa mão de obra necessária. As Diretrizes de Funcionamento de uma Escola Agrotécnica Federal certificam:

O Sistema Escola-Fazenda vem sendo implementado nas Escolas Agrotécnicas, fazendo do trabalho um elemento integrante do processo ensino-aprendizagem e buscando conciliar educação, trabalho e produção. Esse sistema, além de desenvolver habilidades e experiências indispensáveis à fixação dos conhecimentos adquiridos nas aulas teórico-práticas, possibilita ao educando auto-realizar-se e construir sua própria história, aprofundando e ampliando o horizonte da compreensão das relações que se estabelecem a partir do processo produtivo. A essa metodologia de ensino aplica-se o princípio “aprender a fazer e fazer para aprender” (Diretrizes de Funcionamento de uma Escola Agrotécnica Federal, 1985, p.11).

Os alunos provenientes de famílias de outros setores da economia podiam frequentar o curso Técnico em Agropecuária, porém eles não eram o cerne do Sistema Escola-Fazenda: o eixo era composto por discentes provenientes da agropecuária, por isso a legislação favorecia a entrada de alunos provenientes do primeiro setor da economia.

Os pais dos alunos matriculados tiveram oportunidade de frequentar a escola, porém a maioria cursou apenas o primeiro grau incompleto, conforme a tabela a seguir:

TABELA 15 – Grau de instrução dos pais dos alunos da EAFUR

Fonte: Relatórios da EAFUR de 1981-1986

Org: A autora

Grau de instrução dos pais	1981		1982 ⁴⁶		1983		1984		1985		1986	
	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães
1º Grau Completo	38,46	40,22			23,33	8,94	9,63		15,89	13,23	17,57	14,05
1º Grau Incompleto	-	-			50	69,10	54,73		52,60	49,85	50,14	46,55
2º Grau completo	7,18	10,65			3,33	9,75	8,95		9,52	13,52	13,83	10,47
2º Grau Incompleto	-	-			3,33	6,66	6,54		6,06	6,47	5,18	10,19
Superior Completo	-	-			-	5,33	3,44		4,04	5,07	3,74	5,50
Superior Incompleto	-	-			6,66	3,25	2,75		1,73	2,81	0,86	4,68
Alfabetizados	36,41	36,46			-	-	-		-	-	-	-
Analfabetos	15,90	13,34			13,33	23,57	13,94		10,11	9,01	8,93	8,53

Ao analisar o grau de instrução dos pais dos discentes da instituição, não chegava a 18% aqueles que possuíam o 2º grau completo, consequência da falta de investimento em educação no Brasil. Esses pais não mediam esforços para que os filhos conquistassem o diploma de 2º grau, especialmente de Técnicos em Agropecuária em uma instituição de ensino de qualidade.

TABELA 16 – Média das matrículas dos alunos da EAFUR de 1980- 1986⁴⁷

Fonte: Relatórios da EAFUR de 1981-1986

Org: A autora

	Matrícula Inicial	Transf. Recebidas	Transf. Expedidas	Evasão	Reprovação	Matrícula Final
1ª Série	148	2,2	9,6	11,4	2,77	127
2ª Série	95,2	0,4	3,6	2,6	0,92	76,6
3ª Série	86,8	0,2	0,6	0,6	0,46	86

⁴⁶ Não foram localizados dados no relatório de 1982.

⁴⁷ Média dos anos de 1980,1981, 1982,1983 e 1985. Os dados de 1984 e 1986 não foram localizados.

É na primeira série que pode ser verificado o maior número de transferências, tanto as recebidas quanto expedidas, além da evasão e da reprovação. O aluno que conseguia se adaptar à instituição no primeiro ano de estudos geralmente conseguia concluir o curso. De acordo com os dados obtidos, os números de reprovação e de evasão na segunda e terceira série na EAFUR eram baixos, diferentemente da situação do 2º grau no Brasil, como comprova José Willington Germano (2011).

Além disso, a expansão de matrícula no 2º grau foi acompanhada de uma clara queda nas chamadas taxas de eficiência. Assim, os índices de reprovação e evasão apresentaram uma tendência ascendente. Em 1973, por exemplo, as taxas de reprovação e evasão foram, respectivamente, de 11,8% e 10%. Em 1983 estas taxas subiram para 20% e 16,9%, respectivamente (GERMANO, 2011, p.189-190).

Existe um contraste entre os valores referentes à evasão e à reprovação encontrados na EAFUR e os dados gerais do Brasil. Os resultados alcançaram maior êxito na instituição, quando comparados com os resultados do Brasil, comprovando as ações educacionais positivas desenvolvidas pela instituição de ensino.

O uniforme era obrigatório para todos os alunos, sem distinções. Além da padronização, o traje tinha a função de proteção. José Gonçalves Gondra (2004, p.185) afirma “quanto à forma de se vestir dos alunos, deveria basear-se nos fundamentos da medicina e da higiene, que tinham a função de vestir e proteger o corpo de modo adequado”.

As escolas, por sua vez, deveriam proibir um vestuário baseado na moda, principalmente para as meninas, visto que essas estavam mais sujeitas as tentações. Assim, além da “forte presença de um argumento que prevê o respeito à natureza biológica e ao ambiente local como modo de atender as funções do organismo” (GONDRA, 2004, p.185).

Além da proteção, o uniforme da instituição tinha a finalidade de impor respeito com critérios de estética, já que os alunos tinham que ter compostura dentro e fora da instituição. As bermudas só eram permitidas nas aulas de Educação Física e nos alojamentos. “O aspecto moral presente nesses discursos teve grandes reflexos na indicação dos modelos dos uniformes escolares, principalmente para alunas e para as professoras, irradiadoras da forma adequada, austera e bem-comportada de se vestir” (RIBEIRO, 2012, p.30). A instituição determinou um uniforme para aulas teóricas e outro para aulas práticas: “aulas teóricas: calça preta, camiseta branca de manga de Hering, meias pretas, sapato preto; aulas práticas: macacão, botina” (MEMORANDO 006/1979).

A escola exigia que os alunos tivessem duas unidades de cada peça do uniforme, exigência tal que mostra preocupação com a higiene. Na escola existia uma lavanderia para que os alunos

pudessem manter os uniformes sempre limpos. Os alunos deveriam providenciar enxoval e objetos para higiene pessoal, assim como o uniforme.

5.1.1. Formatura

A conclusão do Curso Técnico em Agropecuária era comemorada pelos pais, alunos e professores com uma grande festa. As famílias reconheciam nos filhos certificados a oportunidade de uma vida melhor, pois os formandos tinham possibilidade de conseguir emprego na iniciativa privada, serem aprovados em concurso público, prosseguir os estudos em curso superiores, ou então, voltar para as suas propriedades e implantar novas técnicas agrícolas, ensejos aos quais os pais não tiveram possibilidade. As Figuras 25, 26 e 27 revelam as comemorações diante da conclusão do curso Técnico em Agropecuária.

FIGURA 25⁴⁸ – Solenidade de formatura do Curso Técnico em Agropecuária

Fonte: Museu do IF Goiano Câmpus Urutaí, s/d



A formação dos jovens atestava a sua capacitação para atuar na sociedade como instrumento de mudanças sociais e econômicas para o Brasil e, especialmente, para eles

⁴⁸ As figuras referentes à formatura foram localizadas no Museu Agropastoril do IF Goiano Câmpus Urutaí (Castelinho), mas pelas características, pelo padrão do uniforme, local, ambiente; confirmam o período, embora não esteja registro de datas.

próprios. Os novos técnicos estavam preparados para desenvolver modernas técnicas agrícolas que promovessem o aumento da produtividade na área agrícola.

FIGURA 26 – Plantio de árvore na solenidade de formatura do Curso Técnico em Agropecuária

Fonte: Museu do IF Goiano Câmpus Urutaí, s/d



FIGURA 27⁴⁹ – Almoço na solenidade de formatura do Curso Técnico em Agropecuária

Fonte: Museu do IF Goiano Câmpus Urutaí, s/d



⁴⁹ Esta figura revela que a instituição, não possuía pavimentação na área externa, nas ligações entre os setores. A rodovia que ligava a EAFUR a Urutaí também não era pavimentada. As festas de formaturas aconteciam no mês de dezembro época de muita chuva, o que gerava alguns transtornos.

A EAFUR dava aos alunos a oportunidade de continuar a formação em cursos superiores através do convênio com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Esta, por sua vez, enviava uma equipe para aplicar as provas de vestibular para os alunos que pretendessem ingressar no ensino superior. Os alunos aprovados no vestibular poderiam cursar licenciatura em Ciências Agrárias. O convênio favorecia tanto os alunos, que contavam com a oportunidade de cursar o ensino superior, quanto a EAFUR, com a possibilidade de receber os alunos licenciados em Ciências Agrárias para atuarem na instituição como docentes. Em contrapartida, acreditamos que a UFRRJ reconhecia os alunos da EAFUR como pessoas dotadas de conhecimentos específicos na área, o que facilitaria a formação. Alguns alunos devem ter prestado vestibular em outras universidades, porém a instituição não há registros desses dados. Afora o convênio com a UFRRJ, foram localizados apenas os dados referentes a empregabilidade.

Não ficou claro nos documentos as reais intenções dos convênios firmados entre a COAGRI e outros órgãos, como a FUNAI; acreditamos que a admissão de alunos indígenas tenha sido priorizada para facilitar a entrada da agricultura aprimorada por aparatos tecnológicos em terras indígenas. A instituição direcionou as ações pedagógicas para a agricultura moderna. Não localizamos documentos que comprovassem ações pedagógicas nas disciplinas da área especial que valorizassem as técnicas agrícolas da população indígena.

Apesar de que as técnicas agrícolas indígenas não eram valorizadas, suas habilidades musicais eram reconhecidas. O professor de Educação Física utilizou os conhecimentos musicais dos alunos indígenas e convidou-os para participar da fanfarra da EAFUR. João Batista Izac (2017) relatou que as músicas trabalhadas foram obras que geralmente são estudadas em fanfarra, além de canções do folclore baiano, ao passo que a maioria dos alunos que compunham a fanfarra eram baianos. Em visita a instituição, o ministro da educação Hugo Napoleão do Rego Neto, surpreendeu com a eficiência dos músicos da instituição. Some-se a isso a comunidade escolar composta por diferentes culturas na instituição e um ensino que promovia a cultura escolar agrícola.

Por último, la expresión anterior - conjunto de aspectos intitucionalizados - incluye prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos - la historia cotidiana del hacer escolar -, objetos materiales - función, uso, distribución en el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición... -, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas. Llguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido de que son elementos organizadores que la conforman y definen (VIÑAO FRAGO, 1995, p.68-69).⁵⁰

⁵⁰ Finalmente, a expressão anterior — conjunto de características institucionais — inclui práticas e comportamentos, modos de vida, hábitos e ritos — a história diária do fazer escolar — objetos materiais — função, uso, distribuição

Os professores, alunos e funcionários administrativos ocuparam posição especial na formação da cultura escolar em seus trabalhos diários na instituição de ensino.

5.2. Docentes da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí

[...], por su especial posición, el papel más relevante en la conformación de la cultura escolar. De ahí la importancia de conocer su formación, modos de selección, carrera académica, categorías, estatus, asociacionismo, composición social, por edades o sexos, ideas y representaciones mentales, entre otros aspectos, así como su grado de profesionalización en relación con unas materias o disciplinas dadas. (VIÑAO FRAGO, 2006, p.74).⁵¹

De acordo com Agustín Escolano (2017, p.78-79), a escola, como instituição social, abriga entre seus muros situações e ações de copresença, resultando em interações dinâmicas. A sustentabilidade e continuidade de tais interações dependem precisamente da pressão tácita ou explícita exercida sobre os participantes da experiência compartilhada, por meio da força coesiva e normalizadora do ritual firmemente estabelecida pelos usos e costumes, que o criaram e o mantêm, na média ou longa duração. Os professores que partilharam, juntamente com os pais, alunos e funcionários, da cultura escolar da EAFUR foram:

no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento... — e maneiras de pensar, bem como significados e ideias compartilhadas. Alguém vai dizer: tudo. E sim, é verdade, a cultura é toda a vida da escola: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, formas de pensar, dizer e fazer. O que acontece é que, neste conjunto, existem alguns aspectos mais relevantes do que outros, no sentido de que eles são elementos organizadores que o conformam e definem. (tradução nossa)

⁵¹ [...], por sua posição especial, o papel mais relevante na formação da cultura escolar. Daí a importância de conhecer sua formação, modos de seleção, carreira acadêmica, categorias, status, associação, composição social, por idade ou sexo, ideias e representações mentais, entre outros aspectos, bem como seu grau de profissionalização em relação a alguns assuntos ou disciplinas dadas. (tradução nossa)

QUADRO 9 – Professores de formação geral da EAFUR

Fonte: Arquivo do IF Goiano CâmpusUrutá

Org: A autora

Nome	Regime de Trabalho		Habilitação Profissional	Disciplina Leciona	Nº Registro	Observação
Ana Cardoso da S. Campos	CLT	1973	Direito	-	-	Secretaria Escolar
Anatália M.V.Eduardo	CLT	1973	Pedagogia	-	-	Coord. Centro Cívico/auxiliar SSP
Antônio Luiz Machado	CLT	1984	Matemática			
Benildo Masetti	PC	1978	Neolatinas	Matemática	15297	Matemática Aplicada e montagem projetos eletrônicos
Divino Ribeiro do Prado	CLT	1973	Lic. Ciências Sociais	-	235339	Chefe DAA
João Batista Izac	PC	1978	Educação Física	Educação Física	265351	Responsável Desporto
José Bernardino da Costa	CLT	1973	Neolatinas	Língua Portuguesa, Ensino Religioso		
José Luiz Leão	CLT	1984	Filosofia	História, Geografia, OSPB, Edu. Moral e Cívica, Cul. Regionais		
José Nivaldo de Resende	PC	1974	Ciências Biológicas	Biologia e Programa de Saúde	-	Resp.1º Socorros junto a comunidade
Maria José de Mesquita	CLT	1974	Normal	-		Aux. DAT
Manoel Batista	PC	1980	Lic. Ciências	Química e Física	-	Resp.Laboratório Física
Nelson Marra de Oliveira	CLT	1974	Tec. Contabilidade	-	-	Diretor DAT
Orcalino de Oliveira	CLT	1984	Educação Física	Educação física		
Terezinha Brito de Oliveira	CLT	1978	-	Inglês e Edu. Artística	-	-
Victória Espindula Vieira	PC	1978	LP História e Geografia	História, Geografia, OSPB, Edu. Moral e Cívica, Cul. Regionais	158436	-
Zilá Maria Lorêdo	PC	1980	LP Pedagogia	-	38180	Resp.SAP Seção de Acompanhamento Pedagógico
Maria C. Chagas Osawa	CLT	1967	Economia Doméstica	-	-	Resp.Economato e Biblioteca

QUADRO 10 – Professores de formação especial da EAFUR

Fonte: Arquivo do IF Goiano CâmpusUrutaí

Org: A autora

Nome	Regime de Trabalho	Habilitação Profissional	Disciplina Leciona	Nº Registro	Observação	
Carlos Alberto G. Santos	CLT	1982	Técnico Agrícola	Agricultura		Resp. Olericultura
Carlos G. Trombeta	PC	1980	Zootecnia	Criações		Responsável pelo setor de bovinocultura
Edival Milhomem Borba	PC	1980	Agronomia	Culturas, Agricultura, Instalações	-	Responsável setor de agricultura
Eduardo José Fernandes	CLT	1981	Técnico em Agropecuária	Culturas	-	-
Geraldo Silva Nascimento	CLT	-	Esquema II	Agricultura, A.E Rural	-	Orientador COETAGRI
Ipojucan de Goiás Brasil	PC	1980	Medicina Veterinária	Criações	-	Responsável Suinocultura, caprinocultura e Assist. Veterinária
Jaime Ferreira	CLT	1984	Zootecnista	Zootecnia III	-	Responsável Bovinocultura
Jair Dias Monteiro	CLT	1978	Esquema II	Drenagem e Culturas	-	Responsável Fruticultura e Silvicultura
José Donizeti Borges	CLT	1978	Técnico em Agropecuária	Criações	-	Resp. Avicultura, cunicultura e apicultura
José João Peixoto	CLT	1978	Técnico em Agropecuária	Culturas	-	Resp.pela oficina mecânica e implementos agrícolas
Joaquim Gonzaga do Amaral	PC	1980	Agronomia	Zootecnia e Culturas		Auxiliar setor de agricultura
José de Oliveira Campos	CLT	1973	Esquema II	Zootecnia	-	Coord. S.P.O
Leacir Braz Fonseca	PC	1980	Ciências Agrárias	Culturas		Aux. Horticultura
Renato Borgmann	CLT	1973	Esquema II	Culturas, Desenho e Topografia	-	Resp.Horticultura
Pedro Hiromasa Osawa	CLT	1967	LP Ensino agrícola	-	-	Diretor

A maioria dos professores era do sexo masculino e assumia disciplinas de formação especial e de formação geral, as Unidades Educativas de Produção e a Cooperativa. A maioria

dos cargos direcionados à administração eram ocupados por pessoas do sexo masculino enquanto as mulheres ministravam aulas referentes às disciplinas de formação geral e assumiam tarefas menos relevantes.

Ao olhar atentamente o mercado de trabalho, pode-se perceber que apesar da inserção incontestável das mulheres neste espaço, trata-se de participações prevalecentes em determinadas áreas e, ainda, desvalorizadas em relação aos homens. Existem atividades consideradas historicamente femininas e masculinas, com características definidas e atribuídas, na maioria das vezes, a partir de habilidades consideradas inatas, uma visão de que homens nasceram para tais funções e mulheres nasceram para outras. A naturalização da divisão sexual do trabalho dificultou produções que questionassem as concepções acerca da força de trabalho feminina (GALVANE, et.al, 2015, p.303).

Os homens eram preteridos nos cargos de chefia da EAFUR, porém para ser professor ou professora na instituição todos deviam estar preparados profissionalmente “Da mesma maneira que para ser professor ou mestre não servia qualquer pessoa” (VIÑAO FRAGO 1998, p.73), os professores que ministravam aulas das disciplinas de formação geral possuíam formação superior em suas respectivas disciplinas. No entanto, foram contratados professores das disciplinas de formação especial que possuíam a formação de técnicos em agropecuária. Para esses professores a instituição ofereceu a oportunidade de cursar Licenciatura em Ciências Agrárias (Esquema II), possibilitando-lhes uma formação superior. Para os docentes bacharéis em agronomia e veterinária foi oferecido o Esquema I (formação em disciplinas pedagógicas).

Consideramos que a instituição possuía docentes com uma boa formação, mesmo diante das políticas de formação de professores ao longo da história do país. Ao examinar o assunto, em articulação com as transformações ocorridas na sociedade brasileira ao longo dos últimos dois séculos, a história da formação de professores no Brasil foi dividida em seis diferentes períodos:

1. Ensaios intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se iniciou com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruírem no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estendeu-se até 1890, quando prevaleceu o modelo das Escolas Normais.
2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial foi a reforma paulista da Escola Normal, tendo como anexo a escola-modelo.
3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujos marcos foram as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.
4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).
5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).
6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (SAVIANI, 2009, p.143).

As universidades surgiram com a tríplice função de criar a ciência, transmiti-la e torná-la popular. A formação de professores, para escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores era, e ainda é, função das universidades. No estado de Goiás as primeiras universidades foram: Universidade Católica de Goiás, criada em 1959, e a Universidade Federal de Goiás, criada em 1960. No regime militar o “problema dos mais mencionados pelos contemporâneos foi a discrepância entre os aspectos quantitativos e qualitativos da expansão do sistema universitário” (MOTTA, 2014, p.283). E “o desenvolvimento das ciências sociais não estava entre as prioridades da reforma universitária, bem ao contrário” (MOTTA, 2014, p 272).

Geraldo Inácio Filho (2007) expõe que, após o golpe militar, foi constituída uma comissão, com cinco americanos e dois brasileiros, para elaborar um projeto de reestruturação da universidade brasileira, resultado do convênio MEC-USAID. Esta reforma cerceou a liberdade de ensino e a autonomia universitária e a Constituição de 1969, artigo 176, §3º, prevendo o ensino pago, e assim, promoveu a elitização do ensino.

A Lei 5.692/71 previu a formação dos professores para as quatro últimas séries do ensino de 1º Grau e para o ensino de 2º Grau, em cursos de Licenciatura curta (3 anos de duração) ou plena (4 anos de duração). O Curso de Pedagogia, além da formação de professores para Habilitação Específica de Magistério, recebeu a atribuição de formar os especialistas em Educação, diversificados em diretores de escola, em orientadores educacionais, em supervisores escolares e em inspetores de ensino.

Conforme Vicentini e Lugli (2009), os efeitos da ditadura militar sobre a docência foram evidentes,

Nesse período houve uma visível deteriorização no sistema de ensino público, identificada pelo excessivo número de professores trabalhando em caráter precário (os antigos estagiários) para compensar a falta de profissionais efetivados. Os substitutos muitas vezes não tinham formação pedagógica. No caso do antigo ensino secundário, às vezes eram ainda estudantes universitários, outras eram bacharéis, não cursaram a licenciatura. Somava-se a isso o pagamento irrisório pela hora-aula, bem como a enorme rotatividade de docentes numa mesma turma, para uma mesma disciplina, durante o ano letivo. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p.222-223).

Na EAFUR a situação dos professores, apesar das dificuldades, apresentava-se superior a dos docentes no Brasil, pois a maioria tinha formação na disciplina que lecionava. Os professores que possuíam apenas formação técnica tinham a oportunidade de cursar uma licenciatura em Ciências Agrárias e os bacharéis deveriam cursar apenas uma complementação pedagógica.

Ivor F. Goodson (1997, p.36-37) volta-se à questão da correspondência entre as qualificações dos professores e o seu trabalho com os alunos, afirmando que "o Governo atribui uma maior prioridade à melhoria da adaptação entre as qualificações dos professores e as suas tarefas como uma forma de melhorar a qualidade da educação". Os critérios para essa adaptação baseiam-se numa clara crença no padrão hierárquico e sequencial da aprendizagem disciplinar. Todo o ensino disciplinar especializado, no decorrer do ensino secundário, requer professores cujo estudo da disciplina em questão esteja situado em um nível adequado ao ensino superior, representando uma parte substancial do período de formação superior e que se posicione em um nível elevado de competência.

Nesse processo de elaboração disciplinar, a escola tende a construir o "ensinável". Intervindo, portanto, no campo da cultura, da literatura, da gramática, do conceito e das técnicas para lidar com a agricultura e pecuária. Os professores desempenham, assim, um papel eminentemente ativo e criativo, ilustrado na frase de Jules Ferry aos inspetores primários e diretores da escola normal: "O que nós vos pedimos a todos, é de nos fazer homens antes de nos fazer gramáticos" (CHERVEL, 1990, p.187)".

Os professores seguiam os direcionamentos da COAGRI, participavam das cursos de formação por ela promovidos, elaboravam os planos de cursos das disciplinas e projetos de produção, trabalhavam em parceria com a COETAGRI e com o Centro Cívico Escolar, participavam dos Conselhos de classes e de professores⁵², e atuavam na regência de classe e em funções gratificadas. Os educadores das disciplinas de formação especial ministravam as aulas teóricas e práticas, como também eram responsáveis pela produção da Escola Agrotécnica. Eles eram "responsáveis pela elaboração, execução, acompanhamento e avaliação dos projetos orientados com a participação dos alunos" (INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 02, 1986), ou seja, eles eram os encarregados de gerar a produção agrícola da EAFUR, que por sua vez era incumbida de obter os recursos necessários para se manter.

De acordo com documento de distribuição das aulas no ano de 1980, os professores das disciplinas de formação geral que não tinham atividades extra-classe ministravam um número maior de aulas: um professor com 40 horas ministrava 32 horas/aula em sala e recebia por 8 horas para planejamento; já o professor que lecionava por 30 horas/aula ministrava 26 horas em sala, recebia 4 por quatro horas para planejamento. Os professores de Biologia, Física e Química ministravam 24 aulas/aula em sala, ganhavam por 4 horas de planejamento e 12 horas

⁵² Os conselhos de professores aconteciam quando os discentes praticavam alguma infração disciplinar. Os professores se reuniam para analisar a transgressão e estabelecer as penalidades.

para trabalhar nos laboratórios. Os professores responsáveis pelas UEPs ministravam 20 horas-aula, tinham 4 horas para planejamento e 16 para se dedicar ao setor.

Os professores responsáveis pelas UEPs eram, além de professores, administradores da produção da Escola Agrotécnica, portanto, elaboravam projetos de produção tendo como mão de obra os alunos que desenvolviam aprendizagem prática enquanto realizavam as tarefas. Esses projetos deveriam gerar uma quantidade de produtos com capacidade para abastecer o economato e colocar o excedente à venda na Cooperativa. No período de recesso escolar, os professores deveriam prestar serviço à EAFUR.

O livro de ponto mostra que a frequência era registrada em cada aula ministrada. “Os calendários e horários escolares são seguramente os registros mais fieis dos trabalhos e dos dias das crianças e dos professores, ao mesmo tempo que um reflexo de toda a orientação da escola e das relações das instituições educativas com seus entornos sociais próximos” (ESCOLANO, 2017, p.193).

Nos primeiros anos da Escola Agrotécnica, os professores eram contratados em regime da CLT, portanto, aqueles que não se adequassem ao regime de trabalho da instituição tinham contratos cancelados. Foram verificados, nos documentos localizados no arquivo, a “rescisão de contrato do professor Vicente Firmino Cambota, ocorrida em 30/11/1979” (Processo nº 000392/80 MEC/COAGRI).

A Comissão de Incentivos Funcionais (CIF) era responsável pela análise dos currículos dos candidatos a professores na EAFUR. No ano de 1979 foi solicitada a contratação de novos professores, com a seguinte justificativa: “aumento de turmas para 1980, necessidade de fazer funcionar seus laboratórios, um melhor funcionamento dos setores de produção, rescisão de contrato do professor Vicente Firmino Cambota” (Processo nº 000392/80 MEC/COAGRI). O diretor pediu à CIF o aumento da carga horária das professoras Terezinha de Brito Oliveira e Victória de Espíndula Vieira e a contratação dos seguintes professores: “02 professores-colaboradores com 20 horas semanais cada, 01 professor-colaborador com 30 horas semanais e 04 professores com 40 horas semanais” (Pedido de Contratação de Professores a CIF, 12 de setembro de 1979).

Após análise dos currículos, oito professores foram selecionados, inclusive uma médica, Helga Heliani Scherer, que não assumiu a atividade como professora. Os professores que foram contratados, assumindo suas funções foram: João Souza dos Santos, que estava cursando especialização; Manoel Batista, formado em licenciatura curta⁵³ em Matemática e Ciências;

⁵³ As licenciaturas curtas surgiram no país a partir da Lei n. 5.692/71, em 1971, num contexto em que se passou a exigir uma formação rápida e generalista para atender a uma nova demanda de professores.

Leacir Braz Fonseca, licenciado em Ciências Agrícolas; Carlos Guilherme Trombeta, zootecnista; Ipojucan de Goiás Brasil, médico veterinário; Edival Milhomem Borba, engenheiro agrônomo; e Joaquim Gonzaga do Amaral, também engenheiro agrônomo. Apenas o professor com licenciatura curta foi contratado como pertencente à Classe A; todos os demais, com formação superior, foram contratados como Classe C.

O Decreto nº 85.712, de 16 de fevereiro de 1981, estabeleceu, no artigo segundo, a carreira de magistério de 1º e 2º graus.

Classe de Professor Titular de Ensino de 1º e 2º Graus – atividades docentes para as quais se exigirá concurso público de provas e títulos, ao qual poderão concorrer Professor Classe “E” com, pelo menos, 25 (vinte e cinco) anos de exercício ou pessoas de notório saber.

Classe E - Atividades docentes exercidas por portador de, no mínimo título de Mestre, ou professor Classe “D” que conta mais de 5 (cinco) anos de exercício na classe.

Classe D – Atividades docentes exercidas por portadores de título obtido em curso de especialização ou aperfeiçoamento, ou Professor Classe “C” que tenha mais de 05 (cinco) anos de exercício na classe.

Classe C – Atividades docentes exercidas por portador de, no mínimo, título de licenciatura plena, específica, ou de habilitação legal equivalente e, ainda, Professor Classe “B” que conte mais de 05 (cinco) anos de exercício de classe.

Classe B – Atividades docentes exercidas por portador de, no mínimo, título de licenciatura de 1º grau específica, ou de habilitação legal equivalente, bem como professor Classe “A”, com mais de 05 (cinco) anos de exercício na classe.

Classe A – Atividades docentes exercidas por portador de habilitação específica, obtida em curso de 2º grau ou habilitação legal equivalente. (DECRETO 85.712, 16 de fevereiro, 1981).

Com essa nova legislação, foi possível corrigir a classificação do professor Manoel Batista, que possuía licenciatura curta em Matemática e Ciências e que estava classificado como Classe “A”, ou seja, estava na classe dos professores com 2º grau com habilidades específicas.

Ao localizar contracheques⁵⁴ dos professores, foi possível constatar as diferenças salariais. No mês de março de 1982, o professor da Classe “A” recebeu Cr\$ 746.165,00⁵⁵ como pagamento pelo trabalho prestado; no mesmo ano no mês de novembro, o professor pertencente à classe “E” obteve como pagamento Cr\$ 24.523.304,61⁵⁶. O docente recebia Cr\$3.921.304,64 por exercer Cargo de Direção (CD)⁵⁷ e Cr\$ 9.992.259,60 de gratificação por desempenho de função. Nesse documento, o salário está acrescido do décimo terceiro, porém a diferença salarial ainda é visível. Para exercer cargo de direção, os profissionais eram escolhidos pelo

⁵⁴Documentos localizados nas pastas de funcionários aposentados no arquivo de Recursos Humanos do IF Goiano Câmpus Urutaí - Pasta Plano de Carreira dos professores

⁵⁵O salário mínimo em maio de 1982 era Cr\$16.608,00

⁵⁶ O salário mínimo em novembro de 1982 era Cr\$ 23.568,00

⁵⁷Cargo de direção (CD) assumido por um funcionário da instituição com a autorização do diretor; o funcionário passa a receber a gratificação da atividade pelo desempenho da função a partir da publicação no Diário Oficial da União.

diretor da EAFUR, que devia observar, além de critérios legais que regulavam cada cargo, os seguintes critérios determinados pela COAGRI:

O indicado deverá ser escolhido entre aqueles servidores mais dedicados e zelosos no exercício de suas atribuições;
 Deve demonstrar capacidade, criatividade e liderança positiva, em suas atitudes, como servidor e cidadão,
 Estar conscientizado de que, ao ser investido em qualquer função de chefia, ele assume maiores responsabilidades e tem que dar algo mais, para desempenhar com eficiência e agilidade as atribuições inerentes a sua função.
 Portanto, é óbvio que, nenhuma indicação deverá recair em servidor que tenha sido punido disciplinarmente ou que demonstre desinteresse ou negativismo na sua vida funcional.
 Finalmente, é oportuno lembrar que, ao indicar um servidor para ocupar quaisquer das funções já referidas, V.Sa. assume uma grande responsabilidade sobre essa indicação (MEC/COAGRI, OFÍCIO Nº 149, 12 de junho 1986).

O diretor, ao nomear um funcionário, assumia a responsabilidade pelo trabalho exercido pelo profissional, porém as gratificações pelos cargos de direção eram representativas e as escolhas podiam ter fundamentação política: “a cultura escolar, suas bases normativas, culturais, organizacionais, metodológicas, relacionais constituem uma cultura, uma *doxa*, uma gramática que consolida a estrutura escolar na sua internalidade e especificidade, como também na relação sociocultural e política” (MAGALHÃES, 2004, p.68). Os professores da EAFUR, em suas diferentes formações, funções, salários e políticas institucionais, desenvolveram práticas pedagógicas direcionadas a uma instituição de ensino agrícola.

Uno estaría constituyendo por la cultura empírico práctica que han construido los enseñantes en el ejercicio de su profesión y que se transmite por diversos mecanismos en las relaciones que se dan dentro de la vida cotidiana su instituciones. La escuela es un lugar de producción de cultura y el oficio de maestro se configura en su identidad en torno a la memoria corporativa de los docentes⁵⁸. (ESCOLANO, 2000b, 202-203).

A cultura empírica foi desenvolvida em um espaço próprio juntamente com conhecimentos científicos: “esta cultura escolar ligada al desarrollo del conocimiento experto”⁵⁹ (ESCOLANO, 2000b, p. 203), o empírico, está nas ações didáticas dos professores da área especial, bacharéis e não licenciados e, até mesmo, dos professores em formação. Os conteúdos ministrados e suas aulas para suas referidas disciplinas deveriam ser direcionados para a formação de técnicos em agropecuária. Dessa forma, os professores da instituição deveriam desenvolver, dentro das exigências da COAGRI, um método próprio de ensino: “um tercer sector de la cultura de la escuela vendría asociado al discurso y a las prácticas de orden político-institucional que se

⁵⁸ Seria constituir a cultura empírico-prática que os professores construíram no exercício de sua profissão e que é transmitida por diversos mecanismos nas relações que ocorrem no cotidiano das instituições. A escola é um lugar de produção cultural e o cargo de professor se configura em sua identidade em torno da memória corporativa dos professores. (tradução nossa)

⁵⁹ esta cultura escolar ligada ao desenvolvimento de conhecimento especializado (tradução nossa)

configura en torno a los sistemas educativos, y se expresaría en el lenguaje normativo que sirve de soporte a la organización institucional de la educación”⁶⁰ (ESCOLANO, 2000b, p. 203) em um espaço específico.

La arquitectura escolar, además de diseñar espacios educativos desde presupuestos funcionales, ordenados a servir de soporte al conjunto de acciones que constituyen la mise en scene del proceso de enseñanza-aprendizaje, constituye en sí misma una escritura, esto es, un texto dotado de significaciones⁶¹ (ESCOLANO, 2000a, p.234).

Assim, a escola abrigava situações e ações de interações dinâmicas que necessitavam de pressão tácita ou explícita para viabilizar sua continuidade. A instituição funcionou com professores contratados pelo regime da CLT no período em que foi coordenada pela COAGRI. Os professores contratados pelo regime de CLT iniciaram suas atividades em 1980 e permaneceram na instituição formando Técnicos em Agropecuária. Em 1985 houve concurso para as escolas agrotécnicas no Brasil e, na EAFUR, para os cargos de agente administrativo, motorista oficial e agente de atividades agropecuárias.

5.3. Funcionários Administrativos da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí

A Figura 28 apresenta a estrutura administrativa da EAFUR através do organograma da equipe diretiva de uma Escola Agrotécnica Federal.

⁶⁰ A arquitetura escolar, além de projetar espaços educativos a partir dos orçamentos funcionais, ordenados para apoiar o conjunto de ações que constituem a representação do processo ensino-aprendizagem, constitui em si uma escrita, ou seja, um texto dotado de significados. (tradução nossa)

⁶¹ A arquitetura escolar, além de projetar espaços educacionais a partir de orçamentos funcionais, ordenados para apoiar o conjunto de ações que constituem a representação do processo ensino-aprendizagem, constitui em si uma escrita, ou seja, um texto dotado de significados. (tradução nossa)

FIGURA 28 – Organograma da equipe diretiva de uma Escola Agrotécnica Federal

Fonte: Regimento Interno da COAGRI, 13 de janeiro de 1984, p.45



As formas de organização e de administração da EAFUR, bem como os componentes administrativos da COAGRI, não ficaram imunes às imposições e orientações dos órgãos educacionais e de segurança do regime militar, já que, ao estabelecer a ligação entre educação, segurança nacional, desenvolvimento econômico e integração nacional, determinaram a administração da Escola “entre as principais facetas que permitem descrever, compreender e analisar as instituições educativas, revelam: os espaços e a estrutura arquitetônica; áreas organizacionais; estruturas física, administrativa e sociocultural; identidade cultural e educacional” (MAGALHÃES, 2004, p.142).

Todas as seções da instituição trabalhavam com o objetivo de promover o atendimento da organização didática pedagógica direcionada para a formação de uma cultura escolar agrícola. O internato era acompanhado de perto por profissionais, com a finalidade de manter a ordem, a disciplina, a higiene, a saúde dos discentes, a frequência nas aulas e nas atividades práticas da instituição.

A administração financeira da instituição visava administrar as verbas recebidas do Governo Federal e a arrecadação da cooperativa para possibilitar sua manutenção e um funcionamento, uma vez que necessitava cobrir gastos com internato, UEPs, viagens, diárias aos funcionários, limpeza, tratamento de animais, plantação de lavouras, instalações físicas, material necessário em todos os setores, água e energia. A administração de pessoal era responsável por manter atualizada a situação trabalhista dos funcionários.

Os funcionários administrativos atuaram em diferentes setores e contribuíram, juntamente com os professores e alunos, para a formação de uma cultura escolar agrícola. Porém sua remuneração⁶² era muito inferior à dos docentes, o que explica a diferença de status entre professor e técnico administrativo. Os técnicos geralmente possuíam o 1º ou 2º grau, e não foram localizadas ações administrativas que lhes proporcionassem chances de aprimoramento profissional.

No período analisado, a Instituição foi dirigida por três diretores, como pode ser observado no quadro abaixo:

QUADRO 11 – Diretores da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí – COAGRI

Fonte: Arquivo do IF Goiano Câmpus Urutaí

Org: A autora

Diretor	Período de Administração
Francisco Aldivino Gonçalves	1975-1980
Pedro Hiromasa Osawa	1980-1986
José de Oliveira Campos	1986-2003

Francisco Aldivino Gonçalves foi diretor da EAFUR até maio 8 (oito) de maio de 1980 (mil novecentos e oitenta). Licenciado em Pedagogia e Administração Escolar na capital de São Paulo no final de 1972, participou do Projeto Rondon na condição de chefe de equipe, no município de Guaraí, atualmente pertencente ao Estado do Tocantins. Trabalhou na Superintendência Regional de Educação e Cultura nos anos de 1973 e 1974, época em que fundou a Escola Agro Artesanal de Pedro Afonso – TO. Deixou a administração da EAFUR porque foi enviado pela COAGRI para administrar a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres (MT), depois foi nomeado interventor na Escola Agrotécnica Federal de Salinas (MG). Após cumprir os trabalhos como interventor em Salinas, foi enviado a Araguatins (TO) e Colorado do Oeste (RO), onde se aposentou. Em virtude do êxito alcançado na organização administrativa do GAU, Francisco Aldivino Gonçalves passou por diferentes escolas agrotécnicas com a finalidade de estruturá-las administrativamente.

⁶² O salário era de Cr\$ 337.225,00, mais 20% de gratificação, o que representava um de Cr\$ 404.670,00. De acordo com o Decreto n. 91213, de 1985 o salário mínimo era Cr\$ 333.120,00.

Pedro Hiromasa Osawa era técnico em agropecuária com ensino superior através do Esquema II. Sua formação preencheu uma das cinco exigências da COAGRI para assumir a direção da Escola.

Art. 33 Os indicados para escolha de um diretor da escola deverão satisfazer a, pelo menos, uma das seguintes exigências, caso não atendam aos requisitos do “caput” do presente artigo:

possuir título de licenciatura plena em alguma área do conhecimento;
 ser professor ou técnico, em exercício, e pertencente ao quadro permanente da COAGRI;
 ter exercido direção de estabelecimento de ensino de 2º grau;
 ter exercido cargo de direção em órgão público e/ou privado ligado ao ensino ou à agropecuária; e ser técnico de nível superior, exercendo atividade ligada à agropecuária, na região (REGIMENTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO s/d).

Pedro Osawa dirigiu a instituição até 1986 e, quando saiu, a comunidade escolar exigiu que a COAGRI nomeasse um diretor pertencente ao quadro de funcionários da EAFUR. Diante da exigência, foi escolhido José de Oliveira Campos⁶³. O período da EAFUR sob a coordenação da COAGRI foi marcado por direções totalitárias. Sobre a repressão exercida no campo da educação no período em estudo, Cunha (1989) lembra que:

... não foi apenas a alta administração do sistema educacional, os membros dos conselhos universitários e os grandes nomes da ciência que foram atingidos pela sanha repressiva. Funcionários do MEC, das secretarias estaduais e municipais de educação, e simples professores também foram demitidos ou, se mantidos em seus cargos, ameaçados constantemente, na tentativa de se obter, pelo medo, seu consentimento ao novo regime. (1989, p.38)

A administração com regras firmes, somada com o Sistema Escola-Fazenda implantado na EAFUR, sob a coordenação da COAGRI, possibilitou a organização administrativa e da estrutura física da Instituição. Antes de 1975, a Instituição passava por inúmeras dificuldades. A COAGRI reestruturou a EAFUR, promovendo meios que possibilitaram seu crescimento. Além disso, outorgou uma organização administrativa que levou à consolidação e permanência da Instituição ao longo dos anos.

5.4. Considerações Parciais

Ao observar o mapa com a origem dos discentes da EAFUR, é possível constatar que são oriundos de regiões do Brasil beneficiadas com os PNDs. A maioria era pertencente à

⁶³ Natural de Itacarambi (MG), concluiu o curso de Mestre Agrícola em 1968 em Januária (MG), estudou no Colégio Agrícola de Brasília (DF), onde concluiu o curso Técnico em Agropecuária, através do Esquema II, concluiu Licenciatura Plena em Ciências Agrícolas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

família da zona rural e vinha em busca de formação na área agrícola. O acesso à instituição era feito por meio de exames: exame de seleção, de saúde e vocacional, os quais eram obrigatórios para brasileiros e isentos para alunos estrangeiros. Ao ingressar na instituição, os alunos tinham que seguir as normas determinadas pelo regulamento. Através de convênio entre a COAGRI e a FUNAI, os índios tiveram acesso à instituição. Em contrapartida, não seria uma forma de exploração das terras indígenas as reais intenções ao facilitar o acesso dos indígenas às escolas agrotécnicas?

As mulheres que frequentaram a instituição representaram 2,6% dos alunos matriculados e realizavam as mesmas atividades pedagógicas e de trabalho. No quadro de professores, 21.81% eram do sexo feminino, sendo que todas trabalharam em disciplinas de formação geral e assumiram apenas funções gratificadas. As funções de direção foram todas ocupadas por homens.

A cultura escolar da EAFUR foi tomada como a totalidade da vida escolar, integrada pelo conjunto de fatos, ideias, mentes e corpos, de objetos e de comportamentos, de formas de pensar, dizer e fazer. A relação entre o público, o modelo pedagógico e o contexto, determinou os planos e as estratégias da instituição. Essa significação dinâmica correspondeu ao processo de institucionalização da cultura escolar agrícola, fator de identidade institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EAFUR seguiu as *Diretrizes de Funcionamento de uma Escola Agrotécnica Federal*, dentre elas, ter sempre presente o aprimoramento do currículo na dimensão comunitária, ou seja, adequar o currículo de acordo com a região na qual a escola estava inserida. Essa adesão possibilitou desenvolver a cultura escolar agrícola dentro do desenvolvimento da agropecuária no Brasil e em Goiás. Cultura esta, marcada por práticas e normas que disciplinam o saber fazer dos alunos no espaço da escola.

A COAGRI, ao assumir a coordenação da instituição de ensino, quando funcionava como GAU, detectou as seguintes dificuldades: a estrutura física encontrava-se em condições precárias e os funcionários eram insuficientes, tendo eles trabalhar com afinco para que a escola funcionasse de maneira satisfatória. As terras e benfeitorias da instituição de ensino não eram escrituradas, problema sanado logo que a COAGRI assumiu a coordenação da instituição. Os primeiros anos de coordenação da COAGRI foram determinantes para organizar e possibilitar a implementação do Sistema Escola-Fazenda na Instituição.

O espaço escolar foi analisado como uma construção cultural que expressa e reflete, além de sua materialidade, a cultura escolar agrícola. A arquitetura escolar mostrou-se como um programa, uma espécie de discurso que instituiu em sua materialidade um sistema que permitiu a formação técnica para agropecuária, como ordem e disciplina – presentes pelo internato, alojamentos, refeitório, área de esporte – e racionalidade – presente pela UEPs, cooperativa, salas-ambiente, salas de aulas. Portanto, o espaço nunca é neutro, mas sinal, símbolo e traço da condição e relacionamentos daqueles que a habitam. O espaço diz e comunica, e, assim, educa.

A arquitetura escolar foi vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível e silencioso, mesmo que seja por si só, explícito ou manifesto. A localização da escola e sua relação com a ordem rural, o *design* arquitetônico do edifício e os elementos simbólicos próprios, respondem aos padrões culturais e pedagógicos que os discentes interiorizaram e contribuíram para formação dos educandos dentro da cultura escolar agrícola.

As estruturas temporárias da escola desempenharam um sistema de controle, poder e influência, com padrões baseados na regularidade ou no ritmo do tempo. A disciplina escolar era ordenada de acordo com o ritmo de uma escola-fazenda, pois os alunos realizavam as atividades teóricas e práticas, sendo que as práticas eram determinadas pela cadência das atividades rurais em períodos e tempos determinados. As atividades pedagógicas eram organizadas de tal forma que todos os alunos estivessem ocupados em suas respectivas

tarefas. Desse modo, a instituição conjugava educação, trabalho e produção na promoção de uma cultura escolar agrícola. No desenvolvimento dessas práticas existiam normas que deviam ser obedecidas de maneira que promovessem saberes e condutas a serem incorporadas nas atividades diárias.

A Cooperativa foi criada para promover o ensino, produção e comercialização da produção agrícola. As atividades promovidas pela COETAGRI favoreciam aprendizagens técnicas na área agrícola. Os alunos assumiam funções diretivas e participavam ativamente das atividades técnicas, sempre direcionados pelo professor responsável pela COETAGRI.

O estudo confirmou a hipótese acerca do papel das ações pedagógicas desenvolvidas pela COETAGRI: a estrutura física e da comunidade escolar na formação de uma cultura escolar agrícola na EAFUR moldadas nas relações econômicas e produtivas da agricultura e da pecuária no Brasil.

Nas UEPs eram desenvolvidos os projetos de produção elaborados pelos professores e desenvolvidos por alunos e professores. Nas UEPs os discentes tinham a oportunidade de diversificar sua aprendizagem, através da participação nas diversas etapas dos projetos agrícolas orientados, a saber: elaboração, execução, comercialização, e análise de resultados. As monitorias, atividades pedagógicas adotadas na 3ª série e desenvolvidas nas UEPs, levavam o aluno a desenvolver habilidades de liderança.

Os estágios ampliaram a possibilidade de aprendizagem ao conhecer novas realidades rurais. Nessa atividade pedagógica, os novos espaços físicos permitiam conhecimentos singulares a cada discente, pois os estágios eram realizados em diferentes locais e de forma individualizada. A troca recíproca entre a instituição e o mundo do trabalho permitiu adequar as atividades pedagógicas, sempre direcionadas para a cultura escolar agrícola, pois as empresas avaliavam o discente e, ao analisá-lo, avaliava a EAFUR. Nessas avaliações, apresentavam sugestões ao corpo docente a serem aplicadas nas atividades pedagógicas direcionadas para a cultura escolar agrícola. O currículo elaborado pelos dirigentes da COAGRI visava atender ao interesse social, político e econômico, direcionado para a formação de uma cultura escolar agrícola. As disciplinas da área geral foram descartados ou redirecionados em favor dos conhecimentos da área especial.

Os alunos, em sua maioria, eram oriundos da zona rural, do sexo masculino e estudavam em regime de internato. Para muitos discentes, a adaptação à instituição não era fácil, pois ficavam longe da família sob regime disciplinar austero. Dentre aqueles que se adaptavam e permaneciam, muitos saíam empregados, com projetos para atuar em suas propriedades e/ou aprovados em vestibular.

Os professores que trabalhavam na instituição possuíam formação em cursos superiores, atuavam em suas referidas áreas com maior carga horária, mas, quando fazia-se necessário, assumiam outras disciplinas. Aos docentes portadores de diplomas de técnico de nível médio era possibilitado frequentar cursos superiores na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Esquema II); e, aos professores bacharéis, era permitido frequentar curso na mesma universidade que possibilitasse formação pedagógica (Esquema I).

As tarefas dos docentes eram: ministrar aulas, elaborar e desenvolver projetos de produção e nos finais de semana, em regime de plantão, acompanhar os alunos que permaneciam na instituição. Seu trabalho promoveu a expansão da cultura escolar agrícola. Eles eram bem remunerados, quando comparamos com salários de professores de outras instituições de mesmo grau de ensino.

Os funcionários administrativos atuavam nos serviços de manutenção da instituição de ensino: nas UEPs, na cooperativa, no refeitório, na contabilidade, no alojamento e nos serviços gerais). A COAGRI não possuía políticas de formação ou aprimoramento profissional desses profissionais. A remuneração era inferior quando comparada aos vencimentos dos docentes. Os cargos de direção eram preenchidos preferencialmente pelos professores; aos funcionários administrativos eram relegadas a atividades técnicas, desempenhando um “papel” importante no incremento da cultura escolar agrícola na EAFUR.

Os dois primeiros diretores da instituição no período foram enviados pela COAGRI e mantiveram atitudes autocráticas em relação à comunidade escolar, justificadas pelas atividades agrícolas da instituição. As atitudes autoritárias dos diretores que fez com a comunidade escolar exigisse, junto ao órgão, um diretor que pertencesse ao quadro de funcionários (professores) da EAFUR. Diante da exigência, foi indicado José de Oliveira Campos como diretor da instituição, mas a política diretiva permaneceu. As atitudes dos diretores dificultaram as relações na comunidade escolar, mas foi determinante para permanência e crescimento da instituição.

A EAFUR desenvolveu atividades pedagógicas para atender à sociedade na qual estava inserida e, para tanto, organizou a estrutura física e as ações que favoreceram o desenvolvimento de uma cultura escolar agrícola. A história da instituição de ensino foi marcada pelo propósito de formar técnicos para atuar na agropecuária de maneira a promover a expansão agrícola através de novas tecnologias que aumentassem a produção de alimentos.

Os processos educativos e ações da EAFUR foram distribuídos em tempos que refletem certos pressupostos psicopedagógicos, valores e formas de gestão, um tempo para internalizar e aprender, um tempo institucional e organizacional que possibilitou a formação de uma cultura escolar agrícola. Instituições escolares existem de forma particular e no seu dia a dia

“engendram e desenvolvem culturas, representações, formas de organização, relacionamento e ação que se constituem fatores de diferenciação e de identidades” (MAGALHÃES, 2004, p.69). As escolas exercem influência e produzem impactos na sociedade. Nessa relação encontra-se a Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (EAFUR), localizada no município de Urutaí, região sudeste de Goiás, instituição federal técnica na área agrícola que, sob o regime de internato, recebeu em suas instalações físicas, diferentes alunos, funcionários e professores, os quais, com suas trajetórias estudantis e profissionais, construíram a sua história.

A *Escola da Mestra Silvina* foi construída em uma sociedade goiana caracterizada pelo desinteresse pelo mundo escolar, devido à sua posição rural, onde conhecimento parecia não ter nenhum valor. Entretanto, o que impulsionou a EAFUR foi justamente sua ruralidade, onde o conhecimento das novas tecnologias agrícolas eram determinantes, especialmente para a população rural.

Durante a pesquisa sobre a história da EAFUR, despertou-me interesse por um estudo mais aprofundado em relação ao acordo firmado entre a COAGRI e a FUNAI, o Convênio nº 008/1982, por meio do qual as instituições federais, sob a coordenação da COAGRI, deveriam reservar vagas para alunos de origem indígenas. Perguntamo-nos sobre quais as ações que foram promovidas pela EAFUR para receber esses alunos com uma cultura diferente, e quais as dificuldades e/ou facilidades encontradas por esses alunos em uma instituição com cultura escolar agrícola? A documentação localizada não faz referência à entrada relativa ao convênio, porém, é possível localizar alguns alunos indígenas pelos nomes, que lhes são característicos, e pelos relatos de professores, que narram a convivência com os discentes indígenas. A motivação na formação de técnicos em agropecuária para a população indígena promovida pelo governo deveria ter um objetivo: não seria uma maneira de ocupar as terras indígenas de forma pacífica estimulando-os a promover a agricultura comercial em suas terras? Para responder a essas questões, faz-se necessário um estudo sobre o assunto, o qual não foi possível o aprofundamento nesta pesquisa.

Almejo, assim, realizar novas investigações sobre a instituição e acerca da história da educação no país. Espero que esta pesquisa possa contribuir para a História e Historiografia da Educação no Brasil, especificamente a educação técnica agrícola e, sobretudo, para pesquisadores que buscarem informações sobre a Escola Agrotécnica Federal de Urutaí.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Alex Sander. **"Milagre" econômico explicado**. 2009. Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/27302/milagre-economico-explicado/>>. Acesso em: 10 set. 2018.
- ALMEIDA, José Wagner de. **Colégio Agrícola de Lavras da Mangabeira (1947-2008): elite rural, ingerência estrangeira e circulação de ideias pedagógicas para o progresso do Brasil e do Ceará**. 2016. 272 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23423>>. Acesso em: 10 set. 2018.
- ALMEIDA, Giovanna Sasso; VIEIRA JUNIOR, Pedro Abel; RAMOS, Pedro. **Os programas de desenvolvimento econômico do centro-oeste brasileiro e suas conseqüências: anos 60 e 70**. VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural, 2006, Quito. Anais do VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural. 2006.
- ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo da Silva. **A Pesquisa Agrícola numa Agricultura integrada ao mercado Internacional**. Revista de Política Agrícola. Ano XVI, nº 2 abr./maio/jun., p.60-67, 2007.
- BENCOSTTA, Marcus Levy. Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. **História (São Paulo)**, [s.l.], v. 30, n. 1, p.369-411, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO).
- BORGES, Adilson Santos. **Urutaí: memórias de uma juventude**. Brasília. S/Editora, 2005.
- BORGES, Barsanufio Gomides. **Meios de Transporte em Goiás**. Revista Ciências Humanas em Revista - Revista do Instituto de Ciências Humanas e Letras. ISSN 0104-3587, UFG, vol.6, Jul./dez. 1995, p.27-48.
- _____. **O despertar dos dormentes**. Goiânia: CEGRAF, 1990.
- BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 211. Tradução de: Magda Lopes.
- _____. **Decreto nº 63.914**, de 26 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63914-26-dezembro-1968-405261-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- _____. **Decreto nº 73.681**, de 18 de Fevereiro de 1974. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73681-18-fevereiro-1974-421993-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- _____. **Decreto-Lei nº 869**, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.

_____. **Decreto-Lei nº 1.637**, de 5 de janeiro de 1907. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-pl.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

_____. **Decreto-Lei nº. 9.613**, de 20 de agosto de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19613.htm>. Acesso em: 23 out. 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 1.341**, de 22 de agosto de 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De11341.htm>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 1.858**, de 16 de fevereiro de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11858.htm> Acesso em: 19 mar. 2017

_____. **Decreto-Lei nº 19.890**, de 18 de abril de 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

_____. **Decreto-Lei nº. 53.558**, de 13 de fevereiro de 1964. Disponível em: <<http://www2.Camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

_____. **Decreto-Lei nº 60.597**, de 19 de abril de 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60597-19-abril-1967-401464-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 de jun. de 2018.

_____. **Decreto-Lei nº 60.731**, de 19 de maio de 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-norma-pe.html>>. Acesso em: 15 de mai. de 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 62.178**, de 25 de janeiro de 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62178-25-janeiro-1968-403729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 68.065**, de 14 de janeiro de 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 76.436**, de 14 de outubro de 1975. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76436-14-outubro-1975-425010-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 mai 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 81.491**, de 29 de março de 1978. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=100942&norma=124578>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 83.935**, de 04 de setembro de 1979. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83935-4-setembro-1979-433451-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 85.712**, de 12 de junho de 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D85712.htm>. Acesso em: 28 out. 2017.

_____. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 de mai. de 2017.

_____. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>>. Acesso em 15 mai. 2017.

_____. **Metas e Bases para a Ação de Governo**. Presidência da República, Brasília: 1970.

_____. **Portaria nº 432**, de 19 de julho de 1971. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/port432_71.htm>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____. **Portaria nº 610** - Planetagri, de 22 de agosto de 1973. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19SET1974.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

_____. **I Plano Setorial de Educação de Educação e Cultura (1972-1974)**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74>. Acesso em: 16 de abr. 2018.

_____. **I Plano Nacional de Desenvolvimento**, 1972-1974. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. **II Plano Nacional de Desenvolvimento**, 1975-1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. **III Plano Nacional de Desenvolvimento**, 1980-1985. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/III%20Plano%20Nacional%20de%20Desenvolvimento%201980-1985_PDF_OCR.pdf>. Acesso em: 09 de jul de 2017.

_____. **III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto 1980-1985**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000657.pdf>>. Acesso em: 30 jan.2018.

CABRAL, Paulo Guilherme Francisco. **Cooperativas e cooperados em tempo de crise e reestruturação: o caso da cooperativa agropecuária e industrial Ltda – COAGRI**. 1998. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 1998.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Ed. Universidade Federal de Goiás, 1987.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Serviços: Banco de teses**. 2018. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 01 ago. 2018.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Goiás: da decadência à Modernidade**. Revista Ciências Humanas em Revista. Revista do Instituto de Ciências Humanas e Letras. ISSN 0104-3587, UFG, vol.06, Jul./dez. 1995, p.11-26.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean et al. (Org.). A pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodologia. Petrópolis: Vozes, 2008.

CENAFOR. **Centro Nacional de Aperfeiçoamento Pessoal para a Formação Profissional**. Arquivo IF Goiano Câmpus Urutaí.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação, n.2, p.177-229, 1990.

COELHO, Carlos Nayro. **70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001)**. Revista de Política Agrícola, Brasília, n.3, p.3-58, jul./ ago./ set., 2001. (Edição especial 2001).

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 20ed. São Paulo: Global Editora, 2001.

CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História. **Benedito Vaz da Costa**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedito-vaz-da-costa>. Acesso em: 12 ag. 2018.

CPDOC, Benedito Vicente Ferreira. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/benedito-vicente-ferreira>. Acesso em: 12 ag. 2018.

CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. 6ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989, p. 35-94.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, vol.II.

ESCOLANO. Agustín; VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução de Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

ESCOLANO, Agustín. **A Escola como Cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017. Tradução de: Heloísa Helena Pimenta Rocha e Vera Lucia Gaspar da Silva.

_____. **Las Culturas Escolares Del Siglo XX**. Encuentros y Desencuentros. Revista de Educación. nº Extraordinário, 2000b, p.201-218.

_____. **Tiempos y Espacios para la Escuela: Ensayos Históricos**. Madrid, Biblioteca Nueva, 2000a.

INEP. **Estatísticas da educação básica no Brasil.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Estat%C3%ADsticas+da+educa%C3%A7%C3%A3o+b%C3%A1sica+no+Brasil/e2826e0e-9884-423c-a2e4-658640ddff90?version=1.1>>. Acesso em: 10 set. 2018.

ESTEVAM, Luís. **O Tempo da Transformação:** estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 2ed. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

FERREIRA, Eurípedes Ronaldo Ananias. **O Ensino Técnico Profissional Agrícola de Nível Médio:** do sistema escola fazenda da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário – COAGRI – (1973-1986) à lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB – 9394/96). 2002. 171 f. Doutorado em Educação Escolar. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2002.

FONSECA, Marília. **O Banco Mundial e a Educação:** reflexões sobre o caso brasileiro. In: GENTILI, Pablo. *Pedagogia da Exclusão.* Petrópolis: Vozes, 1995, p.169-195.

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura:** as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FORTES, Cláudia Maria da Silva. **A formação do técnico em agropecuária do Centro Interescolar de Agropecuária José Francisco Lippi.** 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação Agrícola, PPGA, UFRRJ, Seropédica, 2013. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/dissertacao/Claudia%20Maria%20da%20Silva%20Fortes.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2018.

GALVANE, Fabia Alberton de Silva; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; MORAES, Adriana Zomer de. Mulheres em cargos profissionais de chefia: o paradoxo da igualdade. **Fractal: Revista de Psicologia**, [s.l.], v. 27, n. 3, p.301-309, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922015000300301&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 10 set. 2018.

GATTI JÚNIOR, Décio. **História das instituições educacionais.** In: ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.* Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2002, p. 03-24

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985).** 5ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed Editora, 1998.

GONÇALVES, Claudécir; CLEPS JÚNIOR, João. **Políticas Públicas para a Expansão Agrícola em Goiás.** In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina- 20 a 26 de março de 2005- Universidade de São Paulo.*

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e a Agricultura no Brasil:** Política Agrícola e modernização Econômica Brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GOODSON, Ivor F. **A construção Social do Currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 2013.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1986**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1986.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. **Censo Populacional 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/urutai/panorama>>. Acesso em: 14 fev.2018.

_____. **Sinopse preliminar do Censo Agropecuário - Volume 4, Número 5.**, Rio de Janeiro: 1987. Disponível em: <ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/337/agrop-1985-v4-n5-centro-oste.pdf>.

INÁCIO FILHO, Geraldo. **Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960)**. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2002, p.39-64.

_____. **Monografia sem complicações: Métodos e Normas**. Campinas: Papirus, 2007.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O Prodecer e as Tramas do Poder na Territorialização do Capital no Cerrado**. Goiânia: UFG, 2010. 271f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2010.

ISSA, Sílvia Aparecida Caixeta. **A escola agrícola de Urutaí (1953-1963): singularidades da cultura escolar agrícola**. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Ufg, Catalão, 2014.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: n.1, jan./jun. 2001, p.09-43.

KEPLER FILHO, Euclides. **Bovinocultura de Corte no Brasil**. *Revista Política Agrícola*. Ano XVI, nº 4, Out./Nov./Dez., 2007, p.121-128.

LOBROT, Michel. **Para que serve a escola?** Lisboa: Terramar, 1992.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN Herbert S. **Transformações Econômicas no Período Militar (1964-1985)**. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENT Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.92-111.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces**. Revista Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MELO, Neuza de Fátima Vaz de. **Urutaí: Revelando sua História**. Urutaí: 1995.

MORAIS, Roberto Camilo Órfão de. **A implantação do Sistema Escola Fazenda na Escola Agrotécnica Federal de Machado, MG, entre 1973 e 1986**. 2002. 94f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A modernização Autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política**. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p.48-65.

_____. **As Universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MUELLER, Charles Curt. **Dinâmica, condicionantes e impactos socioambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil**. *Revista de Administração Pública*. vol.26, p.64-87, 1992.

NADAL, Elza. **O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo vol.13 n.25/26, p.143-162, set.1992.

NOVAIS, Lucimar de Freitas. **Educação Profissional: Uma análise sobre a evasão e a permanência no Curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio no IFRO – Campus Colorado do Oeste**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação Agrícola, PPGA, UFRRJ, Seropédica, 2014.

OLIVEIRA, Adão Francisco; et al. **Transformação em Goiás: capitalismo, modernização e novas disposições socioespaciais**. *Revista Caminhos de Geografia*. v. 10, n.32, p. 227-234, dez 2009.

CARVALHO, José Otamar de (Org.). **Revisão das estratégias de desenvolvimento do Centro-Oeste: relatório final**. Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, Brasília: Mimeo, 1998.

PÉRET, Rodrigo de Castro. **“A questão da Sustentabilidade da agricultura nos cerrados”**. In: SHIKI, Shigeo. & SILVA, José Graziano da. (Orgs) *et al.* *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado brasileiro*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997, p.353-371.

PINHO, Terezinha Filgueiras de. **Ensino agrícola e as contribuições para a agricultura familiar**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação Agrícola, PPGA, UFRRJ, Seropédica, 2013.

RIBEIRO, Ivanir. **Sem uniforme não entra: o uniforme escolar na Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1962-1983)**.2012. Dissertação (Mestrado) - UDESC/FAED. Dissertação de mestrado. 2012

ROGRIGUES, Angelo Constâncio. **A educação profissional agrícola de nível médio: o sistema escola fazenda na gestão da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário – COAGRI**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, UFM, Belo horizonte, 1999.

RODRIGUES, Daniel Bartkus. **O Projeto Rio Formoso e a reprodução do capital no entorno da ilha do Bananal-TO: concentração da riqueza, exclusão e resistência.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Palmas: 2013.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia.** São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SANTOS, Aelcio Vander dos. **Educação Profissional na perspectiva da agricultura familiar no município de Confresa – Mato Grosso** 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica: 2013.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 14, n. 40, p.143-155, abr. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012>.

SILVA, Eduardo Rodrigues da. **A economia Goiana no Contexto Nacional: 1970-2000.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. 2002.

SILVA, Emanuel Sampaio. **O agronegócio Cooperativo e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE: análise das cooperativas financiadas ligadas ao setor pecuário em Pernambuco entre 1990 e 1998.** 2000. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – UFRPE, Recife: 2000.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estruturação agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Edições, 1982.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS.

SOBRAL, Francisco José M.. Retrospectiva Histórica do ensino agrícola no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.78-95, 29 jul. 2015. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa.** São Paulo: Cortez, 2009.

VIÑAO FRAGO. **Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones.** In: Revista Brasileira de Educação. n.0, 1995, p.63-82.

_____. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas.** 2ed. Madrid Espanha: Editora Morata, 2006.

ANEXO – Documentação Consultada

IF GOIANO. **Análise de Umidade do Milho no Laboratório de Química**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, s/d.

_____. **Ata de Reuniões da Diretoria da Cooperativa-Escola e de Trabalho dos Alunos do Colégio Agrícola de Urutaí Ltda-COETAGRI (1980-2002)**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí,s/d.

_____. **Ata N° 01 Comissão de Incentivos Funcionais 15 de dezembro de 1978**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1978.

_____. **Atestado de Conduta para Matrícula no GAU**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1974.

_____. **Conselho de Professores 1978**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1978.

_____. **Contrato de Trabalho 29 de fevereiro de 1980**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí.

_____. **Convite 30 de outubro de 1979**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1979.

_____. **Correspondência 05 de maio de 1979**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1979.

_____. **Correspondência 05 de setembro de 1979**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1980.

_____. **Correspondência 09 de maio de 1979**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1979.

_____. **Correspondência 11 de fevereiro de 1980**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1980.

_____. **Correspondência 11 de janeiro de 1979**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1980.

_____. **Correspondência 27 de fevereiro de 1984**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1984.

_____. **Correspondência 29 de janeiro de 1980**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1980.

_____. **Correspondência 29 de junho de 1979**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1979.

_____. **Correspondência 29 de maio de 1980**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1980.

_____. **Correspondência 30 de agosto de 1979**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1979.

_____. **Correspondência Mãe(Lia) de aluno para Maria da Mercês**. Arquivo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1980.

_____. **Diário de Construções e Instalações da 2ª Série**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1982.

_____. **Declarações de alunos da EAFUR para matrícula**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1982.

_____. **Diário de Biologia. 2ª Série**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí.

- _____. **Diário de Criações I da 1ª Série.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1981.
- _____. **Diário de Criações II da 2ª Série.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1981.
- _____. **Diário de Criações III da 3ª Série.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1981.
- _____. **Diário de História da 1ª Série.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí 1981.
- _____. **Diário Desenho e Topografia da 2ª Série.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1981.
- _____. **DOU 14 de novembro de 1977.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1977.
- _____. **Escala de Plantões 26 de abril de 1985.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí.
- _____. **Estatuto da Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí de 09 de novembro de 1982.** Acervo do IF Goiano CâmpusUrutaí.
- _____. **Fichas de Estágio dos Alunos da EAFUR.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1986.
- _____. **Fichas de Monitoria da Aluna Ieda Maria Zielinski.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1986.
- _____. **Instrução Básica para Elaboração do Programa Agropecuário das Escolas Agrotécnicas Federais.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1981.
- _____. **Instrução Normativa Dispõe sobre as atribuições e procedimentos da S.P.O. nas EAFs com relação à Elaboração e Execução dos Projetos Orientados Supervisão à Cooperativa - Escola e Normas Complementares.** Acervo CâmpusUrutaí, 1986.
- _____. **Livro de Ata Assembleias Gerais da Cooperativa-escolae de Trabalho dos Alunos do Colégio Agrícola de Urutaí - Ltda (COETAGRI).** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, s/d.
- _____. **Livro de Ata Diretoria da Cooperativa-escola e de Trabalho dos Alunos do Colégio Agrícola de Urutaí - Ltda (COETAGRI).** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, s/d
- _____. **AÇÕES MEC 85/90.** Realizações do Ministério da Educação. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1990.
- _____. **BOLETIM 07 MEC/COAGRI.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1978.
- _____. **BOLETIM 18 MEC/COAGRI.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1984.
- _____. **BOLETIM 04 MEC/COAGRI Decreto nº 80.557.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1977.
- _____. **BOLETIM 09 MEC/COAGRI.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1978.
- _____. **BOLETIM 14 MEC/COAGRI.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1978.

- _____. **BOLETIM 17 MEC/COAGRI**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1986.
- _____. **BOLETIM 19 MEC/COAGRI**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1978.
- _____. **BOLETIM 19 MEC/COAGRI**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1980.
- _____. **BOLETIM 05 MEC/COAGRI**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1982.
- _____. **Caracterização Ocupacional do Técnico em Agropecuária**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1983.
- _____. **Educação agrícola de 2º grau: linhas norteadoras**. Brasília: MEC/COAGRI, Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1984
- _____. **Diretrizes de Funcionamento das Escolas Agrotécnicas Federais**. Arquivo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1985.
- _____. **Instrução Normativa nº 02/86. Atribuições dos Professores das Ueps para Elaboração e Execução de Projetos**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1986.
- _____. **Instrução Básica**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1981
- _____. **Manual de Instruções para Organização e Funcionamento de Cooperativas nos Estabelecimentos de Ensino Agrícola**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1978.
- _____. **Material de Divulgação das Escolas Agrotécnicas**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1980.
- _____. **Ofício/Circular/COAGRI/DIP nº 57, de 24 de abril de 1978**, Diretor da Coagri ao Diretor do Ginásio Agrícola de Urutaí sobre a Situação dos Integrantes do Grupo Magistério Incluídos ou não no PCC. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1978.
- _____. **Ofício Circular nº 03 de 28 de AGOSTO de 1978**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1978.
- _____. **Ofício da Comissão de Incentivos Funcionais ao Diretor do Ginásio Agrícola de Urutaí**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1978.
- _____. **Ofício nº 149. Diretrizes para Indicação de Ocupantes de Funções de Chefia**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1986.
- _____. **Ofício nº 247/78**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1978.
- _____. **Processo nº 000392/80** Pasta de Contratos de Funcionários. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1980.
- _____. **Regulamento Interno Ginásio Agrícola de Urutaí em 1977**. Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1977.

_____. **Retrospectiva Histórica do Ensino Agrícola de 2º Grau: Papel da Coagri.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1985.

_____. **Memorando SOE/DAT da EAFUR nº 06 de 1979.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1979.

_____. **Memorando SOE/DAT da EAFUR nº 21 de 1980.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1980.

_____. **Ofício S/N Departamento Pedagógico do Ginásio Agrícola de Urutaí.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1978.

_____. **Ofício S/N Departamento Pedagógico do Ginásio Agrícola de Urutaí ao MEC em 12 de janeiro de 1979.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1979.

_____. **Ofício 22 Serviço de Orientação Educacional da EAFUR a Srtª Joana Lúcia Martins em 22 de junho de 1979.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1979.

_____. **Ofício Nº 01 Serviço de Integração Escola Empresa da EAFUR ao Secretário de Agricultura de Goiás em 14 de março de 1980.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1980.

_____. **Ofício Nº 01 Gabinete do Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí 11 de abril de 1980.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1980.

_____. **Ofício N. 307/1985 Gabinete do Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí em 22 de julho de 1985.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1985.

_____. **Ofício S/N do Departamento Técnico Pedagógico da Coagri ao Diretor da EAFUR 30 de setembro de 1985.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1985.

_____. **Orçamento Excursão dos Alunos da EAFUR para Projeto Rio Formoso.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1980.

_____. **Ordem de Serviço nº 41, de 6 de junho de 1979.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1979.

_____. **Ordem de serviço de 03 de dezembro de 1979.** Acervo do IF Goiano CâmpusUrutaí, 1979.

_____. **Pedido de Contratação de Professores a CIF 12 de setembro de 1979.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí

_____. **Plano de Trabalho do Centro Cívico Mal. Cândido Mariano da Silva Rondon.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1981.

_____. **Plano de Trabalho da Cooperativa.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1985.

_____. **Portaria nº 56 de 03 de outubro de 1967.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1979.

_____. **Portaria nº 13 de 03 de maio de 1979.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1979.

_____. **Portaria nº 11, de 1979.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1979.

_____. **Portaria 15 Implementação do Programa Orientado da Escola-Fazenda.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1983.

_____. **Projeto de Produção Unidade de Produção de Animais de Pequeno Porte.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1984.

_____. **Regimento do Conselho Comunitário da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí [S/D].** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, s/d.

_____. **Regimento Interno da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí [S/D].** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, s/d.

_____. **Regulamento Interno da EAFUR.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, s/d.

_____. **Regulamento Interno do GAU.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1977.

_____. **Relatório Problemas Pedagógicos e Operacionais Levantados pela Equipe Formada pelos Diretores das DPADs das EAFs do Norte e Centro-Oeste, com as Respectivas Sugestões.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1990.

_____. **Relatório da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí de 1981.** Acervo do IF Goiano CâmpusUrutaí, 1981.

_____. **Relatório da Escola Agrotécnica Federal de Urutaí de 1983.** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, 1983.

_____. **Relatório do Departamento Técnico Pedagógico – Coagri, [S/D].** Acervo IF Goiano CâmpusUrutaí, s/d.

GONÇALVES, Francisco Aldivino. **Castelinho.** 03 de jun de 2015. Depoimento concedido a Sílvia Aparecida Caixeta Issa.

IZAC, João Batista. **As atividades do Professor em Educação Física na EAFUR.** 28 de abr. 2017. Depoimento concedido a Sílvia Aparecida Caixeta Issa.

IZAC, João Batista. **As atividades complementares na EAFUR.** 15 de nov. 2017. Depoimento concedido a Sílvia Aparecida Caixeta Issa.